Seguros
Modernização regulatória e salto tecnológico favorecem crescimento do setor
Valor Financeiro



Fraudes
Empresas foram condenadas em 58% dos casos envolvendo golpes digitais julgados pelo TJSP E1



Sustentabilidade
Redução de impactos no meio ambiente preocupa cada vez mais as empresas
Caderno especial

Quarta-feira, 29 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6011 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

CAPA PROMOCIONAL



HOMENAGEM DO VALOR ÀS MELHORES LIDERANÇAS DO PAÍS



Alcione Albanesi
Amigos do Bem
Categoria: Empreendedorismo social



Alexandre Birman
Arezzo&Co
Categoria: Indústria da moda



André Aguiar
Inspira Rede de Educadores
Categoria: Educação



Bruno Lasansky
Localiza&Co
Categoria: Logística e transportes



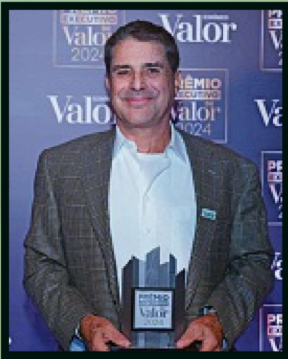
Christian Gebara
Vivo
Categoria: TI & Telecom



Cristiano Teixeira
Klabin
Categoria: Papel, papelão e celulose



Daniela Manique
Solvay-Rhodia
Categoria: Indústria química e petroquímica



David Feffer
Suzano
Categoria: Presidente de conselho de administração



Fernando Modé
Grupo Boticário
Categoria: Bens de consumo



Gustavo Werneck
Gerdau
Categoria: Mineração e metalurgia



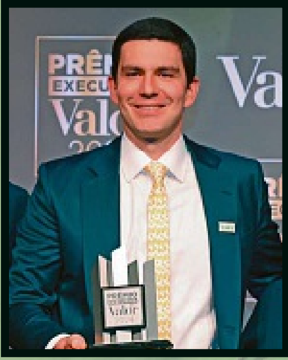
Harry Schmelzer Jr.
WEG
Categoria: Máquinas e equipamentos



Isabella Wanderley
Novo Nordisk
Categoria: Saúde



Livia Chanes
Nubank Brasil
Categoria: Serviços digitais



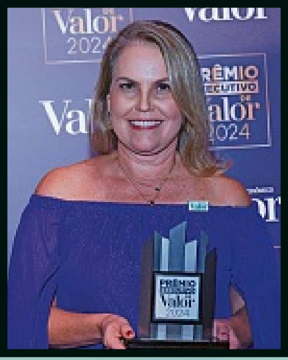
Lucas Vargas
Nomad
Categoria: Startup de sucesso



Marcílio Pousada
RD Saúde
Categoria: Comércio



Milton Maluhy Filho
Itaú Unibanco
Categoria: Serviços financeiros



Patricia Freitas
Prudential do Brasil
Categoria: Seguros e previdência



Radamés Casseb
Aegea
Categoria: Infraestrutura



Ricardo Mussa
Raízen
Categoria: Agronegócio



Ricardo Gontijo
Direcional
Categoria: Indústria da construção



Roberta Vasconcellos
Woba
Categoria: Jovem liderança



Rui Chammas
Isa Cteep
Categoria: Energia



Tereza Santos
Sympla
Categoria: Serviços



Tyler Li
BYD Brasil
Categoria: Veículos e peças



ACESSE O QR CODE, VEJA A COBERTURA COMPLETA E O ESPECIAL EXECUTIVO DE VALOR.

As parcerias mais influentes

Prêmio Executivo de Valor reconhece os profissionais que se destacaram no último ano e mostra a força das marcas patrocinadoras



Os líderes que mais se destacaram em suas organizações reunidos no palco da premiação

FOTOS: ALEX SILVA

O prêmio Executivo de Valor chegou à 24ª edição com 24 premiados, incluindo executivos de 20 setores da economia. Todos os troféus entregues foram produzidos em aço bruto pela ArcelorMittal, patrocinadora da premiação, maior produtora de aço no Brasil e líder mundial no setor. As peças foram inspiradas na observação do horizonte urbano, com a constatação do uso do aço em suas estruturas e da similaridade desse "skyline" com os gráficos de economia. "A ArcelorMittal se orgulha de oferecer os troféus do prêmio Executivo de Valor, produzidos com nosso aço inteligente, e fazer parte de uma das premiações mais relevantes do país", afirmou Jefferson De Paula, presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM. No saguão do evento, os convidados foram recepcionados por uma réplica gigante e puderam tirar fotos ao lado da peça.

A fabricante de veículos híbridos e elétricos BYD, também patrocinadora, chamou a atenção dos homenageados e convidados levando para dentro do salão o modelo BYD Tan. "Estar presente pela primeira vez no prêmio é uma honra. Para acompanhar o alto nível da cerimônia, escolhemos o novo BYD Tan EV, um luxuoso SUV 100% elétrico de sete lugares e com desempenho de sedã esportivo", afirma Tyler Li, presidente da BYD Brasil.

A premiação contou ainda com apoio da Febraban. "Lidamos com o desafio de buscar atender aos interesses corporativos, da sociedade e dos nossos milhões de clientes, e encaramos isso como uma determinação permanente dos bancos brasileiros e de seus dirigentes. Os resultados podem ser vistos diariamente: os bancos estão na linha de frente da inovação financeira, das ações afirmativas e da sustentabilidade. Continuaremos sendo indutores do crédito e do crescimento. A Febraban apoia e incentiva todas as iniciativas que seguem nessa direção, e o prêmio Executivo de Valor é um instrumento poderoso para esse fim", afirmou Isaac Sidney, presidente da entidade.

Ao final do evento, a empresa de mobilidade urbana Revo promoveu uma ação presenteando os convidados. "É uma grande satisfação apoiar essa iniciativa importante por reconhecer e conectar executivos que fazem a diferença nas suas organizações, na sociedade e na economia", declarou o CEO João Welsh.

"O prêmio do Valor Econômico é um reconhecimento aos principais profissionais que fazem a diferença liderando suas equipes, trazendo a agenda de responsabilidade social, ESG, movendo a economia do nosso país, e isso está diretamente ligado ao DNA da Eletromidia", celebrou Alexandre Guerrero, CEO da Eletromidia, também apoiadora do evento.

E, em mais um ano de parceria, a cerimônia aconteceu em um jantar exclusivo para convidados, que reuniu 312 pessoas, no hotel Rosewood São Paulo. "É uma honra ser palco desta edição, especialmente em um ano que exaltou as lideranças jovens e aquelas que trabalham em prol da sociedade, dois pilares alinhados à filosofia do Rosewood São Paulo. A diversidade e a inclusão de mais mulheres nesta premiação também é motivo para celebrarmos um mercado cada vez mais justo e igualitário", declarou Edouard Grosmangin, diretor geral do hotel.



Roberta Vasconcellos, CEO da Woba, posa ao lado da réplica gigante do prêmio produzido pela ArcelorMittal



A Revo presenteou os convidados ao final do evento



Executivos puderam conhecer detalhes do modelo BYD Tan

"A ArcelorMittal se orgulha de oferecer os troféus do Prêmio Executivo de Valor, produzidos com nosso aço inteligente, e fazer parte de uma das premiações mais relevantes do país"

JEFFERSON DE PAULA,
presidente da ArcelorMittal Brasil e CEO da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM

"Estar presente pela primeira vez no prêmio é uma honra. Para acompanhar o alto nível da cerimônia, escolhemos o novo BYD Tan EV, um luxuoso SUV 100% elétrico de sete lugares e com desempenho de sedã esportivo"

TYLER LI,
presidente da BYD Brasil

No salão, o BYD Tan EV roubou a atenção. O SUV 100% elétrico tem sete lugares e desempenho de sedã esportivo

INÊS 249

Seguros
Modernização regulatória e salto tecnológico favorecem crescimento do setor Valor Financeiro



Fraudes
Empresas foram condenadas em 58% dos casos envolvendo golpes digitais julgados pelo TJSP E1



Sustentabilidade
Redução de impactos no meio ambiente preocupa cada vez mais as empresas Caderno especial

Quarta-feira, 29 de maio de 2024
Ano 25 | Número 6011 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Vendas perdem força e mapa do consumo nacional sofre rearranjo

Conjuntura Mercado deve ter a menor taxa de expansão desde 2020; estimativa é de alta real de 2,5% nos desembolsos com produtos e serviços frente a 2023

Adriana Mattos
De São Paulo

O mercado de consumo brasileiro, o nono maior do mundo, ainda demora a acelerar de forma mais consistente e deve atingir, neste ano, a menor taxa de expansão desde 2020, quando o país parou por causa da pandemia. A expectativa é de crescimento real de 2,5% nos desembolsos com produtos e serviços no Brasil frente a 2023, segundo o relatório "IPC Maps 2024", elaborado pela IPC Marketing Editora.

As projeções são de R$ 7,3 trilhões em desembolsos pelas famílias neste ano, cerca de R$ 400 bilhões a mais que em 2023. A estimativa está um pouco acima da do Boletim Focus, do Banco Central (BC), que traz as previsões do mercado para o consumo das famílias, de 2,2% em 2024, e de 2,05% para a expansão do PIB. Apesar do montante maior, houve perda de vigor. Em 2022 e 2023, os gastos das famílias avançaram, em valores reais, 4,3% e 3,1%, pela ordem. Se a projeção de 2,5% se confirmar, o montante total avança, mas a velocidade de expansão reduz a sua força.

A expectativa de recuo mais lento da taxa de juros do que o previsto meses atrás tem peso na estimativa. Para Marcos Pazzini, responsável pelo estudo, apesar de os juros terem caído após agosto de 2023, o crédito continua escasso e há aumento do peso dos impostos sobre a renda. Há, também, o efeito das chuvas no Rio Grande do Sul. Os Estados da região têm o segundo maior peso nos gastos em consumo, só menor que o Sudeste. Pelos dados, o Nordeste perdeu a vice-liderança em 2021. Para Sérgio Nóia, CEO da Aion Assessoria, há uma onda de reformas e conversões de lojas, especialmente de atacarejos, além de uma inflação de preços que pode dar um gás para a receita nominal no varejo alimentar. "Eu arriscaria projetar uma alta real de 4% no consumo total neste ano", diz.

Entre os segmentos de duráveis e semiduráveis, há um cenário de retomada desigual, e com mudanças de hábitos e prioridades de compra, o que leva a um rearranjo no mapa nacional de gastos das famílias. Considerando as cidades que mais caíram no ranking geral da IPC, dez estão em regiões com renda acima da média nacional. Entre elas estão Caxias do Sul (RS), já abalada pelas enchentes, Aparecida de Goiânia (GO) e Contagem (MG). **Página B2**

Planos de saúde vão suspender cancelamento de contratos

Raphael Di Cunto
De Brasília

Operadoras de planos de saúde se comprometeram a suspender o cancelamento unilateral dos contratos de pessoas em tratamento continuado de doenças graves e Transtorno do Espectro Autista (TEA). Além disso, não farão novas exclusões de usuários de planos coletivos por adesão e PME até a conclusão de debate, no Congresso, sobre um projeto de lei com novas regras para o setor. O acordo — que veio após a ameaça de instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) — foi negociado em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os deputados Duarte Júnior (PSB-MA), relator do projeto de lei de reforma do setor, e Mário Heringer (PDT-MG), que é médico, junto a representantes do segmento. O presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Gustavo Ribeiro, afirmou em nota que "serão revistos os cancelamentos" dos planos. **Página B1**

Com precatórios, déficit primário em 12 meses vai a 2,23% do PIB

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

Nos 12 meses até abril, o déficit primário do governo federal atingiu R$ 253,4 bilhões, ou 2,23% do PIB, um número muito distante da meta deste ano, de zerar o resultado fiscal que exclui os gastos com juros. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que, nessa conta, entram fatores que inflaram o déficit e que desaparecerão ao longo do tempo. Um deles são os precatórios pagos no ano passado, que não tinham sido quitados em anos anteriores. Outro foi a antecipação do pagamento de precatórios e do 13º salário da Previdência Social referentes a este ano.

Em 2025, o governo vai desembolsar um valor recorde de precatórios. O número deve superar R$ 100 bilhões, envolvendo tanto precatórios de montante mais alto quanto as chamadas requisições de pequeno valor (RPVs). Apesar disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) projeta que, até 2027, é possível colocar essa despesa em trajetória de queda. **Página A2**

Exploração de grafite


GABRIEL REIS/VALOR

A Appian Capital, fundo de investimento britânico focado em mineração, vai aportar mais R$ 350 milhões no país para viabilizar a exploração de grafite. "O Brasil tem sido uma área de bastante interesse", diz Paulo Castellari, presidente da Appian Capital Brazil. Página B6

Compra lá fora até US$ 50 terá taxa de 20%

Raphael Di Cunto
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto de lei que cria o programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover), nova política do setor automotivo, e que acaba com a isenção tributária para compras internacionais de até US$ 50, ao taxá-las com 20% de Imposto de Importação. Acima dessa faixa de preço, a cobrança continuará a ser de 60%. O texto segue para o Senado, onde deve ser votado hoje. O imposto começará a ser aplicado imediatamente a partir da sanção, que pode ocorrer ainda nesta semana. Os deputados também usaram o projeto para criar incentivos à produção de bicicletas, autorizar a importação de baterias usadas para reciclagem e estabelecer, em lei, a exigência de conteúdo nacional para exploração e produção de petróleo e gás. **Página A14**

Fundo garantidor deve apoiar produtor no RS



Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal estuda incluir empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de produtores do Rio Grande do Sul no rol de financiamentos avalizados pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil, apurou o **Valor**.

A intenção é aportar R$ 500 milhões a mais no FGO, com recursos do Tesouro Nacional, para avalizar contratações de financiamentos de pequenos agricultores gaúchos afetados pelas chuvas e inundações. O montante seria capaz de alavancar empréstimos de R$ 2,5 bilhões a R$ 3,5 bilhões no Estado para a agricultura familiar, segundo uma fonte.

Há também a possibilidade de incluir as operações do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) no fundo, com aporte maior de verba. O anúncio é aguardado para hoje. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) propôs uma minuta de medida provisória para implementar a iniciativa. **Página B10**

A economia do Rio Grande do Sul ontem, hoje e amanhã
Fernando Exman **A13**

Vitória de Trump traria riscos e oportunidades para o Brasil
Christopher Garman **A17**

Indicadores

Ibovespa	28/mai/24	-0,58 %	R$ 21,5 bi
Selic (meta)	28/mai/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	28/mai/24		10,46% ao ano
Dólar comercial (BC)	28/mai/24		5,1532/5,1538
Dólar comercial (mercado)	28/mai/24		5,1528/5,1534
Dólar turismo (mercado)	28/mai/24		5,1703/5,3503
Euro comercial (BC)	28/mai/24		5,6051/5,6078
Euro comercial (mercado)	28/mai/24		5,5965/5,5971
Euro turismo (mercado)	28/mai/24		5,6483/5,8283



Relatórios genéricos de ESG


CELSO DONI/VALOR

Os relatórios de ESG das empresas do Ibovespa ainda são muito genéricos. "Muitas das divulgações de sustentabilidade hoje não são usadas pelo mercado", diz Fernando Murcia, da USP. Página C8

Destaques

Derrotas do governo no Congresso
Em sequência de derrotas para o governo, o Congresso manteve o veto do então presidente Jair Bolsonaro à Lei de Segurança Nacional, o que, na prática, dificulta a criminalização a quem divulgar notícias falsas no período eleitoral. Também foi derrubado veto do presidente Lula às saídas temporárias de prisões. **A13**

Ato sobre câmeras corporais
O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou portaria com diretrizes para o uso de câmeras corporais nos uniformes de policiais. Os Estados e o Distrito Federal não são obrigados a aderir, mas, se utilizarem recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional para adquirirem os equipamentos, deverão seguir as diretrizes. **A4**

IPCA-15 mostra quadro benigno da inflação

Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Prévia da inflação oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15 (IPCA-15) subiu 0,44% em maio, abaixo do 0,47% esperado pelo mercado. Os analistas viram o resultado como benigno, citando o comportamento mais favorável dos serviços mais sensíveis à demanda, que desaceleraram de 0,38% em abril para 0,31% neste mês. O IBGE também olhou com mais atenção os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul. Com a calamidade pública na região metropolitana de Porto Alegre, cerca de 30% da coleta de dados do índice foi realizada por telefone ou internet, em vez do modo presencial. O período de coleta para o IPCA-15 de maio foi de 16 de abril a 15 de maio. Alguns itens, no entanto, não puderam ter os preços avaliados, como foi o caso de hortaliças e verduras. **Página A4**

INÊS 249

Infraestrutura e Haddad contra os fantasminhas



Lu Aiko Otta

Banqueiro por duas décadas, período no qual presidiu o Fator, e agora à frente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini vê maluquice na avaliação que seus colegas da Faria Lima fazem do atual quadro econômico. Sua visão é diferente.

Os projetos de transição energética, assim como os das áreas de saneamento, rodovias e ferrovias, estão começando a puxar a indústria, afirmou o executivo.

Setores como construção civil e fabricação de equipamentos de transmissão de energia estão "por aqui", disse ele, colocando a mão acima da cabeça. "É um movimento forte", assegurou. "Queremos transmitir o que de fato a realidade está mostrando."

A entidade concorda com o chefe da Fazenda, Fernando Haddad, quando ele diz que a economia está melhor do que é percebida. Essa foi a tônica do discurso que o ministro fez no coquetel de abertura do Fórum Abdib, no último dia 23.

Os sinais neste início de ano confirmam que os investimentos em infraestrutura alcançarão recorde histórico em 2024, afirmou Tadini. A projeção da Abdib é chegar a R$ 235 bilhões.

Esse resultado será majoritariamente amparado em investimentos privados: 78%, calcula a entidade. Mas haverá uma participação de 22% em recursos do Orçamento.

O impulso governamental, por meio de programas como o Minha Casa Minha Vida e transferências de renda realizadas neste início de ano, pagamento de precatórios e a antecipação do 13º dos aposentados por exemplo, impulsionam o consumo, avaliou. A indústria, setor que mais vem patinando, deverá se beneficiar disso.

Daí porque o executivo, que já integrou os quadros da Secretaria do Tesouro Nacional, se exaspera com o atual nível da taxa de juros reais, na casa dos 6,5%, e com a elevada preocupação do mercado financeiro em relação ao resultado primário (diferença entre receitas e despesas, sem considerar juros sobre a dívida).

São dois elementos que afetam negativamente a infraestrutura. O primeiro, por elevar o custo de financiamento. O segundo, por restringir investimentos públicos.

No ano passado, frisou, o Brasil gastou R$ 820 bilhões em juros sobre a dívida pública.

"Se já tivéssemos juros menores há dois anos, certamente já haveria uma folga de pelo menos R$ 400 bilhões", disse, referindo-se ao custo da dívida.

É um raciocínio polêmico. Quando apresenta essa conta a integrantes do mercado, é tratado como se tivesse "parte com o capeta", contou.

Com esse alto custo de financiamento da dívida, de pouco adianta o governo se esfalfar para equilibrar as contas ou mesmo fechá-las com um saldo positivo de, por exemplo, R$ 100 bilhões. "Se você cria R$ 700 bilhões de juros adicionais, a dívida não cai", afirmou.

"Vocês são malucos", disse, reproduzindo conversas que tem com financistas. "Criam a ficção e trabalham em cima dela, ficam em cima do primário quando o problema é o custo do giro da dívida."

Da mesma forma, ele considera que, a esta altura do campeonato, manter juros elevados para combater a inflação é "jogar gasolina na fogueira". O custo alto da dívida será pago por todos os brasileiros, argumentou.

Tudo isso não significa, porém, que não haja problemas nas contas públicas. O principal, na visão do executivo, é que 97% do Orçamento federal está comprometido com despesas obrigatórias. Assim, o ajuste sempre recai sobre os investimentos.

Ele defendeu acabar com as vinculações orçamentárias, na mesma direção da proposta apresentada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista a este jornal. A seu ver, a "gastança" está nos elevados gastos com benefícios previdenciários atrelados ao salário mínimo que, a seu ver, não atendem aos que mais necessitam: os informais. E nos comandos constitucionais que determinam gastos mínimos com saúde e educação. Essas regras são campo fértil para despesas realizadas sem critério, avaliou.

Existe uma diferença entre as despesas correntes e as de investimento, destacou. As correntes, como salários e benefícios, mantêm a estrutura da economia como está. Os investimentos criam bases para o crescimento econômico futuro. "É essa a dinâmica que precisamos mudar", defendeu.

Dado que a dívida pública é usualmente medida como proporção do PIB, um crescimento mais robusto faria a relação declinar. Com isso, acomodaria as pressões sobre a busca do resultado primário.

É a visão no setor de infraestrutura e é também o que se ouve na equipe de Haddad.

A percepção sobre a política econômica é ruim porque há uma clara dissonância, dentro do próprio governo, sobre o rumo a ser tomado.

Se por um lado Tebet propõe rever a dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias do governo, por outro o ministro da Educação, Camilo Santana, afirma que trabalhará na direção oposta. A equipe econômica busca o equilíbrio orçamentário, enquanto o restante da Esplanada quer mais recursos.

Pode até ser um jogo combinado, pautado pelo ambiente político difícil. Essa dicotomia, porém, tem custado caro.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Contas públicas AGU calcula que, depois de atingir R$ 100 bilhões em 2025, despesa pode entrar em trajetória de queda até 2027

Após recorde em 2025, gasto com precatórios deve recuar

Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai desembolsar um valor recorde de precatórios em 2025, com mais de R$ 100 bilhões inscritos em sentenças judiciais no Orçamento, envolvendo tanto precatórios quanto as chamadas requisições de pequeno valor (RPVs), o que surpreendeu o próprio Executivo e especialistas em contas públicas.

Apesar da alta recorde de pagamento de precatórios no Orçamento de 2025, a Advocacia-Geral da União (AGU) projeta que, até 2027, é possível colocar essa despesa em trajetória de queda. No próximo ano, a partir de um "waiver" concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), R$ 48,5 bilhões ficarão fora da meta de resultado primário.

Em entrevista exclusiva ao **Valor**, o ministro-substituto da AGU, Flavio José Roman, apresentou números que indicam que essa despesa poderia ter sido R$ 16 bilhões mais alta não fossem alguns acordos realizados pela AGU ano passado — como o firmado com a Varig, que gerou o maior precatório expedido pelo Judiciário contra União, de R$ 4,7 bilhões (a empresa pedia uma indenização de R$ 9 bilhões).

Dados do Planejamento indicam que a União terá de desembolsar R$ 71,6 bilhões com precatórios em 2025, alta em relação aos R$ 60 bilhões de 2024. Somando as RPVs, que vão totalizar para o próximo ano cerca de R$ 31,9 bilhões, a União terá desembolso com despesas judiciais de R$ 103,5 bilhões — valor que pode ser alterado.


DANIEL ESTEVÃO/ASCOMAGU

"Estamos eliminando 'grandes esqueletos' por meio de acordos"
Flávio José Roman

O número surpreendeu especialistas e até o governo, que esperava um montante menor em face das recentes vitórias no Judiciário. Até 2026, o governo pode excluir uma parte dos precatórios da meta de resultado primário a partir de uma decisão do Supremo (R$ 48,5 bilhões fora da meta em 2025), mas tudo volta a ser primário em 2027, por isso o motivo de preocupação com a trajetória fiscal.

Na projeção divulgada em abril no envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o Ministério do Planejamento estimava que R$ 39,9 bilhões ficariam fora da meta em 2025, inferior ao montante atualizado.

O número 2 da AGU também apresentou números que mostram acordos que o órgão fez com Estados envolvendo as ações bilionárias relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). No Orçamento de 2025, os acordos somam precatórios de R$ 8,7 bilhões, mas os pedidos iniciais totalizavam quase R$ 20 bilhões — assim, portanto, houve uma economia de R$ 10,9 bilhões.

Segundo os números do Planejamento, os precatórios previdenciários correspondem a 29,4% do total, que somam R$ 20 bilhões, seguidos pelos precatórios de pessoal, que são 10% do montante.

A AGU atua em três trabalhos para reduzir os pagamentos decorrentes de ações previdenciárias: o primeiro reconhece o direito da parte ainda no âmbito administrativo, evitando a ida ao Judiciário, enquanto os outros dois envolvem a realização de acordos tanto na fase administrativa quanto na Judicial. A intenção é mitigar o impacto fiscal.

Roman citou que os números explicam a importância do comitê de riscos fiscais envolvendo a AGU e os ministérios da Fazenda e do Planejamento para acompanhar os riscos fiscais e sugerir mudanças para controlar essa despesa. "Todo o trabalho que o conselho [de precatórios] está fazendo, com inteligência artificial e alteração de políticas públicas deve fazer com que a gente volte a ter uma curva descendente até 2027", estimou.

Na avaliação de Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, o crescimento das despesas do governo com sentenças judiciais "indica que o 'meteoro' de 2021 parece ser algo mais constante no Orçamento e ainda sem uma previsibilidade ou entendimento claro para o crescimento tão significativo nos anos recentes".

Ela faz referência à despesa de R$ 89 bilhões de precatórios prevista para 2022, ainda no governo Jair Bolsonaro (PL), quando o então ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou aquele gasto de "meteoro" e sugeriu dar um calote nessa despesa para abrir espaço no Orçamento, o que foi aprovado pelo Congresso posteriormente.

"Um outro problema que vemos é que a conta deve ficar fora do resultado primário para efeito de meta, mas não será ignorada pelo mercado na avaliação do resultado fiscal de fato, e continuará impactando a trajetória crescente da dívida pública", alertou.

Com dívidas judiciais, déficit público vai a 2,23% do PIB em 12 meses

Estevão Taiar
De Brasília

O governo central registrou em abril déficit primário acumulado em 12 meses de R$ 253,4 bilhões, o equivalente a 2,23% do Produto Interno Bruto (PIB). Os números, divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, levam em conta Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (BC), excluindo despesas com a dívida pública.

Em entrevista coletiva concedida para detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que, na conta do resultado primário acumulado, entram fatores que inflaram o déficit e que desaparecerão ao longo do tempo. Um deles são os precatórios pagos no ano passado, que não tinham sido quitados em anos anteriores. Outro foi a antecipação do pagamento de precatórios e do 13º salário da Previdência Social referentes a este ano. Somente essa antecipação, de acordo com Ceron, foi responsável por elevar as despesas da União em R$ 38 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024, em relação ao mesmo período de 2023.

"Estamos buscando no médio prazo uma reversão do processo de degradação fiscal", disse.

A meta de resultado primário para 2023 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do PIB, aproximadamente R$ 29 bilhões, para cima ou para baixo. O governo federal projeta atualmente resultado negativo de R$ 14,5 bilhões.

Na entrevista, o secretário também afirmou que, se for necessário, a União poderá implantar novas medidas para colocar os gastos previdenciários em uma "dinâmica sustentável" — além da revisão de despesas que já vem sendo realizada.

"A dinâmica do regime previdenciário merece atenção", disse, destacando o "crescimento relevante" dos gastos com benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre abril do ano passado e o mesmo mês deste ano, o déficit acumulado em 12 meses do Regime Geral de Previdência Social passou de R$ 278,5 bilhões para R$ 327,3 bilhões, em valores já corrigidos pela inflação.

Já a arrecadação com concessões e participações vem passando por uma queda que, embora seja "bem consistente", é também "fruto de decisão consciente do governo" de priorizar modicidade tarifária no lugar de valores elevados de outorgas, segundo Ceron. Na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado, o recuo foi de 62,3%, para R$ 1,5 bilhão.

Em abril especificamente, o governo central registrou superávit primário de R$ 11,1 bilhões, contra resultado positivo de R$ 15,6 bilhões no mesmo período de 2023. O superávit do mês passado foi fruto principalmente de resultado positivo de R$ 41,5 bilhões do Tesouro e déficit de R$ 30,2 bilhões da Previdência Social.

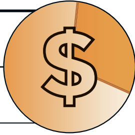
Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o cumprimento da meta de resultado primário deste ano "segue um cenário possível, ainda que não o mais provável". Excluindo os gastos para combater as enchentes do Rio Grande do Sul, que não entram no cálculo da meta, o BTG calcula déficit de R$ 56 bilhões para 2024, "que poderá ser reduzido" para R$ 50 bilhões "caso a Petrobras pague a parcela dos dividendos extraordinários que ainda não foi distribuída".

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Tributação Secretário faz defesa da mudança e diz que nova taxação, estimada em 26,5%, é menor, a mais simples possível e será 'muito mais transparente' que a atual

Alíquota prevista na reforma é 'alta' para padrão internacional, diz Appy

Reforma Tributária



Gabriela Pereira
De Brasília

O secretário-extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, avaliou que a alíquota de 26,5% prevista na reforma é "alta para padrões internacionais", mas o percentual aplicado hoje é ainda maior e pouco transparente. "Esse novo tributo vai ser muito mais transparente", disse.

De acordo com ele, o desenho da reforma é o mais simples o possível e revoga cerca de 27 regulamentos de ICMS "super complexos", além de auxiliar no combate à sonegação de impostos. O secretário participou de audiência pública na Câmara dos Deputados na manhã desta terça-feira (28).

Appy também destacou que o ideal teria sido ter mais tempo para ouvir o setor privado, "mas não foi possível". Para ele, o custo financeiro da tributação do investimento e das exportações é elevado. "Desonerar investimento e exportações tem um efeito muito positivo para o país, inclusive com impactos no PIB."

Sobre a não cumulatividade prevista no projeto, Appy afirmou que a proposta tem o objetivo de impedir a elaboração de notas frias, prática que o secretário tratou como um "grande problema" para a saúde financeira do país. "Eu sei que esse é um tema que tem gerado discussão no setor privado", disse. Ele ressaltou que, no momento que acabar com esse tipo de fraude, será possível diminuir a alíquota.

O secretário afirmou que o Brasil hoje já é o país que mais usa documentos fiscais eletrônicos no mundo. "Quem ainda não emite esse tipo de documento vai ter que começar a emitir", afirmou.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO



"Ao longo do tempo poderemos ver o impacto na economia do país"
Bernard Appy

Appy, afirmou que toda compra internacional terá a mesma tributação de empresas brasileiras, levando em consideração o IBS e CBS. "Vão ser exatamente as mesmas regras para empresas brasileiras", disse. O secretário não se refere à discussão sobre importações com valor de até US$ 50.

Sobre o cashback, Appy declarou que, para a modalidade geral, os padrões já estão definidos e que o público-alvo será as famílias cadastradas do CadÚnico.

Para obter o cashback, é preciso obter a nota fiscal. Segundo ele, esse é um estímulo para se peçam as notas. Outro ponto de destaque é que os entes federados poderão estipular sua porcentagem de cashback até o limite de 100%.

Sobre a cesta básica, o secretário ressaltou que o projeto apresentado reduz a tributação para os alimentos em relação a tributação atual. "A redução mais forte é concentrada no consumo dos mais pobres e menos concentrada no consumo dos mais ricos", destacou. Além disso, ele disse que a questão que envolve as discussões sobre a inclusão da carne na cesta básica, é "uma decisão política".

Appy também avaliou que a união não tem o objetivo de usar o Imposto Seletivo como forma de arrecadação. Disse ainda que é possível avaliar a inclusão dos jogos de azar na alíquota do Imposto Seletivo.

Appy destacou que o impacto da aprovação da reforma tributária será muito positivo na economia e no aumento do PIB. "Esse impacto não acontece no curto prazo, mas ao longo do tempo poderemos ver o impacto na economia do país", disse.

Em sua opinião, o ideal é que o projeto seja aprovado o mais rápido possível, "mas o tempo é do Congresso Nacional".

Sobre a Zona Franca de Manaus, o secretário garantiu que o modelo do projeto foi desenhado para manter a competitividade. "Não existe nenhuma perda de competitividade, não estamos favorecendo nem desfavorecendo", disse. Appy esclareceu que não deve existir aumento de custo para plano de saúde. "Isso foi uma campanha de desinformação que apareceu."

O Grupo de Trabalho (GT) para regulamentar a reforma se reunirá seis vezes por semana, sendo uma vez às segundas-feiras à tarde, às terças e quartas pela manhã e à tarde, e às quintas pela manhã. Além disso, também serão realizadas mesas de conversa para debater o tema. O plano de trabalho foi aprovado nesta terça.

Os próximos temas a serem abordados pelo grupo serão normas gerais do IBS e da CBS sobre operações; modelo operacional do IBS e da CBS; IBS e CBS sobre exportações e importações; regimes aduaneiros especiais, zonas de processamento de exportações e regimes de bens de capital; cashback; cesta básica e demais alimentos e regimes diferenciados.

FMI eleva projeção para o PIB do Brasil

Marcelo Osakabe
De São Paulo

O corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a visita ao Brasil para elaboração do relatório Artigo IV, documento anual sobre países-membros, que costuma divulgar no início do segundo semestre.

"Nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a inflação recuando para o intervalo da meta. O corpo técnico do FMI prevê que o crescimento modere no curto prazo, antes de se fortalecer e alcançar 2,5% no médio prazo — uma correção para cima frente aos 2% projetados na ocasião das consultas de 2023 ao abrigo do Artigo IV", afirma o FMI em comunicado. A melhora se deve à implementação da reforma tributária e ao aumento da produção de hidrocarbonetos.

A equipe do Fundo avalia que a política monetária tem sido levada em ritmo cuidadoso e que isso tem ajudado a inflação a permanecer dentro do intervalo da meta. Ela ainda elogia o trabalho das autoridades para melhorar a posição fiscal do Brasil e reconhece os avanços na agenda de implementação da reforma tributária. "Espera-se que a implementação da histórica reforma do IVA eleve consideravelmente a produtividade, apoie a geração de empregos formais e melhore a equidade do sistema tributária", diz o comunicado.

O Brasil deve crescer 2,1% em 2024 e 2,4% em 2025, projeta o FMI. A inflação deve chegar a 3,7% no fim de 2024 e atingir a meta de 3% na primeira metade de 2026.

INÊS 249

Conjuntura Para especialistas, composição do indicador é benigna e desaceleração dos preços no setor de serviços é bem-vinda

IPCA-15 acelera em maio, mas não preocupa economistas

Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15), considerado a prévia da inflação oficial no país, subiu em 0,44% em maio após alta de 0,21% em abril, segundo o IBGE. Apesar da aceleração mensal, o resultado veio um pouco abaixo da alta de 0,47% esperada pela mediana do Valor Data e também manteve a desaceleração contínua no acumulado de 12 meses — 3,77% em abril. De acordo com economistas, a composição do indicador foi benigna, principalmente pela desinflação que permanece no setor de serviços e a queda nos núcleos.

Segundo cálculos da MCM Consultores, a média dos cinco núcleos do IPCA-15 monitorados pelo Banco Central acelerou para 0,31% em maio, de 0,19% em abril, mas em 12 meses recuou de 3,61% para 3,50%.

"A surpresa positiva veio pelo lado de serviços, principalmente de serviços adjacentes [os que mais respondem ao ciclo econômico]. Ficou em 4,8%, uma desaceleração muito boa em comparação ao ano passado. O repique que vimos em dezembro e janeiro preocupou um pouco, mas os últimos meses já mostraram uma tendência de desaceleração novamente", comentou a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitória.

Na mesma linha, a economista para Brasil do BNP Paribas, Laiz Carvalho, apontou que observou uma composição benigna nos dados do indicador. Alimentação no domicílio, que era algo, que estava fazendo bastante pressão para cima nos últimos meses, perdeu força agora, com desaceleração nos preços de frutas, vegetais. Eletrônicos e eletrodomésticos também continuam em uma desaceleração. "O que veio mais alto neste mês foram preços de transporte e preços de saúde e cuidados especiais, o que já estávamos esperando. Mas serviços subjacentes vieram na casa do 0,30% e continua desacelerando ano contra ano."

Das nove classes de despesas usadas para cálculo do IPCA-15, cinco tiveram aceleração na passagem entre abril e maio: habitação (de 0,07% para 0,25%); vestuário (de 0,41% para 0,66%); transportes (de -0,49% para 0,77%); saúde e cuidados pessoais (de 0,78% para 1,07%); educação (de 0,05% para 0,11%); e comunicação (de 0,17% para 0,18%).

Por outro lado, três grupos registraram desaceleração: alimentação e bebidas (de 0,61% para 0,26%); artigos de residência (de 0,03% para -0,44%); e despesas pessoais (de 0,40% para 0,18%).

Isoladamente, a gasolina foi a principal influência para a alta do IPCA-15 em maio, com variação de 1,90% e impacto de 0,09 ponto percentual.

Nesta leitura, o IBGE também olhou com mais atenção os efeitos da tragédia no Rio Grande do Sul. Em razão da calamidade pública na região metropolitana de Porto Alegre, cerca de 30% da coleta de dados do índice ocorreu de modo remoto, por telefone ou internet, em vez do modo presencial.

O período de coleta de dados para o IPCA-15 de maio ia de 16 de abril a 15 de maio. Segundo o IBGE, a coleta remota de preços foi intensificada a partir de 6 de maio, quando cerca de 70% dos preços já tinham sido coletados. Alguns itens, porém, não puderam ser coletados — caso de hortaliças e verduras. A região metropolitana de Porto Alegre respondia, em abril, por 8,61% do cálculo do IPCA-15.

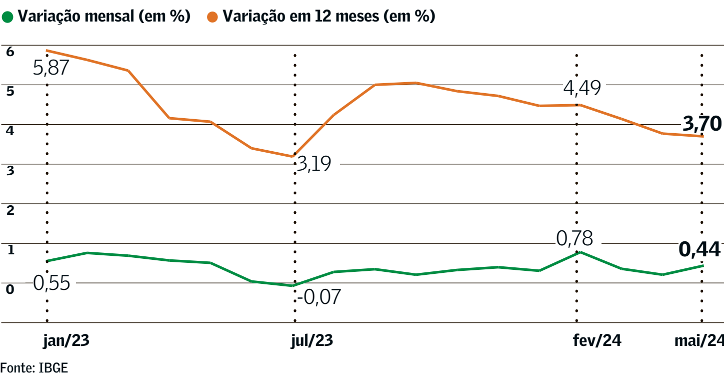
Rafaela Vitória, contudo, ponderou que o maior impacto da tragédia será pela depressão da atividade na região, o que não é algo ruim do ponto de vista da inflação. A economista disse ainda que os gastos planejados para a recuperação do Rio Grande do Sul tampouco devem exercer pressão de alta sobre o IPCA-15 ou o IPCA para o fim do ano.

"Vimos na pandemia. Quando você tem aumento de gastos por causa de atividade deprimida, o efeito não é inflacionário. Quando é bem localizado, não tem esse impacto. O que preocupa é o governo usar esse argumento para aumentar outros gastos. Usar isso como uma licença para gastar em outras frentes. Gastos especificamente com a recuperação do Rio Grande do Sul não é algo que preocupa nem do ponto de vista fiscal nem do inflacionário", avaliou.

Olhando para o efeito a curto prazo já na primeira metade de maio, a economista e coordenadora de pesquisa da consultoria Buysidebrazil, Mirella Hirakawa, destacou impacto considerável na inflação regional. "Ainda que sejam os primeiros impactos dessa calamidade, o índice de preços do IPCA-15 de maio de Porto Alegre apresentou uma alta de 0,86%", diz, destacando os principais "vilões" no indicador.

"Um deles é a inflação não domiciliar, que teve alta de 1,38%, enquanto a alta nacional foi de 0,22%. Dentro desses vilões, os principais estão correlacionados a hortifrútis que são os primeiros impactados em problemas climáticos. Outro item que eu destacaria dessas altas regionais é preço de gasolina, que subiu 6,9% em Porto Alegre, enquanto o índice nacional teve alta de 1,9%."

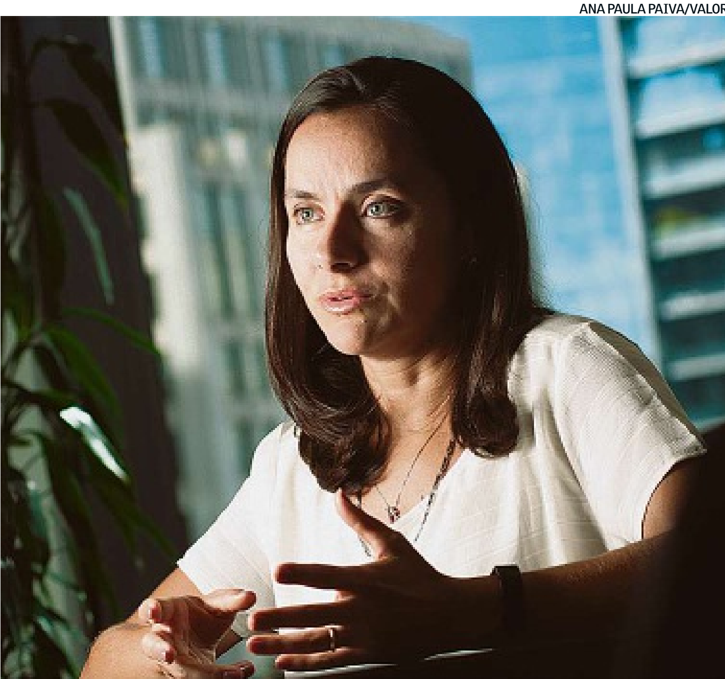
Prévia de inflação acelera
Resultado do IPCA-15 de maio, no entanto, veio abaixo do esperado



Fonte: IBGE

> "IPCA-15 de maio de Porto Alegre apresentou alta de 0,86%"
> *Mirella Hirakawa*

ANA PAULA PAIVA/VALOR


Rafaela Vitória: gasto com Rio Grande do Sul não devem pressionar inflação

Fundo federal impõe regra para câmera de policiais

Mariana Assis
De Brasília

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, assinou nesta terça-feira portaria que estabelece diretrizes para o uso de câmeras corporais nos uniformes de policiais. Os Estados e o Distrito Federal não são obrigados a aderir, mas, se utilizarem recursos dos fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional para adquirirem os equipamentos, deverão seguir as diretrizes. Ele disse, no entanto, que é "desejável" a aderência às normas.

"Seria desejável que todos os entes federados, Estados, Distrito Federal e municípios, atendessem as essas diretrizes por sua qualidade técnica", afirmou, em entrevista coletiva após a cerimônia de assinatura da portaria. "Mas não compete ao Ministério da Justiça tomar nenhuma iniciativa contra qualquer ente federado que tenha outras diretrizes", acrescentou.

A assinatura das diretrizes federais ocorreu dias após a publicação de um edital do Estado de São Paulo que dá liberdade para policiais decidirem se gravam ou não uma ocorrência. A portaria do ministério admite a operação do equipamento pelo próprio agente, em pausas para preservar "intimidade ou privacidade" do policial, por exemplo. No entanto, frisa que é preferencial o funcionamento automático, em que a gravação é iniciada desde a retirada do equipamento da base até a sua devolução ou configurada para ser acionada em determinadas situações. O texto também prevê a possibilidade de acionamento remoto, quando a gravação é iniciada, de forma ocasional, por meio do sistema, após decisão da autoridade competente ou se a situação exigir o procedimento.

Lewandowski destacou que o Estado é autônomo para as decisões que toma no âmbito da segurança pública. "O Estado de São Paulo é autônomo no que diz respeito as suas decisões em matéria de segurança pública."

O secretário de segurança de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou que a norma federal tem "muita aderência" ao que já é feito no Estado. Segundo ele, o Ministério da Justiça e Segurança Pública consultou a gestão paulista sobre as câmeras corporais. "A gente foi consultado informalmente, por parte da experiência que São Paulo tem com relação as câmeras corporais, pelos técnicos que estavam elaborando a diretriz", afirmou.

O documento lista 16 circunstâncias em que as câmeras devem estar ligadas, como atendimento de ocorrências, atividades que demandem atuação ostensiva e identificação e checagem de bens. O texto também enumera situações como escoltas de custodiados e em intervenções e resolução de crises, motins e rebeliões no sistema prisional.

Lewandowski definiu a portaria como um "salto civilizatório". "Esse texto, não quero pecar contra modéstia, é um salto civilizatório no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais das pessoas, da segurança dos agentes policiais", avaliou o ministro.

Renato Sérgio Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, vê como "positiva" a portaria. "Ela vem num vácuo de regulamentação e o SUSP [Sistema Único de Segurança Pública] é exatamente isso: ele é construído como uma grande forma de regulamentação do sistema de segurança", pondera.

De acordo com o especialista, São Paulo mostrou que o uso ininterrupto da tecnologia é a chave para que o mecanismo seja bem-sucedido. "São Paulo até agora mostrou que o elemento de grande sucesso é a gravação ininterrupta, não é o único, mas é um dos principais junto com a forma como os dados são tratados, como eles servem para poder corrigir procedimentos", afirmou.

Já o Instituto Sou da Paz considerou que o texto seria mais efetivo se vinculasse o repasse de recursos federais ao acionamento automático dos equipamentos. "Não dá para dizer que a portaria fará com que mais ocorrências sejam gravadas com uma geração maior de impactos positivos, porque o Governo Federal deixou no artigo 10 a questão da gravação ininterrupta como preferencial, e não obrigatória."

Ver também página A13

Expectativa de vida e renda recuam na pandemia

Estevão Taiar
De Brasília

A expectativa de vida, a frequência escolar e a renda per capita da população brasileira recuaram no segundo ano da pandemia da covid-19, em relação ao período anterior à emergência sanitária. É o que mostra o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, com números referentes a 2021 e divulgado ontem pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Na comparação com 2019, a expectativa de vida no Brasil ao nascer passou de 76,47 anos para 74,16 anos, segundo o Pnud. Já a frequência escolar, que mede a porcentagem de pessoas que têm entre 6 e 14 anos e que frequentam a escola, recuou de 99,27% para 98,84%. Por fim, a renda per capita mensal média recuou de R$ 814,30 para R$ 723,84.

A queda da renda é o fator, segundo o braço da ONU, "que suscita maior atenção, uma vez que seus valores refletem, de forma preocupante, os resultados macroeconômicos da crise econômica iniciada em 2015 e agravada pela covid-19".

Mas o Pnud destaca positivamente "o impacto dos programas Auxílio Emergencial e Auxílio Brasil" nos dois primeiros anos da pandemia. Para ele, sem esses programas, as repercussões sobre a renda per capita "teriam sido mais acentuadas".

Além disso, ambos os programas tiveram atuação "decisiva para a recomposição de renda das famílias mais pobres" nos Estados com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) menores.

As perspectivas para a renda contrastam com o cenário, mais positivo, projetado para a expectativa de vida. "O impacto da pandemia sobre a longevidade é pontual e será revertido a partir de 2022 — considerando o mapa de vacinação nacional e a ação assertiva do Sistema Único de Saúde" nos Estados, diz.

Mas o Pnud também sugere "reforçar medidas emergenciais e promover a avaliação dos protocolos de segurança, bem como das decisões de políticas públicas tomadas" na pandemia. De acordo com o órgão, esses fatores "possibilitarão aos entes federativos uma curva de aprendizagem sem igual" na área de saúde pública.

No caso da frequência escolar, o cenário é mais incerto, já que "os efeitos negativos de médio prazo" causados pela pandemia "ainda não foram devidamente avaliados — tanto sob o enfoque quantitativo quanto qualitativo".

A pandemia também fez com que o IDH de diversos Estados recuasse para o patamar de quase uma década antes. O IDH é um indicador que tem o objetivo de medir a qualidade de vida de um país, Estado ou cidade, com base em fatores como expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita. A escala vai de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1, melhor é a qualidade de vida daquela população.

De acordo com o Pnud, "o retrocesso" dos IDH estaduais "pode ser visualizado, de forma mais significativa, em um conjunto de Estados das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul".

Ao todo, entre 2019 e 2021, o indicador de seis Estados recuou do nível alto para o nível médio: Pará, Bahia, Paraíba, Piauí, Roraima e Amapá. Para outros quatro, o recuo foi do nível muito alto para o nível alto. São eles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Segundo o Pnud, "esses movimentos reaproximaram o mapa" dos IDH estaduais daquele que era visto em 2012.

Em entrevista coletiva, o representante residente do Pnud no Brasil, Claudio Providas, afirmou que o país tem "recursos, população e mercado interno" suficientes para acelerar o seu desenvolvimento humano.

"O Brasil está avançando", disse, afirmando ainda que ferramentas digitais, como o Pix, "podem promover uma aceleração no desenvolvimento".

Mas ele defendeu que também é preciso diversificar, por exemplo, a pauta exportadora, muito concentrada em commodities. Além disso, defendeu "uma mudança de mentalidade" em relação à transição ecológica. Ainda elegeu como "preocupação" os riscos de o país envelhecer "antes de ficar desenvolvido", de maneira igual à Índia e oposta à Coreia do Sul.

IDH
Por Estado*

	Muito alto	IDH
1º	Distrito Federal	0,814
2º	São Paulo	0,806
	Alto	
3º	Santa Catarina	0,792
4º	Minas Gerais	0,774
5º	Espírito Santo	0,771
6º	Rio Grande do Sul	0,771
7º	Paraná	0,769
	Brasil	**0,766**
8º	Rio de Janeiro	0,762
9º	Mato Grosso do Sul	0,742
10º	Goiás	0,737
11º	Mato Grosso	0,736
12º	Ceará	0,734
13º	Tocantins	0,731
14º	Rio Grande do Norte	0,728
15º	Pernambuco	0,719
16º	Acre	0,71
17º	Sergipe	0,702
18º	Amazonas	0,7
19º	Rondônia	0,7
	Médio	
20º	Roraima	0,699
21º	Paraíba	0,698
22º	Bahia	0,691
23º	Pará	0,69
24º	Piauí	0,69
25º	Amapá	0,688
26º	Alagoas	0,684
27º	Maranhão	0,676

Fonte: Pnud *Dados mais recentes, de 2021

IDH do Rio Grande do Sul vai sentir impacto das enchentes, diz ONU

De Brasília

As enchentes no Rio Grande do Sul vão afetar negativamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, afirmou ontem em entrevista coletiva a coordenadora da Unidade de Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Betina Barbosa.

"Uma crise climática ou a da covid-19 vai atingir o IDH", afirmou a coordenadora do Pnud, braço da Organização das Nações Unidas (ONU).

O IDH é um indicador que tem o objetivo de medir a qualidade de vida de um país, Estado ou cidade, com base em fatores como expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita. A escala vai de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1, melhor é a qualidade de vida daquela população.

Segundo Betina, o IDH do Estado deve ser afetado negativamente nas três frentes principais do indicador: na sanitária, com o exemplo do aumento de casos de leptospirose; na educacional, com o fechamento de escolas; na de renda, com os impactos sobre a atividade econômica.

De acordo com o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, com números referentes a 2021 e divulgado nesta terça-feira (28) pelo Pnud, o IDH do Rio Grande do Sul era de 0,771. O nível é considerado alto, sendo também o quinto maior do Brasil, empatado com o Espírito Santo.

Já a região metropolitana de Porto Alegre tinha IDH de 0,814, nível considerado muito alto e o sétimo maior entre as regiões metropolitanas de 21 capitais estaduais do Brasil.

Na entrevista coletiva, o representante residente do Pnud no Brasil, Claudio Providas, destacou a importância de que a reconstrução do Rio Grande do Sul seja realizada de forma "mais inteligente", para diminuir "riscos" e "vulnerabilidades". "É preciso entender que o mundo está estudando, com uma mudança climática muito mais acelerada", disse. *(ET)*

> "Uma crise climática ou a da covid-19 vai atingir o IDH"
> *Betina Barbosa*

Educação Taxa de crianças que sabem ler e escrever até o fim do 2º ano do ensino fundamental reage e chega 56% em 2023, um ponto a mais que em 2019

Alfabetização na idade certa retoma o nível anterior à pandemia

Marsílea Gombata
De São Paulo

O Brasil recompôs o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa. A taxa de crianças que sabem ler e escrever até o fim do segundo ano do ensino fundamental passou de 36% em 2021 para 56% em 2023. O percentual alcançado no ano passado está um ponto percentual acima dos 55% registrados em 2019, um ano antes da pandemia de covid-19.

Os resultados foram apresentados na terça-feira (28) pelo Ministério da Educação (MEC), em Brasília. No evento, o ministro da Educação, Camilo Santana, explicou os primeiros resultados do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que envolve União, Estados e municípios na meta de alfabetização das crianças até o fim do segundo ano, além da recuperação das perdas de aprendizagem de estudantes do terceiro ao quinto ano do fundamental, em decorrência da pandemia.

Foi apresentado ainda o Indicador Criança Alfabetizada — percentual de crianças alfabetizadas na idade certa em cada Estado, fruto da Pesquisa Alfabetiza Brasil, feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2023. Nela, foi definido o ponto de corte para a alfabetização em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

"Alfabetizar na idade certa é fundamental para a garantia de aprendizagem ao longo de toda trajetória escolar", afirmou Santana, no evento em Brasília, no qual estavam governadores, prefeitos, secretários de Educação e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro lembrou dados do último censo que mostram que 500 mil jovens abandonam a escola pública no ensino médio em um ano e alertou para a importância de a escola ser atrativa para os alunos.

"Para podermos reverter indicadores ao longo da trajetória da educação básica, é fundamental a criança aprender a ler e a escrever ao fim do segundo ano", disse, ao mencionar a meta de 80% das crianças alfabetizadas até 2030.

No cronograma do governo, a taxa de alfabetização hoje em 56% deve crescer para 60% no ano que vem, 64% em 2025, 67% em 2026. Em 2027, o objetivo é chegar a 71%, em 2028, a 74%, e em 2029, 77%.

"Estamos propondo que até 2030 cheguemos a pelo menos 80%. É algo nobre, mas uma coisa pequena", afirmou Lula. "Acho 80% pouco. Mas acho muito se imaginarmos a tradição do ensino fundamental no país. Quando a escola era para poucos, havia uma qualidade extraordinária. Quando se universalizou o ensino, uma parte da sociedade saiu da escola pública porque não tinha a qualidade exigida. Só traremos a classe média de volta para a educação pública no ensino fundamental quando melhorar a qualidade da educação."

A apresentação feita pelo governo trouxe duas notícias positivas, afirma Daniel de Bonis, diretor de conhecimento, dados e pesquisa na Fundação Lemann, que integra a Aliança pela Alfabetização, ao lado do Instituto Natura e da Associação Bem Comum.

"O primeiro é de fato ter havido uma recuperação do nível pré-pandemia", diz. "O outro seria termos, pela primeira vez, um indicador sobre o percentual de crianças alfabetizadas por Estado e municípios, além de metas para a ampliação da alfabetização na idade certa."

Nesse sentido, Maria Slemenson, superintendente de políticas educacionais do Instituto Natura, observa que os indicadores serão importantes para nortear políticas públicas na área da educação.

"Em um país em que os abismos educacionais são imensos, a possibilidade de termos avaliações censitárias por Estados é um divisor de águas", afirma. "Os recortes por raça, por exemplo, fornecerão dados muito mais refinados para orientar políticas públicas mais inclusivas e mais precisas."

A partir do Indicador Criança Alfabetizada, afirmou o ministro da Educação, são estabelecidas as metas de alfabetização de cada município, Estado e do país.

"A meta de 80% das crianças alfabetizadas até 2030 é plenamente factível, e acho que deveríamos mirar para alcançar mais. A parcela de 20% das crianças não alfabetizadas ainda me parece alta", afirma Bonis.

Ele argumenta que, apesar de a evolução média nos últimos dois anos não ser tão animadora, uma vez que retornamos ao patamar de 2019, quando se analisam as taxas estaduais, vê-se que alguns Estados evoluíram mais rapidamente.

"O Ceará, por exemplo, já vinha apresentando um cenário melhor que o Brasil e hoje está 12 pontos percentuais acima do pré-pandemia. O Maranhão, por exemplo, teve um avanço muito grande, de 23 pontos de 2019 para cá", lembra. "Isso é positivo. Mostra que o Brasil sabe melhorar esses indicadores."

Ivan Gontijo, gerente de políticas educacionais do Todos Pela Educação, ressalta diferenças metodológicas que devem ser levadas em conta na hora de comparar os resultados.

Os dados de 2019 e 2021 são baseados no Saeb daqueles anos, enquanto os de 2023 são resultado dos Sistemas Estaduais de Avaliação, do qual não participaram Acre, Roraima e o Distrito Federal.

"Temos uma diferença de mais de 20 pontos percentuais [de 2021 para cá] importante, mas que já era esperada. Os alunos do Saeb 2021 tiveram o primeiro e o segundo anos completamente remotos, o que impactou muito a aprendizagem. Já os estudantes de 2023 fizeram esses primeiros anos em modo presencial", diz.

"Fica muito difícil comparar [o desempenho de] alunos que estudaram presencialmente com alunos que não estiveram em sala [nesses anos]. A ideia é que nas próximas avaliações consiga-se ter um padrão de comparação melhor, pois serão comparados alunos que estudaram presencialmente com outros que tiveram o mesmo tipo de ensino."

Gontijo argumenta, contudo, que os resultados apresentados são, de maneira geral, bastante positivos para o MEC.

"É importante recuperarmos indicadores [de patamares] pré-pandemia, e esse não é apenas um trabalho do MEC, mas do governo federal, dos entes estaduais e dos municípios", afirma, ao pontuar que a estratégia do Ministério da Educação é baseada na política educacional implementada no Ceará nos últimos anos.

"Esses resultados dão fôlego para [o MEC] dizer que a política está caminhando na direção certa. Por outro lado, olhando a fotografia, ter 44% das crianças no fim do segundo ano não alfabetizadas demanda que se coloque bastante energia nisso."

Em nota, a Aliança pela Alfabetização afirmou que, apesar da preocupante taxa de crianças não alfabetizadas no tempo adequado, existe confiança na direção da agenda de educação do governo.

"Os resultados apontam para uma tendência crescente e consistente, demonstrando que os esforços não estão sendo em vão", diz o texto.

> "Meta de 80% das crianças alfabetizadas até 2030 é factível"
> *Daniel de Bonis*

Recuperação parcial

Taxa de crianças alfabetizadas até o 2º ano do fundamental - em %**

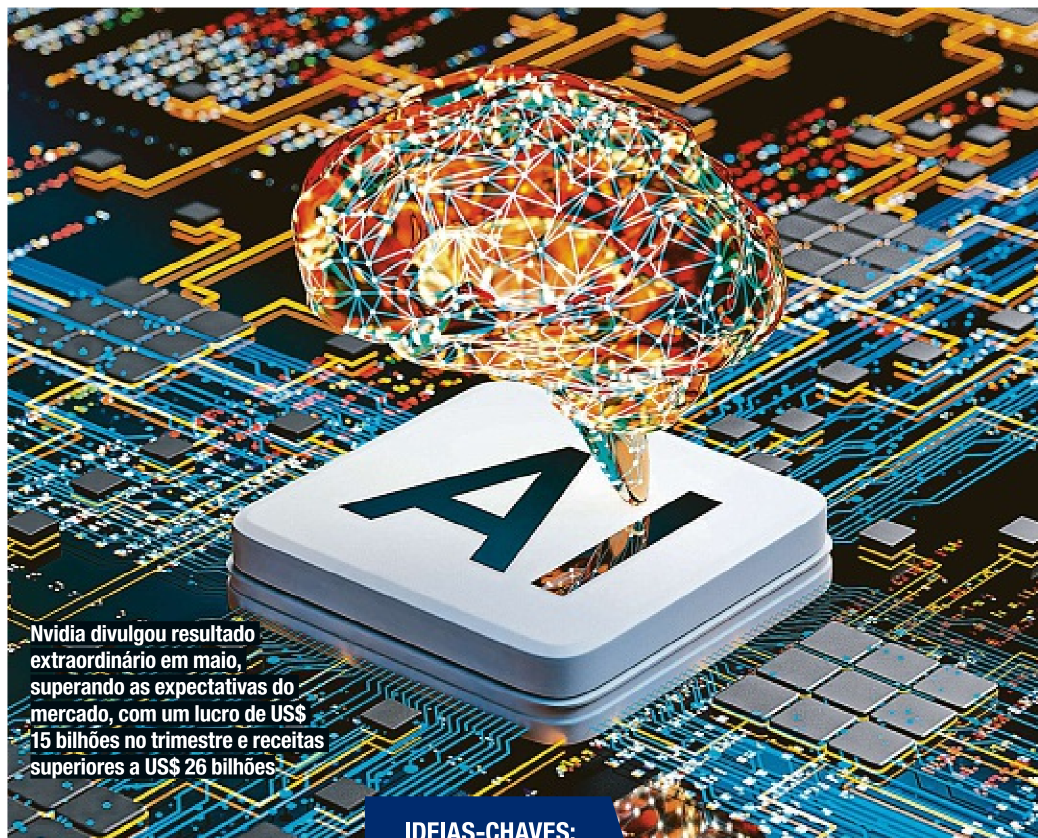
	2019	2021	2023
Acre*			
Alagoas	39	30	44
Amapá	25	19	42
Amazonas	44	29	52
Bahia	41	24	37
Brasil	55	36	56
Ceará	73	45	85
Distrito Federal*			
Espírito Santo	62	46	68
Goiás	63	39	67
Maranhão	33	23	56
Mato Grosso	52	22	55
Mato Grosso do Sul	41	31	47
Minas Gerais	64	43	60
Pará	37	37	48
Paraíba	45	39	51
Paraná	68	40	73
Pernambuco	45	28	59
Piauí	50	37	52
Rio de Janeiro	49	27	52
Rio Grande do Norte	32	18	37
Rio Grande do Sul	68	35	63
Rondônia	46	25	65
Roraima*			
Santa Catarina	69	55	61
São Paulo	60	41	52
Sergipe	31	20	31
Tocantins	38	14	44

Fonte : Inep/MEC. Saeb 2019 e 2021. Sistemas Estaduais de Avaliação AL, AP, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, SC, SP, SE e TO 2023. *Não participou da pesquisa. **Indicador Criança Alfabetizada



ARTIGO

Bolsas dos EUA nas máximas, Nvidia surpreende



© GETTY IMAGES

Nvidia divulgou resultado extraordinário em maio, superando as expectativas do mercado, com um lucro de US$ 15 bilhões no trimestre e receitas superiores a US$ 26 bilhões

IDEIAS-CHAVES:

1) Em maio, a Nvidia divulgou lucro trimestral de US$ 15 bilhões e receitas superiores a US$ 26 bilhões. A empresa ultrapassou US$ 2 trilhões em valor de mercado, superando Amazon e Tesla combinadas

2) A Nvidia produz placas, chips e microprocessadores, fundamentais para a inteligência artificial. Iniciou com placas para games e se tornou uma líder tecnológica em IA. Ganhou destaque com o ChatGPT, amplamente utilizado para acessar a tecnologia de IA

3) Esse sucesso da empresa impulsionou as Bolsas americanas a máximas históricas, alimentando um rally tecnológico. O CEO da Nvidia comparou a revolução da IA à Revolução Industrial

4) A atividade econômica nos EUA continua aquecida. O índice PMI registrou 54,4 em maio, o mais alto em mais de 24 meses. Pedidos de bens duráveis à indústria americana em abril superaram expectativas, mostrando uma economia forte

5) Nesse contexto, diretores do Fed ainda estão preocupados com a inflação elevada. A chance de cortes na taxa de juros nos EUA no segundo semestre diminuiu, com a expectativa de que os juros permaneçam elevados, fechando o ano em torno de 5%

Por Paulo Gala*

O grande destaque do momento é o resultado da empresa americana Nvidia, que produz placas, chips e microprocessadores para a revolução da inteligência artificial. Essa empresa começou fabricando placas para games, com chips e processadores que trabalham de modo simultâneo para melhorar a qualidade das imagens, e acabou se tornando a fronteira tecnológica hoje na produção de placas e chips para aplicativos que usam inteligência artificial, a grande onda do momento.

A empresa ganhou destaque após o lançamento do ChatGPT, talvez hoje o aplicativo mais usado por pessoas físicas para acessar essa revolução tecnológica. A inteligência artificial não surgiu com o ChatGPT; já vinha ganhando força desde 2015-2016, mas o ChatGPT desencadeou essa revolução.

O CEO da Nvidia comparou em declaração recente o impacto da revolução da inteligência artificial com a própria Revolução Industrial: uma tecnologia que afetará praticamente tudo que empresas e trabalhadores fazem no seu dia a dia.

A empresa divulgou um resultado extraordinário em maio, superando as expectativas do mercado, com um lucro de US$ 15 bilhões no trimestre e receitas superiores a US$ 26 bilhões. A companhia já ultrapassou o valor de mercado de US$ 2 trilhões, já valendo mais do que Amazon e Tesla somadas. Esse movimento contagiou todas as Bolsas americanas, que atingem máximas históricas, surfando esse rally tecnológico.

O índice PMI, que mede a atividade econômica nos Estados Unidos, registrou em maio um valor de 54,4, o mais alto em mais de 24 meses. Esse dado preliminar mostra uma atividade bastante aquecida. Além disso, os pedidos de bens duráveis para a indústria americana em abril também foram muito fortes, superando as expectativas para máquinas, equipamentos, materiais de transporte e indústria em geral.

Esses pedidos de abril indicam uma economia americana mais forte. Tudo isso ocorre num momento de preocupação dos diretores do Fed com a inflação ainda elevada e com temor de cortar juros num cenário de inflação ainda acima da meta.

Após a divulgação de indicadores abaixo do esperado nos Estados Unidos sobre comportamento de preços ao consumidor (CPI) em abril, o mercado financeiro deu uma virada para um movimento mais otimista. O mercado de trabalho americano também tem dado sinais de fraqueza.

Ainda assim, essa "última milha" do controle da inflação não está fácil. O último dado de confiança do consumidor de Michigan para o mês de maio também mostrou preocupação com inflação.

A chance de cortes da taxa de juros nos EUA no segundo semestre diminuiu. Hoje, o mais provável é que o BC americano corte uma ou duas vezes apenas sua taxa básica até dezembro de 2024, deixando os juros dos EUA em 5% no ano, um patamar ainda bem elevado.

*** Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.**

INÊS 249

Ambiente Especialistas defendem pacto entre municípios, Estados e União para projetos que preparem cidades contra eventos extremos

Após inundação no RS, eleição terá debate sobre adaptação climática

Rafael Vazquez
De São Paulo

Embora a necessidade de readaptação das cidades para suportar eventos climáticos extremos seja um consenso entre técnicos há anos, o tema sempre ficou esquecido nas campanhas eleitorais para cargos legislativos e principalmente em eleições para prefeitos, governadores e presidentes. Após a tragédia das chuvas que inundaram a maior parte do Rio Grande do Sul há um mês, no entanto, existe a expectativa de que o assunto ganhe protagonismo no debate.

"Se não for agora, não vai ser nunca mais. A tragédia no Rio Grande do Sul é o maior desastre da história do Brasil", avalia o pesquisador e tecnologista da sala de situação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden-Mcti), Pedro Ivo Camarinha. "Mesmo que o número de mortes não chegue a ser o maior, no contexto todo é o pior que já vimos no país porque o número de municípios severamente impactados e os prejuízos econômicos causados pelo mesmo evento são inéditos. No balanço final, é possível que seja pior do que foi com o furacão Katrina em New Orleans, nos EUA [em 2005]."

Para ele, a cobertura extensa da tragédia e a mobilização da sociedade em favor prol dos afetados pelas chuvas intensas abrem uma janela de oportunidade para que os candidatos percam o receio de abordar o tema com os eleitores.

"De certa forma, é uma oportunidade de os políticos usarem isso para criar programas e políticas direcionadas à adaptação das cidades, inclusive para que consigam vencer eleições. O importante, obviamente, é que não fiquem apenas na narrativa e que olhem para isso com a devida preocupação", diz Camarinha. "Isso vai ficar cada vez mais óbvio para a população, o que ajudará a ir colocando [no poder] prefeitos, governadores, presidentes, senadores e deputados alinhados com essa questão."

Na Comunitas, ONG que presta suporte a governos para implementação de soluções em diversas áreas, a leitura é a de que os candidatos não poderão mais evitar a pauta do meio ambiente. "Não tem mais como fugir do que está acontecendo", acredita Dayane Reis, diretora de conhecimento e novação da ONG. "A tragédia no Rio Grande do Sul tem o potencial de ser um catalisador bastante significativo para a inclusão dessa pauta de adaptação climática na agenda política não só desta eleição, mas de todas as próximas." Para ela, "a sociedade mesmo vai fazer pressão e vai passar a cobrar os candidatos".

Segundo o coordenador de articulação política da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP), Jeconias Rosendo da Silva Junior, a adaptação das cidades às mudanças climáticas é um tema que, ao menos nos bastidores, já preocupa boa parte dos prefeitos brasileiros de forma mais séria desde 2022, quando fortes chuvas na região metropolitana de São Paulo atingiram fortemente Francisco Morato e Franco da Rocha, duas cidades que cresceram aceleradamente nas últimas décadas com muita gente ocupando áreas de encostas vulneráveis a deslizamentos.

"Depois desse episódio, os prefeitos ficaram muito angustiados, o que nos levou a instituir uma comissão permanente com mais de 50 municípios para observar cidades sujeitas a desastres. Portanto, a agenda climática já havia subido de nível nas prioridades."

Jeconias aponta que a tragédia no Sul vai finalmente levar a questão ao centro do debate não apenas nas próximas eleições municipais como também para os governos estaduais e federal em 2026. O executivo, que apoia prefeitos de todo o país na formulação de políticas públicas, chama a atenção para a necessidade de desenhar uma estrutura bem planejada que transforme intenção em prática.

Ele defende uma governança climática multinível. "O ponto fundamental dessa questão não se limita aos planos de adaptação climática municipais — embora eles sejam imprescindíveis. O aspecto fundamental está na articulação desses planos com as estratégias estaduais e federais", alerta Jeconias. "O país necessita, urgentemente, de um pacto sobre federalismo climático que defina claramente o papel de cada ente governamental e direcione estrategicamente os investimentos necessários para tornar nossas cidades mais resilientes."

Essa articulação entre os três níveis de governo já foi discutida e inclusive aprovada na Câmara dos Deputados em 2022 sob o projeto de lei 4.129/21, mas a iniciativa ficou travada no Senado e foi votada e aprovada pelo plenário somente no dia 15, após os temporais no Sul. O texto agora precisa ser reavaliado pela Câmara antes de ser encaminhado à sanção presidencial.

> "Não tem mais como fugir do que está acontecendo"
> *Dayane Reis*

Uma das autoras do projeto, a deputada federal Tabata Amaral (PSB) é candidata à prefeitura de São Paulo neste ano e promete levar as mudanças climáticas ao centro do debate na disputa. Ela critica o histórico afastamento da classe política, que, segundo ela, ignorou os efeitos do aquecimento global nas cidades e lidou com a questão como se fosse um problema distante da população.

"Eu sinto que muita gente ainda pensa a pauta ambiental como algo distante, algo da Amazônia. É claro que é importante falar da preservação da Amazônia, mas na cidade a pauta ambiental é saneamento básico, córrego poluído, enchente. A política falha muito quando trata do que está distante, sendo debatido na rede social, mas não elabora propostas concretas para lidar com enchentes, por exemplo", diz Tabata. "Não adianta pensar em novos piscinões porque não vão dar conta. Precisamos pensar em parques capazes de absorver essa água cada vez mais intensa que chega das chuvas."

Camarinha destaca o exemplo da China, que para ele é o melhor modelo sobre o que precisa ser feito em termos de adaptações climáticas. "A China tem um território tão vasto quanto o nosso, com situações semelhantes de grandes cadeias montanhosas e processos meteorológicos e climáticos muito severos", diz. A diferença, segundo ele, é que os chineses já investem em soluções urbanas como parques e áreas permeáveis. "Os chineses têm investido muito na questão da prevenção, tanto que agora com o Rio Grande do Sul veio à tona a questão das cidades-esponja, que é um conceito de um arquiteto chinês [Kongjian Yu]."


GABRIEL REIS/VALOR
Caio Castro: cidades precisam de dados e tecnologia contra mudança climática

Segundo Caio Castro, diretor da ICities, empresa que desenvolve planos estratégicos para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, não adianta prefeitos gastarem recursos com iniciativas que dão selos de "cidades inteligentes" se a sustentabilidade e a prevenção contra as mudanças climáticas não estiverem contempladas em um plano de ação. "Hoje a inteligência de uma cidade é justamente ter dados e tecnologias que permitam precisão para mitigar os efeitos das mudanças climáticas."

Para Castro, o primeiro passo é ter líderes políticos conscientes dos riscos aos quais as cidades estão expostas para identificar as adaptações que precisam ser feitas. "Além de enchentes, uma questão que precisa ser observada por um prefeito é a qualidade do ar. Barcelona, por exemplo, usou soluções ligadas ao conceito de cidade inteligente para identificar que as pessoas estão adoecendo precocemente devido à baixa qualidade do ar e promoveu mudanças", diz.

Ele afirma ainda que, em muitos casos, as próprias prefeituras já detêm informações suficientes para detectar vulnerabilidades e possíveis soluções, mas falta conhecimento técnico para cruzar os dados e elaborar um plano eficiente.

Para Jeconias, a deficiência técnica de servidores municipais "não é uma inverdade". Ele clama por um pacto federativo para lidar com as mudanças climáticas justamente para que haja distribuição eficaz de recursos e mão de obra.

"Por que concentrar tanto quadro técnico de qualidade em Brasília? É preciso montar uma rede de assistência técnica real para dar suporte aos municípios. Senão, vamos ficar sempre no impasse de ter dinheiro e não ter projeto", comenta. "Se não reverter essa ordem de estrutura do Estado e do financiamento para que os recursos e os bons servidores cheguem aos municípios menos favorecidos, não vamos resolver o problema."

Organizar a estrutura do Estado brasileiro para lidar com as mudanças climáticas é urgente diante do quadro atual, diz Jeconias.

Lula critica 'fake news' produzida por militares no Sul

Renan Truffi, Murillo Camarotto e Caetano Tonet
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou incômodo com a informação de que militares do Exército divulgaram no domingo (26) informação falsa de que um dique havia rompido em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A informação motivou a evacuação do bairro Mathias Velho, um dos mais atingidos pelas enchentes que assolam o Rio Grande do Sul.

O **Valor** apurou que Lula ligou para auxiliares para reclamar do episódio. Nas palavras de um interlocutor, o presidente teria dito que é um "absurdo" que integrantes das Forças Armadas tenham esse tipo de conduta.

Segundo uma fonte, o próprio ministro da Defesa, José Múcio, conversou com o presidente, no início da segunda-feira, para tentar alertá-lo de que o erro pode estar ligado ao clima de medo que ainda assola os gaúchos após semanas de constantes chuvas e mortes no Estado.

Segundo o G1, ao longo da noite de domingo, moradores de Canoas foram orientados por militares a evacuar imediatamente o bairro devido ao suposto rompimento do dique, o que inundaria a região — mas a estrutura não rompeu. A evacuação por engano acabou envolvendo entre 7 e 12 militares de várias patentes, incluindo capitães, apurou o **Valor**.

No próprio domingo, o Exército determinou o imediato afastamento de militares que divulgaram, sem consentimento do comando, o alerta para que moradores evacuassem a área por risco de inundação. Em nota, a instituição confirmou que integrantes da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada repassaram a informação errada.

Segundo o Exército, os militares ouviram de terceiros o relato e não checaram a informação antes de propagá-la. "Tal situação decorreu de um grave erro de procedimento", informou a Força, em nota divulgada pelo Comando Militar do Sul. "Medidas administrativas foram adotadas para apurar rigorosamente os fatos", acrescentou.

Questionado sobre o número de afastados, o Exército reforçou que um processo de sindicância foi instaurado. "O efetivo e as identidades não serão divulgadas neste momento", diz a nota.

O assunto é sensível porque, nos últimos dias, o governo federal tem notado o esvaziamento de voluntários na região atingida pelas enchentes. Na prática, isso tem gerado dois problemas para a Defesa. O primeiro é que o Executivo vem se desdobrando para tentar encaixar essas pessoas em voos da Força Aérea Brasileira (FAB), de forma que elas possam retornar aos seus Estado.

O segundo obstáculo é que, com esse esvaziamento, a tendência é que as Forças Armadas tenham que aumentar ainda mais o contingente de militares na região. Até agora, esse deslocamento tem sido feito a partir das praças mais próximas ao Rio Grande do Sul, mas terá de abarcar também militares de outras regiões do país.

Nas contas da Defesa, há atualmente 20 mil homens à disposição do Rio Grande do Sul para tentar atenuar os efeitos da crise climática. Desse total, 17 mil estão in loco, atuando diretamente no Estado, e outros 3 mil estão no apoio. Para ter uma ideia, de acordo com o governo, esse agrupamento é maior do que todo o Exército do Paraguai.

Brasil padece de falta de estratégia para tráfico de animais

Daniela Chiaretti
De São Paulo

O Brasil tem estratégia de combate ao desmatamento, mas não tem estratégia nacional de combate a crimes contra a fauna silvestre. Não há números nacionais sobre o crime, embora seja recorrente e organizado. As estimativas globais dão ideia da dimensão do mercado ilícito de fauna silvestre que valeria entre US$ 7 bilhões e US$ 23 bilhões segundo estudo de 2018 da Interpol e outras entidades.

No Brasil, o comércio ilegal de animais silvestres ocorre tanto no território nacional como a biodiversidade brasileira é vendida no exterior. Uma jiboia leucística (mutação genética rara que faz com que a pele do animal seja branca e os olhos negros) foi levada de um zoológico em Niterói por um colecionador americano. Seu valor oscila entre US$ 350 mil e US$ 1 milhão. O criador comercializou os filhotes do animal traficado pela internet por até US$ 60 mil cada para clientes nos Estados Unidos, no Canadá e na Itália.

A história consta do detalhado relatório "A Lavanderia de Fauna Silvestre: como riscos de fraude, corrupção e lavagem viabilizam o tráfico de vida silvestre", divulgado hoje e obtido com exclusividade pelo **Valor**. Foi produzido pela Transparência Internacional-Brasil (movimento global presente em mais de cem países) com apoio técnico da Freeland Brasil (organização internacional que busca proteger pessoas e vida silvestre do crime organizado) e do Departamento de Estado dos EUA através do Gabinete de Assuntos Internacionais sobre Narcóticos e Aplicação da Lei. O estudo mostra as implicações de crimes de corrupção com o tráfico de fauna.

O sumário-executivo tem 135 páginas de análise do marco legal e institucional do combate ao tráfico, com riscos de fraude e corrupção nos sistemas de manejo de fauna silvestre no Brasil e no comércio internacional de espécies. Os pesquisadores avaliaram as deficiências nas ações de fiscalização, investigação e responsabilização desempenhadas por órgãos ambientais e policiais, e identificaram riscos de corrupção associados.


DIVULGAÇÃO

> A jiboia leucística, raríssima, foi encontrada no Rio e vendida por US$ 1 milhão

Há 24 riscos de fraude, corrupção e lavagem que tornam possível o tráfico de fauna silvestre no país. Um risco existente, por exemplo, é o reuso de microchips de animais regulares para implantá-los em outros, capturados na natureza, e assim "lavando" sua origem ilegal.

As aves estão no grupo de animais mais traficados no Brasil — cerca de 80% dos animais apreendidos. Difícil indicar o segundo lugar, mas há forte participação de répteis e mamíferos. Um estudo citado no relatório indica que 23% das espécies de aves são afetadas pelo tráfico no Brasil.

"A captura irregular acontece no Brasil todo", diz Dário Cardoso, analista do programa de integridade socioambiental da Transparência Internacional-Brasil. Há evidências que sugerem que os animais são capturados principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. São comercializados no Sudeste, Sul e Nordeste. Há poucos dados sobre o tráfico transnacional.

"É preciso ter ações de prevenção e combate à corrupção que viabilizam o tráfico de fauna silvestre", diz Renato Morgado, gerente de programas da TI Brasil.

O relatório faz recomendações em cinco blocos. Um deles cita a necessidade de ações sobre a prevenção às fraudes de sistemas de controle de manejo de fauna — para que animais capturados ilegalmente possam passar a existir legalmente. O estudo recomenda alertas automáticos nos sistemas de controle digitais.

Outra vertente é no campo antilavagem do lucro proveniente do tráfico. "O animal, pelo valor que pode ter, acaba sendo um ativo na lógica econômica. Há a 'lavagem' de dinheiro do tráfico e a de 'esquentamento' da fauna capturada ilegalmente", segue Morgado. "Portanto é preciso adaptar os instrumentos brasileiros antilavagem para que tenham capacidade de detectar a manobra no tráfico de fauna silvestre", diz. Isso inclui alertas específicos no sistema financeiro para o tráfico de fauna silvestre, por exemplo.

"Não é um crime aleatório, muito ao contrário. É um crime bem pensado e estruturado", diz Cardoso, especialista em ciências criminais. "O grande problema é que faltam informações dos órgãos ambientais sobre apreensões e multas. É um quadro dramático de falta de transparência", continua. "Sem isso não se tem dimensão concreta do problema e é difícil elaborar estratégias mais eficazes."

O relatório conta 18 casos e operações de combate ao tráfico. Há zoológicos de fachada, veterinários envolvidos, fiscais, empresas de carga. Aves chegam a mercados internacionais via tráfico de ovos.

Revo inova em transporte por helicóptero bimotor em São Paulo

Plataforma de mobilidade urbana oferece compra por assento com conforto e segurança em viagens entre a capital e destinos importantes para o público de alta renda



© DIVULGAÇÃO/REVO

Os modelos bimotores têm capacidade para oito e cinco pessoas

A plataforma de mobilidade urbana Revo utiliza helicópteros bimotores para transportar passageiros, sobretudo do público de alta renda na capital de São Paulo, para destinos importantes como o Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Avenida Faria Lima, Alphaville, a Fazenda Boa Vista e o Litoral Norte do estado de São Paulo. Criada por uma das maiores operadoras de helicópteros do mundo, a Revo oferece uma solução completa de transporte porta a porta com os mais altos níveis de conforto e segurança.

A plataforma disponibiliza carro executivo com motorista para buscar o passageiro em casa e levá-lo até o heliponto, transporte terrestre de malas com dimensões acima das permitidas no helicóptero, hostess para recepcioná-lo e concierge para ajudá-lo em todas as etapas da jornada. Além disso, conta com lounges exclusivos em todos os helipontos.

A Revo pertence ao grupo Omni Helicopters International (OHI), que está presente na América Latina há 20 anos e atua principalmente no setor de óleo e gás. A multinacional possui 90 aeronaves, incluindo modelos com capacidade para 18 pessoas, e transportou cinco milhões de passageiros nesse período, sem registrar nenhum acidente. Por ano, são cerca de 1.700 voos e 700 mil pessoas transportadas.

Segundo o CFO da empresa, Rodrigo Otavio Nascimento, a Revo começou a ser planejada cerca de três anos antes do início da operação, com atenção a todos os detalhes necessários para garantir uma experiência única aos seus clientes. "A solução foi desenhada para superar as expectativas do usuário desde o momento em que ele entra no nosso aplicativo para procurar a rota e comprar o assento até o atendimento pós-voo", conta Nascimento.

A empresa oferece voos regulares e vende assentos individuais, para grupos ou para toda a capacidade da aeronave. A compra de passagens pode ser feita pelo aplicativo, por telefone ou WhatsApp, em poucos minutos. Na capital, a companhia utiliza dois helipontos sugeridos: um no edifício situado na esquina entre as avenidas Faria Lima e Juscelino Kubitschek e outro em uma torre corporativa junto ao Shopping Cidade Jardim, na Zona Sul. Entretanto, caso o cliente necessite, existe a possibilidade de utilizar outros helipontos disponíveis na região.

GUARULHOS EM MENOS DE 10 MINUTOS

A rota mais procurada é a que liga São Paulo e Guarulhos, com 145 voos semanais para todas as rotas, de segunda a sexta-feira. A viagem de helicóptero nesse trecho demora menos de dez minutos. A empresa oferece também viagens entre Alphaville e São Paulo ou Aeroporto Internacional de Guarulhos durante a semana e voos entre São Paulo e o Condomínio Fazenda Boa Vista, no município de Porto Feliz (SP), de quinta-feira a domingo. Na alta temporada, opera também voos entre a capital e a praia de Juquehy e Ilhabela, no Litoral Norte, nos finais de semana. Além disso, permite contratar voos exclusivos para destinos no interior de São Paulo ou até o Rio de Janeiro.

> **"A solução foi desenhada para superar as expectativas do usuário desde o momento em que ele entra no nosso aplicativo para procurar a rota e comprar o assento até o atendimento pós-voo"**
> **RODRIGO OTAVIO NASCIMENTO**
> CFO da Revo

O serviço, ressalta o CFO da empresa, é apoiado por alta tecnologia. Os horários dos voos são definidos com a ajuda de um algoritmo que estima a demanda dos passageiros com grande precisão. O aplicativo e o site da empresa adotam sistemas de venda de passagens semelhantes aos utilizados pelas principais companhias aéreas do mundo. A tecnologia está presente também na integração do serviço aéreo com o transporte terrestre de passageiros e bagagens.

A Revo utiliza dois modelos de aeronave: o Airbus H155, para até oito passageiros, e o Airbus H135, para até cinco pessoas, ambos dotados de sistemas redundantes de motores e equipamentos de última geração. De acordo com Nascimento, a empresa também acompanha o desenvolvimento dos eVTOLs, os "carros voadores" de decolagem e aterrissagem vertical que prometem representar uma alternativa aos helicópteros e ampliar o transporte aéreo no futuro. "Essa tecnologia avança silenciosamente, como costuma acontecer com inovações disruptivas. A internet surgiu assim e depois mudou o mundo, está ocorrendo o mesmo, por exemplo, com os criptoativos e deve se repetir com o transporte urbano por eVTOL", ele compara.

A empresa pretende ser um agente indutor dessa transformação, desenvolvendo as bases para impulsionar essa nova modalidade de transporte no futuro. "Estamos antecipando desafios, oportunidades das expectativas dos clientes e do mercado, e adquirindo o know-how necessário para construir esse ecossistema. Quando o futuro chegar, a Revo já estará lá, pronta não apenas para participar, mas para liderar a nova era da mobilidade aérea urbana", afirma o executivo.

Sobre a importância do papel dos embaixadores da Revo, Nascimento destaca que Felipe Massa, Álvaro Garnero e Sig Bergamin são personificações vivas dos valores que a Revo preza: inovação, exclusividade e excelência. Mais do que apenas promover os serviços, eles exemplificam o compromisso da Revo com a qualidade e a vanguarda em todos os aspectos. Cada embaixador ajuda a fortalecer a imagem de marca, transmitindo a visão e a ética da empresa a um público amplo, alinhado com sua identidade e aspirações. Eles ajudam a pavimentar a credibilidade e a visibilidade da Revo no mercado, reforçando a mensagem de uma empresa comprometida em liderar o futuro da mobilidade aérea urbana.



Os assentos podem ser comprados por meio do app da empresa

PREÇO E CONDIÇÃO ESPECIAL

As passagens da Revo incluem todos os serviços: carro com motorista até o heliponto, transporte terrestre de bagagens de grande porte, voo de helicóptero, lounge, concierge e, nas viagens a Guarulhos, traslado até o saguão do aeroporto.
A viagem entre São Paulo e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, custa a partir de R$ 2,5 mil cada assento. Outras rotas disponíveis são: Alphaville e Fazenda Boa Vista. Clientes com cartão Visa Infinite têm 40% de desconto na primeira viagem, independentemente do número de passageiros, e usufruem de uma condição especial nas próximas compras.

ESCANEIE E CONHEÇA A REVO



INÊS 249



13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H**
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**



14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**





15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H**
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

cidade anfitriã



CIDADE DE SÃO PAULO

realização

O GLOBO



Valor ECONÔMICO

participação



apoio





















apoio institucional



hotel oficial



Loja oficial



água oficial



rádio oficial



curadoria



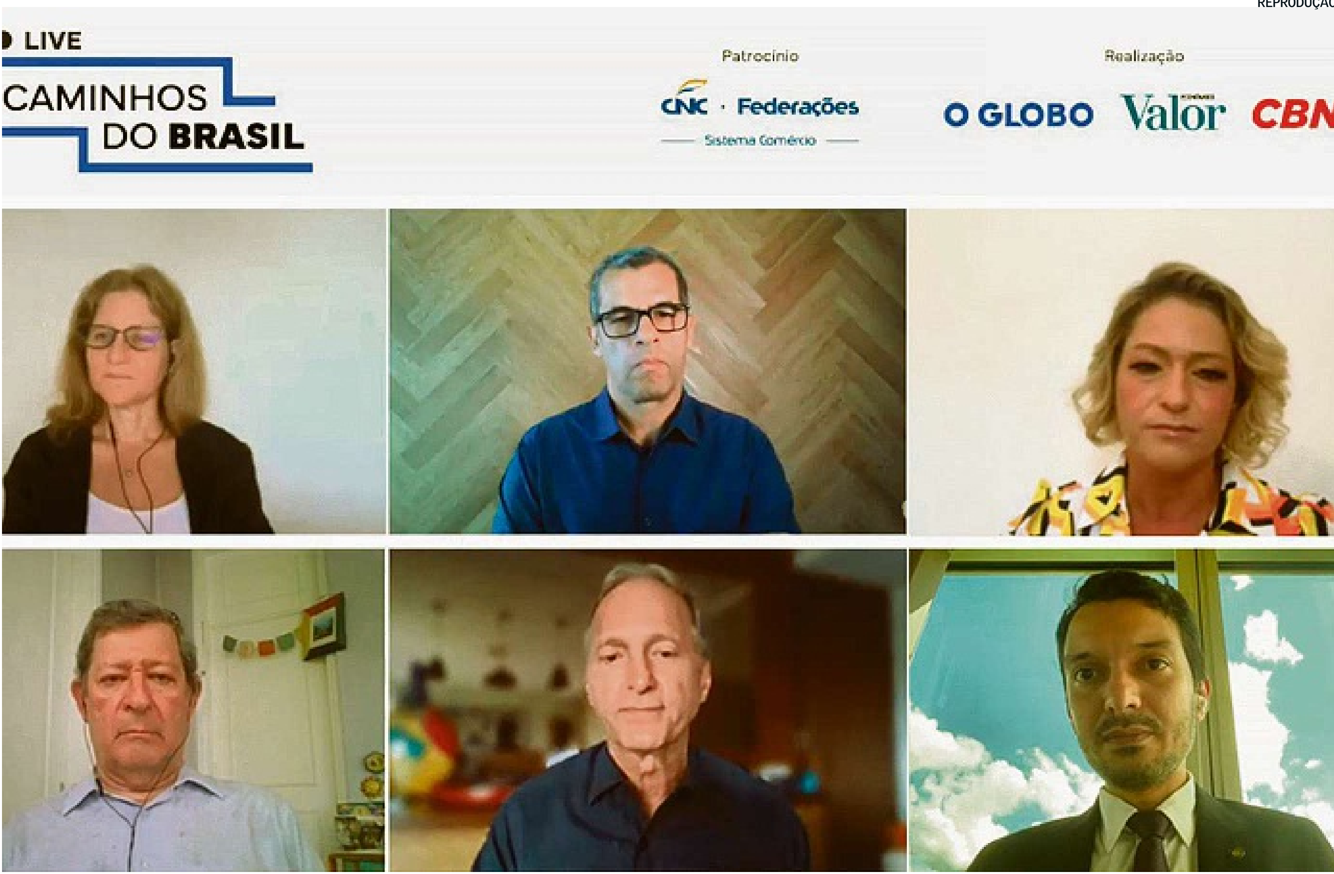
BEBA COM MODERAÇÃO

INÊS 249

Conjuntura País teve prejuízo de R$ 453,5 bilhões por causa de pirataria, contrabando, sonegação e fraude fiscal

Mercado ilícito afeta economia e empregos

REPRODUÇÃO



Mariana Barbosa, do "Globo", e Marcos de Moura e Souza, do Valor, em live com Cristiane Foja (alto); Edson Vismona, Emerson Kapaz e Andrey Corrêa

O prejuízo com a ilegalidade

Perdas estimadas em diferentes esferas no país

Total	**R$ 453,5 bilhões**	Considera perdas diretas de **16 setores**, tributos não arrecadados e furto de energia e água. Corresponde ao **PIB** de Santa Catarina
Econômicas	**R$ 297 bilhões**	Perdas registradas por **16 setores** econômicos. São eles: audiovisual (filmes), balanças, bebidas alcoólicas, brinquedos, celulares, cigarros, combustíveis, cosméticos e higiene pessoal, defensivos agrícolas, material esportivo, óculos, PCs, perfumes importados, TV por assinatura, vestuário e fármacos
Fiscais	**R$ 297 bilhões**	São tributos que deixaram de ser arrecadados pelo governo em diferentes esferas
Furtos de água	**R$ 14 bilhões**	O volume total de água furtado equivale a **2,6 vezes** o volume do Sistema Cantareira: maior produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo
Furtos de energia	**R$ 3,6 bilhões**	No primeiro semestre de 2023, a perda atingiu o patamar de **R$ 3,6** (**57%** em relação a todo o ano de 2022). A energia furtada seria capaz de abastecer as residências da Região Metropolitana de São Paulo durante **1 ano**
Sociais	**-370 mil postos de trabalho**	Tendência é de subprodução por parte das empresas afetadas, já que boa parte da demanda acaba abastecida pelo mercado ilegal. Por isso, há perda de vagas formais de emprego. Corresponde a **150%** do saldo de ativos da indústria nacional e **84%** do saldo de ativos da indústria e construção nacional em 2022
Aspectos transnacionais		O valor apreendido pela Receita Federal em 2023, com contrabando, descaminho e importação irregular, corresponde a menos de **1% do total** movimentado pelo mercado ilegal em 2022
Cenário do Brasil no Mundo		Ocupa a **171ª posição** em ranking composto por 193 países (em relação ao comércio de produtos falsificados

Fonte: Estudo 'Brasil Ilegal em Números'. Produzido pela CNI, Firjan e Fiesp

Carolina Nalin
O Globo, do Rio

Pirataria, contrabando, sonegação e fraude fiscal são algumas das ações ilegais que levaram o país a amargar um prejuízo de R$ 453,5 bilhões em 2022, segundo levantamento "Brasil ilegal em números", produzido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelas federações da indústria do Rio (Firjan) e de São Paulo (Fiesp). Para especialistas, as estratégias para frear o avanço do mercado ilícito no país vão desde a redução de tributos para desincentivar o comércio ilegal — que ganha o consumidor pelo preço mais baixo — até a criação de uma política integrada para coibir de forma mais célere a ilegalidade.

> Segundo estudo da CNI, perda em impostos diretos soma R$ 136 bi

Essas foram as sugestões trazidas por especialistas no painel "Os prejuízos do mercado ilícito na economia no país", em mais uma edição do Caminhos do Brasil, iniciativa dos jornais **Valor** e "O Globo" e Rádio CBN, com o patrocínio do Sistema Comércio, através da CNC, do Sesc, do Senac e de suas federações. No evento, realizado de forma on-line, participantes de diferentes setores deram a dimensão do peso da ilegalidade e teceram propostas para atenuar os danos.

Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), disse que a falsificação e a pirataria geram perdas de bilhões de reais para as empresas e para os Estados, além de prejuízo ao consumidor: "Ele também perde, uma vez que os produtos não seguem as normas técnicas".

Para Vismona, o aumento seletivo de impostos — como proposto pela reforma tributária para frear o consumo de produtos que causam danos à saúde ou ao meio ambiente — pode fazer com que os brasileiros escolham itens ilegais em função do preço. Afinal, um produto com tributação maior tende a ser mais caro.

Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), afirma que no setor de bebidas alcoólicas, que tem a falsificação e o contrabando como desafios históricos, o peso da tributação acaba estimulando ainda mais o mercado ilícito. "É automático: quando você aumenta a carga tributária de bebidas alcoólicas, você acaba empurrando o consumidor para a ilegalidade. E é difícil de identificar bebidas ilegais", disse ela, que defende a inclusão da situação econômica do brasileiro no debate sobre tributação.

Já no setor de combustíveis, a sonegação soma R$ 14 bilhões por ano, enquanto a adulteração e as fraudes respondem por mais R$ 15 bilhões, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

Relatório da CNI aponta que a perda em impostos diretos soma R$ 136 bilhões. São tributos que deixaram de ser arrecadados pelo governo em diferentes esferas. Entre 16 setores econômicos, a perda chega a R$ 297 bilhões. Há um impacto ainda na geração de vagas de emprego formais, diz o estudo. Levando em conta setores mais afetados pelo mercado paralelo, o Brasil deixou de gerar quase 370 mil empregos com carteira assinada em 2022.

Secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), Andrey Corrêa contou que o órgão tem buscado coibir o mercado ilegal por meio de intercâmbio de informações com outros países que fazem fronteira com o Brasil, com produção de inteligência e aproximação de atores públicos e privados.

Ele avaliou, porém, que é preciso ampliar as ações de conscientização à população. Para Corrêa, falta enfatizar o efeito em cadeia por trás do mercado ilegal e os riscos ao consumidor. "O alto lucro das atividades de contrabando e pirataria financia outras práticas criminosas, como tráfico de drogas e de pessoas. Precisamos passar a mensagem clara de que, ao comprá-lo, você está gerando um mal para a sociedade e financiando uma cadeia criminosa", disse ele, ao citar a presença de substâncias tóxicas em produtos irregulares para consumo humano.

Para Cristiane Foja, da Abrabe, faltam políticas públicas mais amplas de combate ao mercado ilegal: "Essa atuação precisa ser sistêmica e não tópica".

Acordo histórico para coibir biopirataria

Do Rio

Após 25 anos de negociação, a aprovação histórica do acordo sobre propriedade intelectual marca um novo capítulo no combate à biopirataria no mundo. O tratado, assinado por mais de 190 países na Organização das Nações Unidas (ONU) no último dia 24, torna obrigatório que toda e qualquer indústria declare a origem de recursos envolvidos no trabalho para registro de uma patente.

Nesse sentido, o tratado coíbe a exploração de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais dos povos indígenas de forma ilegal, por exemplo. Para Andrey Corrêa, secretário executivo do Conselho de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP), a assinatura do acordo dá início a uma nova fase na comercialização de recursos naturais e deve ajudar a evitar a ocorrência de fraudes.

"Isso garantirá, não só ao Brasil, mas a todos os países megadiversos e a todos do mundo terem salvaguardado o direito reconhecido de que aquela inovação ou produto veio de determinado lugar. Ao mesmo tempo, garante um grau de estabilização desse tema no cenário internacional que a gente não tinha", explicou Corrêa, que participou da live direto de Genebra, na Suíça, onde estavam reunidos os países membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

O Brasil participou ativamente da discussão, já que a conferência diplomática que chegou ao acordo foi presidida pelo país, contou Corrêa. "Estamos felizes com esse tratado. Conseguimos comportar tanto interesses dos países mais desenvolvidos quanto dos países em desenvolvimento", afirmou. A transparência exigida pelo tratado deve reforçar a implementação do Protocolo de Nagoya, que prevê que as pessoas que fornecem recursos genéticos e conhecimentos tradicionais usufruam de benefícios, não necessariamente monetários, por sua utilização.

Segundo a ONU, os recursos genéticos são cada vez mais utilizados em pesquisas e invenções, como de sementes e medicamentos, que permitiram avanços na saúde, no clima ou na segurança alimentar. Mais de 30 países já exigem a divulgação dessas informações, em sua maioria nações em desenvolvimento, como China, Brasil, Índia ou África do Sul, mas também europeus como França e Suíça. As regras, porém, variam e nem sempre são obrigatórias. ***(CN)***

Mudança no ICMS eleva fraude no etanol

Natália Flach
De São Paulo

No setor de combustíveis, a adoção no ano passado da chamada monofasia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para gasolina e diesel é vista como um mecanismo que tem permitido reduzir perdas em arrecadação de tributos. O fato de o etanol não estar incluído no novo regime, contudo, fez a sonegação crescer nesse segmento, segundo Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

"Houve melhora quando decidiu-se tributar o ICMS da cadeia já na petroquímica, o que permitiu maior transparência. O problema é que o etanol não entrou nessa medida, e os sonegadores seguiram por essa via. O nosso pleito com o Congresso é incluí-lo no regime" argumentou Kapaz.

Esse modelo de tributação instituiu a cobrança de uma alíquota única e monofásica de ICMS para cada combustível, incidindo uma única vez e no início da cadeia. Neste caso, a alíquota passa a ser definida por unidade (por litro, no caso), em vez de por valor, como era antes. "Tem levantamento que mostra a queda da sonegação em diesel e gasolina, por conta da monofasia. Mas a sonegação no etanol é mais complicada, aumenta, e os fraudadores, sonegadores percebem isso e se movem rapidamente para essa via", afirmou Kapaz.

A reforma tributária prevê a extensão da monofasia a todos os tipos de combustíveis. Como a aprovação da proposta e sua implementação podem demorar, contudo, o Instituto Combustível Legal e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) trabalham em parceria para implementar o regime de forma antecipada para o etanol, pressionando o Congresso Nacional por uma regulamentação independente.

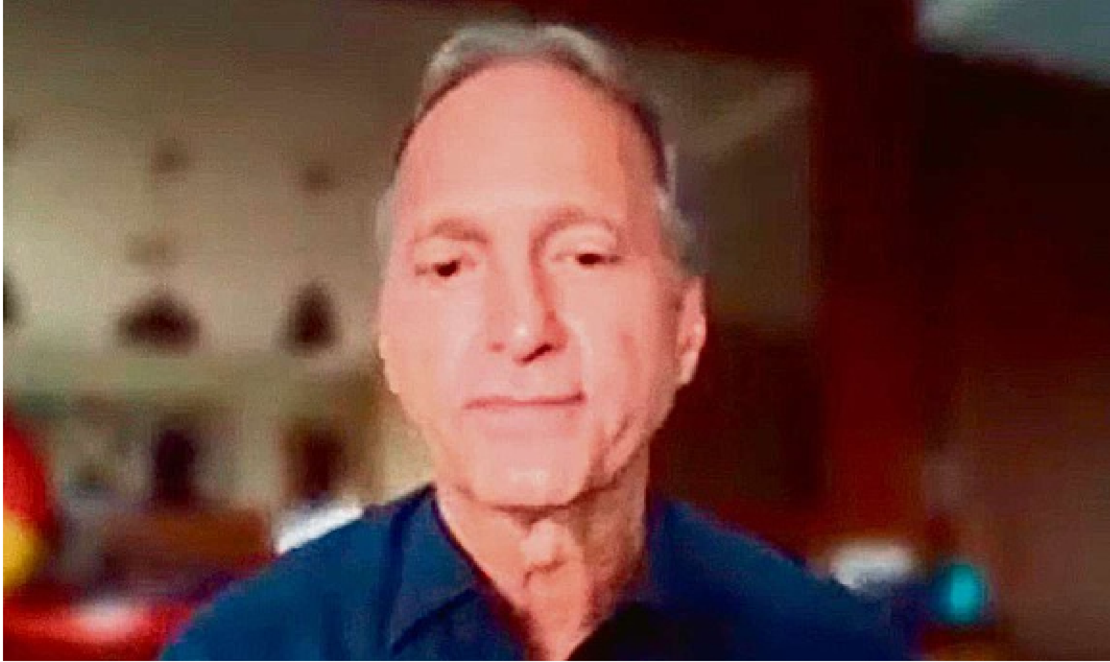
A aprovação da legislação para punir devedores contumazes, disse Kapaz, é vista como importante e "muito aguardada" pelo setor de combustíveis. Estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) mostra o impacto desses devedores: o valor de dívida ativa inscrita no ICMS do setor de combustíveis supera R$ 65 bilhões. O levantamento mostra que, embora os Estados costumem ganhar 90% das ações judiciais cobrando o pagamento, eles recebem apenas 1% do valor.

Com mais de 41 mil postos de revenda e milhares de empresas ligadas ao segmento de óleo e gás, as perdas relacionadas a práticas ilegais também são expressivas. Ao todo, a FGV estima que as irregularidades alcancem, anualmente, R$ 29,6 bilhões em termos nominais, sendo R$ 14 bilhões na arrecadação de tributos e R$ 15,6 bilhões em perdas operacionais (volume físico). Os dados são referentes a 2021, com base nas informações oficiais de arrecadação de impostos do governo federal e das secretarias de Fazenda estaduais.

Outro ponto destacado por Kapaz como possível distorção é a permissão para instalação de bomba de combustível "branca", abastecida por distribuidores independentes, em postos com bandeira de grandes redes, como Shell e BR.

"A ideia era que isso trouxesse mais competitividade. Mas avisamos à agência (ANP, Agência Nacional do Petróleo) que isso levou a um aumento da adulteração nos combustíveis e, consequentemente, na margem de lucro, sem ter mexido na concorrência", ponderou o presidente do Instituto Combustível Legal. "Afinal, o consumidor que quer pagar mais barato vai em um posto sem bandeira, não em um posto com uma bomba 'branca'", declarou Kapaz.


Vismona, do Etco: "A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar impostos"


Kapaz, do Instituto Combustível Legal: "Sem coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força"

Conjuntura Setores prejudicados pelo comércio irregular, como de cigarros e combustíveis, cobram aprovação de medidas que tramitam no Congresso

Projetos de lei podem frear sonegação

Natália Flach
De São Paulo

O combate à sonegação fiscal está no centro das discussões da Reforma Tributária, cujo projeto de regulamentação foi entregue ao Congresso no fim de abril. Isso porque os cofres públicos deixaram de arrecadar cerca de R$ 136 bilhões somente em 2022, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resultado de impostos que não foram pagos. O valor equivale a 30% das movimentações ilegais realizadas naquele ano, que somaram R$ 453,5 bilhões — o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina.

Para Kapaz, a sonegação impacta não apenas o erário, mas também a concorrência

Com o objetivo de coibir essa prática, há um projeto de lei (PL 15/2024) em tramitação na Câmara que propõe a criação de programas de conformidade tributária e aduaneira, sob o guarda-chuva da Receita Federal, e de uma regulamentação sobre devedores contumazes — indivíduos e empresas que se tornam inadimplentes de forma intencional e reiterada, provocando graves prejuízos para os cofres públicos. A pauta aguarda o parecer do relator Danilo Forte (União/CE) na Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE). Também tramita no Senado o PL 164/2022, que prevê normas gerais para identificar e controlar essas práticas ilícitas.

"A demora do Congresso em aprovar as medidas mostra a força de quem não quer pagar impostos no Brasil", afirmou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco), durante a live sobre os prejuízos do mercado ilícito na economia do país.

De acordo com o especialista, existe uma sofisticação do crime organizado no Brasil, uma vez que organizações ditas empresariais se estruturam para não pagar impostos. Elas declaram, disse ele, mas não pagam a tributação.

"Isso é possível porque usam o direito administrativo para adiar o pagamento, principalmente em setores de combustíveis e cigarros. Só esses dois segmentos respondem por R$ 100 bilhões em dívida ativa", afirmou.

Na opinião de José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, a aprovação desse projeto de lei seria exemplo de medida a ser adotada para frear ilícitos. Ele frisou, no entanto, que é preciso considerar que mecanismos legais e eficazes precisam ser adotados e atualizados.

"O devedor contumaz é aquela empresa que sobrevive do não pagamento de impostos, que foi aberta em nome de laranjas e busca sobreviver da sonegação de tributos, o que causa um grave dano à concorrência leal e à economia", afirmou Tadros.

Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal, também concorda que o projeto de lei precisa ser aprovado com urgência. De acordo com o especialista, distribuidoras de combustíveis ligadas ao crime organizado costumam ter offshores (empresas abertas no exterior, comumente em paraísos fiscais) e, quando têm descoberto um CNPJ irregular, rapidamente abrem outra empresa.

"Para a pauta funcionar, é necessário haver integração entre iniciativa privada, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Petróleo (ANP), governos e receitas estaduais. Se não houver coordenação, o crime organizado vai continuar crescendo com força", afirmou ele, acrescentando que a sonegação, adulteração e fraudes no setor de combustíveis resultam em perda de quase R$ 30 bilhões por ano.

A sonegação impacta não apenas o erário, destacou ele, mas também a concorrência. Isso acontece porque quem deixa de pagar imposto pode cobrar mais barato pelos produtos, tirando a competitividade de quem cumpre as regras fiscais do país, explicou Kapaz.

"O consumidor também perde, uma vez que os produtos não seguem normas técnicas. Temos dois grandes desafios: combater a oferta desses produtos ilegais e tentar impedir que a reforma tributária aumente os impostos do mercado legalizado", disse Vismona.

O especialista destaca que a adoção do Imposto Seletivo, como está previsto pela Reforma Tributária, tem como intuito desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, com aplicação, por exemplo, sobre cigarros e bebidas alcoólicas. O efeito, porém, disse ele, pode ser o inverso, de estímulo ao consumo desses produtos ilegais, pelo menor preço.

Um levantamento do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) realizado em dezembro de 2023 aponta que 98,3% dos entrevistados da região Metropolitana do Rio de Janeiro estão cientes de que pirataria é crime no Brasil. No entanto, 54,8% afirmaram já ter comprado algum produto pirata na vida e, desses, 58,3% se arrependeram da compra. Mesmo assim, 61,3% voltariam a comprar produto pirata.

Estima-se que, no Rio de Janeiro, a movimentação financeira com compras de mercadorias ilegais seja de R$ 238,34 milhões por ano. Quando perguntados sobre o principal motivo para comprar um produto pirata, 88,3% responderam que o preço é mais em conta, 58,6% disseram acreditar que os produtos originais são mais caros devido a impostos elevados; 11%, devido à margem de lucro elevada.

Consumidor perde com produto que não segue padrões, diz Vismona

Dicas para não comprar itens falsificados


De olho no preço
Em caso de descontos fora da prática de mercado, desconfie. Se continuar em dúvida, veja os preços em outros estabelecimentos.


Reputação da loja
Conheça o canal pelo qual vai comprar um produto, incluindo o histórico de vendas da loja e de reclamações porventura existentes.


Padrões de qualidade
Verifique na embalagem se o produto segue as normas técnicas aplicáveis. Se possível, peça os certificados de conformidade que garantem a qualidade e segurança.


Peça documentos da compra
Sempre exija nota fiscal, independentemente do valor da compra.


Cuidado com golpes digitais
Vai comprar on-line? Veja se a página é segura e se possui o símbolo de cadeado ao lado do endereço eletrônico.

Crime se sofistica e tem caráter transnacional

Carolina Nalin
O Globo, do Rio

Combater a ilegalidade tem sido um árduo desafio não apenas para o Brasil. Países tecem diferentes estratégias para reduzir o peso do mercado ilícito nas suas economias, mas não é uma tarefa fácil. Os níveis de sofisticação e complexidade dos crimes são cada vez maiores num ambiente globalizado e que hoje colhe os efeitos do boom do comércio eletrônico na pandemia. Para especialistas, parte das soluções passa por ações de inteligência integradas entre os países. Em outra frente, o fortalecimento da indústria nacional também é visto como um dos caminhos para desestimular a entrada de produtos estrangeiros irregulares, avaliam especialistas.

No caso brasileiro, que tem países como Paraguai e China como dois grandes parceiros comerciais, um dos principais desafios é coibir a entrada de produtos falsificados e contrabandeados que concorrem diretamente com marcas e empresas já estabelecidas no país. "Tem uma triangulação de produtos vindos de outros mercados para ingressar pelo Paraguai, então, atuamos nesse sentido de buscar a cooperação [entre países] e fortalecer o nosso sistema de proteção no território nacional", contou Andrey Corrêa, secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP).

O mercado ilegal acompanhou o boom do comércio eletrônico na pandemia, lembrou Edson Vismona, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). É um fenômeno que impactou o Brasil em diferentes setores, do vestuário ao de bebidas, disse. "Há outra dimensão, que não tínhamos, que é a oferta digital. Essa é uma grande fonte de oferta de produtos ilegais e contrabandeados por empresas multinacionais. Elas defendem o compliance (conformidade com a lei), mas aceitam o comércio ilícito feito nas suas plataformas", afirmou Vismona, ao ressaltar a importância da indústria nacional na geração de empregos.


"O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho"
Andrey Corrêa


"As bebidas mais falsificadas são as mais desejadas pelos consumidores"
Cristiane Foja

Corrêa, do CNCP, lembrou que cigarro e bebidas são segmentos com forte caráter transnacional, o que dificulta ainda mais o combate ao mercado bilionário do contrabando e da falsificação.

Parte do problema está no cigarro falsificado ou contrabandeado do Paraguai e que encontra mercados no mundo inteiro. As autoridades europeias enfrentam dificuldade para se antecipar aos criminosos. "Quando se descobre uma forma desse produto entrar, já estão se criando outras rotas. Se um porto cria controles mais avançados, eles vão para um porto que não tem esses mecanismos. Outros países sofrem com essa situação, no Caribe e na América Latina. É um problema global."

No Brasil, que faz fronteira com o Paraguai, os desafios são outros. Há cigarros de marcas paraguaias produzidos no Brasil, mas que usam força de trabalho do país vizinho em regime análogo à escravidão, disse Corrêa. A diferença na tributação é outro estímulo à venda ilegal, disse Vismona, da Etco. "No Paraguai, eles pagam 13% de tributos. Aqui, eles pagam 70%. Aí está a lógica: eles têm um lucro brutal vendendo cigarros paraguaios no Brasil com rotas variadas", apontou. "Essa é a sofisticação do comércio ilegal: eles vão penetrando e tomando conta do mercado de todas as formas possíveis."

No caso do setor de bebidas alcoólicas, a dificuldade de o consumidor atestar a originalidade de um produto se modifica a cada ano que passa. Isso porque, explicou Cristiane Foja, presidente executiva da Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe), as estratégias sobre quais rótulos serão adulterados ou contrabandeados mudam conforme o hábito do consumidor. "As bebidas mais falsificadas são as mais desejadas nos momentos de celebração. São aquelas que, naquela época do ano ou mês, estão sendo mais noticiadas ou desejadas pelos consumidores. É quando os forjadores veem oportunidades de lucrar em cima desse desejo".

Para Corrêa, o comércio ilegal de cigarro e bebidas tem forte apelo transnacional, o que exige soluções integradas. "O Brasil não vai conseguir resolver esse problema sozinho, assim como nenhum país conseguiu. Por isso temos trabalhado nessa rede", afirmou. "É um cenário de complexidade altíssima e são redes de criminosos que atuam aqui e atuam lá. Temos que trabalhar conjuntamente."

INÊS 249

CNC assume combate ao comércio ilegal

País contabiliza R$ 453,5 bilhões em prejuízos com contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude, sonegação de impostos e furto de energia e água

O Brasil enfrenta um problema grave e persistente: o mercado ilícito, que gera perdas colossais. Para se ter uma ideia do estrago econômico, em 2023 o país contabilizou um prejuízo de R$ 453,5 bilhões com ações ilegais, como contrabando, pirataria, roubo, concorrência desleal por fraude fiscal, sonegação de impostos e furto de energia e água.

No centro dessa luta contra o mercado clandestino está a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que promove diversas iniciativas com o apoio de suas federações para combater esses crimes. O empresário José Roberto Tadros, presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, pontua que a compra de produtos falsificados gera perdas para toda a sociedade brasileira e provoca menor geração de empregos e queda na arrecadação.

— A compra de um produto falsificado a custo menor pode parecer a curto prazo um ganho para quem o consome, mas o preço real é pago por toda a sociedade: queda na arrecadação de impostos; menor criação de vagas de trabalho; estímulo ao crime organizado; produtos de baixa qualidade que podem gerar acidentes, intoxicações e outros problemas para os consumidores — enumera Tadros.

De acordo com o empresário, a pirataria alimenta o crime organizado e enfraquece as empresas brasileiras, que investem em pesquisa, desenvolvimento e geração de empregos. O Brasil, defende ele, “precisa de uma cultura de valorização da propriedade intelectual e da criatividade, e combater a pirataria é um passo importante para construir um país mais próspero e justo”.

— São diversos os problemas que o mercado ilícito e a pirataria trazem, sendo o principal deles a criação de um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública — acrescenta Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio-RJ e vice-presidente Administrativo da CNC.

André Roncatto, representante da CNC no Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP) e coordenador da Câmara Brasileira do Comércio de Produtos e Serviços Ópticos da CNC, ressalta também os problemas de saúde que produtos de origem clandestina podem causar, como os óculos de proteção solar piratas, que não filtram a radiação UV, nociva ao olho humano.

O dirigente ainda cita os perigos da utilização de peças de automóveis de origem clandestina, que não obedecem a padrões de qualidade e podem causar acidentes de trânsito fatais.

Roncatto ressalta que o mercado ilegal é uma megaestrutura que movimenta volumes financeiros enormes.

— Precisamos reconhecer que temos um inimigo robusto e organizado e que está com um percentual muito grande de aceitação. É necessário trabalhar com educação e conscientizar pessoas de todas as idades de que, ao comprarem produtos piratas, estão financiando o crime — defende ele.


© GETTY IMAGES

Vestuário está no topo da lista do mercado ilegal no país



> **“A pirataria alimenta o crime e enfraquece as empresas brasileiras, que investem em pesquisa, desenvolvimento e geração de empregos”**
> **JOSÉ ROBERTO TADROS**
> Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac



> **“É necessário trabalhar com educação e conscientizar as pessoas de que, ao comprarem produtos piratas, elas estão financiando o crime”**
> **ANDRÉ RONCATTO**
> Representante da CNC no CNCP

Prejuízos do Brasil com o mercado ilegal

Estimativa de perdas de 15 setores produtivos em 2023

Setor	Perda
Vestuário	R$ 84 bilhões
Bebidas alcoólicas	R$ 72,2 bilhões
Combustíveis	R$ 30 bilhões
Material esportivo	R$ 22,2 bilhões
Higiene pessoal, perfumaria e cosméticos	R$ 21 bilhões
Defensivos agrícolas	R$ 14,5 bilhões
Ouro	R$ 12,75 bilhões
TV por assinatura	R$ 2,1 bilhões
Óculos	R$ 10 bilhões
Cigarros	R$ 9,8 bilhões
Celulares	R$ 6,9 bilhões
Audiovisual (filmes)	R$ 4 bilhões
PCs	R$ 1,2 bilhão
Perfumes importados	R$ 1 bilhão
Brinquedos	R$ 600 milhões

Total de perdas setoriais: **R$ 302,2 bilhões**

Perda estimada com sonegação (46%): **R$ 139 bilhões**

O mercado ilegal representa **4,2%** do PIB

Fonte: Fórum Nacional contra a pirataria e a ilegalidade

Estado do Rio enfrenta ilegalidade

Produtos piratas movimentam R$ 238 milhões por ano no comércio fluminense

O comércio fluminense sofre as duras consequências do mercado ilícito. De acordo com pesquisa do Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ) da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ), a compra e a venda de produtos piratas movimentam R$ 238,34 milhões por ano no Rio. O gasto médio anual por consumidor seria de R$ 248.

O levantamento revela ainda que, segundo sondagem realizada em novembro de 2023, 27,1% dos entrevistados disseram que compraram produtos piratas nos últimos 12 meses, enquanto 5,7% afirmaram não ter certeza.

Ainda de acordo com a pesquisa, 54,8% dos consumidores já compraram mercadorias ilegais nos últimos 12 meses ou alguma vez na vida. Os eletrônicos são os itens preferidos por 36,9% deles. Em seguida, aparecem roupas (25,1%), calçados, tênis ou bolsas (18,7%), óculos (5,2%) e relógios (4,8%).

— A pirataria cria um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública — afirma Antonio Florencio de Queiroz Junior, presidente da Fecomércio-RJ e vice-presidente Administrativo da CNC.

A Federação recebeu em janeiro o Prêmio Nacional de Combate à Pirataria pelo CNCP do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Fecomércio-RJ criou o Conselho de Combate ao Mercado Ilegal para tratar o tema e entre as frentes de atuação da instituição valorizadas pelo CNCP está a parceria com o Disque Denúncia, em uma campanha para conscientizar a população sobre as consequências e riscos de estimular e financiar a pirataria. Outra iniciativa de destaque é o apoio a órgãos públicos, entidades de classe e empresas na luta contra a ilegalidade, por meio de sondagens do IFec RJ.



> **“A pirataria cria um ciclo vicioso que inclui desordem urbana, aumento da informalidade no mercado de trabalho e agravamento da insegurança pública”**
> **ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR**
> Presidente da Fecomércio-RJ

Fraudes afetam setor de combustíveis

Aprovação de leis mais rigorosas pode ajudar no combate ao mercado irregular

O mercado irregular traz grande desequilíbrio para o setor de combustíveis, pois estimula a concorrência desleal, como destaca o presidente da Fecombustíveis, James Thorp Neto.

— Temos uma série de irregularidades, entre elas, fraudes fiscais, bombas fraudadas e combustíveis adulterados. No ano passado, enfrentamos um aumento de fraudes com metanol nos combustíveis, uma substância altamente nociva ao ser humano. Atualmente temos visto o teor de biodiesel abaixo do percentual da mistura de 14% no diesel — pontua ele.

Para combater esse mercado ilícito, Thorp defende ações de fiscalização da ANP, da polícia, dos Procons, do Ministério Público, dos Ipems e de todos os órgãos que regulam o setor e defendem os direitos do consumidor.

— Também podemos contar com a aprovação de novas leis para aumentar o rigor das penalidades sobre as atividades ilícitas. Um bom exemplo é o projeto de lei do devedor contumaz, que é a empresa criada em nome de laranjas e que tem a finalidade de sobreviver com o não pagamento de impostos. Essas empresas também se aproveitam da morosidade da Justiça — exemplifica o presidente da Fecombustíveis.

Nesse sentido, o empresário defende que o governo pode contribuir com a aprovação de leis que tenham penalidades rígidas para punir os agentes irregulares. Além disso, defende o presidente da Fecombustíveis, deve-se evitar conceder benefícios tributários para determinados tipos de produtos importados, que podem ser usados para adulterar combustíveis.

Em relação ao consumidor, recomenda-se que ele desconfie quando o produto estiver muito barato. Caso isso ocorra, a ANP pode ser acionada para tirar dúvidas ou receber denúncias pelo telefone 0800-970-0267.



> **“Deve-se evitar conceder benefícios tributários para determinados tipos de produtos importados, que podem ser usados para adulterar combustíveis”**
> **JAMES THORP NETO**
> Presidente da Fecombustíveis

A economia gaúcha ontem, hoje e amanhã



Fernando Exman

Desolada, uma mulher contou à comitiva presidencial que visitava os flagelados no Rio Grande do Sul os dramas que enfrentava com o filho. Era dia 15 de maio. O abrigo onde estavam instalados em São Leopoldo abrigava 1.500 pessoas atingidas pela catástrofe climática que devastou o Estado.

"Ele fica pedindo os brinquedos, não está entendendo porque eu não estou dando os brinquedos dele", lamentou, devastada, acrescentando que o garoto também não parava de perguntar se realmente procedia o que um amiguinho dizia. "É verdade que a escola foi levada pela água?", repetia ele à mãe, que não sabia o que responder.

Àquela altura, não havia mesmo como prever quando voltariam para casa. Nem o retorno às aulas.

Como mostrou o **Valor** em seu site nessa terça-feira (28), cerca de duas semanas depois São Leopoldo ainda tem muitas ruas alagadas e casas abandonadas. Montanhas de lixo se acumulam nas ruas, entre destroços e móveis inutilizados. Sua população, assim como milhares de habitantes de outras cidades gaúchas, precisará de ainda mais força nessa nova fase.

Integrante da comitiva que foi ao Sul, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, retornou a Brasília com relatos como aquele na bagagem. Para ele, realizada a ajuda emergencial, os esforços agora precisam se voltar para a saúde mental da população e a economia do Estado.

Uma de suas recentes medidas foi procurar o Conselho Federal de Psicologia e a entidade que reúne os psiquiatras do Brasil, com o objetivo de realizar um trabalho conjunto. Na avaliação de integrantes do governo Lula, a experiência da pandemia demonstra que deve-se estar muito atento ao período posterior ao trigésimo dia de grandes calamidades. É justamente o momento que começará a ser enfrentado a partir de agora no Rio Grande do Sul.

Quanto à economia, espera-se uma queda abrupta do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho em um primeiro momento. O ministro defende que a administração federal e a gestão estadual adotem uma estratégia conjunta para reconstruir o Estado. Uma ideia envolve a injeção de grandes investimentos nas áreas devastadas em projetos estratégicos, de forma a promover o emprego da população local.

Segundo o ministro, isso já está sendo tratado entre a equipe econômica e o governo local. Diferentemente do que ocorreu na pandemia, quando o Estado auxiliou o cidadão para que ele não saísse de casa, neste caso seria uma forma de dar novo dinamismo à economia via trabalho e renda.

Cinco dias depois da visita a São Leopoldo, Lula afirmou algo nesse contexto. Segundo o presidente, em vez de ficar lamentando, era necessário "ir para cima" e assegurar que o Rio Grande do Sul será recuperado e não faltarão recursos para ajudar o Estado. E destacou: essa é uma possibilidade fazer a economia brasileira crescer mais ainda.

Será um desafio considerável. O Estado responde por cerca de 6% do PIB do país, mas já não vivia os seus melhores momentos antes da tragédia.

Após crescer 7,3% em 2021 sobre uma base deprimida do ano anterior, a economia gaúcha desacelerou em 2022 e avançou 1,1%. Destaque positivo para os setores da construção e serviços.

A agricultura impactara negativamente a atividade local naquele ano, enquanto a produção industrial também havia arrefecido. O nível de utilização da capacidade instalada teve média de 81,6% no ano, ligeiramente abaixo da observada no ano anterior. O último dado disponível da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), de fevereiro de 2024, apurou 80,1% de utilização da capacidade instalada.

Em 2023, de acordo com o governo estadual, o PIB gaúcho cresceu 1,7%. Ou seja, abaixo da taxa nacional, de 2,9%. Por atividade econômica, a agropecuária havia se recuperado e os serviços iam relativamente bem, mas a indústria registrou retração de 4,0%. O setor deve receber atenção especial das próximas medidas do governo federal.

Em "Formação Econômica do Brasil", Celso Furtado detalha o desenvolvimento da economia gaúcha desde o impulso inicial da região devido à criação de gado até a chegada do trabalhador europeu, que movimentou a atividade local. Citando especificamente São Leopoldo, aliás, Furtado escreveu na obra algumas linhas que podem servir de alerta ao descrever o esforço do governo imperial de subsidiar o desenvolvimento local com obras que, em suas palavras, se prolongavam algumas vezes de forma absurda. "E quase sempre, quando, após os vultuosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, involuindo em simples economia de subsistência", pontuou Celso Furtado, primeiro ministro do Planejamento do Brasil.

O poder público reagiu rápido e, corretamente, vai direcionar volumosos recursos para viabilizar a reconstrução do Estado. Mas é fundamental que isso ocorra de maneira a adaptar a região para a nova realidade climática e, também, dar novo impulso à economia local de forma estruturada. Erros cometidos por lá no passado não podem ser repetidos desta vez.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Poderes Parlamentares decidiram conservar decisão do ex-presidente Bolsonaro que dificulta criminalizar a divulgação de notícias falsas

Congresso derruba 'saidinha' e mantém veto a ponto da LSN

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Em uma sequência de derrotas para o governo, o Congresso derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao fim das saídas temporárias a presos em regime semiaberto, conhecidas como "saidinhas". Na mesma sessão, nesta terça-feira (28), foi mantido o veto do então presidente Jair Bolsonaro (PL) à Lei de Segurança Nacional (LSN), o que, na prática, dificulta a criminalização a quem divulgar notícias falsas nas eleições.

A decisão de Bolsonaro foi tomada em 2021, mas ficou pendente de análise nos últimos anos por falta de acordo.

Ontem, deputados e senadores também resgataram decisão que impede, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, gastos do Executivo com ações que "diminuem o conceito de família tradicional".

Após o resultado, a líder da minoria na Câmara, Bia Kicis (PL-DF), afirmou que foi uma "supervitória" para a oposição e uma "derrota amarga para o governo". O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), da bancada evangélica, disse que os oposicionistas venceram "de lavada".

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), por sua vez, minimizou as votações, dizendo que o perfil do Congresso é mais conservador em determinadas pautas e que a derrubada de alguns vetos "grita mais" do que a manutenção de outros. O Palácio do Planalto conseguiu manter, por exemplo, o veto de Lula ao calendário para empenho e pagamento de emendas parlamentares, que iria até 30 de junho. Nos bastidores, entretanto, há acordo para manter o prazo em caráter informal, sem previsão em lei.

Na Lei de Segurança Nacional, Bolsonaro vetou trecho que fixava pena de um a cinco anos de reclusão, além de multa, a quem "promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos".

> "É um assunto que vai, volta, e tem poder nefasto de calar parlamentares"
> *Adriana Ventura*

O ex-presidente da República atuou pessoalmente pela manutenção dos seus vetos. Ele esteve em reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), na semana passada, justamente para costurar as estratégias para preservar a sua decisão. Na Câmara, a vitória foi por 317 votos a 139. Como o veto foi mantido, não houve votação no Senado.

Outro trecho vetado por Bolsonaro na LSN buscava criminalizar aquele que "impedir, mediante violência ou grave ameaça, o livre e pacífico exercício de manifestação de partidos políticos, de movimentos sociais, de sindicatos, de órgãos de classe ou de demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos". A pena seria de reclusão, de um a quatro anos.

"É um assunto que vai, volta e tem o poder nefasto de calar parlamentares, de fazer com que policiais não exerçam o seu papel, de fazer inclusive que cidadãos tenham medo de expressar sua opinião", disse a deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

O tema dividiu até mesmo a base aliada do governo Lula. Enquanto o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) orientava pela derrubada dos vetos de Bolsonaro, o deputado Reinhold Stepahnes Junior (PSD-PR) o interrompeu para dizer que o bloco formado por MDB, PSD e Republicanos discordava do entendimento e liberava a bancada.

"Queremos punir com prisão as pessoas que promovem fake news. Tem que ir mesmo pra cadeia", disse Hildo Rocha. "Queremos fortalecer os partidos políticos na ausência do Ministério Público Eleitoral, que tem sido muito omisso em relação a circulação e criação de fake news", acrescentou Rocha.

O Congresso também derrubou o veto do presidente Lula ao ponto central do projeto de lei que restringe as saidinhas. Na Câmara, a reversão de decisão do governo federal teve o apoio de 314 deputados, contra 126. No Senado, o placar foi por 52 a 11.

Partidos da base aliada no Senado, como PT, PSD, MDB e PSB não fizeram nem sequer orientação de voto. Na Câmara, PT, PSOL, PCdoB, PV acompanharam a orientação do governo pela manutenção do veto. Já legendas da base, como PSD, MDB e Republicanos liberaram as bancadas para cada um votar como quiser.

O texto restaurado pelo Parlamento permite a saída temporária para presidiários estudarem fora da cadeia, mas não mais para visitarem a família ou fazerem outras atividades. A regra, assim como antes, vale apenas para aqueles que não cometeram crimes hediondos e apresentam bom comportamento.

Apesar das derrotas, o governo ainda tenta votar projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) que transferem cerca de R$ 2 bilhões para as pastas da Saúde e do Desenvolvimento Regional. Os recursos fazem parte de acordos do Executivo para o pagamento de emendas. A sessão foi suspensa e será retomada hoje.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



Rodrigo Pacheco (ao centro) preside sessão do Congresso em que foram analisados vetos de Lula e Bolsonaro

Portaria para câmeras revela limites de um governo emparedado

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

A divulgação da portaria do Ministério da Justiça para o uso do Fundo Nacional de Segurança Pública na compra de câmeras para uniformes policiais no mesmo dia em que o Congresso derruba o veto às saídas temporárias dos presos do sistema judicial resume os limites do campo de atuação do governo federal no tema. Os 314 votos da Câmara e os 52 do Senado contrários ao veto presidencial das "saidinhas" demonstram que resta a um governo sem base parlamentar, num Congresso policialesco, editar diretrizes. São mandatórias apenas para os Estados que vierem a se valer dos recursos do dinheiro federal para aquele fim.

A portaria atende à necessidade de o governo federal ter parâmetros para o tema que é um dos maiores combustíveis da oposição. Basta ouvir o grito de guerra dos parlamentares em plenário ao derrubar o veto ("Lula, ladrão, seu lugar é na prisão") numa votação em que o Palácio do Planalto estava tão desmobilizado que só havia único líder da base presente ao encaminhamento da votação no Senado, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Há parâmetros e dinheiro mas não há garantia de que o programa será adotado. O Fundo Nacional de Segurança Pública tem um orçamento anual de R$ 2 bilhões, metade dos quais é repassado obrigatoriamente aos Estados. A fiscalização de seu uso por órgãos como o TCU e o CGU, porém, inibe seu uso. De maneira que, desde 2019, quando a loteria federal passou a financiar o fundo, acumulam-se R$ 3 bilhões à disposição dos Estados que não são utilizados. Com o orçamento deste ano, somam-se R$ 4 bilhões.

A Constituição impede que os parâmetros fixados garantam a adoção do programa das câmeras pelos Estados visto que é assegurada a autonomia dos Estados na gestão da segurança pública. O Ministério da Justiça montou uma força-tarefa para assessorar os Estados no acesso ao fundo, mas ainda não há garantias de que o farão. Corrobora para a dificuldade de adesão não apenas a fiscalização de órgãos federais como também a resistência das polícias estaduais a um instrumento civilizatório de sua atuação.

A portaria atende à maior parte das recomendações dos especialistas sobre as câmeras, desde as 16 condições que impõem seu uso até o armazenamento por 90 dias, extensivo a um ano para as imagens a serem usadas em inquérito policial ou processo judicial. E oferece um contraponto ao Estado que pautou a federação no tema e agora retrocede tanto na liberalidade do policial de deliberar sobre seu uso quanto na exiguidade dos 30 dias de armazenamento.

O tema era discutido no MJ desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva com seminários e encontros com secretários estaduais e comandantes de polícias militares, mas a tumultuada posse do ministro Ricardo Lewandowski, marcada pela fuga do presídio federal de Mossoró e pela prisão dos supostos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco, acabou por atrasar o cronograma.

De um lado tem-se um governo federal que trata o cronograma da portaria como favorável ao discurso de que está a "colocar ordem no tema" e, do outro, um governo paulista cujo discurso, tanto do governador Tarcísio de Freitas quanto o secretário de Segurança Pública do Estado, Guilherme Derrite, passou a ser o de que portaria e o edital não colidem. Na verdade, trombam. Mas como o Congresso, na noite desta terça-feira, impediu a criminalização das "fake news", governador e secretário paulistas se viram autorizados em sua livre interpretação dos fatos.

Para um secretário que, como Derrite, assumiu dizendo que acabaria com as câmeras, a presença no lançamento, com aplausos à portaria, foi vista por Lewandowski como avanço, mas não há qualquer sinal de que o governo paulista venha a retroceder e adotar os parâmetros federais. Num país em que não apenas a letalidade policial é gritante mas também onde apenas 5% dos crimes são solucionados, o rigor no uso de câmeras não é uma panaceia, mas um caminho factível para melhorar a produção de provas e a investigação. Desde que se esteja em busca de uma saída para a violência e não de um discurso para arrebanhar eleitor inflamando o Estado policial.

INÊS 249

Legislativo Tributo será aplicado sobre produtos já comprados que não tiverem entrado até a sanção

Após acordo, Câmara aprova taxa de 20% sobre compras no exterior de até US$ 50

Raphael Di Cunto
De São Paulo

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira projeto de lei que cria a nova política automotiva brasileira, o Mover, e acaba com a isenção tributária para compras internacionais de até US$ 50, ao taxá-las com 20% de Imposto de Importação. Acima dessa faixa de preço, a cobrança continuará a ser de 60%. Os deputados também usaram o projeto para criar incentivos à produção de bicicletas, autorizar a importação de baterias usadas para reciclagem e estabelecer, em lei, a exigência de conteúdo nacional para exploração e produção de petróleo e gás. O texto seguiu para o Senado e deve ser votado nesta quarta-feira.

A tributação efetiva sobre os produtos de até US$ 50 deve alcançar cerca de 44,5%, já que também pagam 17% de ICMS para os Estados. A cobrança começará imediatamente após a sanção, que pode ocorrer ainda esta semana, e será aplicada inclusive sobre produtos que já foram comprados, mas não entraram no país antes da data em que a nova alíquota entrar em vigor.

A aprovação ocorreu após semanas de negociações e muita pressão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para um texto que protegesse a indústria e varejo nacionais da concorrência com os marketplaces estrangeiros, em especial os chineses, como Shein, Alibaba e AliExpress. Por fim, a taxação recebeu apoio do PL do ex-presidente Jair Bolsonaro e do PT do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — que se comprometeu a não vetá-la.

A alíquota que será cobrada foi um "meio-termo" encontrado ao longo das negociações. A proposta original do deputado Átila Lira (PP-PI), relator do projeto, era taxar as compras abaixo de US$ 50 com a mesma alíquota de 60% de Imposto de Importação já cobrada dos produtos acima desse preço — o que resultaria numa alíquota efetiva de 90%.

Já integrantes do PL e do governo Lula defendiam manter a isenção com o argumento de que os produtos são adquiridos pela população mais pobre. Ao longo do debate, a alíquota proposta baixou para 45% e 25%, até que, na terça-feira, o acordo foi fechado para a taxação em 20%. Decisão que não agradou totalmente nem os empresários brasileiros, que queriam uma cobrança maior, e nem os estrangeiros, que alegam que o imposto ficará em 44,5% no total, enquanto a média mundial é de 22%.

Em nota, o Instituto para Desenvolvimento do Varejo (ADV)., a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) disseram que a decisão é importante, mas ainda não garante isonomia tributária e que "é urgente" que as autoridades brasileiras fiscalizem as questões regulatórias dos produtos que entram no Brasil. Além disso, criticaram os "privilégios e prazos aduaneiros" do Remessa Conforme para o e-commerce internacional e cobraram que a Receita Federal coíba fraudes, "como o subfaturamento do preço declarado de venda e o fracionamento da entrega das mercadorias" para obter a alíquota menor para produtos de até US$ 50.

"É uma questão que tem a ver com igualdade de competição"
Fernando Haddad

Lira defendeu que o texto foi o acordo possível neste momento" e que o "segundo round" será a discussão da reforma tributária para aumentar a competitividade das empresas brasileiras.

O presidente Lula chegou a indicar que poderia vetar a taxação, preocupado com o impacto em sua popularidade e nas relações com a China, maior parceiro comercial do Brasil. Mas se comprometeu a sanciona-la após encontro com Lira à tarde. "É uma concertação de todos os partidos, com o Poder Executivo, para proteger a indústria nacional", afirmou o líder do PT na Câmara, deputado Odair Cunha (MG). "O mundo inteiro se protege e é natural que o Brasil também tenha mecanismos para proteger suas empresas e garantir uma concorrência equilibrada", disse.


CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO
Lula indicou que poderia vetar a taxação, mas cedeu diante das pressões e após encontro com Arthur Lira

O ex-presidente Bolsonaro foi às redes sociais defender, horas antes da votação, que seu governo "sempre foi contra qualquer taxação, majoração ou criação de novos impostos" e que era contra "qualquer projeto que onere ainda mais o cidadão brasileiro". O PL, partido dele, contudo, apoiou o projeto e tinha alguns dos principais defensores da cobrança para proteger as empresas brasileiras, como os presidentes das frentes parlamentares do Empreendedorismo, deputado Joaquim Passarinho (PA), e do Comércio e Serviços, Domingos Sávio (MG). "Essa votação é uma prova do bom-senso. O patriotismo, o amor ao país, está vencendo", afirmou o deputado Bibo Nunes (PL-RS). A votação foi simbólica e não houve registro individual de voto.

O deputado Kim Kataguiri (União-SP) foi um dos mais ativos para desgastar o governo sobre o tema nas redes sociais e afirmou que não concordava com o acordo — apoiado, inclusive, pelo partido dele. "O governo Lula não mexe com o rico que tem condição de sair do país e aproveitar a isenção comprando lá fora, mas taxa o pobre", disse.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a repetir que a taxação "não pode ser tratada do ponto de vista partidário". "É uma questão que tem a ver com igualdade de competição, as pessoas estão em busca desse equilíbrio, e o Congresso está fazendo uma mediação entre os vários interessados", disse, após acusar o governo Bolsonaro de "transformar contrabando em política de Estado".

Outro "jabuti" que entrou no projeto, por 174 votos a 159, é a exigência de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural nos regimes de concessão ou partilha. Atualmente, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ligado ao Ministério de Minas e Energia, já impõe percentuais mínimos nos contratos. Mas a emenda estabelece essa obrigação em lei nos contratos assinados até 2040 e diferencia os percentuais que serão exigidos de bens e serviços. Os atuais contratos não serão afetados.

A discussão maior foi em torno do fim da isenção para as importações, que "pegou carona" no projeto de lei do Mover, mas o programa para a indústria automobilística também causou discussões no plenário. O programa está em uma medida provisória (MP) que perderá a validade nesta sexta-feira. Por isso, a pressa do governo e do Congresso para encontrar um acordo que permitisse sancionar o projeto de lei ainda esta semana.

O PL acusou o governo de tentar fugir das amarras do Orçamento ao criar fundo privado para gerir os R$ 19 bilhões em incentivos fiscais para as montadoras. O Executivo rebateu que isso permitirá investimentos de R$ 100 bilhões no desenvolvimento de veículos menos poluentes, movidos a etanol e eletrificação. Foram aprovadas emendas para permitir a importação de baterias usadas para reciclagem de matéria-prima e benefício tributário que permitirá até isentar de IPI a produção de bicicletas *(Colaborou Guilherme Pimenta)*

Atividade econômica
Indicadores agregados

	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58	0,30
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,9	0,1	-1,1	1,2	0,7	0,1	0,2	0,5	-0,4
Indústria de transformação	-	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,2	-0,4
Indústrias extrativas	-	0,2	-0,8	-6,8	3,7	3,4	-0,5	6,2	-4,8	-1,3
Bens de capital	-	-2,8	3,4	10,9	-2,5	-0,8	-0,7	-2,7	4,9	-5,4
Bens intermediários	-	1,2	-0,7	-2,7	1,8	1,7	0,8	0,7	-0,3	-0,5
Bens de consumo	-	0,5	1,5	-0,9	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5	1,1
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,6	2,1	0,3	1,8	0,8	-0,3	-1,0	1,3	-2,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,6	2,3	0,1	1,6	0,6	-0,3	-0,6	0,0	-0,8
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6	1,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4	0,3
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4	0,9
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	0,3	0,6	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,3	0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.920	27.980	23.494	26.798	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300
Importações	21.879	20.498	18.186	20.510	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121
Saldo	9.041	7.483	5.308	6.287	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	-	24,38	1.412,00
2024	**0,23**	**2,25**	**2,25**	**3,19**	**4,39**	**2,73**	**2,27**	**1,22**	**0,24**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,37**	**7,63**	**7,63**	**11,26**	**11,99**	**6,85**	**5,44**	**4,41**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para maio projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mai/24	abr/24	2024	2023	12 meses	mai/24	abr/24	dez/23	mai/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	1,80	4,62	3,69	-	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	-	0,37	1,95	3,71	3,23	-	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	-	0,72	-0,26	-3,30	-2,32	-	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	-	0,26	1,33	3,48	3,54	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,84	-1,02	-5,92	-4,51	-	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	-	1,15	-0,46	-11,34	-7,77	-	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	-	0,73	-1,23	-3,77	-3,25	-	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	-	0,42	1,70	3,55	2,84	-	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	-	0,52	1,20	3,49	3,74	-	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	-	0,31	-0,60	-3,18	-3,04	-	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	-	0,29	-1,46	-5,60	-5,41	-	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	-	0,32	1,73	3,40	3,00	-	728,84	716,46	711,01
INCC-M	-	0,41	1,09	3,32	3,48	-	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	-	0,33	1,51	3,15	2,77	-	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mai/24 0,04%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024			+
4ª	30/08/2024			Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	mar/23 Valor	mar/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.741,7**	**61,14**	**6.693,6**	**60,90**	**5.788,9**	**55,97**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-29,1	-0,26	-28,1	-0,26	12,7	0,12
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-757,2	-6,87	-743,3	-6,76	-753,1	-7,28
Dívida fiscal líquida	**7.528,0**	**68,27**	**7.465,0**	**67,92**	**6.529,3**	**63,13**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7382,3	66,95	7340,8	66,79	6.513,2	62,97
Dívida externa líquida	-640,7	-5,81	-647,2	-5,89	-724,4	-7,00
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.792,6	52,53	5.749,5	52,31	4.878,0	47,16
Governos Estaduais	843,0	7,64	841,2	7,65	812,5	7,86
Governos Municipais	55,9	0,51	53,5	0,49	38,4	0,37
Empresas Estatais	50,1	0,45	49,4	0,45	60,0	0,58

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	fev/24 Valor	fev/24 % do PIB	mar/23 Valor	mar/23 % do PIB
Total nominal	**998,6**	**9,06**	**1.015,1**	**9,24**	**618,9**	**5,98**
Governo Federal**	828,5	7,51	846,6	7,70	461,1	4,46
Banco Central	86,7	0,79	77,9	0,71	106,7	1,03
Governo regional	75,4	0,68	83,0	0,76	44,0	0,43
Total primário	**252,9**	**2,29**	**268,2**	**2,44**	**-74,8**	**-0,72**
Governo Federal	-37,6	-0,34	-28,6	-0,26	-299,9	-2,90
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-23,3	-0,21	-15,2	-0,14	-41,9	-0,40

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de março*

Discriminação	Janeiro-março 2024	Janeiro-março 2023	Var. %	março 2024	março 2023	Var. %
Receita total	**670,3**	**615,6**	**8,88**	**198,8**	**183,3**	**8,48**
Receita Adm. Pela RFB**	443,2	400,0	10,78	121,9	110,9	9,94
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,2	142,2	6,35	50,9	47,2	7,84
Receitas Não Adm. Pela RFB	75,9	73,5	3,40	25,9	25,1	3,26
Transferências a Estados e Municípios	**133,5**	**123,8**	**7,85**	**35,0**	**32,0**	**9,19**
Receita líquida total	**536,8**	**491,9**	**9,14**	**163,9**	**151,3**	**8,33**
Despesa Total	**516,7**	**458,4**	**12,70**	**165,4**	**158,6**	**4,27**
Benefícios Precidenciários	213,4	202,7	5,27	72,5	68,4	5,97
Pessoal e Encargos Sociais	87,9	85,1	3,23	28,2	27,5	2,39
Outras Despesas Obrigatórias	102,3	66,9	52,84	23,3	23,0	1,26
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,1	103,6	9,09	41,4	39,7	4,39
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,1**	**33,4**	**-39,77**	**-1,5**	**-7,4**	**-79,26**

Discriminação	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	fev/24 Valor	fev/24 Var. %	mar/23 Valor	mar/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	1,55	-0,2	-	-0,1	-31,26
Discrepância estatística	-0,2	-	0,7	-37,44	-2,6	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-1,9**	**-96,72**	**-57,9**	**-**	**-10,1**	**-75,42**
Juros Noninimais	**-55,2**	**-3,14**	**-57,0**	**-21,18**	**-59,0**	**1,92**
Result. Nominal do Gov. Central	**-57,1**	**-50,29**	**-114,9**	**-**	**-69,1**	**-30,18**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Conflito Milhares de empresas, como a Avon Products, da brasileira Natura, continuam no país em meio às dificuldades de sair

Empresas ocidentais recuam em seus planos de sair da Rússia

Courtney Weaver e Madeleine Speed
Financial Times, de Berlim e Londres

Apesar de terem anunciado planos de deixar a Rússia após a Ucrânia ter sido invadida, empresas ocidentais como Avon Products, Air Liquide e Reckitt continuam no país, diante do aumento dos obstáculos burocráticos para sair e da retomada do consumo interno.

A marca de cosméticos pertencente à Natura, a produtora francesa de gases industriais e a fabricante britânica de bens de consumo — que produz desde analgésicos a preservativos — estão entre as centenas de empresas ocidentais que permanecem no país desde a invasão em grande escala da Ucrânia pelos russos em 2022.

"Muitas empresas europeias realmente se veem entre a cruz e a espada", disse um executivo que trabalha para empresas ocidentais na Rússia. "Elas disseram que iriam sair. Foram apresentadas a elas opções de compradores que foram inaceitáveis para elas."

No total, mais de 2,1 mil multinacionais permaneceram na Rússia desde 2022, segundo a Kyiv School of Economics, enquanto cerca de 1,6 mil deixaram o mercado ou reduziram as operações.

Pouco depois da invasão da Ucrânia em 2022, inúmeras empresas prometeram reduzir a presença na Rússia como parte dos esforços do Ocidente para privar a economia e os cofres de guerra do Kremlin de dinheiro estrangeiro.

Mas Moscou foi gradualmente elevando o custo para a saída das empresas. Impôs um desconto obrigatório de 50% sobre os ativos de países "não amigáveis" vendidos a compradores russos e uma "taxa de saída" de 15%. Também ficou mais difícil encontrar compradores locais aceitáveis aos vendedores e para Moscou.

Em setembro de 2022, a Air Liquide anunciou ter assinado um memorando de entendimento para vender suas operações na Rússia à equipe de executivos locais que o administravam. O acordo, entretanto, nunca recebeu aprovação do governo russo, o que deixou a empresa em um limbo.

Algumas empresas não se sentem mais compelidas a sair. A Avon iniciou processo para vender seus negócios na Rússia e recebeu ofertas, mas não as aceitou.

"Há mais de 135 anos, a Avon tem representado mulheres onde quer que estejam no mundo, independentemente da etnia, nacionalidade, idade ou religião", comunicou a empresa.

Embora a Reckitt tenha anunciado em abril de 2022 o início de "um processo para transferir a propriedade de seus negócios na Rússia", seu novo CEO, Kris Licht, adotou uma posição mais ponderada.

"Continuamos a analisar opções, mas ficou mais complexo, não menos complexo", disse ele ao "Financial Times", em abril. "A conversa inicial era 'ou você fica ou vai embora', e as empresas pagando impostos [...] Acho que estamos tendo uma conversa com um pouco mais de nuances."

As multinacionais têm estado atentas às aflições de empresas ocidentais como Carlsberg e Danone, que tiveram seus ativos confiscados após anunciar planos de sair.

A Danone acabou chegando a um acordo para vender os ativos, com grande desconto, mas a Carlsberg continua amarrada em uma longa batalha jurídica com Moscou e um dos ex-executivos da cervejaria está em uma prisão russa.

Alexandra Prokopenko, pesquisadora do centro de estudos Carnegie Russia Eurasia, disse que o aumento dos salários e uma situação econômica melhor do que a esperada têm alimentado uma onda de maior consumo e tornado a Rússia muito mais atraente para as multinacionais, em particular no setor de bens de consumo.

> "Nossos rivais não deixaram a Rússia. Por que raios deveríamos sair?" *Nelson Peltz*

Prokopenko disse que a recente onda de nacionalizações cujo alvo são tanto as empresas de fora quanto as locais continua sendo "o maior risco para estrangeiros na Rússia". "Então, se elas veem esse risco como sendo administrável, por que não ficar?", acrescentou.

Em março de 2022, a PepsiCo anunciou que havia suspendido a venda e produção de sua bebida principal na Rússia. A empresa, porém, continua a operar um negócio de laticínios no país que emprega 20 mil pessoas diretamente e 40 mil trabalhadores agrícolas indiretamente.

"Como uma empresa de alimentos e bebidas, agora mais do que nunca devemos nos manter fiéis ao aspecto humanitário do nossos negócios. Isso significa que temos a responsabilidade de continuar a oferecer nossos outros produtos na Rússia", escreveu o executivo-chefe Ramon Laguarta, em e-mail aos funcionários em setembro de 2022.

A rival Coca-Cola não envia mais seus xaropes de refrigerantes para a Rússia, mas esse papel foi assumido pela engarrafadora da gigante de bebidas na região, a Coca-Cola Hellenic, na qual detém uma participação de 21%. Em agosto de 2022, a engarrafadora criou uma empresa russa independente, a Multon Partners, cujas versões russas das marcas da Coca-Cola incluem a Dobry Cola, que tirou a Coca original do primeiro lugar como a mais vendida do país.

"A Dobry Cola é uma extensão de uma marca existente no mercado, produzida pela Multon Partners. Não tem ligação com a The Coca-Cola Company ou suas marcas", segundo a engarrafadora.

Entre as mais de 2 mil empresas que comunicaram a intenção de ficar na Rússia — entre as quais fabricantes de bens de consumo como Mondelez, Unilever, Nestlé e Philip Morris — algumas têm se mostrado mais abertas a respeito de seus planos. O executivo-chefe da Mondelez disse recentemente ao "FT" que os investidores não se "importam moralmente" se as empresas deixam o país.

Quanto a outras empresas, no entanto, há falta de clareza sobre os desinvestimentos que anunciaram. Em março, a firma americana especializada em vendas a descoberto Hindenburg Research revelou que os produtos da varejista de moda polonesa LPP ainda estavam sendo vendidos na Rússia, apesar de a empresa ter anunciado que havia deixado o país em junho de 2022, após vender as operações a um consórcio chinês.

Embora a LPP tenha negado irregularidades, reconheceu que se beneficia das vendas para "agentes de transferência" para ajudar a financiar o custo da transição, prática que deve continuar até 2025.

O austríaco Raiffeisen Bank International também foi criticado depois de o "FT" ter noticiado que vários anúncios de emprego na Rússia indicavam planos ambiciosos de crescimento no país, apesar da promessa de sair do mercado.

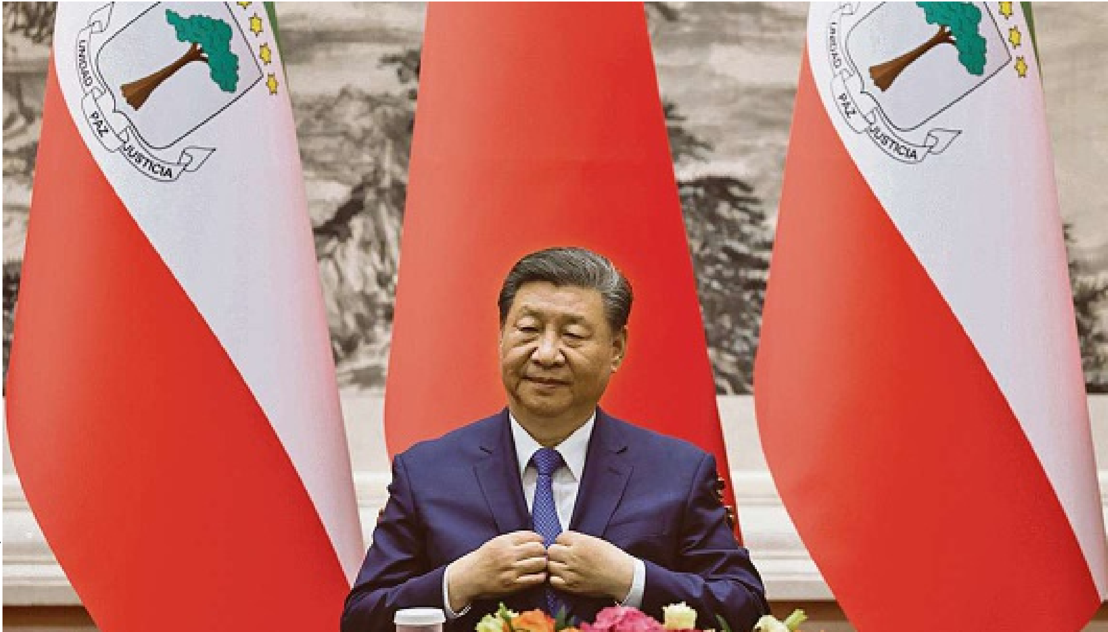
Um outro executivo que trabalha com empresas ocidentais na Rússia disse ter notado uma mudança significativa no sentimento.

Enquanto as empresas que saíram nas primeiras semanas após a invasão viam uma obrigação moral para fazê-lo, ele disse que "a onda atual é mais do tipo 'você realmente precisa sair? você quer sair?'". "Algumas dessas empresas construíram quatro, cinco fábricas ao longo de 30 anos. Elas não vão vender isso com um desconto de 90%."

O investidor ativista e membro do conselho da Unilever, Nelson Peltz, disse ao "FT" neste ano que tem pressionado a fabricante de bens de consumo, que tem estudado opções de venda, a não sair.

"Se sairmos da Rússia, eles vão pegar nossas marcas para eles. Não acho que seja um bom negócio", disse Peltz, ressaltando que rivais como P&G e Colgate-Palmolive não deixaram o país. "Por que raios deveríamos sair?" *(Colaboraram Sarah White, em Paris, e Max Seddon, em Riga)*

Xi promete priorizar empregos para os jovens



TINGSHU WANG/POOL PHOTO VIA AP

O presidente chinês, Xi Jinping (foto), prometeu direcionar mais recursos para a criação de empregos, em especial para os jovens. Ele orientou o Politburo para "priorizar o emprego de universitários e outros grupos de jovens". "[Deveríamos] desenvolver mais empregos que conduzam à plena utilização de seus conhecimentos e pontos fortes", disse Xi, segundo a agência estatal Xinhua. Cerca de 12 milhões de formandos deverão ingressar no mercado de trabalho da China este ano, mas muitos queixam-se de que não conseguem encontrar um trabalho compatível com as suas qualificações ou com salários suficientemente elevados para justificar as despesas de frequentar a universidade. O desemprego entre jovens de 16 a 24 anos estava em 14,7% em abril.

Forças israelenses tomam controle do centro de Rafah

Omar Tamo e Ethan Bronner
Bloomberg

Tanques israelenses chegaram ontem ao centro de Rafah, um sinal de que o Exército estaria perto de sua meta de assumir o controle total da cidade do sul de Gaza.

Moradores relataram confrontos entre as forças israelenses e o Hamas na cidade, segundo a agência France Presse, uma indicação de que as tropas avançaram para além das incursões iniciais nos arredores da cidade. Uma autoridade militar israelense disse que os tanques são usados como parte do que classificou de uma série de operações limitadas e precisas.

O premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, já argumentava havia bastante tempo que o país precisava iniciar uma invasão terrestre em Rafah para localizar os milhares de combatentes e alguns líderes do Hamas que ele diz que têm sua base na cidade, assim como reféns tomados em . O plano foi condenado em nível internacional – até pelos EUA –, mesmo depois de Israel insistir que permitiria a saída de civis antes de iniciar a operação.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de um milhão de civis fugiram de Rafah, onde tinham se refugiado por causa dos combates em outras partes da Faixa de Gaza. A devastação causada no início da guerra, que já dura quase oito meses, significa que não há muitos lugares para onde eles possam ir, uma situação que ficou evidente no domingo, quando um ataque aéreo israelense matou 45 palestinos em um acampamento ao norte de Rafah.

Israel alegou que o ataque foi baseado em informações precisas de sua área de inteligência e matou dois líderes do grupo terrorista Hamas. Netanyahu classificou o incidente como um "erro trágico".

No ataque de ontem a Rafah, os israelenses mataram 20 palestinos, segundo o serviço de defesa civil de Gaza. Autoridades do enclave controlado pelo Hamas calculam que o número total de mortos na guerra já supera os 36 mil.

O contra-almirante Daniel Hagari, principal porta-voz das forças de Israel, disse que a investigação sobre o incêndio que matou 45 moradores do campo de refugiados no ataque de domingo à noite sugere que ele foi causado por uma explosão secundária, de armas guardadas pelo Hamas em uma instalação separada.

Ele afirmou que os aviões de combate que mataram os dois comandantes do Hamas usaram as menores munições que tinham e essas munições sozinhas não poderiam ter iniciado o incêndio. Ele acrescentou que lança-foguetes do Hamas foram encontrados a 43 metros de distância e ainda que o Hamas está naquela parte de Rafah, no meio dos civis que se abrigam lá desde 7 de outubro.

Os EUA e aliados temem mortes em massa e pedem a Israel que cancele ou limite o ataque.

Raio X África do Sul
Principais dados socioeconômicos



Área
1,2 milhões de km2

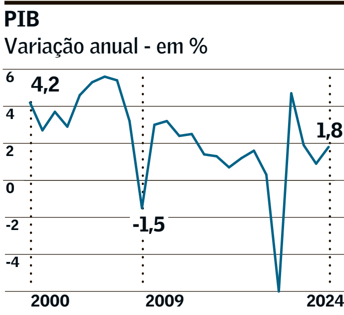
Posição no IDH
0,717 (110º lugar)

População
61,5 milhões em 2023

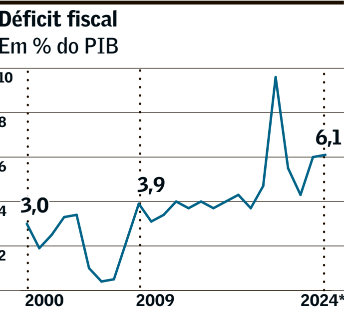
Desemprego
32,9% no 1º trimestre

Inflação
5,2% ao ano em abril

PIB
Variação anual - em %



Déficit fiscal
Em % do PIB



Fontes: Departamento de Estatística da África do Sul, FMI, OCDE e ONU. Elaboração: Valor Data *Estimativa FMI

Na África do Sul, partido de Mandela pode perder maioria após 30 anos

De São Paulo

O esquerdista Congresso Nacional Africano (CNA) pode perder a maioria no Parlamento pela primeira vez desde que chegou ao poder na África do Sul, em 1994, com Nelson Mandela, após o fim do regime do apartheid. Grande parte dos sul-africanos vota hoje em eleições parlamentares e locais cansada dos apagões frequentes nos últimos anos, dos elevados índices de desemprego e da percepção de corrupção generalizada.

Pesquisas de intenção de voto indicam que a votação do CNA poderá cair para a casa dos 42%, em comparação com 69,7% em 2004 e com 57,5% em 2019. Isso forçaria o partido a formar uma coalizão instável com rivais — e potencialmente fragilizaria a liderança do presidente Cyril Ramaphosa.

Em nenhum momento, desde que os meios de comunicação mundiais transmitiram imagens icônicas de eleitores negros sul-africanos em fila para votar pela primeira vez após o fim do regime da minoria branca, o CNA pareceu tão propenso a perder a sua maioria parlamentar.

Segundo pesquisa da Social Research Foundation (SRF), uma das ameaças ao governo é o partido liberal, Ação Democrática (AD), do líder opositor John Steenhuisen — um político branco de Durban — que tem 22,6% das intenções de voto. Em terceiro na pesquisa do SRF aparece o uMkhonto weSizwe (MK), do ex-presidente Jacob Zuma, com 11,2% das menções.

O nome do MK, que significa "lança da nação" no dialeto zulu, é o mesmo do antigo braço armado do CNA. Zuma, de 82 anos, fundou o partido após renunciar à Presidência do país, em 2018, pressionado por mais de 800 acusações que vão de corrupção e desacato até estupro.

Na semana passada, Zuma foi declarado inelegível por cinco anos pelo Tribunal Constitucional — o que deve lhe tirar a possibilidade de eleger-se parlamentar e, eventualmente, presidente do Legislativo. O maior problema para o atual governo do CNA, no entanto, é que o MK deve ter, segundo as pesquisas, grande votação em Kwazulu-Natal e Gauteng — as duas maiores das nove províncias do país.

Isso deve impactar fortemente a votação do CNA, dizem analistas.

"Não creio que veremos o CNA ultrapassar os 50% dos votos", disse Nicole Beardsworth, pesquisadora política da Universidade de Witwatersrand. "Assim, eles terão de negociar uma coalizão. A grande questão é: com quem?", afirmou. E, neste ponto, entra um novo elemento das eleições.

Para os agentes do mercado sul-africano, o cenário de pesadelo seria Ramaphosa e o CNA cooptarem um antigo dissidente do partido, o radical marxista Julius Malema, que lidera os Combatentes da Liberdade Econômica (EFF), um grupo que tem 10,9% na pesquisa da SRF. O partido prega a estatização das minas de ouro e platina do país, o confisco de terras dos brancos e o fechamento do banco central.

Eleições sul-africanas
Intenção de voto por partidos, em %

Congresso Nacional Africano (CNA)	42,3
Aliança Democrática (AD)	22,8
uMkhonto weSizwe (MW)	11,2
Combatentes da Liberdade Econômica (EFF)	10,9

Fonte: Sondagem diária da Social Research Foundation (SRF). Resultado de 27/abr, com base em 1.835 eleitores pesquisados. Margem de erro de 2 p.p. para mais ou para menos

"O investimento estrangeiro ficaria muito cauteloso em investir na África do Sul, pelo menos até que tenham alguma noção do roteiro político", disse Trevor Garvin, chefe de gestão múltipla da Nedgroup Investments.

A incerteza sobre se as eleições provocarão uma guinada mais radical para a esquerda ou se a situação continuará como está tem levado alguns investidores a hesitar. "Os negócios ficarão à espera do que pode acontecer por meses, talvez por um ano", disse Kevin Lings, economista-chefe da Stanlib Asset Management Ltd.

"O sistema da África do Sul foi concebido para que os partidos políticos num país muito fraturado pudessem trabalhar juntos", disse Chris Vandome, analista da Chatham House. "Nunca foi concebido para que um partido dominante mantivesse o controle absoluto... durante 30 anos", afirma.

Seguidos governos do CNA derrubaram a segregação do apartheid, mas falharam em promover igualdade e melhores condições de vida para a maioria negra, de acordo com seus críticos.

Com o desemprego afetando 32,9% da população ativa, o governo de Ramaphosa aposta na criação de vagas através de programas de obras públicas. Mas o programa de aumento da industrialização promovido pelo governo esbarra na fragilidade da infraestrutura do país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o crescimento econômico vai aumentar de 1% em 2024 para 1,7% em 2025, ficando aquém das metas de longo prazo de 2% — um desempenho atribuído ao impacto das taxas de juros mais altas em 15 anos, racionamento de eletricidade e baixo investimento. Numa análise mais aprofundada, o crescimento só poderá ultrapassar os 2% quando as reformas em curso — em setores como a energia e a logística — começarem a dar frutos, dizem os especialistas.

Curta

Milei muda ministério
O presidente da Argentina, Javier Milei, demitiu o chefe de Gabinete, Nicolás Posse. Ele foi substituído pelo ministro do Interior, Guillermo Francos, que tem coordenado as negociações com os líderes do Congresso.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Mesmo com receita crescente, déficit primário anual piora

As receitas federais estão crescendo em um forte ritmo — só são superadas, por boa distância, pelo avanço das despesas. O governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência Social) teve superávit de R$ 11,1 bilhões em abril, com a arrecadação subindo 7,8%, já descontada a inflação. Mesmo assim, esse foi o quarto pior resultado mensal de toda a série histórica. Nos primeiros quatro meses do ano, com a boa dose de arrecadação obtida, o déficit das contas, que incluem a Previdência, está subindo. O resultado negativo em 12 meses em dezembro de 2023 foi de R$ 230,5 bilhões (2,12% do PIB) e se elevou agora para R$ 253,4 bilhões (2,23% do PIB). O motivo é a corrida dos gastos, que no quadrimestre subiram 12,6% acima da inflação, na comparação com os 8,9% das receitas líquidas (exclui transferências) no mesmo período.

O peso maior do ritmo de elevação das despesas recai sobre os regimes previdenciários, cujo rombo, de janeiro a abril, aumentou para R$ 92,9 bilhões, 12,6% acima da inflação. Os rombos dos regimes previdenciários civis, dos servidores públicos e dos militares, em 12 meses encerrados em abril, atingiram R$ 435,8 bilhões (4,1% do PIB). A pressão maior veio do regime geral, cujo pagamento de benefícios foi R$ 85,3 bilhões maior, enquanto a arrecadação própria não evoluiu nem a metade disso (R$ 36,4 bilhões).

O nível atual de despesas, em 12 meses, é de 20,1% do PIB, já superior ao do período pré-pandemia — o mesmo ocorreu com os gastos obrigatórios, de 18,1% do PIB. Segundo o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, a antecipação do pagamento do 13º salário dos aposentados elevou as despesas em R$ 38 bilhões no primeiro quadrimestre. No ano, fora os benefícios previdenciários, outros gastos têm realce. O governo antecipou o pagamento dos precatórios, cuja conta foi de R$ 30,7 bilhões. Esses gastos estão excluídos da meta fiscal até 2026, inclusive. Os benefícios de prestação continuada da Loas consumiram no período R$ 35,5 bilhões, com avanço real de 17,6%.

O início do ano foi o melhor período da arrecadação federal, com crescimento do emprego, da massa salarial e do consumo, desempenho que não deve se repetir. A economia deve esfriar um pouco nos próximos meses, ainda como efeito das altas taxas de juros. Mesmo a previsão mais otimista, a do governo, indica um crescimento de 2,5%, inferior aos 2,9% de 2023. Boa parte das apostas para o PIB do primeiro trimestre é positiva, com evolução de até 0,8%. Se, em um período favorável para a atividade, conjugado ao aumento de impostos aprovado pelo Congresso, as contas públicas não estão caminhando para o déficit zero, as chances de que o farão no resto do ano são bem menores.

O governo conta com outras receitas, fruto do pacote de medidas para elevar a arrecadação. A volta do voto de minerva para a Receita nas decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que reverteria parte dos julgamento desfavoráveis ao Tesouro, e a criação de mecanismos para a realização de acordos com grandes devedores, as transações tributárias, deveriam trazer para os cofres públicos R$ 97,8 bilhões. A lei orçamentária estimava ganhos de R$ 54,7 bilhões no caso da mudança no Carf e de R$ 43,1 bilhões no caso das transações. Até o fim de abril, porém, ingressaram, respectivamente, R$ 6 bilhões e R$ 13 bilhões (O Globo, 28 de maio), confirmando provisoriamente a avaliação de analistas privados de que as previsões de receitas oficiais estão superestimadas.

A evolução das contas públicas mostra o ponto fraco do regime fiscal, concebido desde o início para impulsionar gastos, dentro de certos limites (0,6% a 2,5% reais). A troca do teto de gastos, que não permitia aumento real das despesas, a despeito do desempenho das receitas, pelo novo regime fiscal, que não controla despesas e as estimula quanto maior for a arrecadação, piorou o resultado fiscal. O novo esquema trouxe a impressão inicial, que desvanece, de que o aumento do endividamento público cresceria menos e mais devagar. Mas as despesas apresentam agora crescimento real superior ao da média do período 1996-2014 (entre 6,2% e 7% acima da inflação, segundo o Ipea).

Para 2025, as despesas possivelmente serão corrigidas pelo teto. A receita ajustada, que serve de parâmetro para o percentual de aumento real de gastos, calculada entre julho de 2023 e junho de 2024 está em alta e registrou até abril avanço de 5,22%. Dificilmente cairá abaixo de 3,7%, limiar que ratifica os 2,5%. Isso só não ocorrerá se o governo descumprir sua meta de déficit zero, o que o obrigará a reduzir a proporção de aumento das despesas em relação ao aumento de receitas a 50% em 2025. Antes de completar o primeiro ano de vigência, o governo afrouxou a meta de 0,5% de superávit a valer em 2025, para zero de novo.

Não é improvável que, diante da iminência de um fracasso em atingir a meta — os analistas privados não contam com um déficit inferior a 0,25% do PIB e preveem resultados negativos em todos os anos até o fim do mandato de Lula —, o governo faça nova mudança que o desobrigue de conter as despesas. Afinal, essa nunca foi a função do novo regime fiscal.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Situação fiscal é o "patinho feio" que afasta o país do grau de investimento. Por **Felipe Salto e Josué Pellegrini**

Decisão da Moody's não chancela política fiscal

A decisão tomada recentemente pela Moody's gerou certa confusão a respeito do seu significado. Embora tenha sido positiva para a imagem do Brasil, em hipótese alguma respaldou a sua situação fiscal. Pelo contrário, não fosse a questão fiscal, provavelmente seríamos melhor avaliados, possivelmente com o retorno do sonhado "grau de investimento". Assim, teríamos mais estabilidade, juros menores e mais crescimento econômico.

As agências de classificação conferem notas para os países de acordo com sua situação econômica. Em particular, as notas refletem a capacidade de pagamento do país. Os investidores consideram essa avaliação para tomar suas decisões. Alguns sequer podem investir no país com nota baixa por exigência da regulamentação doméstica.

Existem três principais agências: S&P, Fitch e Moody's. Cada uma concede cerca de 20 notas diferentes, a depender da avaliação que faz de cada país. Essas notas são variações das notas A, B e C. Os países com nota pertencente ao grupo A possuem o chamado grau de investimento, considerados de alta qualidade e baixo risco para os investidores. No outro extremo, os países com alguma variação da nota C apresentam alto risco de inadimplência (se já estiver inadimplente a nota é D).

Em posição intermediária, estão os países com as variações da nota B. O Brasil sempre pertenceu a esse grupo. Nesse caso, existem dois subgrupos. No primeiro, estão as notas BBB+, BBB e BBB-, que também conferem o grau de investimento, destinadas a países de qualidade média, por estarem logo abaixo da família A. No caso da Moody's, as notas equivalentes são Baa1, Baa2 e Baa3, respectivamente.

Já as demais notas do grupo B são consideradas baixas, para países que oferecem algum risco. Aí estão as notas BB+, BB e BB- para investimentos especulativos, e as notas B+, B e B- para investimentos altamente especulativos, logo acima das notas C. Na Moody's, essas notas são Ba1, Ba2 e Ba3 e B1, B2 e B3, na mesma ordem.

Nas três agências, a nota do Brasil é medíocre, lá no meião das notas B. Digamos que seja um "cincão" para passar de ano. Na Fitch e na S&P, a nota é BB e, na Moody's, Ba2. Portanto, o investimento no Brasil é considerado especulativo. O país precisaria subir dois níveis para chegar ao grau de investimento de qualidade média e cinco níveis para alcançar à primeira nota de qualidade alta.

O Brasil já teve o grau de investimento de qualidade média nas três agências de 2008 a 2014. Entretanto, o país perdeu o grau em 2015 (2016, no caso da Moody's), principalmente em razão das peripécias fiscais. Posteriormente, ocorreram outros rebaixamentos até a nota BB- (Ba2, no caso da Moody's). A Moody's promoveu o ajuste por último, tanto na promoção para grau de investimento (2009), como no rebaixamento de nota (2016), talvez por causa de orientação mais conservadora.

Não é difícil saber o que explica essa trajetória das notas do Brasil. Em 2008, o país vinha de anos de crescimento econômico, superávit primário nas contas públicas e dívida pública em queda (em relação ao PIB). Na média do período 2002-2008, o superávit primário do setor público foi de 3,4% do PIB (aferido pelo Banco Central, "abaixo da linha").


SURESH BABU GUDDANTI/PIXABAY

Apesar da crise internacional no fim de 2008, o cenário permaneceu relativamente sob controle nos anos seguintes, embora já se delineasse algumas mudanças que desencadeariam na crise, evidenciada no fim de 2014. Na média do período 2009-2013, o superávit primário ficou em 2,3% do PIB. Em 2014, inaugurou-se o período de déficits primários que se estende até o presente, à exceção do biênio 2021-22, por razões excepcionais.

A dívida pública, por sua vez, caiu praticamente à metade de 2002 a 2013, (de 59,9% para 30,5% do PIB), aferida pela Dívida Líquida do Setor Público. Em 2014, iniciou-se tendência de aumento do endividamento, e a dívida líquida alcançou seu recorde, ultrapassando os 60% do PIB, no fim de 2023, retornando, assim, ao patamar de 20 anos atrás.

A Dívida Bruta do Governo Geral, cuja série começa em dezembro de 2006, também seguiu a mesma trajetória de queda e ascensão seguida pela dívida líquida. Caiu de 55,5% do PIB, no fim de 2006, para 51,5% do PIB, ao término de 2013. Nos anos seguintes, cresceu, ainda que não linearmente, até os atuais 75,7% do PIB. Trata-se de uma das maiores dívidas entre países de renda média similar a nossa, conforme dados do FMI.

Em 2023, ocorreram novidades. Em julho, a Fitch elevou a nota do Brasil de BB- para a atual BB. Em dezembro, a S&P fez o mesmo. Em junho, essa agência já havia elevado de estável para positiva a perspectiva da nota BB- do país. Essa é outra prática das agências. A mudança de nota costuma ser precedida da mudança de perspectiva.

É exatamente isso que a Moody's fez há poucos dias. Reviu de estável para positiva a perspectiva da nota Ba2 do Brasil. Mas o que há de comum entre as três agências é que as decisões recentes de mudança de nota ou perspectiva não se fundamentam em avanços na situação fiscal e, sim, em outros fatores, como perspectivas de crescimento econômico, diversificação econômica, mercado interno, reformas estruturais etc.

A Moody's, aliás, justifica que a manutenção da nota Ba2 deve-se a problemas fiscais, como rigidez nos gastos, elevado peso da dívida pública e suscetibilidade desse passivo a choques econômicos ou financeiros. O risco só é mitigado pela baixa dependência do financiamento externo, suporte de um mercado financeiro sólido e contas externas favoráveis.

Ademais, quando enumera fatores que podem levar à correção futura da nota para cima ou para baixo, a Moody's destaca a importância da melhora da situação fiscal, notadamente quanto à trajetória do déficit primário e nominal.

A escolha do momento para o anúncio da mudança da perspectiva para a nota do Brasil provavelmente se deveu ao funcionamento interno da Moody's e/ou à reação a decisões recentes tomadas por suas principais concorrentes.

Ocorre que o anúncio se deu apenas duas semanas após o envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 ao Congresso Nacional, com a revisão da meta fiscal para o período 2025-2028, o que provocou forte reação desfavorável dos indicadores financeiros.

Foi mera coincidência temporal. Não houve qualquer respaldo à situação fiscal do país, que permanece sendo o "patinho feio" que nos impossibilita de acessar financiamento em condições mais favoráveis. Tal acesso levaria a mais crescimento econômico e facilitaria o enfrentamento mais efetivo de nossos problemas sociais.

Felipe Salto é economista-chefe e sócio da Warren Investimentos. Foi secretário da Fazenda e Planejamento do estado de São Paulo e o primeiro diretor-executivo da IFI.
Josué Pellegrini é doutor em economia pela USP e economista da Warren Investimentos. Foi diretor da IFI e consultor legislativo do Senado Federal.

INÊS 249

Efeitos da volta de Trump para o Brasil

Christopher Garman



As eleições de novembro nos Estados Unidos podem ser um ponto de inflexão importantíssimo para a geopolítica e a economia globais. O pleito deve expor uma enorme divisão política e social no país, que só fez aprofundar-se nos últimos quatro anos. E pode ter repercussões importantes para o mundo caso o ex-presidente Donald Trump retorne à Casa Branca.

Não por acaso, faltando cinco meses para as eleições norte-americanas, governos e lideranças empresariais estão estudando cenários para entender o que mudaria em caso de uma vitória do candidato republicano. Para o Brasil, esse resultado traria vários riscos, mas também oportunidades.

De saída, um segundo mandato de Trump dificilmente repetiria o primeiro. Ele entraria na Casa Branca mais convencido de que o establishment progressista atuou para persegui-lo judicialmente — e com aprendizados de seu primeiro governo. Segundo assessores, Trump saiu muito frustrado com o que viu como uma "manipulação" da ala mais moderada de seu partido (secretários de renome indicados no início de seu governo frequentemente rechaçaram propostas mais agressivas em comércio e política doméstica). Assim, Trump 2.0 estaria mais determinado a indicar pessoas muito mais leais a ele, que possam atender às suas preferências. Ao mesmo tempo, ele entrará com muito mais controle sobre o Partido Republicano — não haverá mais discussão sobre se sua liderança é "boa" para o partido.

Entre as consequências desse posicionamento estaria uma política comercial mais protecionista. A campanha de Trump tem prometido taxar em 10% todas as importações — e em 60% aquelas provenientes da China. O governo de Joe Biden manteve as tarifas impostas à China por seu antecessor. Assim, há consenso em Washington sobre a necessidade de adotar medidas mais duras em relação ao maior rival dos EUA.

Ainda assim, Trump adotaria uma postura mais protecionista. Robert Lighthizer, que foi representante de comércio de 2017 a 2021, deve ser o grande formulador da política comercial em um segundo mandato. Lighthizer é reconhecidamente mais protecionista, particularmente com relação à China, que vê como grande rival econômico. A tarifa de 60% sobre os produtos chineses talvez não seja plenamente implementada, mas a ameaça é um sinal relevante. Também se espera que um governo Trump mire países que a China usa como "escala" para burlar as tarifas impostas pelos EUA — assim, deve rever as regras de origem em suas relações comerciais.

Um maior protecionismo dos EUA prejudica todos os países. Mas o Brasil dificilmente será alvo prioritário da política comercial trumpista. O país não é usado como rota de produtos chineses, diferente do México e alguns países no Sudeste Asiático. Um novo governo republicano também deve focar nos países cuja balança comercial é superavitária com os EUA — o que não é o caso brasileiro.

Ao mesmo tempo, um repique de uma guerra comercial entre EUA e China pode gerar alguns ganhos para o Brasil. O país asiático tem poucas opções para retaliar contra uma política tarifária mais dura dos EUA. Mas, no topo dessa lista, estão tarifas sobre a importação de produtos agrícolas. Como o Brasil compete com os EUA nessa seara, a China deve demandar mais produtos brasileiros para recompor uma redução das compras na outra ponta, algo que já aconteceu no primeiro mandato de Trump.

Mas um governo Trump traria riscos para o Brasil — começando pela relação entre os dois presidentes. Ideologicamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Trump não poderiam estar mais distantes. É sabido também que o segundo dá maior peso às relações pessoais em sua política externa. Lula tem mais afinidade com o presidente Joe Biden, até mesmo pela semelhança dos eventos de 8 de janeiro lá e 6 de janeiro aqui. Ao mesmo tempo, Trump vê o ex-presidente Jair Bolsonaro como aliado.

Hoje, a agenda de sustentabilidade é uma prioridade para os dois países e uma conexão entre os governos de Biden e Lula (embora não seja prioridade para o primeiro). Essa cooperação deixará de existir com um eventual novo governo Trump.

Brasil tem chance de se tornar um alvo maior do que deveria devido à polarização política, tanto lá quanto aqui

A má notícia é que própria campanha eleitoral norte-americana deve exacerbar as dificuldades na relação entre Lula e Trump. Biden hoje é penalizado nas pesquisas pela alta da inflação nos últimos três anos. Assim, sua campanha precisará focar em temas nos quais ele tem vantagem — e o alvo encontrado é a ameaça à democracia. Uma pesquisa da IPSOS Public Affairs mostra que "extremismo político ou ameaças à democracia" lidera como tema mais importante para eleitores independentes (21%), seguido por economia e desemprego (19%) e imigração (18%). Assim, a campanha do atual presidente vai tentar enquadrar o rival como uma ameaça à estabilidade política e à democracia.

A campanha de Trump vai contra-atacar acusando como real ameaça à democracia e um sistema de justiça progressista que ele acredita persegui-lo politicamente. Por isso, parlamentares republicanos acharam útil vazar para a imprensa os "Twitter Files" do Brasil, que ganharam destaque com a briga entre Elon Musk, dono do X, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, que o primeiro acusa de censura nas investigações de atos antidemocráticos. Mais que apontar Biden como ameaça à democracia, os republicanos vão sugerir que ele faz parte de um movimento global progressista que está coibindo a liberdade de expressão.

Se Trump vencer, terá saído vitorioso em uma campanha cujo mote central tem potencial para minar, além do já esperado, sua relação com o chefe de Estado brasileiro. A visita do presidente chinês Xi-Jinping ao Brasil em novembro (logo após as eleições nos EUA), às vésperas da reunião do G20, também pode azedar ainda mais o início do relacionamento entre Trump e Lula.

Com tudo isso, o Brasil tem grandes chances de se tornar um alvo maior do que deveria em uma relação bilateral contaminada pela política doméstica, tanto lá quanto aqui. Mas resta saber o quanto isso vai custar.

Christopher Garman é diretor-executivo para as Américas do Eurasia Group.

Queda em índices de fertilidade é um dos maiores desafios do planeta. Por **Martin Wolf**

Do 'baby boom' à falta de bebês

As pessoas estão vivendo mais do que nunca. Isso cria tanto oportunidades quanto desafios, como ressaltei recentemente. O adiamento da morte, porém, é apenas uma parte da história demográfica atual. A outra é o declínio dos nascimentos. A combinação de ambas vem criando desafios enormes para o mundo que habitamos.

A ideia de uma "transição demográfica" tem quase um século. As sociedades humanas costumavam ter populações mais ou menos estáveis, nas quais a alta mortalidade era compensada pela alta fertilidade. Na Inglaterra e no País de Gales dos séculos XVIII e XIX, as taxas de mortalidade passaram a ter forte queda. Mas as de fertilidade, não. O resultado foi uma explosão populacional até que, enfim, as taxas de fertilidade também desabaram.

À medida que os benefícios do crescimento econômico e os avanços na medicina e na saúde pública foram se disseminando, a maior parte do mundo seguiu uma transição similar, mas muito mais rápida. Como resultado, o número de pessoas quadruplicou nos últimos 100 anos, de 2 bilhões para 8 bilhões. Com o tempo, porém, a fertilidade seguiu a tendência da mortalidade. O resultado foi a queda repentina das taxas de fertilidade (número de nascimentos por mulher) na maior parte do mundo.

Segundo um estudo publicado recentemente na "The Lancet", "a fertilidade está diminuindo globalmente, com taxas abaixo do nível de reposição em mais da metade de todos os países e territórios em 2021". Para o mundo como um todo, a taxa de fertilidade estava em 2,3, em 2021, pouco acima do nível de reposição e abaixo do índice de 4,7, em 1960. Nos países de alta renda, a taxa de fertilidade estava em apenas 1,6, abaixo do índice de 3, em 1960. Em termos gerais, países pobres ainda têm índices de fertilidade mais altos que os ricos, embora também estejam em queda.

O que explica esse forte declínio nas taxas de fertilidade? Uma parte importante da resposta é a agradável surpresa de que mais crianças sobreviveram do que o previsto (ou desejado). Dessa forma, as pessoas começaram a valer-se de várias formas de controle de natalidade, contrariando as previsões de Thomas Malthus. No entanto, o desejo de ter muitos filhos também diminuiu drasticamente. Isso, de forma fascinante, ocorreu apesar das ideologias de gênero reacionárias. No Irã dos mulás, por exemplo, a taxa de fertilidade desabou de 6,6, em 1980, para 1,7, em 2021.



É essencial ajudar os pais, em especial as mulheres, a conciliar carreiras com filhos. Parece claro que muitos não sacrificarão a independência representada pela profissão pelos encargos da maternidade, por maiores que sejam os prazeres que os filhos possam trazer

Uma grande razão para essa mudança foi que, para os pais, os filhos deixaram de ser um ativo produtivo valioso e passaram a ser um bem de consumo custoso. Como argumentou o falecido Gary Becker, as pessoas passaram a desejar ter um número menor filhos, mas de alta qualidade (e com bom ensino), em vez de muitos. Isso se deu, em parte, porque esse era o tipo de trabalhador que era recompensado pela economia. O ensino prolongado, contudo, torna os filhos caros em termos de tempo e dinheiro.

Além disso, a participação feminina na economia teve um aumento drástico no século XX, inclusive em carreiras de alta qualificação. Isso elevou o "custo de oportunidade" de ter filhos, em especial para as mães, mais ligadas à relação parental. Assim, elas passaram a ter filhos em idades mais avançadas ou mesmo a não ter filhos.

Em "A Economia da Fertilidade: Uma Nova Era", uma excelente pesquisa publicada pelo Gabinete Nacional de Análises Econômicas dos Estados Unidos, em 2022, os autores argumentam que nos países onde a assistência pública aos filhos é mais generosa, as mulheres são incentivadas a combinar carreiras com a maternidade. A ausência de tal ajuda, sinaliza o estudo, ajuda a explicar as taxas de fertilidade excepcionalmente baixas em grande parte do Leste da Ásia e da Europa Meridional, onde o apoio aos pais é limitado. No entanto, isso não está mais tão claro: recentemente, as taxas de fertilidade caíram bem abaixo do nível de reposição mesmo nos Estados de bem-estar nórdicos.

Essa mudança mundial rumo a uma fertilidade muito baixa, com a exceção (até agora) da África Subsaariana, está entre os eventos mais importantes em nosso mundo. Uma implicação é que para 2060 se projeta uma população na África maior que a de todos os países de alta renda de hoje, somada à da China. Outra é que as pirâmides populacionais familiares, com uma base maior, referente às idades mais jovens, estão se invertendo. Na Coreia do Sul, por exemplo, homens de 50 a 54 anos representam 4,3% da população, enquanto aqueles de 0 a 4 anos são apenas 1,5%. Inversões similares vêm ocorrendo em outros países, inclusive, notavelmente, na China e, mais lentamente, na Índia.

A fertilidade extremamente baixa sem dúvida criará grandes desafios. Um deles é como manter sistemas de previdenciários e de saúde à medida que a população em idade ativa diminui drasticamente. Uma resposta será, de fato, vidas laborais muito mais longas. Outra poderia ser a imigração. No entanto, a imigração necessária para estabilizar as populações em sociedades de fertilidade baixa, para não citar as de ultrabaixa, seria enorme e, como tal, certamente impossível em termos políticos e até práticos.

Além dessas questões, há a dúvida se a escassez de jovens inevitavelmente privaria uma economia da assunção de riscos da qual o progresso tem dependido. Por outro lado, uma população em declínio ajudaria, no longo prazo, a reequilibrar as demandas humanas com a capacidade de carga do planeta e com a saúde das outras espécies com as quais o compartilhamos.

Por último, mas não menos importante, quais são as políticas relevantes? A capacidade das sociedades de aumentar as taxas de fertilidade é limitada, em especial porque seria necessário influenciar o comportamento de jovens com bom nível de ensino e bem-sucedidos, o que é muito difícil de fazer. Ter filhos, entretanto, é do interesse das sociedades, caso o próprio futuro delas seja de seu interesse. Ajudar as pessoas a terem os filhos que desejam, de maneiras que se ajustem a seus próprios planos deveria ser um foco das políticas.

É essencial, no mundo moderno, ajudar os pais, em especial as mulheres, a conciliar carreiras com filhos. Parece claro que muitos não sacrificarão a independência representada pela profissão pelos encargos da maternidade, por maiores que sejam os prazeres que os filhos possam trazer. Em termos mais amplos, muitas políticas deveriam ser reconsideradas: em uma sociedade mais velha, por exemplo, haverá mais domicílios e, portanto, uma necessidade de um número muito maior de moradias.

Essas mudanças demográficas são profundas. Gostemos ou não, elas vêm transformando o mundo. E precisamos responder à altura. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

Frase do dia

"No balanço final, é possível que seja pior do que foi com o furacão Katrina em New Orleans, nos Estados Unidos".

Do pesquisador do Cemaden, Pedro Ivo Camarinha, sobre a destruição causada pelas enchentes no Rio Grande do Sul

Cartas de Leitores

Tragédia no RS

É impressionante a realidade das enchentes no Rio Grande do Sul, que danificaram cerca de 200 mil veículos. Isso é de uma magnitude que poucas vezes tivemos oportunidade de observar. Ainda não é possível prever quais as consequências que tal realidade vai provocar no setor automobilístico. Só o futuro poderá apontar tais efeitos nesse setor industrial.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

•

Os 11 milhões de habitantes do Rio Grande do Sul enfrentarão, nos próximos dias, um ciclone extratropical. Como se não bastassem as enchentes que assolaram o Estado, os gaúchos enfrentarão ventos e chuvas fortes. O Rio Guaíba e a Lagoa dos Patos ainda apresentam volumes elevados. Os sistemas de drenagem deficientes deixam a população desprotegida das extremas alterações climáticas. Milhares de pessoas estão alojadas em condições precárias, sem energia elétrica, sem vias de acesso seguras, com aflição diante das perdas materiais, enfrentando doenças e perdas de entes queridos.

As autoridades precisam agir com celeridade para garantir minimamente a dignidade desse povo sofrido.

José Carlos Saraiva da Costa
jcsdc@uol.com.br

Privatização das praias

A proposta de privatização das praias brasileiras, defendida por Flavio Bolsonaro, é extremamente prejudicial ao interesse público. As praias são patrimônio natural e cultural de todos, e sua privatização restringiria o acesso a um bem que deve ser de uso livre e universal. Além disso, a medida favorece a elite econômica, aumentando a desigualdade social e comprometendo o direito de lazer das camadas mais pobres. A preservação das praias e seu acesso irrestrito são essenciais para a sustentabilidade ambiental e para garantir que todos possam desfrutar desses espaços naturais, sem discriminação.

Luciano de Oliveira
luciano.os@adv.oabsp.org.br

Desmatamento

Parece que o desmatamento é um cobertor curto: melhora na Amazônia e piora no Cerrado. O mais importante é não desmatar.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correção

É de Diego Aguiar, diretor de IoT e big data da Vivo, e não de Gustavo Moura, gerente de automação e transformação digital da Nestlé, a foto do executivo publicada na reportagem "Redes 4G e 5G privativas viabilizam uso de IoT em larga escala", da página F6 da edição de ontem (28/05). As fotos de ambos os entrevistados, com a identificação correta, estão publicadas no site do Valor. Ainda nesta reportagem, Alexandre Gomes é diretor de marketing da Embratel, e não da Claro, como foi incorretamente informado.

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Competição Empresas do Ocidente não conseguem romper domínio chinês em lítio, níquel e cobalto, produzidos em países beneficiados financeiramente por Pequim

China se torna cada dia mais forte na corrida global por minerais estratégicos

Jon Emont
Dow Jones, de Cingapura


ANITA POUCHARD SERRA/BLOOMBERG

Piscinas de evaporação do centro de processamento de lítio do projeto da Liex, uma subsidiária da canadense Neo Lithium, em Catamarca, na Argentina

Nos últimos anos, o Ocidente tem tentado romper o domínio da China sobre minerais considerados cruciais para tecnologias militares e ambientais. Mesmo com esses esforços, as empresas chinesas têm se tornado mais dominantes, e não menos.

Elas vêm expandindo operações, sobreaquecendo a oferta e fazendo os preços caírem. As concorrentes não têm como competir.

"A China não está parada esperando que a alcancemos", disse Morgan Bazilian, diretor do Payne Institute, da universidade Colorado School of Mines. "Eles estão aportando recursos em cima de seus já pesados investimentos em todas as etapas da cadeia de suprimento dos minerais críticos."

É o caso, por exemplo, do níquel, necessário para a fabricação das baterias de veículos elétricos. Fábricas de processamento chinesas espalhadas pelo arquipélago da Indonésia vêm produzindo quantidades enormes do mineral em instalações novas ou que estão sendo expandidas, o que já desestabilizou o mercado.

Por outro lado, a Glencore, gigante de mineração com sede na Suíça, está suspendendo as operações de sua fábrica de níquel na Nova Caledônia, um território francês, depois de ter concluído que não tem condições de sobreviver, apesar das ofertas de auxílio financeiro de Paris. A Horizonte Minerals, do Reino Unido, cuja nova mina no Brasil, que segundo se previa se tornaria uma grande fonte ocidental, anunciou em abril a desistência dos investidores e citou como motivo o excesso de oferta no mercado.

Pelo menos quatro minas de níquel na Austrália Ocidental estão em processo de desativação. Projetos de lítio nos EUA e na Austrália foram adiados ou suspensos após o aumento na produção de empresas chinesas na China e na África Subsaariana.

A única mina especializada em cobalto nos EUA também suspendeu as operações, em 2023, cinco meses depois de autoridades locais terem comparecido à cerimônia de inauguração. Os donos dizem estar encontrando dificuldades diante da inundação do cobalto produzido por empresas chinesas na Indonésia e na República Democrática do Congo.

Em 2023, a produção não chinesa de cobalto refinado caiu para o menor nível em 15 anos, segundo a Darton Commodities. A participação da mineração de lítio realizada dentro da China ou por empresas chinesas no exterior cresceu de 14%, em 2018, para 35% neste ano, de acordo com a Fastmarkets, uma empresa de dados sobre commodities. No mesmo período, o processamento de lítio realizado dentro da China aumentou de 63% para 70%, segundo a Fastmarkets.

O ritmo vertiginoso de expansão tem abalado as produtoras ocidentais, que advertem que a economia local da China nem sempre é capaz de absorver a inundação de minerais trazidos ao mercado pelas empresas do país. O crescimento das vendas de carros elétricos na China em 2023 foi inferior ao previsto, o que significou menos compradores para o alto suprimento de minerais da China, e isso contribuiu para a queda nos preços internacionais.

O mais preocupante para as produtoras ocidentais é que não há sinais de pausa dos chineses.

"É simplesmente o jeito chinês de fazer as coisas. Eles têm ampliado a capacidade, seja em alumínio, cimento ou níquel", disse William Adams, chefe da área de análise de metais básicos da Fastmarkets. As empresas chinesas "apontam a mira, todas, para [ganhar] participação de mercado, e a consequência disso é que você tem excesso de oferta."

Autoridades ocidentais também têm soado os alarmes. Em resposta a uma pergunta, em abril, sobre o domínio da China no mercado de níquel, a vice-primeira-ministra do Canadá, Chrystia Freeland, disse que o mercado foi inundado, o que tornou as empresas em democracias de livre mercado antieconômicas.

"Acreditamos que esse comportamento pode ser intencional, pode estar acontecendo com o propósito de fazer empresas de nosso país, e de nossos aliados, fecharem as portas", disse. Freeland não deu mais detalhes ou evidências para a afirmação.

O Ministério das Relações Exteriores da China não respondeu a um pedido para fazer comentários sobre o assunto.

As empresas chinesas continuam em ritmo forte de expansão, graças a anos de aquisições agressivas. A Zijin Mining, uma empresa chinesa apoiada pelo Estado, informou que aumentaria a produção de lítio em cerca de 85 vezes em 2024 e em mais 5 vezes em 2025.

A projeção de crescimento se baseia na compra em 2022 de um ativo ocidental — uma mina inexplorada de alta qualidade na Argentina — que deve começar a produzir lítio neste ano.

A mina foi descoberta em 2015 quando Waldo Perez, um geólogo nascido na Argentina, coletou amostras em um lago remoto nos Andes, a 4 mil metros acima do nível do mar, que se revelou parte de um imenso depósito de lítio. Com sócios, ele criou uma empresa canadense chamada Neo Lithium, assegurou os direitos de exploração dos minerais, abriu o capital na Bolsa de Valores de Toronto e incrementou a exploração. Em 2021, eles decidiram vender.

Constantine Karayannopoulos, presidente do conselho de administração da Neo Lithium na época, disse ter sondado compradores do Japão, Alemanha, EUA, Coreia do Sul e Austrália — mineradoras e fabricantes de baterias para veículos elétricos —, mas que houve pouco interesse. Com os preços do lítio em alta na época, Karayannopoulos disse que as empresas desses países ficaram com receio de entrar no "frenesi" de valorização e gastar uma quantia na mina que, caso a aposta se revelasse um fracasso, seria grande demais.

As três melhores ofertas recebidas pela Neo Lithium foram de empresas chinesas, inclusive a vencedora, de US$ 750 milhões, da Zijin Mining, cujo maior acionista é uma estatal chinesa.

A venda foi aprovada em um processo de análise do governo canadense, mas incomodou parlamentares conservadores no país e nos EUA.

Karayannopoulos disse que protegeu o interesse dos acionistas e havia pouco a ser feito quanto a "algumas partes não envolvidas muito distantes reclamando" que eles não deveriam vender a empresa para "o grande lobo mau". "Os chineses acreditaram de verdade, mas os ocidentais não", disse Perez, o geólogo que descobriu o depósito e era o executivo-chefe da Neo Lithium na época da venda.

> "As empresas chinesas apontam todas as armas para ganhar fatia de mercado"
> *William Adams*

A China leva muitas vantagens na corrida para garantir o acesso a minerais. Suas mineradoras possuem altos recursos financeiros e são ousadas. Apostam em países ricos em recursos que as empresas ocidentais por muito tempo viram como corruptos ou instáveis, como Indonésia, Mali, Bolívia e Zimbábue. Bancos estatais da China fornecem financiamento para usinas e parques industriais no exterior, abrindo caminho para mais investimentos privados chineses.

O rápido desenvolvimento industrial da China também permitiu que suas empresas passassem décadas aprimorando a arte de transformar minérios em metais. Elas se tornaram capazes de implantar novas instalações de forma rápida e barata. Um artigo publicado em fevereiro pelo Oxford Institute for Energy Studies estima que o custo de construir uma refinaria de lítio fora da China é de três a quatro vezes mais alto do que construir uma dentro do país.

No leste da Indonésia, empresas chinesas construíram nos últimos anos uma série de usinas de níquel e cobalto altamente eficientes, após dominar uma tecnologia que as mineradoras ocidentais há muito consideravam problemática e cara. As usinas funcionam com eletricidade gerada a partir do carvão, em um momento em que o mundo busca abandonar as fontes de energia "sujas".

"É basicamente uma capacidade de engenharia simples e direta que os chineses têm e que foi perdida pelo resto do mundo", disse Jim Lennon, diretor-gerente de estratégia de commodities no banco australiano Macquarie. "Os chineses agora têm essa enorme vantagem competitiva, que realmente não tem como ser combatida."

A Talon Metals está tentando competir. A empresa, com sede em Toronto, controla uma rica reserva subterrânea de níquel no centro de Minnesota — uma mina que a Casa Branca diz fazer parte de seu plano para quebrar a dependência dos EUA em relação aos minerais da China. O Departamento de Energia dos EUA alocou mais de US$ 100 milhões para a Talon Metals construir uma refinaria na Dakota do Norte para processar o minério de Minnesota e de outras partes da América do Norte.

"Autoridades dos EUA de ambos os lados políticos sabem que não podemos permitir que a China se torne uma 'Opep [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] de um único integrante' para minerais críticos como o níquel", disse Sean Werger, presidente da Talon Metals, em abril, referindo-se ao cartel do petróleo que é integrado por muitos dos principais produtores mundiais e coordena o volume de oferta.

Alguns investidores, porém, perderam a confiança na Talon Metals, cujas ações na Bolsa de Valores de Toronto caíram cerca de 65% nos últimos dois anos, em meio à enxurrada de níquel chinês proveniente da Indonésia. Muitos analistas dizem que projetos fora da Indonésia terão dificuldade para decolar, a menos que os preços do níquel subam muito. A Talon Metals sustenta que seu minério de alta qualidade lhe dá uma vantagem, que usa tecnologias inovadoras para aumentar a receita e que ainda há demanda por minerais extraídos dos EUA.

A Talon Metals ressalta que não se trata de uma competição justa. As empresas chinesas de níquel contam com financiamento estatal barato como parte de um "imperativo estratégico para ganhar controle sobre os preços", disse Todd Malan, diretor de relações externas da Talon Metals. "Todos os projetos ocidentais têm que atender a critérios econômicos baseados no mercado."

A Queensland Pacific Metals está desenvolvendo uma usina de processamento de níquel na Austrália para refinar minério importado da Nova Caledônia e vendê-lo para a General Motors. Mas em abril a Queensland Pacific anunciou que limitaria novos gastos no projeto e passaria a se concentrar na perfuração de gás. Ela atribuiu a decisão aos baixos preços do níquel e às condições desafiadoras do mercado.

O setor mineral é uma prioridade para Pequim. Os investimentos em metais e mineração sob sua Iniciativa do Cinturão e da Rota (BRI, também conhecida como Nova Rota da Seda) atingiram níveis recordes em 2023, de acordo com um relatório do centro de pesquisas australiano Griffith Asia Institute. O financiamento oficial chinês a projetos de mineração em países em desenvolvimento geralmente oferece juros mais baixos que os de empréstimos comerciais, segundo a AidData, um laboratório de pesquisas na universidade William & Mary, na Virgínia.

Uma lei dos EUA oferece incentivos para fabricantes de veículos elétricos comprarem minerais de fornecedores locais ou de países com os quais os EUA têm tratados de livre comércio. A partir de 2025, as baterias podem perder o direito a subsídios se contiverem minerais que são extraídos ou processados por empresas chinesas.

"Aos preços de hoje, a lógica econômica para novos projetos, particularmente no Ocidente, não é viável", disse neste ano Kent Masters, executivo-chefe da Albemarle, a maior produtora de lítio dos EUA. A menos que os preços subam, Masters não acredita que haja um "modelo de negócios" viável para uma cadeia de suprimento completa para o lítio no Ocidente. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Siderurgia
Gerdau está reorganizando suas operações industriais no Brasil
B6

Infraestrutura
CCR planeja atrair sócios para áreas de mobilidade urbana e de aeroportos, conta Setas, presidente B7



Reestruturação
Gerdau desloca produção de Minas Gerais para unidades mais modernas B6

Mineração
Appian investirá R$ 350 milhões no Brasil na exploração de grafite B6

Tecnologia
Disputa sobre assistente de voz leva OpenAI a criar comitê de segurança B8

Valor B
Quarta-feira, 29 de maio de 2024

Empresas

Operadoras Após pressão de Lira e medo de CPI, empresas não vão romper contratos de forma unilateral

Planos de saúde interrompem cancelamentos

Raphael Di Cunto
De Brasília

Após ameaça de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, operadoras de planos de saúde prometeram, nesta terça-feira (28), suspender o cancelamento unilateral dos contratos de pessoas em tratamento continuado de doenças graves e Transtorno do Espectro Autista (TEA) e não executar novas exclusões de usuários de planos por adesão e PME até a conclusão de debate, no Congresso, sobre projeto de lei com novas regras para o setor.

O acordo foi negociado em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os deputados Duarte Júnior (PSB-MA), relator do projeto de lei de reforma do setor, e Mário Heringer (PDT-MG), que é médico, com associações que representam o setor. No encontro, a Amil informou que 35 mil usuários de planos de saúde não terão seus contratos cancelados e na Unimed, esse número varia de 20 mil a 40 mil. Uma nova reunião deve ocorrer na próxima semana com o Conselho Federal de Medicina e órgãos de defesa do consumidor para discutir o projeto de lei.

"Eles [empresas] fizeram ação de suspender o cancelamento unilateral para que possamos sentar na mesa e estabelecermos os critérios [para cancelamento], ouvindo o setor e também o Conselho Federal de Medicina. E, que a gente possa chegar num texto equilibrado que possa resolver ou dirimir os problemas que afetam a todos", disse Lira.

Relator do projeto, Duarte Júnior disse que a proposta já proíbe, em seu artigo 13, a rescisão unilateral do contrato. "Houve o compromisso de cumprir esse item do projeto enquanto ele tramita", afirmou. Ainda não há data definida para aprovação. O projeto em debate reúne dezenas de propostas diferentes dos deputados sobre os planos de assistência médica e está em discussão há anos na Câmara.

Os deputados já tentaram votar o assunto nas últimas duas legislaturas, mas não houve sucesso. Duarte, que fez carreira na defesa do consumidor, foi nomeado relator no ano passado e apresentou um parecer que causou preocupação nas operadoras. As empresas alegaram que estão em dificuldades financeiras — tiveram prejuízo operacional de R$ 10,6 bilhões em 2022 e de R$ 5,9 bilhões no ano passado — e que as propostas do parlamentar agravariam esse quadro.

O presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), Gustavo Ribeiro, afirmou em nota que "serão revistos os cancelamentos" dos planos das pessoas em tratamento de doenças graves e do TEA. "Também ficam suspensos novos cancelamentos unilaterais de planos coletivos por adesão", disse. Ele defendeu ainda que "o melhor caminho para solucionar os desafios do acesso à saúde suplementar no Brasil é o diálogo entre o setor, a sociedade e as autoridades públicas".

A reunião ocorreu após a movimentação de parlamentares para pedir uma CPI dos Planos de Saúde. Em menos de uma semana, o deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ) coletou mais de 200 assinaturas de apoio à investigação, após uma audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor expor os cancelamentos. Entre abril de 2023 e janeiro de 2024, foram registradas mais de 5,4 mil reclamações em plataforma da Secretaria Nacional do Consumidor.

Áureo foi excluído da conversa entre Lira e as operadoras, mas disse que e a posição das empresas mostra que há "justa causa" para investigação. O deputado disse que cobrará pela CPI para investigar e cobrar as empresas pelos transtornos gerados às famílias. Mas a decisão de instalar ou não o colegiado depende do presidente.

Segundo Lira, as operadoras de planos de saúde elencaram dificuldades que enfrentam e destacaram que as três maiores empresas do mundo de seguro de vida saíram do país recentemente.

"Na reunião, foram debatidos, ainda, problemas que afetam a sustentabilidade dos planos de saúde, como a aprovação da lei que passou a considerar o rol exemplificativo de procedimentos da ANS, o estabelecimento de coberturas ilimitadas para terapias e a ocorrência de fraudes", afirmou em nota a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde).

A Unimed disse, em nota, que firmou "o compromisso de manter a vigência dos contratos atuais". A Amil e a SulAmerica informaram que se manifestariam por meio das associações que acompanharam a reunião.

Cenário Mercado deve ter menor taxa de expansão desde 2020; estimativa é de alta real de 2,5% nos desembolsos com produtos e serviços sobre 2023

Com crescimento fraco, mapa do consumo nacional tem rearranjo

Adriana Mattos
De São Paulo

O mercado de consumo brasileiro ainda demora a engrenar e deve atingir neste ano a menor taxa de expansão desde 2020, quando o país parou por conta da pandemia. Há uma expectativa de expansão de 2,5% em termos reais, nos desembolsos com produtos e serviços no Brasil frente a 2023, segundo relatório intitulado "IPC Maps 2024", elaborado anualmente há três décadas pela IPC Marketing Editora, e obtido pelo **Valor**.

Entre os segmentos, itens duráveis, como eletrônicos e eletrodomésticos, afetados pela baixa demanda nos últimos anos, têm registrado desempenho melhor que vestuário e calçados. Nesse cenário de retomada lenta e desigual, e de mudanças de hábitos e prioridades de compra, existe um rearranjo no mapa nacional de gastos das famílias.

Mesmo populações de cidades em Estados mais ricos, com renda per capita média alta, perdem potencial de consumo, e outros municípios têm se apresentado como mais prósperos em termos de perspectivas de gastos em produtos e serviços (*leia texto ao lado*).

Essas mudanças fazem parte de análises estratégicas das companhias, norteando planos de investimento de marcas e projetos de lançamento de produtos de indústrias globais.

As projeções para 2024, e o ranking geral dos gastos por município, estão no IPC Maps, e os dados foram cruzados pelo **Valor** com informações das regiões geográficas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2023, elaborada pelo IBGE.

Entre as 15 cidades que mais perderam posições das 50 mais prósperas para consumo em 2024, 10 são de regiões com renda por habitante acima da média nacional. Entre elas estão Caxias do Sul (RS), já abalada pela tragédia das chuvas, Aparecida de Goiânia, um dos polos industriais de Goiás, São Gonçalo (RJ) e Contagem (MG).

Alguns desses municípios até cresceram de 2023 para 2024 — como Aparecida de Goiânia e Caxias do Sul — mas menos do que a média nacional, e do que o potencial de outras cidades, a ponto de caírem no ranking geral.

Entre aqueles em posição oposta, com melhores perspectivas de consumo para o ano, e subindo na lista, estão Cuiabá (MT), Sorocaba (SP), Santo André (SP) João Pessoa (PB) e Uberlândia (MG).

Com a expectativa de alta real de 2,5%, são projetados R$ 7,3 trilhões em desembolsos pelas famílias neste ano, cerca de R$ 400 bilhões a mais que em 2023. A estimativa está um pouco acima dos números do Boletim Focus, do Banco Central, com previsões do mercado para consumo das famílias, de 2,2% em 2024, e de 2,05% para o PIB.

Mas apesar do montante maior, houve perda de vigor recente. Em 2022 e 2023, os gastos das famílias avançaram, em valores reais, 4,3% e 3,1%, respectivamente. Se a projeção de 2,5% se confirmar, a velocidade de crescimento volta a perder fôlego.

A expectativa de recuo mais lento da taxa de juros este ano, do que o previsto meses atrás, após o governo adiar a meta fiscal — aumentando a desconfiança do mercado sobre as contas públicas — tem peso na estimativa.

Na visão de Marcos Pazzini, sócio da IPC e responsável pelo levantamento, é preciso considerar o impacto negativo dos juros que foram de 2% para 13,75% ao ano no espaço de 18 meses, entre 2022 e 2023. E em 2024, apesar de a taxa ter caído, "há cenário de crédito ainda escasso, e um aumento do peso dos impostos sobre a renda da população."

A arrecadação da União com impostos e outros receitas em abril foi a maior para o mês desde 1995, início da série histórica da Receita Federal.

"Na verdade, ninguém está tranquilo porque há um conjunto maior de variáveis para gerenciar"
Marcelo Forma

Pazzini ainda cita o efeito econômico do desastre climático que assolou o Rio Grande do Sul — os Estados da região têm o segundo maior peso nos gastos em consumo de produtos e serviços, só menor que o Sudeste. O Nordeste perdeu a vice-liderança em 2021.

Há dados que merecem atenção, para entender o ambiente atual, como o desempenho no Dia das Mães, a segunda data comercial mais importante do ano para a indústria e o varejo, quando as vendas caíram 3%, segundo a Serasa.

"O que nos deixa mais animados é que se confirmar os 2,5%, não é um desempenho irrelevante, considerando que ainda está acima do PIB projetado", diz. "Ainda tenho a expectativa de que o Rio Grande do Sul reaja mais rapidamente com a montanha de dinheiro que estão colocando lá, e se isso acontecer, haverá um efeito benéfico 'por tabela' ao país."

Outro efeito que pode ser positivo é a liberação de recursos com o maior número de obras públicas nas cidades, por conta das eleições municipais em outubro.

Para Sérgio Nóia, CEO e cofundador da Aion Assessoria e Gestão de Negócios, ainda há uma onda de reforma e conversão de lojas, mesmo nesse cenário difícil, especialmente de atacarejos, além de uma inflação de preços que pode dar um gás maior para a receita.

"Considerando esse efeito inflacionário já sentido pelo setor em 2024 [que melhora a receita nominal], a pujança maior principalmente das redes e grupos regionais, e uma possível melhora no nível de confiança da população no segundo semestre, eu arriscaria projetar crescimento real de 4% no consumo neste ano", diz.

Segundo o diretor geral de uma grande fabricante de eletrodomésticos nacional, o mercado melhorou este ano, em parte pela base de comparação fraca de 2023, e demanda reprimida em refrigeradores, fogões e lavadoras de roupa. "O juros continua alto, mas já recuou um pouco. E esses itens são considerados essenciais, por isso, têm crescido mais desde novembro."

Na visão de Marcelo Forma, diretor da Bemol, uma das maiores varejistas da região Norte, a rede está numa situação mais confortável por ter uma atuação em diferentes segmentos de consumo.

"Conseguimos crescer porque eu não dependo só de móveis e eletro", diz ele. "Temos 40 farmácias que vão muito bem e ajudam a trazer tráfego para o resto do negócio. E trabalhamos com muitos produtos financeiros próprios que 'alimentam' a minha venda". A empresa cresceu 14% em março, 17% em abril e 17% em maio até a semana passada.

O executivo afirma, porém, que a empresa não se sente tranquila, mesmo nesse ambiente. "Na verdade, ninguém está [tranquilo] hoje porque há um conjunto de variáveis maior para gerenciar, como clima e crise envolvendo outras empresas do setor, que podem desestabilizar o negócio de uma hora para outra", diz o executivo, com 37 lojas físicas e 40 drogarias.

Forma também cita o fim do efeito positivo dos pagamentos de precatórios, de R$ 30 bilhões, já liberados pelo governo de forma antecipada (de julho para fevereiro), assim como a seca causada em algumas áreas agrícolas neste ano.

Sobre a metodologia da pesquisa da IPC, são considerados os mais diversos itens de consumo vendidos no país, num total de 22 categorias — de cigarro à automóveis —, incluindo despesas com habitação (como aluguel, telefone celular), saúde (remédios, tratamentos) e educação (cursos, creche).

O IPC Maps consegue levantar o detalhamento do potencial de consumo nos 5.570 municípios do Brasil, e segmenta essa análise para bairros em 221 cidades. São cruzados dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios de 2011 a 2023, além do censo demográfico de 2010 e 2022 do IBGE, e as contas consolidadas anuais do órgão. Os dados são atualizados anualmente na base do IPC Maps.

A respeito da mobilidade de potencial de consumo entre as classes sociais, os números da IPC projetam alguma melhora neste ano, passada a crise da pandemia.

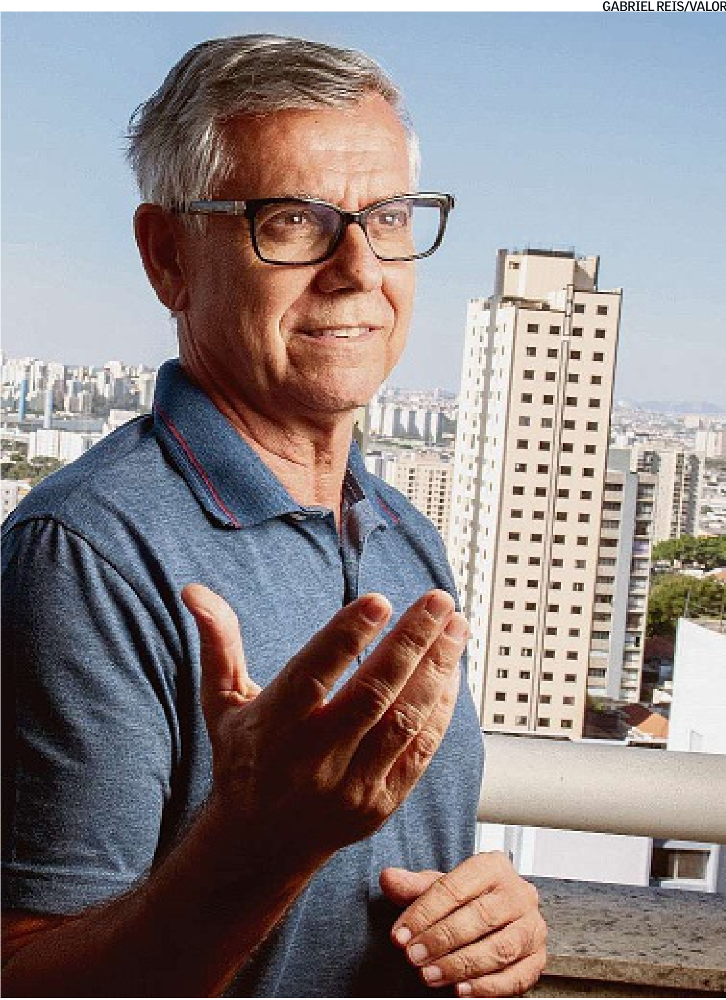
Há o impacto dos programas de apoio às família de baixa renda após 2021. Mas os números estimados ainda são piores em comparação à última fase de forte alta do consumo, em 2010. Desde então, as empresas já enfrentaram duas crises duríssimas com efeito direto em gastos: 2015, na gestão Dilma Rousseff, e em 2020, com a pandemia.

Para 2024, a expectativa é que as classes C, D e E somem 43,1% dos gastos totais da população, abaixo dos 47,9% em 2021, ano de covid-19, quando houve uma enxurrada de dinheiro na economia por parte do governo. Ao mesmo tempo, a classe B pode crescer, indicando possível migração social — passaria de 39,6% em 2021 para 42,3% neste ano. A classe A, iria de 12,5% para 14,6%.

Em 2010, porém, penúltimo ano de governo Lula, marcado por expansão sustentada, em parte, em incentivos ao consumo, havia mais ricos e uma classe média maior gastando em produtos e serviços. A classe A representava 20,1% dos desembolsos, a B, 46,6%, e os grupos C, D e E eram 33,3%

Mesmo com as empresas ainda abatidas pela manutenção dos juros altos, consultores lembram que a massa gigantesca de consumidores, num cenário de demanda reprimida, sustenta o alto potencial de crescimento do setor no curto prazo. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil está entre os dez maiores mercados de consumo global, ocupando a 9ª colocação.

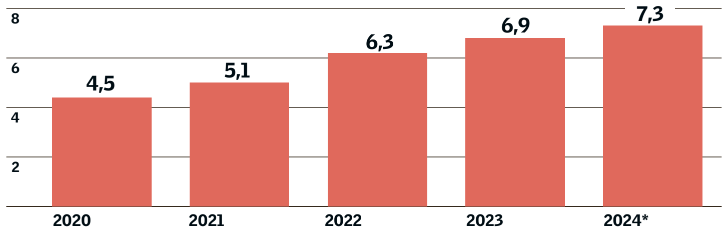
GABRIEL REIS/VALOR

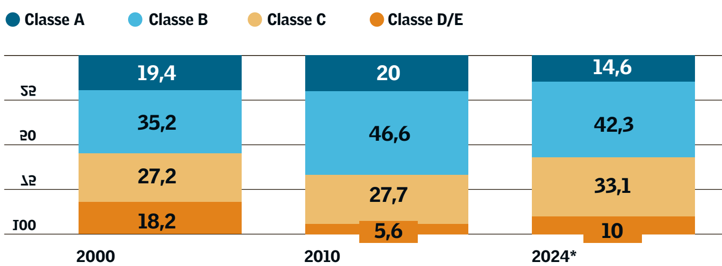


Marcos Pazzini, sócio da IPC: "Há um cenário de crédito ainda escasso"

Lenta recuperação

Gastos dos brasileiros com todos os itens de consumo - em R$ trilhões





Fonte: IPC Marketing e Editora. * Projeção

Cidades menores despontam no ranking

De São Paulo

Maior praça de consumo da América Latina, o Brasil tem um dinâmico mercado de varejo e serviços, que reage rapidamente aos períodos de fartura e apatia econômica. De um ano para o outro, cidades despontam como promessas, e às vezes cumprem as expectativas, assim como outras perdem vigor e acabam em segundo plano nas projeções de consumo e nos projetos de investimentos do setor.

O ranking "IPC Maps 2024" das 50 cidades mais prósperas para o consumo mostram a potência de praças tradicionais — entre elas São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, nessa ordem — como era de se esperar, mas também destacam locais menos óbvios.

Na lista das estreantes deste ano estão, por exemplo, Bauru (SP) que aparece na 50ª posição (era a 54ª em 2023), com alta de mais de 10% no valor estimado de gastos das famílias frente ao ano anterior (acima dos 2,5% projetados para o ano no país). Já Porto Velho e Mauá (SP), que estavam no relatório de 2023 entre as 50 maiores, não estão incluídas em 2024.

Enquanto Porto Velho viveu, no fim de 2023, uma das maiores crises hídricas de sua história — e há um alerta de seca para 2024 —, Bauru teve alta de 5,5% em seu PIB em 12 meses até junho de 2023, segundo a Fundação Seade.

Em outro cálculo, que mede os 15 municípios que mais perderam posições no ranking de expectativas de gastos deste ano, Caxias do Sul (RS) também sente os efeitos do clima, como Porto Velho. Mas no seu caso, pelo excesso de chuvas verificado desde setembro de 2023, segundo a prefeitura local, antes mesmo da tragédia que abalou o Rio Grande do Sul neste ano.

O mapeamento da força de consumo das cidades ajuda empresas a definirem investimentos. Testes pilotos com novas lojas, produtos ou serviços são feitos em locais escolhidos a dedo por varejistas e fabricantes, segundo critérios como perfil de compra dos consumidores e concentração de renda.

Entre as praças testes de marcas de bebidas e alimentos, por exemplo, estão Curitiba, Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP), regiões com classe média predominante, e no Nordeste, os destaques são Salvador e Recife, cidades com grande classe emergente, segundo apurou o **Valor**. Goiânia, pela força do agronegócio, também tem sido foco de projetos.

Ainda segundo o relatório da IPC, em 2024, há projeção de perda da fatia das 27 capitais no bolo geral de gastos — apesar da manutenção da liderança geral de São Paulo e Rio há décadas — e aumento do peso do interior, algo que reflete a consolidação da agropecuária em certos Estados. *(AM)*

Mudar para valer

Gestão



Wellington Vitorino

Quem quer gerar impacto positivo na sociedade vê-se sempre diante de uma dúvida: minhas ações estão, de fato, solucionando este ou aquele problema? Muitas organizações operam no escuro, sem fazer ideia do peso real de suas ações no mundo e sem saber, afinal, se seus programas estão ou não cumprindo o propósito para o qual foram criados.

Sociedades são organismos dinâmicos, e quaisquer desenvolvimentos podem ser atribuídos a uma gama quase infinita de fatores, entrecortados, por sua vez, por valores e hábitos profundamente enraizados, indissociáveis da própria maneira como a cultura funciona. Se há melhora significativa em determinada área, até que ponto posso atribui-la às ações promovidas pela minha organização?

O conceito de Teoria da Mudança (ToC, na sigla em inglês) existe para tentar responder a essa pergunta. Codificada há mais de três décadas e continuamente aprimorada, a ToC é uma metodologia que estima como uma intervenção, ou conjunto de intervenções, deve conduzir a uma mudança social específica, com base nas evidências disponíveis e análises de caso.

A ToC fornece, sobretudo, uma estrutura de aprendizagem. Articulando as causas de um desafio de desenvolvimento, ela torna explícito os pressupostos de cada estratégia, bem como a expectativa de resultado cultivada por quem conduz cada ação. Testando esses pressupostos à luz das evidências empíricas — o que deve incluir sucessos e fracassos —, ela ajuda a garantir que cada ação de impacto esteja apoiada sobre uma lógica sólida.

Afastando os "achismos" que contaminam tantas ações bem-intencionadas, essa metodologia ajuda a esclarecer como a mudança de fato acontece, o que é essencial para que um programa social triunfe, quais recursos (financeiros e humanos) são necessários para atingir determinado objetivo, o que faz parte da esfera de responsabilidade de uma organização, quais dados coletar para obter os melhores resultados, além de ser usada frequentemente para balizar e gerir parcerias.

Mas vale ressaltar que a ToC é tudo menos uma "receita de bolo". Sua aplicação correta envolve desenvolver cada estratégia de forma consultiva, refletindo o entendimento de todas as partes interessadas, e a revisão contínua de métodos a cada nova fase de um programa de impacto social, estimulando sua melhoria desde a concepção até o encerramento.

Trata-se, portanto, de uma metodologia viva, não de um documento estático perdido em alguma pasta de computador, esperando para ser consultado e aplicado por um gestor que busca a "fórmula mágica" da melhoria de resultados.

Organizações que querem fazer diferença no mundo precisam de mecanismos para mensurar, com algum nível de objetividade, o tamanho dessa diferença. Líderes dos mais diferentes setores têm encontrado na Teoria da Mudança uma referência para melhorar seu processo de tomada de decisão e para injetar confiança, ou convicção, nas estratégias de impacto adotadas por suas equipes.

Afinal, só se constrói um legado social positivo quando avançamos das boas intenções para as ações concretas, as quais nos levam da maneira mais eficiente até a linha de chegada.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Curtas

Fras-le retoma no RS

A Fras-le retomou na segunda-feira (27) as atividades presenciais nas operações da Fras-le Mobility site Controil, localizada em São Leopoldo (RS), segundo comunicado divulgado ontem pela companhia. A operação foi paralisada em 3 de maio devido às chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, mas as atividades estão gradualmente sendo retomadas desde 22 de maio.

Yduqs em Belo Horizonte

A Yduqs, por meio da subsidiária Estácio de Sá, comprou o Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, localizado em Belo Horizonte, por R$ 49 milhões. O pagamento será realizado em duas parcelas, sendo R$ 34,3 milhões à vista e os R$ 14,7 milhões pagos em cinco anos, com correção do CDI. A transação envolve ainda a celebração de um contrato de aluguel de longo prazo para ocupação de dois campus, segundo a companhia.

Restaurante Grupo Bloomin' Brands pretende usar recursos para reduzir dívida e recompra de ações

Na Outback, venda depende de ofertas atraentes

Adriana Mattos
De São Paulo

Em visita ao Brasil desde a segunda-feira (27), o executivo Pierre Berenstein, vice-presidente executivo da Bloomin' Brands, dona da rede Outback, chegou ao país num momento em que o mercado ainda tem dúvidas sobre o futuro do negócio por aqui.

No começo de maio, o comando global admitiu a hipótese de venda da operação brasileira, ao mesmo tempo em que divulgou queda no tráfego de clientes no país de 3,7% de dezembro a fevereiro. No ano fiscal de 2023, o recuo havia sido de 1,1 %.

As vendas "mesmas lojas" (de unidades em operação há mais de 18 meses) cresceram 5,5% em 2023, e de dezembro a fevereiro, recuaram 0,7% no Brasil.

Vice-presidente executivo de estratégia global de clientes e de Brasil, Berenstein reforçou o discurso da matriz de que a venda do Outback é uma das "alternativas em análise". Ele afirmou que se não encontrarem um comprador nas condições "adequadas", a Bloomin' Brands irá manter a operação, e comentou informações sobre a razão da busca de interessados. O BofA está com mandato de venda.

Os recursos com uma eventual venda podem ser usados para redução de dívidas do grupo controlador, também na recompra de ações na bolsa americana ou em reinvestimentos nos EUA.

O **Valor** apurou que essas informações foram dadas a investidores e analistas, em maio, pela área financeira global.

São opções a serem discutidas a depender do momento em que o negócio for concluído, caso isso ocorra. "Confirmamos informações já públicas e vamos atualizar a questão se algo evoluir", disse Berenstein. A Bloomin' Brands tinha US$ 952 milhões em dívidas líquidas ao fim de março. Eram US$ 781 milhões em dezembro.

A companhia estuda a hipótese de fazer um "refranchising" das lojas, ou seja, vender as unidades próprias para grupos franqueados. Nesses casos, normalmente o ideal é se desfazer do pacote de pontos, que geraria um valor maior. Com isso, a controladora ficaria com os royalties pagos.

Para dois gestores do mercado ouvidos ontem, o Brasil não tem um mercado maduro de redes de alimentação, como nos EUA, o que limita opções de eventuais compradores. E os problemas na Starbucks afugentam investidores.

Neste ano, o Outback projeta 18 aberturas, sendo que foram 16 em 2023. Na rede Abbraccio, outra cadeia do grupo, serão seis aberturas no ano. O plano é atingir 300 unidades (o Outback tem 173) dentro de alguns anos.

Berenstein afirmou que o negócio no país vai bem, e a busca de alternativas não tem relação com os números publicados recentemente sobre o Brasil. A perda em tráfego e venda de dezembro a fevereiro no país reflete a base de comparação dos dados, diz ele.

"O primeiro trimestre ficou dentro da expectativa. Isso porque o ano fiscal [da operação no país] ocorre de dezembro a novembro. Logo, a base de comparação de dezembro a fevereiro é o período da Copa do Mundo em dezembro em 2022, que foi muito forte para nós em vendas", disse. Segundo ele, ao se descontar o efeito Copa, há "um bom número", sem detalhar o resultado.

O executivo disse que "sempre há algo a evoluir", e que existem ações em andamento. "Não estou dizendo que [esse tráfego] é bom, estou dizendo que crescemos mais que o indicador do IFB [Instituto Foodservice Brasil], então, continuamos a ganhar 'share'. Temos muito potencial num país com um mercado ainda subpenetrado".

A ideia é avançar com os projetos em andamento, e um deles tem relação com a reinauguração da primeira unidade do Outback no Brasil, aberta no Rio de Janeiro, 27 anos atrás. O executivo veio ao Brasil para a reabertura na quinta-feira (30). O plano é replicar o modelo para outras unidades.

As mudanças partiram de um estudo com a consultoria Future Brands, dentro da ideia de criar um conceito reforçando as referências da cultura australiana, inspiração da marca. Isso inclui uso de materiais sustentáveis e inovações de certos itens do cardápio. E também incorporar ganhos de outro projeto, batizado de "Joe", focado em usar tecnologia para melhorar eficiência.

US$ 952
milhões são as dívidas até março

Margem Equatorial testará nova presidente da Petrobras

Energia

Kariny Leal e Fábio Couto
Do Rio

O tom conciliador adotado pela nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em sua primeira entrevista coletiva esconde as dificuldades que ela terá para atender a interesses distintos entre acionistas, bem como entre alas do próprio governo, apontam especialistas ouvidos pelo **Valor**.

Um exemplo é a exploração e produção de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na costa do Amapá, que vem à tona um ano após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negar a licença para perfuração de um poço na região. A empresa recorreu. O ex-presidente da estatal Jean Paul Prates enfrentou dificuldades que devem prosseguir na gestão de Chambriard, avaliam fontes.

A executiva reiterou o que Prates vinha dizendo: a Petrobras precisa repor reservas devido ao declínio do pré-sal a partir da próxima década. Ela disse ser essencial explorar petróleo em novas áreas e que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) precisa ser esclarecido sobre a necessidade de perfurar poços na Margem Equatorial. Como a Petrobras destravará a licença é incógnita para o mercado.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, avalia que a fala de Chambriard sobre a Margem deixa dúvidas sobre como negociará o sinal verde do Ibama. "Ela fala sobre viabilizar conversas sobre a exploração na Foz, mas precisa de licença. Como isso pode ser feito?"

Na visão de um especialista da indústria, Chambriard tem experiência suficiente para saber como se desvencilhar das pressões relativas à Margem Equatorial. Ele também considera que as exigências do mercado financeiro sobre a política de dividendos serão mais difíceis de serem atendidas.

Nessa linha, o BB Investimentos disse ser importante ter mais clareza sobre os dividendos, pois se a empresa adotar o pagamento mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, em vez de 45% do fluxo de caixa livre, o resultado será a redução de 32% no montante previsto para ser pago em 2024. O modelo do banco prevê distribuição, por ação, de R$ 3,09 ante projeção de R$ 2,11, caso a empresa adote o mínimo obrigatório por lei.

As falas de Chambriard, por sinal, assemelharam-se em muitos pontos com o discurso de Prates, diferenciando-se pelo tom, mais sóbrio e mais comunicativo, observou um executivo do setor. Não houve surpresas em geral, mas um dos itens de atenção, diz, deve ser a relação da CEO com a política.

Chambriard disse que o plano dela é colocar a empresa à disposição dos interesses dos acionistas, respeitando a lógica empresarial, destacando que, para cumprir essa tarefa, a palavra-chave é "conversa". A avaliação é de que pouco mudará no dia a dia da estatal. Todos os projetos em análise na companhia passam por vários "portões" de governança, que envolvem desde gerentes-executivos até o conselho de administração. Em todos, a aprovação exige "o CPF" dos gestores, o que em tese dificulta decisões comprometedoras de investimentos.

"As decisões estratégicas na companhia não podem ser tomadas sozinhas [por uma pessoa só] e precisam ter aderência ao plano estratégico", disse o diretor de governança e conformidade da Petrobras, Mario Spinelli, em evento do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), ontem. Ele afirmou que as regras de governança devem contribuir com o processo de decisão e mitigar "qualquer assimetria entre os acionistas."

Para um analista do mercado financeiro, não houve surpresas na fala de Chambriard: "O discurso vale pouco. Precisamos ver as ações." Para ele, a área mais sensível está no plano de investimentos, ainda sem clareza se haverá mudança no que foi anunciado. *(Colaborou Ana Beatriz Bartolo, de São Paulo)*

Ver mais na página C2

25%
do lucro é o mínimo pago aos acionistas

INÊS 249

marie claire
POWER TRIP SUMMIT
10ª EDIÇÃO 2024

UMA CELEBRAÇÃO À POTÊNCIA DA LIDERANÇA FEMININA

A **10ª edição do Power Trip Summit** foi mais que especial. Com a temática "**Visionárias**", abordou assuntos ligados à arte, tecnologia, sustentabilidade, moda, beleza, futuro e muito mais. Em 3 dias de evento, realizado em Belo Horizonte (MG), criou um espaço de debate com mais de 100 líderes brasileiras, empenhadas com a mesma missão da Marie Claire: promover novos caminhos e avanços para as mulheres - além de apoiar a campanha de Pantys pela dignidade menstrual voltada às vítimas do Rio Grande do Sul.

"Falta de regulamentação de IA e redes sociais são maiores desafios das democracias."

Cármen Lúcia,
ministra do STF, na entrevista
Nos Ritos da Justiça

"Cheguei ao ponto de pedir para devolverem minhas dobrinhas. Estou satisfeita em não precisar me modificar."

Paolla Oliveira,
atriz, na mesa Beleza Real

"Temos que colocar os homens para exercer funções de cuidado, mas eles não querem o trabalho mais barato do mercado."

Maria Homem,
psicanalista, na mesa
CEOs Também Choram

"Há anos, este evento foi criado pela Marie Claire porque não havia espaços para compartilhamento. Somos a última geração de 'primeiras' e precisamos promover essa mudança, é preciso normalizar o lugar da liderança feminina."

Tarciana Medeiros,
presidenta do Banco do Brasil

"Há alguns anos, o Magalu está com a Marie Claire no Summit. Essa é uma parceria que sempre engrandece a nós como empresa."

Silvia Machado,
CMO do Magalu

"Participar de um evento como o Power Trip Summit reforça o compromisso da L'Oréal Paris em apoiar e inspirar mulheres a se sentirem confiantes e valorizadas em todas as áreas de suas vidas."

Maíra Matta,
diretora de L'Oréal Paris no Brasil

Saiba mais e acompanhe o evento pelas plataformas da Marie Claire:

MarieClaireBrasil | MarieClaireBR | marieclairebr | revistamarieclaire





Patrocínio Máster



Patrocínio

L'ORÉAL PARIS | vivo | Dove



MUSQUÉE

Apoio



Liftera



INÊS 249

Siderurgia Grupo vai fechar unidade defasada em MG e modernizar indústria no Rio e no Ceará; plano de investimento até 2025 é de R$ 7,5 bilhões

Gerdau revê operação e desloca produção para usinas mais modernas

Stella Fontes
De São Paulo

A Gerdau está reorganizando suas operações no Brasil, em busca de maior competitividade. Com o fechamento da usina de Barão de Cocais (MG), anunciado ontem, a produção na unidade será deslocada para outras usinas do grupo no país, incluindo a Cosigua, no Rio de Janeiro, que receberá investimentos de R$ 200 milhões. Outros R$ 400 milhões serão investidos em modernização em Caucaia, no Ceará.

"Estamos acelerando um plano que já vinha sendo debatido há tempos. As medidas de defesa comercial adotadas pelo governo trouxeram confiança para executá-lo agora", diz o presidente da Gerdau, Gustavo Werneck. Os investimentos ainda não haviam sido detalhados, mas estão contemplados no pacote de R$ 7,5 bilhões que será desembolsado pelo grupo até o fim de 2025.

O executivo se refere à decisão do governo de adotar um mecanismo que combina cotas de importação e alíquota de 25% sobre os volumes excedentes, para conter a entrada de aço importado em condições desleais de concorrência. Conforme Werneck, o governo se comprometeu a rever a medida se ela for insuficiente "Acredito muito nos compromissos assumidos, com a segurança de que o governo federal vai observar os desdobramentos", diz.

De acordo com o executivo, os recursos aportados na Cosigua, segunda maior operação da siderúrgica no país, serão direcionados à transformação de capacidade produtiva que antes era voltada a exportações e, agora, passará a atender ao mercado interno com produtos de maior valor agregado. Historicamente, o grupo exportava cerca de 22% da produção brasileira, mas o aço nacional perdeu competitividade no exterior.

> "Nós estamos acelerando um plano que já vinha sendo debatido há muito tempo"
> *Gustavo Werneck*

Do montante que a Gerdau planeja investir até o fim de 2025, R$ 5 bilhões serão aplicados em projetos em Minas Gerais. Na usina de Ouro Branco, a Gerdau está investindo R$ 1,5 bilhão para expansão de capacidade, com a adição de um novo laminador de bobinas a quente de 250 mil toneladas por ano. O início de operação está previsto para agosto ou setembro.

"Estamos colocando mais 250 mil toneladas de bobinas a quente, que foi um dos produtos que entrou na lista [de cota de importação] do governo", afirmou Werneck. Em Divinópolis, serão investidos R$ 100 milhões em modernização até o fim do ano.

Outro projeto relevante da Gerdau, em mineração, também fica em Minas Gerais. São R$ 3,2 bilhões em investimentos em Ouro Preto para elevar a 5,5 milhões de toneladas a capacidade de produção da mina de Miguel Burnier. O início de operação está previsto para o fim do ano que vem.

Instalada no mesmo Estado e responsável por menos de 3% da produção da siderúrgica no país, a usina de Barão de Cocais será fechada por causa de sua baixa competitividade e defasagem tecnológica, explica Werneck.

Considerada a menos produtiva do grupo no Brasil, a unidade tem capacidade instalada de 330 mil toneladas de aço por ano, em dois altos-fornos e uma aciaria, e emprega cerca de mil pessoas. Em comunicado enviado à imprensa local, a empresa informou que os clientes continuarão sendo atendidos normalmente.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais, 487 empregados já foram demitidos. A empresa informou que busca a realocação do máximo de empregados em outras unidades, e vai oferecer programas de capacitação para os demitidos.

Conforme Werneck, a Gerdau não planeja suspender as operações em novas usinas no país. "Isso deixa [a operação] Brasil preparada para o próximo ano. Fizemos os movimentos necessários para competir de maneira mais igual com o produtos globais."

No Ceará, a siderúrgica vai investir aproximadamente R$ 400 milhões na modernização da usina de Caucaia. Durante o período de obras a usina será "hibernada", com início de operação em 2026 "mais moderna e competitiva". ***(Colaborou Cibelle Bouças, de Belo Horizonte)***

JULIO BITTENCOURT/VALOR



Werneck, presidente: Capacidade produtiva antes voltada à exportação será direcionada ao mercado interno

Curtas

Isenção de ICMS
A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) obteve uma liminar, em primeira instância, que permite às associadas excluir créditos presumidos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) da base de cálculo de impostos federais. De acordo com a decisão, a exclusão dos créditos é válida para o cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Compra aprovada
Acionistas da Hess aprovaram a proposta de aquisição de US$ 53 bilhões feita pela Chevron. A votação foi acompanhada de perto pelo mercado, com vários acionistas ameaçando se abster por conta do imbróglio envolvendo as duas companhias e a ExxonMobil sobre um ativo na Guiana.

Appian investe R$ 350 milhões para explorar grafite

Mineração
De São Paulo

A Appian Capital, fundo de investimento britânico focado em projetos de mineração, está aportando mais R$ 350 milhões no Brasil para viabilizar a exploração de grafite. Considerado um mineral crítico, o grafite é fundamental para a produção de baterias e, hoje, 70% da oferta mundial vem da China. Se a operação inicial confirmar sua viabilidade, os investimentos do fundo no país, nos próximos cinco a oito anos, poderiam chegar a R$ 1,5 bilhão.

Com os recursos, a Appian vai instalar uma unidade de demonstração — uma espécie de operação piloto de beneficiamento do mineral —, com capacidade produtiva de 5,5 mil toneladas por ano de grafite na mina Boa Sorte, no município baiano de Itagimirim. Além disso, vai desenvolver dois estudos técnicos em áreas da Graphcoa, joint venture controlada pelo fundo, que tem nove projetos de mineração, entre o sul da Bahia e o norte de Minas Gerais.

De acordo com o presidente da Appian Capital Brazil, Paulo Castellari, dos nove projetos de mineração do portfólio global do fundo, dois estão no país. "O Brasil tem sido uma área de bastante interesse desde 2019", conta. Naquele momento, a Appian investiu na Atlantic Nickel, que produz níquel na Bahia, e na Mineração Vale Verde, de cobre em Alagoas.

As atenções do fundo estão voltadas a materiais que podem contribuir com a transição energética, como cobre, níquel e lítio, usados no polo positivo (cátodo) das baterias. Mas a leitura é que o grafite também vai se beneficiar desse movimento, uma vez que, até agora, não há substituto economicamente viável para o mineral que é usado no polo negativo (ânodo) das baterias. "O que vem pela frente para o grafite é fascinante", afirma.

GABRIEL REIS/VALOR



> "Brasil é uma área de interesse do fundo desde 2019"
> *Paulo Castellari*

Conforme Castellari, a expectativa é ter condições de tomar uma decisão sobre as próximas etapas do projeto no país, chegando a 25,5 mil toneladas anuais, já no primeiro semestre do ano que vem, após a realização de testes e certificações com potenciais clientes.

Mais adiante, a capacidade instalada na operação brasileira poderia ser elevada a 40 mil toneladas, chegando a 65 mil toneladas no futuro mediante a exploração de duas das nove áreas detidas pela Graphcoa. "Pode ser o maior projeto de grafite do país", afirma o executivo.

Hoje, a produção brasileira de grafite corresponde a menos de 2% do volume produzido globalmente, embora o país tenha depósitos equivalentes a um quarto das reservas globais. A oferta mundial do mineral gira em torno de 1 milhão de toneladas por ano e deve chegar a 3,7 milhões de toneladas em 2030. A China, que responde por mais da metade do volume atual, tende a ser diluída e ficar com uma fatia de 30%, afirma Castellari.

Do lado da demanda, a previsão é de déficit. Hoje, são consumidas 2 milhões de toneladas por ano, das quais 1,4 milhão de toneladas para baterias. Em 2030, serão 4,6 milhões de toneladas, acima da oferta projetada.

Com potenciais clientes dentro e fora do país, a estratégia é analisar a viabilidade de verticalizar operações, até a produção de baterias, no futuro. "A aposta não é só no uso de baterias por causa da eletrificação dos veículos, mas no geral", explica. ***(SF)***

Concessões Grupo prevê gerar de R$ 5 bi a R$ 10 bi até 2035 com novos acionistas e venda de ativos

CCR busca sócios para metrôs e aeroportos

Taís Hirata
De São Paulo

O grupo CCR planeja atrair novos sócios a seus negócios de mobilidade urbana e de aeroportos. O plano faz parte de uma estratégia de "reciclagem de capital", que inclui também a venda de ativos. O objetivo principal é levantar recursos para a expansão da empresa — a perspectiva é gerar de R$ 5 bilhões a R$ 10 bilhões até 2035, afirmou o presidente, Miguel Setas, na terça-feira (28), durante evento com investidores em São Paulo.

Hoje o processo mais avançado é o de mobilidade urbana. O desenho da nova plataforma já está em discussão pelo grupo, mas ainda não há bancos contratados para a busca de novos sócios estratégicos, disse ele. "Em mobilidade urbana, a CCR é o sétimo maior operador do mundo. Portanto, preferencialmente o sócio que pode estar mais próximo, que será mais adequado, é de caráter mais financeiro."

No caso de aeroportos, o processo depende da conclusão dos principais investimentos previstos nos contratos da CCR — que em 2021 conquistou 16 terminais. A previsão é que as principais obras sejam entregues até novembro deste ano. Na sequência, a companhia quer estar pronta para discutir operações de fusões e aquisições no setor.

Desde o ano passado, a avaliação do grupo é que o mercado de concessões de aeroportos no Brasil está fragmentado e passará por um processo de consolidação nos próximos anos, do qual a empresa quer participar. Nesse modal, o grupo vislumbra uma fusão com outro operador ou grupo financeiro para formar uma plataforma maior, que poderá atuar na América Latina.

Neste momento, a atração de sócios estará voltada às plataformas de aeroportos e de mobilidade urbana, porém, no evento, Setas afirmou que a divisão de rodovias, a principal do grupo, também deverá caminhar para esse modelo no futuro.

O plano de atração de sócios e de venda de ativos busca dar fôlego financeiro para que a companhia possa viabilizar novos projetos. "A reciclagem de capital tem duas missões: gerar valor e criar espaço no nosso balanço para aumentar o poder de fogo para continuar a crescer", afirmou Setas.

O estoque de projetos no radar do grupo soma cerca de R$ 190 bilhões em investimentos. O foco está em novas concessões de rodovias (com R$ 125 bilhões em projetos mapeados) e de mobilidade urbana (R$ 69 bilhões). Porém, o presidente destacou que a postura da CCR seguirá seletiva.

"Teremos rigor na alocação de capital. A CCR se absteve de participar de parte importante dos últimos leilões. Participamos de um, mas com visão rigorosa de criação de valor. Esse é nosso compromisso, que queremos reafirmar", afirmou.

A meta para a alavancagem financeira (medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado) é manter um índice entre 2,5 vezes e 3,5 vezes. O grupo encerrou o primeiro trimestre com indicador de 3 vezes.

A empresa também tem um plano de corte de gastos na operação. Os principais ganhos deverão vir das mudanças organizacionais. Um dos objetivos é enxugar a 'holding', que já teve redução de 30% de sua estrutura desde o ano passado, destacou o diretor financeiro, Waldo Perez. "Agora faremos uma análise profunda na plataforma. Identificamos uma série de oportunidades."

No evento, a CCR também anunciou uma projeção de crescimento entre 8% e 10% por ano, pelos próximos dez anos, considerando o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado — perspectiva que Setas considera conversadora. "É um compromisso mínimo", disse. A perspectiva inclui o crescimento orgânico dos contratos, possíveis repactuações e extensões de prazo das concessões e a conquista de ativos.

Outra vertente de crescimento do grupo são os negócios adjacentes associados às concessões — por exemplo, fruto de contratos imobiliários, de varejo, de energia, de telecomunicações, serviços de logística e publicidade, entre outros. Hoje essas receitas acessórias representam 6% do faturamento, o que em 2023 significou um total de R$ 1 bilhão. A previsão para a próxima década é de ao menos dobrar o volume das receitas, que deverão superar os 10% de participação no total. "Estamos muito engajados em crescer com receitas nas laterais dos negócios principais. Entendemos que vai se tornar uma vertical com relevância equivalente à de uma unidade de negócios."

"A reciclagem de capital busca gerar valor e criar espaço para crescer"
Miguel Setas

Curtas

Usina solar da Equatorial

A Equatorial comunicou, nesta terça-feira (28), que a usina fotovoltaica Ribeiro Gonçalves entrou em operação comercial na quinta (23), conforme despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O complexo solar tem capacidade instalada de 283 megawatts-pico, e entra em operação em linha com o cronograma previsto. Com a entrada em operação deste projeto, a Equatorial passa a contar com capacidade instalada total de 1.427 megawatts.

Preço da OPA da Cosern

A consultoria Grant Thornton, contratada para avaliar a emissão de ações da Cosern, emitiu um lado precificando os papéis da empresa em valor acima do proposto pela Neoenergia em oferta pública de aquisição (OPA). O valor definido para a Corsen ficou em R$ 15,33 para ações ordinárias e R$ 16,86 para as preferenciais, tendo sido o método de fluxo de caixa descontado considerado como o mais adequado para determinar o valor justo das ações. A Neoenergia tem até cinco dias para informar se pretende ou não continuar com a OPA, que faz parte da oferta pública de aquisição feita pela Neoenergia, cujo objetivo é converter o registro da Cosern da categoria A para B.

INÊS 249

Inteligência artificial Iniciativa ocorre depois que a companhia lançou o GPT-4o, seu novo carro-chefe que alimenta o ChatGPT

Novo comitê da OpenAI vai avaliar segurança de dados

Denny Jacob
Dow Jones Newswires

O conselho de administração da OpenAI criou um comitê de segurança e proteção depois de se envolver em uma disputa legal sobre um novo assistente de voz em seu modelo mais recente de inteligência artificial (IA).

A companhia de IA generativa disse em uma postagem de blog nesta terça-feira (28) que o comitê será liderado pelos diretores Bret Taylor (que será o presidente), Adam D'Angelo, Nicole Seligman e o presidente-executivo Sam Altman. Sua primeira tarefa será avaliar e desenvolver mais os processos e meios de proteção da OpenAI.

A iniciativa ocorre depois que a companhia lançou, este mês, o GPT-4o, seu novo carro-chefe em modelos de linguagem de grande escala que alimenta seu chatbot on-line ChatGPT. Parte do GPT-4o era uma nova assistente de voz feminina chamada Sky.

Essa assistente de voz tornou-se o centro das atenções em um impasse legal entre a estrela de cinema Scarlett Johansson e a OpenAI. Johansson disse acreditar que a voz de Sky era assustadoramente semelhante à sua. A atriz dublou de forma memorável uma assistente de voz de IA no filme "Ela", de 2013.

Altman e outros executivos da OpenAI disseram ter se inspirado no filme, mas a OpenAI disse que Sky nunca teve a intenção de se parecer com Johansson e que a companhia contratou uma dubladora que gravou suas partes antes de qualquer contato com Johansson.



ANNABELLE CHIH/BLOOMBERG

Integrante do grupo, Sam Altman terá como primeira tarefa criar meios de proteção da empresa

A companhia disse que queria desenvolver uma assistente como a Siri, da Apple, ou a Cortana, da Microsoft, com quem os usuários pudessem falar.

O "The Wall Street Journal" informou anteriormente que Johansson foi sondada pela OpenAI, sem sucesso, para trabalhar com a companhia na nova assistente de voz.

Este mês, a OpenAI deu uma pausa no uso da voz de Sky após receber uma notificação legal dos representantes de Johansson, segundo o "Journal".

A ascensão rápida da IA vem provocando grande ansiedade nos setores criativos em relação à remuneração e à propriedade de conteúdos gerados por IA e construídos a partir de trabalhos anteriores.

As ferramentas de bate-papo da IA generativa tendem a depender de textos, imagens, músicas e vídeos que circulam na internet, inclusive os protegidos por direitos autorais.

A News Corp, controladora do "The Wall Street Journal", tem uma parceria de licenciamento de conteúdo com a OpenAI. *(Tradução de Mario Zamarian)*

Franqueados crescem com repasse, retenção de pessoas e estratégia

Somos Multi

Carina Brito e Paulo Gratão
PEGN, de São Paulo

Planejamento estratégico, plano de carreira para funcionários e compra de unidades de repasse estão entre as principais ferramentas utilizadas por franqueados para crescer. A aquisição de lojas já gerou incertezas no franchising, por muitas vezes se tratar de uma loja que não vai bem. Mas começa a ganhar a simpatia dos empreendedores, que não precisam se preocupar com montagem inicial. "É uma forma segura de expansão, e a pessoa que compra pode recuperar parte do investimento na revenda, caso o negócio dê errado", diz Denis Santini, CEO da comunidade de franqueados CommUnit.

As diferentes fórmulas para o crescimento de um negócio de franquia foram o principal assunto do Somos Multi, 1º Congresso de Franqueados do Brasil, realizado nesta terça-feira (28), no Allianz Parque, em São Paulo. Organizado pela CommUnit, o evento reuniu mais de 700 pessoas.

A taxa média de repasse entre as franquias brasileiras foi de 4,3% em 2023, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF). Isso representa cerca de 8,4 mil unidades, entre 195.862 existentes naquele período. No ano anterior, no entanto, o índice havia sido de 0,9%.

Para Santini, ainda existe, entre os franqueadores, a ideia de que o repasse "suja a imagem da marca". "Ele pode acontecer por diversos motivos. Às vezes, o operador não se adaptou bem ao negócio", afirma.

O franqueado Erik Cavalheri, que tem 26 unidades do Boticário, começou com uma que pertencia a seu antigo chefe e não dava bons resultados. Para reverter os números, investiu em treinar e se aproximar da equipe. Quase metade de suas lojas foi comprada de repasse, e ele diz que vê o movimento crescer entre outros empreendedores.

Leandra Bisi Priante usou a oportunidade para assumir a liderança da 5àSec na Grande Belém (PA). A empreendedora tem 14 lojas da rede de lavanderias. Três anos depois de iniciar com lojas novas, apostou no repasse e hoje é a única na região.

A advogada Renata Pin lembrou no evento que a compra envolve duas negociações, com o franqueador e com o empreendedor que vende uma unidade. "Quem vende a franquia é a franqueadora. O franqueado comercializa seus ativos", explica Pin, que recomenda a contratação de uma assessoria jurídica para o processo.

Para montar seus times, os empreendedores passaram a pensar em formas de reter os funcionários por mais tempo. Na opinião de franqueados que participaram do evento, a capacitação técnica tem perdido relevância entre os critérios de contratação e se tornado um diferencial para manter o colaborador.

Construir um plano de carreira dentro das unidades franqueadas têm sido uma das ações adotadas para diminuir o turnover das lojas, como mencionou o franqueado da Chilli Beans, Eduardo Félix, dono de 32 lojas da marca.

Na rede de óticas, a aposta tem sido mapear as necessidades das novas gerações. Caito Maia, fundador da marca, diz que a média de idade dos funcionários é de 18 a 22 anos, e que a percepção é de que oferecer capacitações que promovam uma possibilidade de promoção futura — como uma formação de técnico ótico — têm despertado mais atenção do que benefícios financeiros imediatos.

O planejamento estratégico é um dos pontos mais delicados para ter sucesso na expansão, pois o franqueado deve ter uma visão de cada operação, mesmo que comande múltiplas lojas. O ponto foi reforçado por Maurício Galhardo, chefe de educação da plataforma de gestão financeira F360. "É preciso fazer o 'business plan' para cada uma das lojas, para entender se alguma tem um nível de deficiência maior do que outra, por exemplo", diz.

Essa dificuldade cresce à medida que os multifranqueados aumentam suas redes. Quanto mais lojas, mais ele se distancia da operação. "É preciso ter mais pessoas e softwares que ajudem a acompanhar métricas e agir rapidamente no que for necessário", diz Jacqueline Augé, gerente de expansão e implantação da marca de acessórios Santa Lolla.

4,3%
foi a taxa média de repasse das franquias

Empresários avaliam potencial da IA

Pedro S. Teixeira
Folhapress, de São Paulo

O grupo de empresários Movimento Brasil Competitivo (MBC), sob comando de executivos de Gerdau, Serasa, Lide e Porto, quer mostrar que a inteligência artificial pode gerar empregos a partir do ganho de competitividade na economia, em vez de substituir os humanos nos postos de trabalho.

Seriam 26 milhões de empregos gerados com a tecnologia até 2030 no melhor cenário, de acordo com a consultoria Ducker Frontier.

O apanhado do MBC cita a Organização Internacional do Trabalho (OIT): "O maior impacto da IA não está relacionado à destruição do emprego, mas às mudanças potenciais na qualidade dos postos de trabalho e a autonomia dos trabalhadores."

Para se preparar para a onda tecnológica que o mundo atravessa e surfá-la, o Brasil precisa incluir a tecnologia no ciclo de educação básica, treinar profissionais especializados, construir um ambiente institucional e legal seguro e investir em infraestrutura, segundo a diretora-executiva do MBC, Tatiana Ribeiro.

Para o MBC, aprovar uma regulação prescritiva como o modelo proposto no Senado agora, por exemplo, seria um erro.

Veja matéria completa no site do Valor

Minoritários da Kora Saúde dizem estar de mãos atadas

Pipe

Governança

André Ítalo Rocha
De São Paulo

A uma semana da assembleia de acionistas que vai decidir se a Kora Saúde sai ou não do Novo Mercado, um grupo de minoritários contrários à saída está se sentindo de mãos atadas.

A proposta — feita pelo controlador, o fundo americano de private equity HIG Capital — será votada apenas pelos investidores que fazem parte do "free float", como manda o regulamento. A bronca desses minoritários é que metade do free float é composta por dois médicos fundadores que fazem parte do acordo de acionistas com o controlador, o que indicaria, na visão deles, que a votação será meramente protocolar.

O free float da Kora Saúde representa 20,3% das ações. Os dois médicos fundadores — Bruno Moulin Machado e Ivan Lima — detêm cerca de 10%. "Só eles representam quase o que a HIG precisa para tirar a Kora do Novo Mercado", disse um dos minoritários. Entre os incomodados com a condução do processo, estão gestoras como Leblon, Iridium, Polo Capital e Fourth Sail. Os insatisfeitos somam 4%.

Alguns desses minoritários chegaram a procurar a HIG para argumentar que a saída poderia representar abuso do poder de controle, mas o fundo responde que está seguindo a regra da B3, que diz que todos aqueles que não são controladores ou administradores da companhia são considerados parte do free float. Embora sejam fundadores e atuem como médicos em hospitais da Kora, Machado e Lima não participam da gestão da empresa.

Um outro problema visto por esses minoritários é a OPA que a HIG promete fazer após a migração para o segmento tradicional, ao preço de no máximo R$ 0,87 por ação, para dar saída a quem não estiver satisfeito. Para eles, ao definir apenas um preço máximo para a OPA, sem incluir também um preço mínimo, a HIG deixa os acionistas em uma situação de incerteza. "E se até lá ação cai para R$ 0,50?", questionou um outro minoritário.

Na sua justificativa, a HIG Capital disse que a manutenção da companhia nesse segmento "restringe algumas das alternativas disponíveis para financiamento e expansão, incluindo, por exemplo, a possibilidade de captação de recursos por meio de emissão de ações preferenciais e a realização de operações de combinação de negócios com empresas nacionais e estrangeiras que atualmente não integram o Novo Mercado da B3.

Para um dos minoritários insatisfeitos, em vez de tentar tirar a empresa do Novo Mercado, teria sido melhor chamar um aumento de capital. Mas, na visão da HIG, conforme o **Pipeline** apurou com fontes ligadas à gestora, um aumento de capital poderia levar a empresa a ficar abaixo do mínimo exigido para o free float, que já está no limite de 20%. Nesse cenário, a empresa teria de pedir um "waiver" à B3, mas o fundo entende que esta seria uma alternativa temporária, diferente de uma solução de longo prazo que acredita estar buscando para a companhia.

Em relação ao preço da OPA, o **Pipeline** ouviu de fontes ligadas à HIG que a gestora só definiu o preço de até R$ 0,87 no comunicado que fala sobre a OPA porque precisava estipular algum patamar para a CVM, e por isso tomou como referência a cotação do dia anterior. A gestora, porém, contratou uma consultoria independente para calcular o que seria um preço justo para oferecer, aí sim, no edital da OPA.

Em nota, a HIG disse que o compromisso de apresentar um pedido de OPA à CVM 30 dias depois da aprovação da saída do Novo Mercado se deu apenas para dar segurança à base de acionistas e garantir liquidez aos que não quiserem continuar.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Curtas

Otimismo com Netflix

A Netflix teve resultados positivos em pesquisas com assinantes nos Estados Unidos e no Reino Unido, e as perspectivas para a empresa são otimistas graças à descontinuação do plano básico de assinaturas e à adição de conteúdo ao vivo, segundo a Dow Jones Newswires, citando analistas. "A Netflix está na posição financeira, fundamental e competitiva mais forte que já vimos", disse o analista da Evercore ISI, Mark Mahaney, em relatório. "E vemos em eventos ao vivo e jogos oportunidades promissoras de receita de longo prazo. E a segunda temporada de "Round 6" estará disponível em breve!"

Padtec e Trusted Data

A Padtec comunicou, nesta terça-feira (28), que celebrou uma parceria com a Trusted Data para a oferta de uma solução completa para data centers. De acordo com a companhia, uma das novidades consiste na combinação da SmartPOP, oferecida pela Trusted Data, com a plataforma Smart Site, lançada em 2022 pela Padtec. O SmartPOP é um serviço de data center em forma de rack, que inclui ar-condicionado de precisão, sensores de ambiente, sistemas de energia ininterrupta (nobreak) e de proteção contra incêndio, entre outros recursos.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Araguaia Níquel Metais Ltda. -** CNPJ: 97.515.035/0001-03 - Endereço: Av. Raja Gabaglia, 1143, Salas 1401 e 1402, Bairro Luxemburgo - Requerente: Marco Antonio Corrêa Ferreira - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Requerido: **E. Braga Transportes -** CNPJ: 06.231.288/0001-91 - Endereço: Rua Pedro Álvares Cabral, 825, Bairro Jardim Amanda Ii, Hortolândia/sp - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP

Requerido: **M. Cardoso Auto Parts Importação e Exportação Ltda. -** CNPJ: 19.097.942/0001-68 - Endereço: Rua Roger Chaffee, 10, Bairro Interlagos - Requerente: Banco Daycoval S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Requerido: **Rizzo Clínica Odontológica Ltda. -** CNPJ: 52.351.073/0001-21 - Endereço: Av. Coletora Ii, 146, Conjunto Habitacional Morro Alto, Vespasiano/mg - Requerente: Fernando Dos Anjos Pessanha - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Indústria e Comércio de Telhas São Carlos Eireli -** CNPJ: 26.430.426/0001-79 - Endereço: Rua Dr. David Pedro Cassinelli, 534, Bairro Jardim São Paulo - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Bl Adm Judicial Administradora Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de São Carlos/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Instituto de Educação e Cultura Forte Eireli Me, Nome Fantasia Colégio Vital Brasil -** CNPJ: 26.697.579/0001-87 - Endereço: Quadra Qn 406 Área Especial Nº 01, Samambaia Norte - Administrador Judicial: Dr. Maycky Fernando Zeni - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Noveco Indústria e Comércio Eireli Epp -** CNPJ: 20.757.474/0001-90 - Endereço: Rua Chaves, 455, Bairro Jardim California, Barueri/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Laspro Consultores Ltda, Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª Raj/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Quattrohome Comércio de Móveis Ltda. -** CNPJ: 41.571.403/0001-78 - Endereço: Quadra Shcsw Ci 105, Bloco A, S/nº, Sala 18, Setor Sudoeste - Administrador Judicial: Dr. Miguel Alfredo de Oliveira Júnior - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Sacolla Comercial Eireli -** CNPJ: 31.525.815/0001-18 - Endereço: Rua Chaves, 455, Sala 01, Bairro Jardim California, Barueri/sp - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Laspro Consultores Ltda, Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Dpp Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 36.574.048/0001-50 - Endereço: Rua Prefeito Milton Improta, 820, Boxes 24 e 25, Bairro Vila Maria - Requerente: Cash Price Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Requerido: **Dpp Comércio de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 36.574.048/0001-50 - Endereço: Rua Prefeito Milton Improta, 820, Boxes 24 e 25, Bairro Vila Maria - Requerente: Lance Capital Factoring e Fomento Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido julgado improcedente.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agrícola Hm, Nome Fantasia Fazenda Hm -** CNPJ: 54.551.382/0001-70 - Endereço: Rodovia Mt 109, Km 119, S/nº, Lote Rural 77, Zona Rural, Querência/mt - Administrador Judicial: Dr. Leonardo de Mesquita Vergani - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Karline Helena Zanon Ganzer -** CNPJ: 54.109.039/0001-70 - Endereço: Rodovia Ms 267, Km 545, S/nº, Zona Rural, Bela Vista/ms - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Corumbá/MS

Empresa: **Precision Comercial Distribuidora de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. -** CNPJ: 30.461.442/0001-04 - Endereço: Rua Ângela Berbel Pagano, 06, Bairro Jardim Alvorada, Cravinhos/sp - Administrador Judicial: Aj Ruiz Consultoria Empresarial S/a, Representada Pela Dra. Joice Ruiz Bernier - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Vanessa Mariani Huther, Produtora Rural com Nome Fantasia Fazenda Hm -** CNPJ: 54.744.005/0001-58 - Endereço: Rodovia Mt 109, Km 119, S/nº, Lote Rural 77, Zona Rural, Querência/mt - Administrador Judicial: Dr. Leonardo de Mesquita Vergani - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Vfg Terraplanagem Ltda., Nome Fantasia Fgganzer -** CNPJ: 41.607.881/0001-90 - Endereço: Rodovia Br 267, Km 555, S/nº, Zona Rural, Bela Vista/ms - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Corumbá/MS

Empresa: **Volnei Fernando Ganzer -** CNPJ: 54.177.432/0001-00 - Endereço: Rodovia Ms 267, Km 545, S/nº, Zona Rural, Bela Vista/ms - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Corumbá/MS

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Benex Beneficiamento Têxtil Ltda. -** CNPJ: 05.783.903/0001-00 - Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 3139, Galpão 01, Bairro Estrada Das Areias, Indaial/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Coppio Engenharia e Comércio Ltda. -** CNPJ: 57.692.410/0001-68 - Endereço: Av. Shishima Hifumi, 1760, Bairro Urbanova - Vara/Comarca: 5a Vara de São José Dos Campos/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Indústria de Máquinas Eldorado Ltda. -** CNPJ: 79.386.132/0001-53 - Endereço: Rua Graciosa, 1501, Bairro Guanabara - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Estratégia Criada há dez anos, empresa investirá R$ 50 milhões para dobrar sua capacidade de alojamento de touros e produzir grãos para ração

Seleon eleva aposta em genética bovina

Patrick Cruz
De Itatinga (SP)

A Seleon, uma das maiores empresas do mercado de coleta e processamento de genética bovina do país, decidiu ampliar sua capacidade de alojamento de touros reprodutores e apostar na produção de grãos para assegurar a oferta de ração aos animais. O projeto de expansão da companhia prevê R$ 50 milhões em investimentos nos próximos cinco anos.

Os esforços de ampliação vão se concentrar em duas propriedades vizinhas, localizadas em Itatinga (SP) — uma delas abriga a sede da companhia. Hoje, a estrutura de alojamento dos animais, com piquetes modulares, ocupa uma área de 80 hectares, e a produção de grãos, em particular de soja, 120 hectares.

A partir da ampliação, as atividades de manejo dos touros ocuparão parte do espaço em que há lavouras. Para aumentar a colheita mesmo com menos área de cultivo, a empresa vai ampliar o plantio de culturas de segunda safra, como sorgo e milho, e investir em estrutura de irrigação.

"Com o custo da terra como está, é crítico utilizar o máximo de área, pelo número máximo de safras e com o máximo de animais", afirma o presidente da Seleon, Bruno Grubisich. "Compramos essa fazenda há quase 15 anos, mas já com a visão de ela se tornar uma área de agricultura. Escolhemos uma às margens de um rio caudaloso, em que poderemos ter outorga para fazer irrigação de alta performance".

A Seleon é hoje uma das três maiores centrais de coleta e processamento de sêmen bovino da América Latina. A empresa coleta mais de 5 milhões de doses de sêmen por ano no país, onde a produção anual é de 23 milhões de doses. Os clientes da companhia são, principalmente, outras centrais e multinacionais que não têm infraestrutura no país para coleta.

A estrutura atual da empresa comporta pouco mais de 400 touros reprodutores. Hoje, essa capacidade está praticamente toda tomada, abrigando animais de raças como nelore, de corte, e holandesa, voltada à pecuária leiteira, muitas vezes negociados por milhões de reais — e que, como é praxe no segmento, costumam atender por nomes espirituosos como "Trem Bala", "Inédito" e "Don Diego". Na ampliação, a empresa poderá abrigar até 800 touros simultaneamente.

> "A pandemia foi um vento de cauda para o alojamento de animais reprodutores"
> *Bruno Grubisich*

Filho de José Carlos Grubisich, executivo que comandou empresas como Eldorado Celulose, Braskem e Rhodia e que hoje dedica-se às atividades agropecuárias da família, Bruno começou a investir na pecuária no começo dos anos 2000, apostando em gado nelore puro de origem. A Seleon começou a tomar forma há pouco mais década. O marco do "nascimento operacional" da empresa, a primeira coleta de sêmen, ocorreu há exatos dez anos, em junho de 2014. "A gente percebeu que existia esse mercado relativamente desatendido. Nosso foco é produzir sêmen de alto poder fertilizante", diz o empresário.

Desde o começo da pandemia de covid-19, a habilidade da Seleon para trabalhar com animais de difícil manejo despertou o interesse de centrais que queriam importar touros para indexar seus custos à moeda local e também evitar problemas aduaneiros, recorrentes durante a fase mais aguda da disseminação da doença no mundo. A crise sanitária global já se encerrou, mas a empresa continua recebendo dois ou três lotes de touros importados por ano, cada um com sete a dez animais. Na visita que o **Valor** fez ontem às operações da companhia em Itatinga, havia no local 113 touros americanos das raças angus, brangus e holandesa. "A pandemia foi um vento de cauda para o negócio de alojamento de animais reprodutores", avalia Bruno.

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Bruno Grubisich, da Seleon, e, ao fundo, o touro Inédito: fazenda em Itatinga (SP) poderá receber até 800 animais

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBORURAL



MARCELO BELEDELI

Lavouras de soja alagadas em Viamão (RS): governo considera incluir também as operações do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) no Fundo de Garantia de Operações

Financiamentos Tesouro deverá destinar R$ 500 milhões para avalizar contratações do Pronaf; montante pode assegurar oferta de até R$ 3,5 bilhões em empréstimos

Governo usará fundo de garantia para dar apoio a pequenos produtores no RS



Rafael Walendorff
De Brasília

O governo federal estuda incluir empréstimos que produtores rurais do Rio Grande do Sul tomaram dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na lista de financiamentos avalizados pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO), apurou o **Valor** com três fontes a par do assunto em Brasília. O Banco do Brasil administra o FGO.

O plano prevê a destinação de R$ 500 milhões a mais ao FGO para avalizar contratações de financiamentos de pequenos agricultores afetados pelas chuvas e inundações no Estado. Os recursos, que sairiam do Tesouro Nacional, seriam capazes de assegurar a oferta de um volume entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3,5 bilhões em empréstimos para a agricultura familiar, estimou uma das fontes.

O governo também avalia incluir as operações do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) no fundo, com aporte maior de verba. O anúncio é aguardado para hoje.

O Ministério Desenvolvimento Agrário propôs uma minuta de medida provisória para a iniciativa. A Pasta justifica que o Rio Grande do Sul tem sofrido severamente com os problemas climáticos e que isso aumenta a exposição ao risco e também o endividamento dos produtores rurais, o que diminui o interesse de instituições financeiras de oferecer novos recursos aos agricultores.

A equipe do ministro Paulo Teixeira tem argumentado ao Palácio do Planalto e à equipe econômica que o cenário atesta a necessidade de criação de mecanismos adicionais para ampliar o acesso ao crédito rural no Estado.

O FGO surgiu em 2009. O objetivo do fundo é garantir parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais, profissionais liberais e transportadores rodoviários de carga autônomos usarem na aquisição de bens de capital específicos para suas respectivas atividades.

R$ 2 bi
é o valor que o BB vai liberar a produtores rurais do Estado

O fundo ajudou a alavancar crédito na pandemia por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Hoje, ele serve como base para o programa de renegociação de dívidas Desenrola, entre outras ações.

No início de maio, o governo publicou a medida provisória 1.216/2024, que autorizou a União a aumentar em até R$ 4,5 bilhões sua participação no FGO exclusivamente para a cobertura das operações contratadas até 31 de dezembro, no âmbito do Pronampe, com beneficiários afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

Ontem, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o governo iria publicar até hoje uma MP com a criação do fundo garantidor para operações do setor agropecuário gaúcho. A iniciativa tem sido discutida com o setor produtivo desde o início do mês. O aval da União é visto como estratégico para aqueles produtores que perderam patrimônio usado como garantia em novas operações.

Fávaro disse ontem a jornalistas em Santa Cruz do Sul (RS) que a medida provisória deverá abranger a criação de fundos garantidores para todas as atividades econômicas do Rio Grande do Sul. Também ontem, o Banco do Brasil anunciou o início da liberação dos financiamentos emergenciais do Pronaf e do Pronamp com descontos aos gaúchos. A instituição deve ofertar R$ 2 bilhões em crédito emergencial ao agro do Estado.

CRAS produzirá semente de amendoim


DIVULGAÇÃO

"A CRAS vai prestar assistência técnica, além de realizar a venda, uma demanda dos produtores"
Ilton Nomura

Grãos

Nayara Figueiredo
De São Paulo

Maior exportadora de óleo de amendoim do país, a CRAS Brasil vai passar a atuar também no mercado de insumos ao estrear na produção e comercialização de sementes de amendoim. A nova aposta da companhia está a cargo da Semente CRAS Agro, operação que recebeu investimento de R$ 4,5 milhões.

A empresa destinou os recursos à construção de uma unidade de beneficiamento, tratamento e armazenagem de sementes, além da compra de equipamentos e da instalação da infraestrutura necessários para apoiar a produção e a distribuição. A fase-piloto da produção de sementes começou no ano passado e está no segundo ciclo. A partir de agora, a empresa fará a comercialização.

A Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) da CRAS Agro tem capacidade de produção 5 mil toneladas por ano. Atualmente, o projeto está na primeira fase, na qual a companhia produzirá 800 toneladas por ano. O plano da empresa é, nos próximos dois anos, elevar a produção para 2 mil toneladas anuais para depois, gradativamente, alcançar o volume total de capacidade.

A CRAS vai destinar parte das sementes a seus produtores integrados de amendoim, e outra parcela seguirá para venda ao mercado em geral. A expectativa da empresa é alcançar 16% de participação no segmento em cinco anos.

Rodrigo Chitarelli, diretor presidente da CRAS Brasil, afirma que, com a entrada no mercado de sementes, a companhia poderá atender parte da própria demanda. "Isso vai permitir o desenvolvimento das características ideais dos grãos que desejamos, com maior teor de óleo e resistência a pragas", diz. "Além disso, teremos mais independência e pleno controle sobre o processo, o que vai nos aproximar ainda mais dos produtores, com melhoria do atendimento e oferta de assistência completa em campo".

Segundo Ilton Nomura, diretor industrial da CRAS Agro, os agricultores têm pedido aos fornecedores melhores condições de assistência técnica. "A CRAS vai prestar assistência técnica, além de realizar a venda. Na atuação com semente, é importante estar atento ao momento que ela vai ser plantada, dar o tratamento especial para garantir que pragas não ataquem a semente antes de ela germinar e que ela tenha o vigor necessário", afirmou o executivo.

A companhia mantém há três anos uma parceria com o Instituto Agronômico (IAC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em que dedicam-se ao desenvolvimento de variedades de sementes de amendoim mais produtivas e resistentes. "Desde que surgiu essa parceria também já havia a ideia de se apostar em [produção de] sementes", contou o diretor. Segundo Nomura, o insumo tem certificação e segue normas técnicas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

No ano passado, a CRAS Agro esmagou mais de 70 mil toneladas de amendoim, o que representou cerca de 8% do mercado brasileiro da leguminosa. Com esse volume de processamento, a empresa produziu mais de 28 mil toneladas de óleo de amendoim e 42 mil toneladas de farelo de amendoim — totalmente destinado ao mercado interno — em sua fábrica, localizada em Itaju (SP). Em 2024, a companhia quer elevar a produção de óleo de amendoim para 40 mil toneladas.

Satélite ajudará Embrapa a mapear 'alvos' para produção de peixes

Tecnologia

Marcos Fantin
De São Paulo

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vai trabalhar no desenvolvimento de uma tecnologia de mapeamento por satélite que poderá ser capaz de detectar corpos d'água que tenham potencial para uso na criação comercial de peixes. A gestão da tecnologia ficará a cargo da Embrapa Territorial, unidade da estatal de pesquisa agropecuária que fica em Campinas (SP), e a empresa brasileira Concert Space fará o "treinamento" do software e a comercialização dos serviços. As duas empresas já assinaram o acordo que sacramenta a parceria.

O satélite do projeto entrará em órbita em 2025, a bordo de missão Möbius, da canadense Galaxia Mission Systems. Para fazer o mapeamento, o satélite contará com uma câmera, que fará captação e análise de imagens, o que permitirá aos técnicos extrair informações de interesse da cadeia da aquicultura.

Com as imagens, será possível identificar e avaliar o potencial dos corpos d'água, afirma Lucíola Magalhães, chefe-adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Territorial. Segundo ela, a expectativa é que a nova tecnologia facilite a atualização anual de viveiros escavados em todo o território nacional.

Em 2018, a Embrapa usou imagens cedidas pela agência espacial europeia para mapear o país. "Foi um trabalho exaustivo, não só porque foi a primeira iniciativa da Embrapa, e talvez do Brasil, no mapeamento da aquicultura nessa escala, mas também porque temos um território com dimensões continentais, e a aquicultura ocorre de forma dispersa em todos os Estados", diz Magalhães. Na ocasião, a estatal mapeou somente os municípios do "G75 estadual" — que respondiam por 75% da produção em cada unidade federativa.

No novo projeto, os usuários da tecnologia — prefeituras do municípios e outros potenciais interessados na atividade, por exemplo — poderão ter acesso a serviços de relatórios e monitoramento, explica Rafael Mordente, diretor-executivo da Concert. Em ambos os casos, diz, o custo desses serviços vai depender de seu grau de complexidade.

A partir de imagens de mapeamento oferecidas pela Embrapa, a Concert vai, ao longo deste ano, "treinar" o software para reconhecer reservatórios d'água cavados artificialmente. Os relatórios oferecerão uma visão estática dos registros que o satélite fizer. Materiais de média complexidade poderão custar cerca de R$ 5 mil, relata Mordente. Ainda não há estimativa de custo médio para os serviços de monitoramento, afirma ele.

O satélite ficará em órbita durante cinco anos. O equipamento fará uma foto cada vez que passar por um alvo, e a equipe em terra utilizará a imagem para avaliar se o corpo d'água que aparece no registro tem atividade econômica. A cada revisita do satélite ao mesmo alvo, será possível saber, por exemplo, se o corpo d'água encolheu ou se expandiu.

Estratégia
Seleon amplia capacidade para touros reprodutores e aposta em grãos para ração
B9

INÊS 249

Sustentabilidade Há falta de dados e marketing de sobra em relatórios ESG, diz Fernando Murcia, autor de estudo da USP C8



Banco público Mesmo após aporte da União de R$ 1,4 bilhão, BNB estuda fazer 'follow-on' C4

Mercados Ações da Petrobras reagem com alta após entrevista de nova presidente C2

Cobertura Susep já tem pelo menos três pedidos de abertura de sociedades que emitem título

Contra evento climático, letra de risco de seguro enfrenta obstáculos

Sérgio Tauhata
De São Paulo

Apontada por especialistas como uma das potenciais soluções para ajudar a reduzir impactos dos eventos climáticos extremos, a letra de risco de seguro (LRS) ainda enfrenta desafios para se tornar viável. A ideia por trás do título é a de transferir riscos subscritos pelas seguradoras e resseguradoras para o mercado de capitais.

A LRS foi criada pelo marco da securitização em agosto de 2022 e regulamentada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) no fim do mesmo ano. Pelas regras aprovadas, as letras de riscos de seguro só podem ser emitidas por uma sociedade seguradora de propósito específico (SSPE). A ideia é garantir a independência patrimonial para as operações, nos mesmos moldes das conhecidas sociedades de propósito específico (SPE).

O **Valor** apurou haver, pelo menos, três pedidos em análise pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) para a criação de SSPEs. A expectativa do mercado é que a empresa que fez a primeira solicitação obtenha a autorização nas próximas semanas, ainda no primeiro semestre.

Na visão do presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, a letra serve bem ao propósito de endereçar riscos catastróficos. "A LRS tem um desenho bem apropriado para isso, porque é um instrumento que combina recursos do mercado financeiro, com a subscrição de um risco catastrófico", afirma.

Com a constituição da primeira SSPE, o caminho para a inauguração desse mercado está aberto. Segundo os sócios do escritório Machado Meyer, Cássio Amaral e Thomaz Kastrup, o arcabouço legal e regulatório para emissão dos novos títulos já está definido, ou seja, não há empecilhos normativos para lançar as letras, uma vez que exista uma SSPE operacional.

No exterior, os chamados Insurance-Linked Securities (ILS), a inspiração para as LRS, representam um mercado de cerca de US$ 150 bilhões. Do total de papéis do gênero, cerca de metade são os "cat bonds" ou títulos de catástrofes, em tradução livre do inglês. Como o apelido indica, trata-se de ativos usados por seguradoras e resseguradoras para captar recursos no mercado de capitais e dividir o risco das carteiras com investidores.

O ILS, assim como a brasileira LRS, funciona como um título de renda fixa. A diferença reside no fato de que o retorno depende de ocorrerem ou não os eventos protegidos pelos contratos que garantem o papel. Se for um "cat bond" atrelado a riscos de furacão, por exemplo, o investidor recebe a remuneração total se não houver necessidade de indenizar catástrofes até o vencimento. Caso contrário, parte ou a totalidade do valor investido pode ter de ser utilizada para cobrir os custos.

De qualquer modo, o risco de perdas recai apenas sobre o capital principal. Em caso de ocorrência de um evento extremo, os investidores não serão chamados a complementar a cobertura.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

"Arcabouço legislativo está definido e não há empecilhos normativos para lançar as letras"
Thomaz Kastrup

Sua responsabilidade se estende somente ao recurso aplicado.

Apesar de o lado legislativo e regulatório estar resolvido, há desafios de outra ordem para que as novas LRS decolem. O principal é tributário, diz Amaral. "Não adianta pensar em 'cat bonds' no Brasil com a carga de impostos e contribuições que incide sobre a LRS", afirma.

Conforme Amaral, as SSPE são consideradas como seguradoras perante o fisco, então pagam impostos como se fossem uma instituição financeira. A carga tributária prevê as cobranças de Imposto de Renda sobre o lucro real à alíquota de 25%; contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 15%; contribuição para o financiamento da seguridade social, incidente sobre o faturamento à alíquota de 4%; e contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre o faturamento à alíquota de 0,65%.

"Enquanto não desonerar a cadeia, tornar isenta a LRS, especialmente em relação aquelas usadas para reduzir o impacto catastrófico, a viabilidade fica comprometida por conta do alto custo", avalia Amaral. Já Kastrup acrescenta que um mercado consolidado de letras de risco de seguros ajuda a compensar uma eventual restrição de seguradoras e resseguradoras de absorver riscos de regiões afetadas.

"Os eventos no Sul têm sido recorrentes e o mercado de resseguro avalia esse tipo de frequência e a severidade", diz. Conforme o advogado, "toda a região Sul virou área de catástrofe para o ressseguro, como aconteceu com a Flórida [nos EUA]". Nesse cenário, os preços de seguros e resseguros vão aumentar, avalia o especialista. Nesse tipo de situação, complementa Kastrup, a LRS pode ajudar a manter a capacidade de transferência de riscos e compensar essa maior cautela do mercado tradicional.

"Para uma queda de capacidade de resseguro por conta da catástrofe no Rio Grande do Sul, a LRS é uma solução", afirma o sócio do Machado Meyer. "O governo do México, por exemplo, faz emissão, junto com resseguradores, de 'cat bonds' para financiar programas de prevenção e alimentar fundos para indenização de catástrofes", exemplifica.

O sócio do Levy e Salomão, Luiz Felipe Amaral Calabró, também enxerga empecilhos no país para a emissão das primeiras letras de seguro. Além da questão tributária, o especialista aponta também o cenário macroeconômico, com juros elevados. "O principal talvez seja o tributário, mas o ambiente macro também contribui para ainda não termos emissões. Se os juros estão altos os investidores acabam migrando para títulos públicos."

O especialista considera, no entanto, haver uma janela favorável para esse tipo de emissão privada diante da crescente preocupação com o efeito das mudanças climáticas. "Apesar das condições macro há uma oportunidade para emissões relacionadas a esse tema, porque se aliar a questão da transferência de risco da LRS a um componente de que parte do dinheiro está sendo direcionado a questões de impacto traz uma atratividade maior [a investidores]."

Calabró afirma ser importante avaliar uma equalização tributária em relação a outros produtos voltados a setores incentivados. "Esse é um gargalo porque tem outros ativos financeiros com tratamento tributário melhor do que a LRS, que, por sua vez, tem a função social de mitigar o impacto de catástrofes", afirma.

Amaral, do Machado Meyer, complementa que "não tem porque investir em LRS se pode investir num CRI [certificado de recebíveis imobiliário] ou num CRA [certificado de recebíveis do agronegócio]". Conforme o especialista, "acaba se tornando um investimento pior por conta da carga tributária por toda a cadeia, que consome totalmente a rentabilidade". Para o advogado, "é preciso o mesmo tratamento dado ao agro e ao imobiliário, porque a LRS tem aplicação para o risco catastrófico".

Além de aumentar a capacidade de absorção de riscos, o mercado das novas letras poderia, potencialmente, trazer melhora do ponto de vista de processos judiciais. A sócia do Levy & Salomão, Angela Di Franco, avalia que o uso da LRS pode ajudar a evitar uma maior judicialização devido a discussões sobre a validade ou não das coberturas em situações de desastres.

"A emissão das letras pode evitar o contencioso na medida que as seguradoras estarão mais fortes para enfrentar qualquer indenização", afirma. Na visão da especialista, se o setor contar com estruturas do mercado de capitais, esse funding pode dar suporte a um comportamento solidário em eventos extremos, como na pandemia, quando as seguradoras indenizaram vítimas da covid-19 mesmo sem previsão de cobertura. "Se puderem usar instrumentos de funding como a LRS, as empresas conseguem ser mais solidárias, sem comprometer a operação."

Título deve atrair recursos para obras anticatástrofe

De São Paulo

O surgimento das letras de risco de seguros (LRS) cria diversas possibilidades de estruturas financeiras voltadas para redução ou prevenção de danos climáticos.

Segundo o sócio do Machado Meyer, Cássio Amaral, como um instrumento de mercado de capitais, os títulos podem ser utilizados como forma de "funding" até mesmo para obras de infraestrutura ligada a prevenção de eventos catastróficos.

"Se aproveitar a dimensão territorial do Brasil, uma LRS poderia abarcar riscos para várias regiões, de modo, que uma compense a outra. Além disso, pode combinar, em uma estrutura mista, balanços de seguradoras, resseguradoras e fundos públicos, com a própria LRS [para assegurar recursos a indenizações e obras de reconstrução]."

Um fundo de indenização, cita o especialista, pode ser combinado com um seguro paramétrico, tipo de produto no qual os sinistros são pagos de acordo com um gatilho, ou seja, se uma condição especificada no contrato for atingida. Por exemplo, se uma enchente atingir determinado nível, o seguro já efetua o desembolso dos recursos aos beneficiários. "Se casar estruturas híbridas com 'triggers' [gatilhos] paramétricos, por exemplo, se o rio Guaíba [em Porto Alegre-RS] tiver subido determinados metros, paga-se a indenização e o próprio Estado pode ser também beneficiário", diz.

Os contratos de LRS podem prever que parte dos recursos seja usada em obras de infraestrutura preventiva para eventos climáticos. "São possibilidades abertas pela LRS, de partes do recurso serem usadas para melhorar os sistemas de proteção e as obras de infraestrutura contra as catástrofes", afirma o também sócio do Machado Meyer Thomaz Kastrup.

Na avaliação do sócio do Levy & Salomão, Luiz Felipe Amaral Calabró, a LRS emitida tendo lastro de contratos de grandes riscos ganha uma gama ampla de utilização devido à resolução 407 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que flexibilizou as operações desses ramos. "As situações de catástrofes podem se encaixar nos contratos de grandes riscos", diz.

"Catástrofes podem se encaixar nos contratos de grandes riscos"
Luiz Felipe Calabró

Conforme o especialista, "a norma permite prever em contrato não apenas a indenização quando acontece o sinistro, mas também usar recursos para prevenir ou mitigar impactos do evento climático". Para Calabró, esse tipo de inovação ajuda a dar mais atratividade às LRSs.

"Aliar o contrato de grandes riscos que permite que parte do recurso seja investido em mitigação de impacto, como saneamento básico, saúde e infraestrutura, ajuda a reduzir o risco ao investidor que vai comprar a LRS. Canalizar parte dos recursos [da letra] para mitigação de impactos gera um prêmio positivo, porque acaba tendo efeito no [próprio preço do] seguro. Além disso, vai ter um subproduto que será um investimento em infraestrutura que vai beneficiar uma região."

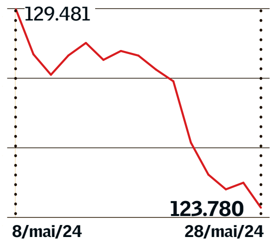
O sócio do Levy & Salomão lembra ainda que o investidor pode ter outros ativos de seu portfólio com exposição a uma determinada região, como ações ou dívida de empresas. "Nesse caso, a LRS ajuda também a reduzir impactos de maneira indireta a esses ativos", pondera.

A letra pode ainda ser utilizada em parcerias público-privadas voltadas ao tema das catástrofes, como parte das soluções financeiras. "É possível combinar a letra com diversos tipos de funding num 'project finance', por exemplo", acrescenta Calabró.

Uma forma de dar impulso inicial ao mercado, diz o presidente da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Dyogo Oliveira, seria se órgãos públicos de fomento oferecessem suporte às primeiras emissões atuando como garantidor das colocações. "O BNDES, por exemplo, poderia ser um instrumento para isso. O Tesouro Nacional também. Além do federal, os governos estaduais e municipais podem usar esse instrumento para captação de recursos, como outros países têm feito. O Banco Mundial tem feito empréstimos a países com eventos catastróficos recorrentes atrelados a 'cat bonds'. Essas estruturas permitem aos governos ter folga de caixa para reagir com baixo impacto fiscal." *(ST)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



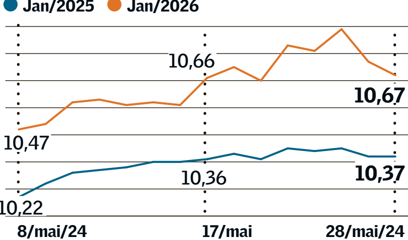
Queda de **0,58%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

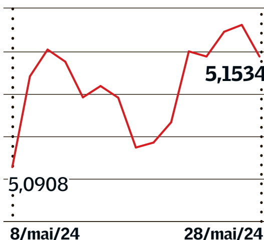
Bolsas internacionais
Variações no dia 28/mai/24 - em %

Dow Jones	-0,55
S&P 500	0,02
Euronext 100	-0,54
DAX	-0,52
CAC-40	-0,92
Nikkei-225	-0,11
SSE Composite	-0,46

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

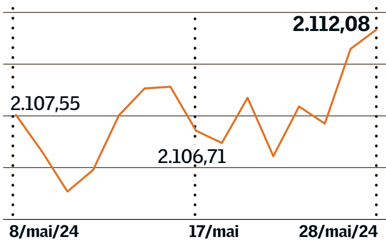


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



queda de **0,35%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano



Mercados Nova presidente da estatal surpreendeu pouco em sua primeira entrevista; alta do petróleo também deu apoio aos papéis

Petrobras sobe na bolsa após falas de Chambriard

Augusto Decker, Matheus Prado e Gabriel Caldeira
De São Paulo

As ações da Petrobras reagiram positivamente ontem à primeira entrevista da nova presidente da estatal, Magda Chambriard. Apoiados também pela valorização internacional do petróleo Brent, os papéis preferenciais da estatal terminaram em alta de 2,13%, enquanto os ordinários avançaram 1,76% — a companhia foi na contramão do Ibovespa, que fechou em baixa.

A sessão de ontem foi a primeira após as declarações de Chambriard, que falou com os mercados já fechados na segunda-feira. Entre outras declarações, ela enfatizou a necessidade de a empresa ser rentável e de atender tanto os acionistas majoritários quanto os minoritários. A visão predominante entre analistas foi de que as falas da dirigente trouxeram poucas surpresas.

"Eu classifico a entrevista como um não evento. Não houve novidades, então o mercado viu que não haverá grande ruptura em relação à gestão anterior, ao menos neste primeiro momento", afirma Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos. Para ele, um dos principais diferenciais entre a atual gestão da estatal e a anterior é a proximidade com o Palácio do Planalto. "Pelo que parece, o [ex-presidente] Jean Paul Prates e sua equipe podem ter se distanciado das lideranças do Planalto desde o ano passado", afirma ele.

Para o analista, Chambriard entende ser fundamental para a companhia buscar novas licenças de exploração de petróleo em áreas como a Margem Equatorial. "A Magda soube demonstrar delicadamente que, não tendo licenças necessárias, a Petrobras corre o risco de ver suas reservas sendo exauridas ao longo da próxima década, e que talvez a melhor forma de contornar essa questão é conseguir as licenças seja pela conversa, com uma maior proximidade com quem pode resolver essa questão", diz.

Quanto aos dividendos, ele também não vê maiores rupturas. "A política de dividendos deve continuar a mesma: ela não alimentou a possibilidade de os proventos extraordinários de 2023 continuarem retidos. Então, acho que existe boa chance de serem distribuídos ao longo do ano", opinou Arbetman.

Em nota enviada a clientes, analistas da Guide Investimentos afirmaram que a entrevista da dirigente mudou pouco o cenário-base da casa. "Continuamos com nossa visão de que investimentos devem aumentar, dividendos devem diminuir e política de preço dos combustíveis se manterá inalterada", afirmam.

A forte alta do petróleo nos mercados internacionais também ajudou as ações da estatal ontem: o contrato para agosto do Brent, referência global da commodity, subiu 1,28%, a US$ 83,94 o barril. Há expectativa de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) estenda, no fim de semana, os prazos de cortes de oferta para o segundo semestre.

Norbert Rucker, analista do Julius Baer, avalia que a necessidade da Opep+ de estender por diversas vezes os seus cortes é um dos fatores que provam que o petróleo tem estado menos sensível às tensões geopolíticas nos últimos anos, em particular às questões que envolvem o Oriente Médio. O grupo se reunirá no próximo dia 2 para decidir o futuro da sua política de cotas.

O profissional cita a "ampla" capacidade produtiva ociosa; mais parceiros comerciais em potencial; os investimentos chineses em infraestrutura petrolífera; o grande estoque global da commodity; e o nascimento de mercados de energia alternativa como as principais razões para a resiliência do mercado.

"Acreditamos que o mercado de petróleo é mais resiliente, talvez o mais resiliente há muito tempo do que comumente se percebe. Essa resiliência está se manifestando, em última análise, na atual política petrolífera e na necessidade da Opep+ manter os cortes no fornecimento por muito mais tempo do que o inicialmente esperado. Vemos os preços caindo novamente abaixo de US$ 80 por barril, já que os suprimentos continuam amplos, o sentimento continua a esfriar e os custos de produção estão sob controle", prevê Rucker em nota.

LEO PINHEIRO/VALOR



Ilan Arbetman, da Ativa: Nova presidente da Petrobras demonstrou necessidade de garantir reservas de petróleo

2,13% foi a alta das ações preferenciais da Petrobras ontem

Avanço dos Treasuries prejudica ativos domésticos

Gabriel Caldeira, Augusto Decker, Gabriel Roca e Arthur Cagliari
De São Paulo

A cautela global pressionou negativamente os ativos brasileiros na sessão de ontem. Mesmo após uma leitura positiva do IPCA-15 de maio por aqui, os juros futuros e a bolsa brasileira terminaram o dia com perdas após comentários conservadores de um dirigente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) e com dois leilões de títulos públicos americanos que atraíram baixa demanda.

A taxa da T-note de dois anos terminou a sessão em alta, a 4,989%, de 4,957% no fechamento anterior. Os Treasuries de longo prazo ficaram ainda mais pressionados, com a taxa da T-note de dez anos em forte alta de 4,470% a 4,556%, maior fechamento desde o começo de maio. O rendimento do T-bond de 30 anos, por sua vez, saltou de 4,575% para 4,670%. Na bolsa dos EUA, o índice Dow Jones recuou 0,55%, mas o Nasdaq conseguiu avançar 0,59%. O S&P 500 ficou estável.

Os juros americanos reagiram aos comentários do presidente do Fed de Mineápolis, Neel Kashkari, que disse que nenhum membro do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) já excluiu completamente a possibilidade de um aumento de juros ainda neste ciclo. Pouco depois, o Conference Board divulgou a primeira alta do seu índice de confiança do consumidor desde janeiro, o que apontou para a resiliência do consumo americano ante a política monetária restritiva do Fed.

O economista-chefe da Constância Investimentos, Alexandre Lohmann, lembra que os núcleos da inflação dos EUA, na leitura anualizada, ainda estão longe da meta, e que o Fed pode ter dificuldades para cortar taxas antes das eleições presidenciais americanas, em novembro. "Os dados não são bons por enquanto, e para que haja um corte será necessária uma série de dados positivos. Pode não haver tempo útil para uma redução antes das eleições", diz.

Com as preocupações em torno da política monetária no foco, leilões de T-notes de dois e cinco anos que apresentaram demandas baixas de investidores externos e investidores institucionais, respectivamente, estressaram ainda mais os ativos, já que as ofertas impuseram dúvidas sobre o apetite do mercado à dívida pública dos EUA.

O ambiente externo também influenciou os juros futuros locais, especialmente nos vértices mais longos da curva. O início da sessão se mostrou positivo, com um IPCA-15 levemente abaixo das expectativas e com composição considerada favorável por boa parte dos participantes. No entanto, o forte avanço no rendimento dos Treasuries mudou a direção do mercado.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 11,03% no ajuste anterior para 11,055%; e a do DI para janeiro de 2029 saltou de 11,48% para 11,545%.

Os Treasuries também causaram perdas para a bolsa brasileira, que vem sendo fortemente influenciada pelos títulos do Tesouro americano desde o ano passado. O Ibovespa terminou a sessão em baixa de 0,58%, aos 123.780 pontos, no patamar mais baixo de 2024. A abertura da curva de juros americana tem contribuído para a saída de fluxo estrangeiro da bolsa brasileira desde o início deste ano.

A queda das ações da Vale, que têm a maior participação no índice, também contribuíram para as perdas da bolsa. A ação fechou em baixa de 2,16%, num dia de desvalorização do minério de ferro no mercado internacional.

O real foi na contramão da bolsa e dos juros. O dólar comercial encerrou em queda de 0,35%, a R$ 5,1534, acompanhando o movimento de mercados vizinhos e de outros países emergentes.

O gerente de mesa de derivativos da Commcor, Cleber Alessie Machado, diz que "o local onde os investidores estão buscando retorno atualmente está na curva de juros, com o câmbio um pouco fora de foco". Isso também explicaria a volatilidade mais baixa dos mercados de câmbio, ainda de acordo com Machado.

Otimista, investidor volta a fundos de ações e bônus nos EUA

Jack Pitcher
Dow Jones Newswires

Os investidores finalmente estão colocando seu dinheiro onde deve estar. Os fundos mútuos e fundos negociados em bolsa (ETFs) nos Estados Unidos atraíram ingressos líquidos de US$ 172 bilhões no ano até agora, uma reviravolta considerável depois de terem perdido recursos coletivamente em cada um dos últimos dois anos.

Os fluxos marcam uma pausa na aversão a risco que os investidores demonstraram na maior parte dos últimos dois anos e uma aceitação da narrativa de que uma economia americana forte dará suporte aos mercados financeiros. Os ativos dos "money-market funds" (fundos de mercado monetário) e outros produtos que investem em títulos de curto prazo e alta liquidez, que os investidores preferiram no ano passado, atingiram um patamar estável. Em vez disso, os investidores estão colocando seu dinheiro para trabalhar em ações e bônus.

"A economia está em boa forma, o mercado de trabalho está em boa forma e os bancos centrais globais parecem prontos a oferecer apoio", diz Michael Arone, estrategista-chefe de investimentos da State Street Global Advisors. "Esse é um cenário atraente para investir e é o principal motivo de estarmos vendo um apetite crescente por tudo."

Os fluxos para fundos de ações e bônus dos EUA neste ano são os maiores desde 2021, quando as taxas de juros estavam perto de zero. Globalmente, os US$ 468 bilhões líquidos investidos nos ETFs até abril são o maior número já registrado, segundo dados da ETFGI.

Negociações baseadas no cenário de "pouso suave" da economia parecem estar na moda novamente, depois que vários meses com dados de inflação altos abalaram a confiança do investidor. A leitura mais recente do Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) foi menor que o esperado e os resultados das empresas no primeiro trimestre mostraram lucros em expansão. O índice S&P 500 acumula valorização de 11% em 2024, sendo negociado pouco abaixo de seu recorde histórico.

Os céticos afirmam que o "valuation" (avaliação de valor) das ações parece alto e o rendimento extra oferecido pelos títulos de dívida corporativa de risco está em um patamar histórico de baixa. O preço do S&P 500 comparado aos lucros esperados nos próximos 12 meses está no momento no décimo superior de sua faixa histórica, segundo o Morgan Stanley.

Na sexta-feira, os operadores irão observar de perto o índice de despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês), medida de inflação preferida do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA). Os mercados parecem otimistas com as perspectivas econômicas, mas um número elevado de inflação poderá lançar dúvidas sobre suas esperanças de corte de juros.

"O apetite dos investidores por risco está alto, a confiança é maior e eles estão dispostos a assumir risco de crédito"
Michael Arone

No momento, Wall Street está computando nos preços pelo menos um corte de juros ainda neste ano, embora as minutas da última reunião do Fed tenham mostrado que as autoridades do BC americano continuam preocupadas com a inflação persistente. Se a política de dinheiro fácil que os investidores estão antecipando não se materializar, o rali do mercado de ações deverá falhar, alertam analistas.

Hoje, os investidores parecem tudo, menos defensivos. Dos dez ETFs que receberam mais dinheiro este ano, apenas um é um fundo de bônus. Dois acompanham o preço do bitcoin.

O líder, o Vanguard S&P 500 ETF, caminha para um ano marcante. O fundo contabiliza um ingresso líquido total de US$ 37 bilhões em menos de cinco meses. O recorde anual de captação de qualquer ETF é de US$ 50 bilhões.

A tomada de risco se estende aos mercados de renda fixa, em que alguns dos fundos mais populares no último mês detêm bônus corporativos mais arriscados e empréstimos que pagam rendimentos mais altos. "Nas últimas semanas, vimos entradas significativas nos empréstimos", acrescenta Arone. "Isso me diz que o apetite pelo risco dos investidores está alto, sua confiança é maior e eles estão dispostos a assumir risco de crédito."

Shane Archuleta, um profissional de TI de 29 anos de Fort Myers, Flórida, é um dos investidores que está entrando no mercado. Ele diz que agora tenta investir quase 50% de sua renda após os impostos na aposentadoria e em contas tributáveis que mantém na Robinhood e na E*Trade.

Archuleta tem comprado principalmente ETFs, como o fundo S&P 500 da Vanguard e o QQQ da Invesco, que acompanha o Nasdaq. Com um horizonte de investimentos de várias décadas, ele diz que prefere, por enquanto, fundos de maior risco e orientados para ações com potencial de crescimento. "Meu grande objetivo é: 'não aposte contra o mercado de ações dos EUA'. Não tenho dúvida de que no longo prazo ele vai subir", afirma.

Os gestores de fundos também estão otimistas. A mais recente pesquisa do Bank of America com gestores de fundos apontou o sentimento mais otimista desde 2021. A pesquisa constatou níveis de caixa nos patamares mínimos em muitos anos, e alocação em ações nos níveis mais altos em muitos anos.

Os fluxos tendem a ficar atrás do desempenho. Ações e bônus foram esmagados pelo aperto monetário do Fed em 2022, de modo que um 2023 mais lento não foi necessariamente uma surpresa, diz Aniket Ullal, chefe de dados e análises de ETFs da CFRA Research.

O que é destaque este ano é a variedade dos fundos que estão captando. Os investidores não estão colocando recursos apenas no aquecido setor de tecnologia. "Os fluxos estão muito amplos em todas as categorias. Não é como se alguns fundos ou categorias estivessem conduzindo o setor", diz Ullal.

Essa força é internacional. Após ficarem atrás do desempenho dos EUA por anos, os referenciais internacionais de ações na Europa e no Japão bateram recordes em 2024. O dinheiro dos investidores foi atrás.

"Este ano será recorde para as entradas globais nos ETFs, a menos que algo inesperado aconteça", diz Deborah Fuhr, fundadora da ETFGI. "Estamos sentindo muitos ventos favoráveis."

INÊS 249

Estratégia Instituição tem buscado diversificar suas fontes de financiamento para manter expansão, com foco em segmentos como agronegócio e infraestrutura

Mesmo após aporte da União, BNB estuda possibilidade de 'follow-on'

Álvaro Campos
De São Paulo

Em busca de novas fontes de financiamento ("funding"), o Banco do Nordeste (BNB) realizou ontem seu primeiro "investor day", na região da Faria Lima, em São Paulo, em uma tentativa de atrair novos investidores. O banco, que deve concluir no segundo semestre a operação de um aporte de R$ 1,4 bilhão da União, também tem negociado linhas com organismos multilaterais e ainda estuda realizar uma oferta subsequente de ações ("follow-on").

Em entrevista ao **Valor**, o presidente do BNB, Paulo Câmara, que foi governador de Pernambuco até 2022, diz que o governo federal aproveitou um espaço fiscal que havia no orçamento do ano passado para fazer o aporte, mas que as negociações com a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foram duras. "Explicamos o papel que o banco pode exercer na região. A missão que o presidente Lula me deu foi fazer o banco crescer. Cada R$ 1 de aporte a gente pode captar em mercado entre R$ 10 e R$ 11, então esses R$ 1,4 bilhão na verdade vão virar quase R$ 10 bilhões. O governo nos ajudou e agora nós vamos retribuir, com mais investimentos na região."

Economista de formação e com carreira de auditor no Tribunal de Contas de Pernambuco, Câmara disse que, ao tomar posse no BNB, em março do ano passado, identificou a necessidade de promover um concurso para preencher os quadros da instituição — serão contratados 500 funcionários após o certame realizado neste ano — e também promover a elevação de capital.

"Hoje, 80% do nosso funding é do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), e temos uma demanda muito grande que não conseguimos atender, estávamos esbarrando nos limites do índice de Basileia", afirma.

Segundo ele, a projeção para este ano é fazer pelo menos R$ 40 bilhões em contratações de crédito, após o volume recorde de R$ 58,5 bilhões no ano passado, que significou uma expansão de 27%. "Temos um foco muito grande no microcrédito, no crédito para micro e pequenas empresas e também para projetos estruturantes. O Nordeste tem gargalos de desigualdade enormes que precisam ser superados."

Câmara diz que o aumento de capital via aporte da União foi feito porque é mais rápido, mas revela que o BNB estuda um follow-on a exemplo do que também planeja outra instituição estatal, o Banco da Amazônia (Basa). "Isso é uma segunda etapa, e temos o compromisso de estudar como será feito. Até pelas restrições das contas públicas, sabemos que precisamos pensar no médio e longo prazo e isso com certeza vai entrar na nossa agenda." O BNB é listado em bolsa, mas a liquidez das ações é irrisória.

Em outra frente, o BNB tem buscado funding com organismos multilaterais. Em breve deve ser liberada uma linha de US$ 300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No ano passado, o banco assinou um acordo de €150 milhões com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), além de linhas da Finep e negociações com o New Development Bank, o Banco dos BRICs. O BNB também pode se beneficiar das letras de crédito de desenvolvimento (LCD) cuja criação está sendo analisada pelo Congresso. "Estamos atrás de parceiros que forneçam boas condições."

Entre os segmentos de atuação, o agro é quase 40% da carteira do BNB. Da fronteira agrícola Matopiba, apenas o Tocantins não está na área de atuação do banco nordestino. "Hoje o grau de eficiência ali já é muito próximo do Centro-Oeste, sem falar da nossa experiência em fruticultura irrigada no Vale do São Francisco", relata o CEO.

Na infraestrutura, o banco financia projetos de portos, aeroportos e saneamento, além de energia eólica e solar, o que lhe garante uma boa posição em questões ESG (padrões ambientais, sociais e de governança). "A questão da sustentabilidade é um caminho sem volta. Não podemos ter um desenvolvimento econômico que não seja acompanhado do social, e com o climático também inserido nisso. Se não cuidarmos dessa questão, as reações climáticas têm se mostrado em muitos lugares do mundo."

DIVULGAÇÃO

"Nordeste tem gargalos de desigualdade enormes que precisam ser superados"
Paulo Câmara

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/05/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.781,3045020	0,04	0,71	3,79
IRF-M	1+**	20.169,7499680	0,04	0,81	1,14
IRF-M	Total	18.289,4479240	0,04	0,78	1,93
IMA-B	5***	9.234,7298660	0,04	1,01	2,87
IMA-B	5+****	11.267,4035730	0,10	1,54	-2,91
IMA-B	Total	9.889,1401340	0,07	1,28	-0,18
IMA-S	Total	6.671,5001670	0,04	0,75	4,40
IMA-Geral	Total	8.136,2937450	0,05	0,92	2,35

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/05	13/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,49	33,15	33,00	32,64	29,99	34,72
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	26,41	26,95	23,96	24,32	25,17	29,68
Conta garantida pré - a.a.	41,42	41,63	42,67	40,86	45,01	49,23
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,19	23,74	21,80	24,12	22,16	29,02
Vendor pré - a.a.	15,52	15,40	15,93	15,47	16,08	18,71
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,48	16,46	16,62	18,21	18,82	21,24
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,63	16,48	17,50	17,70	16,63	19,23
Conta garantida pós - a.a.	25,55	25,41	24,86	26,56	25,05	28,02
ACC pós - a.a.	8,90	8,21	8,59	7,89	8,27	8,59
Factoring - a.m.	3,29	3,31	3,28	3,35	3,32	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/05/24	27/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	Feriado	5,3100	5,3400	5,3200	5,0600
1 mês	-	Feriado	5,3237	5,3274	5,3297	4,9984
3 meses	-	Feriado	5,3485	5,3479	5,3477	4,8244
6 meses	-	Feriado	5,3894	5,3902	5,3903	4,5828
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9110	3,9120	3,9060	3,9070	3,1520
1 mês	-	3,9118	3,9120	3,9137	3,9132	3,0346
3 meses	-	3,9251	3,9248	3,9260	3,9259	2,8092
6 meses	-	3,9433	3,9431	3,9429	3,9428	2,3364
1 ano	-	3,8318	3,8174	3,7632	3,7567	1,2321
Euribor ***						
1 mês	-	3,792	3,785	3,873	3,848	3,199
3 meses	-	3,800	3,823	3,825	3,865	3,462
6 meses	-	3,775	3,784	3,795	3,835	3,760
1 ano	-	3,740	3,680	3,696	3,724	3,955
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,36	5,37	5,35	5,36	5,37	5,55
T-Bill (3 meses)	5,39	5,40	5,39	5,40	5,39	5,31
T-Bill (6 meses)	5,38	5,38	5,37	5,39	5,38	5,42
T-Note (2 anos)	4,99	4,94	4,83	5,04	5,00	4,53
T-Note (5 anos)	4,60	4,52	4,44	4,72	4,69	3,91
T-Note (10 anos)	4,56	4,46	4,41	4,68	4,67	3,82
T-Bond (30 anos)	4,67	4,56	4,55	4,79	4,78	4,00

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	Mês mai/24*	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,75	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,31	12,32
CDI	0,75	0,89	0,83	0,80	0,97	0,89	4,31	12,32
CDB (1)	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	0,85	3,79	10,52
Poupança (2)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
Poupança (3)	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	0,57	2,85	7,63
IRF-M	0,78	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,48	1,93	12,20
IMA-B	1,28	-1,61	0,08	0,55	-0,45	2,75	-0,18	7,83
IMA-S	0,75	0,90	0,86	0,82	0,99	0,92	4,40	12,63
Renda Variável								
Ibovespa	-1,70	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	5,38	-7,75	20,58
Índice Small Cap	-1,97	-7,76	2,15	0,47	-6,55	7,05	-13,27	12,36
IBrX 50	-2,03	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	5,31	-6,59	22,10
ISE	-1,38	-6,02	1,21	1,99	-4,96	6,04	-9,07	14,74
IMOB	0,54	-11,56	1,10	1,27	-8,46	8,69	-16,66	17,33
IDIV	0,63	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	6,90	-3,75	21,76
IFIX	-0,54	-0,77	1,43	0,79	0,67	4,25	1,58	18,32
Dólar Ptax (BC)	-0,35	3,51	0,26	0,60	2,32	-1,91	6,45	3,42
Dólar Comercial (mercado)	-0,76	3,54	0,86	0,71	1,75	-1,28	6,20	4,12
Euro (BC) (4)	1,48	2,37	0,07	0,25	0,54	-0,63	4,79	0,10
Euro Comercial (mercado) (4)	1,01	2,43	0,71	0,38	-0,34	0,32	4,24	0,84
Ouro B3	-	-	10,65	1,64	7,39	-0,98	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,16	0,83	0,42	0,56	1,80	3,69
IGP-M	-	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,59	-0,60	-3,04

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 28/mai/24. ** Até abr/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 23/05/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.469.496,83					116,79	45.336,50	199.305,50	173.435,14
RF Indexados (2)	149.391,31	0,09	0,86	2,04	9,05	-143,02	-1.497,74	-4.450,80	-12.579,91
RF Duração Baixa Soberano (2)	683.200,73	0,04	0,58	3,87	11,24	-570,79	6.739,45	50.376,51	37.000,62
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	818.490,78	0,04	0,65	4,39	12,78	116,27	11.545,39	31.022,35	32.738,39
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	154.834,86	0,04	0,05	4,41	12,83	1.211,24	5.862,90	50.499,52	57.060,23
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	166.579,05	0,06	0,75	3,43	8,77	-25,38	-871,56	-4.213,87	-6.286,33
RF Duração Livre Soberano (2)	228.631,00	0,05	0,66	3,43	10,57	686,84	4.294,30	3.460,03	-7.977,77
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	674.110,21	0,04	0,67	3,83	11,39	197,11	8.474,22	5.670,24	-19.084,32
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	333.131,63	0,06	0,79	3,80	12,78	535,95	7.195,04	52.334,33	108.177,00
Ações	605.469,95					77,09	-4.187,85	-3.817,19	30.518,38
Ações Indexados (2)	10.534,85	-0,72	-1,02	-7,08	13,08	41,45	-336,57	774,46	-874,49
Ações Índice Ativo (2)	32.702,38	-0,65	-1,05	-7,37	11,46	-20,38	-1.267,48	-2.676,62	-4.119,99
Ações Livre	216.741,73	-0,58	-0,08	-5,12	13,49	62,69	-2.170,67	-2.640,74	-10.942,88
Fechados de Ações	126.089,26	-0,20	-0,05	-3,45	-0,12	1,66	179,05	-556,98	29.820,81
Multimercados	1.643.862,45					-1.556,83	-11.476,21	-51.236,75	-185.358,86
Multimercados Macro	154.633,37	-0,22	0,61	0,20	6,87	-421,66	-4.743,53	-20.677,50	-47.924,12
Multimercados Livre	621.914,74	-0,04	0,56	1,90	9,13	-1.495,01	-356,32	6.663,72	-44.475,96
Multimercados Juros e Moedas	53.300,84	0,04	0,60	3,58	11,57	261,81	-123,49	-3.829,65	-14.172,88
Multimercados Invest. no Exterior (2)	733.235,25	0,06	0,16	2,43	10,39	76,00	-6.583,18	-34.913,40	-74.137,00
Cambial	6.039,51	0,09	-0,17	8,74	10,05	2,34	-56,46	-389,90	-1.443,06
Previdência	1.418.337,01					-189,17	230,10	14.944,18	40.207,57
ETF	43.303,97					239,73	878,37	-2.116,06	-1.532,86
Demais Tipos	1.979.644,25					-2.066,89	3.562,72	32.354,14	36.580,84
Total Fundos de Investimentos	**7.186.509,72**					**-1.310,05**	**30.724,44**	**156.689,78**	**55.826,30**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.692.365,14**					**1.758,38**	**-2.128,26**	**29.472,29**	**103.245,50**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.802,00**					-	-	-	-
Total Geral	**8.926.676,86**					**448,33**	**28.596,19**	**186.162,07**	**159.071,80**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de março de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/05/24	27/05/24	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,75	10,75	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,2050	1,2050	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,46	10,46	10,46	10,65	10,65	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8324	0,8324	0,8324	0,8874	0,8874	1,1233
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,26
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9683
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,36	10,36	10,37	10,34	10,33	13,59
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,37	10,37	10,38	10,31	10,22	13,33
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,38	10,39	10,39	10,46	10,46	13,64
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,37	10,40	10,40	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,36	10,35	10,35	10,33	13,59
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,36	10,35	10,35	10,32	10,27	13,53
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,37	10,35	10,31	10,22	13,34
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,50	10,44	10,39	10,23	12,45

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/05/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	99.882,28	10,400	42.676	10,400	10,404	10,404
Vencimento em jul/24	99.102,19	10,386	261.901	10,378	10,388	10,384
Vencimento em ago/24	98.214,71	10,372	196.686	10,360	10,374	10,374
Vencimento em set/24	97.375,51	10,358	16.210	10,350	10,365	10,355
Vencimento em out/24	96.579,94	10,355	446.457	10,330	10,360	10,355
Vencimento em nov/24	95.713,75	10,359	2.936	10,345	10,370	10,370
Vencimento em dez/24	95.000,14	10,370	1.267	10,345	10,370	10,370
Vencimento em jan/25	94.223,25	10,368	834.926	10,330	10,380	10,380
Vencimento em fev/25	93.397,14	10,399	2.000	10,415	10,415	10,415
Vencimento em mar/25	92.647,31	10,429	3.360	10,400	10,450	10,450
Vencimento em abr/25	91.950,60	10,438	121.322	10,380	10,460	10,460
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.159,36	-0,28	291.805	5.135,00	5.169,50	5.160,00
Vencimento em jul/24	5.173,98	-0,28	21.410	5.151,00	5.182,00	5.181,00
Vencimento em ago/24	5.191,40	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.207,29	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.221,78	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	5.604,20	-0,24	410	5.586,50	5.610,00	5.600,00
Vencimento em jul/24	5.626,84	-0,24	410	5.610,00	5.642,80	5.619,00
Vencimento em ago/24	5.654,67	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jun/24	124.200	-0,61	114.450	123.840	126.190	123.950
Vencimento em ago/24	126.192	-	0	0	0	0
Vencimento em out/24	128.101	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/05/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1532	5,1538	-0,32	-0,35	6,45	2,84
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1528	5,1534	-0,35	-0,76	6,20	3,31
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1703	5,3503	-0,49	-0,93	6,00	3,38
Euro (BC) - (R$/€)	5,6051	5,6078	-0,15	1,48	4,79	4,43
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5965	5,5971	-0,33	1,01	4,24	4,58
Euro Turismo (R$/€)	5,6483	5,8283	-0,33	0,76	3,94	4,59
Euro (BC) - (US$/€)	1,0877	1,0881	0,17	1,83	-1,57	1,55
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	-	-	-	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.361,10	0,38	3,05	14,33	21,47
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.344,70	0,21	1,29	13,69	20,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação. ² Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	28/05/24	27/05/24	No fim de abr/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	154.777,37	155.958,65	158.178,40	173.997,89	-0,76	-2,15	-11,05
Valor-Coppead Mínima Variância	94.899,22	95.597,87	93.569,68	93.533,91	-0,73	1,42	1,46

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/05/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 28/05/24

Índice	28/05/24	24/05/24	Em 30/04/24	29/12/23	28/05/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	184,08	184,26	175,61	165,54	150,75	-0,10	4,82	11,20	22,11
S&P BNY Emergentes	351,44	353,11	327,57	312,75	286,55	-0,47	7,29	12,37	22,65
S&P BNY América Latina	206,72	206,58	210,73	225,28	189,96	0,07	-1,90	-8,24	8,82
S&P BNY Brasil	200,79	200,59	208,55	232,95	188,98	0,10	-3,72	-13,81	6,25
S&P BNY México	330,91	334,28	334,82	331,67	314,13	-1,01	-1,17	-0,23	5,34
S&P BNY Argentina	247,51	238,72	239,79	178,27	120,44	3,68	3,22	38,84	105,50
S&P BNY Chile	154,05	153,58	141,51	162,12	165,54	0,30	8,86	-4,98	-6,94
S&P BNY Índia	2.770,68	2.790,81	2.767,67	2.923,01	2.733,18	-0,72	0,11	-5,21	1,37
S&P BNY Ásia	216,39	216,60	203,01	189,60	170,73	-0,10	6,59	14,13	26,74
S&P BNY China	334,95	338,54	313,42	336,11	304,93	-1,06	6,87	-0,35	9,84
S&P BNY África do Sul	212,09	211,70	205,44	199,87	223,56	0,18	3,24	6,11	-5,13
S&P BNY Turquia	30,63	31,20	27,03	22,45	18,52	-1,82	13,35	36,43	65,42

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	0,5344	0,7244
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	0,5607	0,7608
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	0,5869	0,7971
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	0,5889	0,7991
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	0,6149	0,7951
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	0,5646	0,7648
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	0,5387	0,7288
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	0,5384	0,7285
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	0,5649	0,7651
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	0,5916	0,8017
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	0,5926	0,8028
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	0,5909	0,8010
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	0,5643	0,7644
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396	0,5396	0,7297
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/05/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	123.780	-0,58	-1,70	-7,75	11,61
IBrX	52.253	-0,52	-1,97	-7,43	11,98
IBrX 50	20.752	-0,52	-2,03	-6,59	13,37
IEE	89.168	-0,73	4,54	-6,10	5,62
SMLL	2.041	-0,84	-1,97	-13,27	-3,45
ISE	3.422	-0,72	-1,38	-9,07	2,13
IMOB	842	-0,40	0,54	-16,66	1,08
IDIV	8.734	-0,53	0,63	-3,75	18,66
IFIX	3.364	-0,33	-0,54	1,58	11,85
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.017	-0,25	-1,36	-13,35	8,52
IBrX	10.139	-0,20	-1,63	-13,05	8,89
IBrX 50	4.027	-0,20	-1,69	-12,26	10,24
IEE	17.301	-0,41	4,91	-11,79	2,70
SMLL	396	-0,52	-1,62	-18,53	-6,12
ISE	664	-0,40	-1,04	-14,59	-0,69
IMOB	163	-0,08	0,89	-21,71	-1,71
IDIV	1.695	-0,21	0,98	-9,58	15,38
IFIX	653	-0,01	-0,19	-4,58	8,76

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 28/05/24	24/05/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	339	335	4,0	10,0	-6,0
África do Sul	333	337	-4,0	-20,0	7,0
Argentina	1.399	1.444	-45,0	184,0	-508,0
Brasil	219	212	7,0	9,0	24,0
Colômbia	316	310	6,0	12,0	51,0
Filipinas	76	74	2,0	-4,0	18,0
México	178	171	7,0	8,0	11,0
Peru	119	112	7,0	8,0	17,0
Turquia	241	237	4,0	5,0	-35,0
Venezuela	17.579	17.915	-336,0	2.552,0	-6.513,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
set/23	340.324	16/05/24	356.448
out/23	340.247	17/05/24	356.191
nov/23	348.406	20/05/24	356.017
dez/23	355.034	21/05/24	356.330
jan/24	353.563	22/05/24	355.992
fev/24	352.705	23/05/24	355.060
mar/24	355.008	24/05/24	355.339
abr/24	351.599	27/05/24	355.573

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/05/24	27/05/24	24/05/24	23/05/24	22/05/24	21/05/24
Índice	2.112,08	2.111,06	2.107,09	2.108,00	2.105,36	2.108,46
Var. no dia	0,05%	0,19%	-0,04%	0,13%	-0,15%	0,11%
Var. no mês	0,73%	0,68%	0,49%	0,54%	0,41%	0,56%
Var. no ano	2,27%	2,22%	2,03%	2,07%	1,94%	2,09%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/05/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	36,5300	36,5700	0,14090	0,14110
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,1532	5,1538
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4206	36,5119	0,1411000	0,1415000
Boliviano (Bolívia)	6,8500	7,0000	0,7362	0,7524
Colon (Costa Rica)	518,4700	520,0000	0,009910	0,009940
Coroa (Dinamarca)	6,8580	6,8590	0,7513	0,7515
Coroa (Islândia)	136,9900	137,1700	0,03757	0,03762
Coroa (Noruega)	10,4703	10,4730	0,4920	0,4922
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6890	22,6990	0,2270	0,2271
Coroa (Suécia)	10,5355	10,5385	0,4890	0,4892
Dinar (Argélia)	134,3239	134,9139	0,03820	0,03837
Dinar (Kuwait)	0,3066	0,3067	16,8021	16,8095
Dinar (Líbia)	4,8260	4,8483	1,0629	1,0679
Direitos Especiais de Saque ***	1,3252	1,3252	6,8290	6,8298
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6729	3,6732	1,4029	1,4032
Dirham (Marrocos)	9,9264	9,9314	0,5189	0,5192
Dólar (Austrália)***	0,6664	0,6666	3,4341	3,4355
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,1532	5,1538
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5345	2,5792
Dólar (Canadá)	1,3630	1,3634	3,7797	3,7812
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,1715	6,2470
Dólar (Cingapura)	1,3473	1,3481	3,8226	3,8253
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,1532	5,1538
Dólar (Hong Kong)	7,8112	7,8113	0,6597	0,6598
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6152	0,6156	3,1702	3,1727
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,7549	0,7636
Euro (Comunidade Européia)***	1,0877	1,0881	5,6051	5,6078
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8314	2,8881
Franco (Suíça)	0,9104	0,9108	5,6579	5,6610
Guarani (Paraguai)	7524,9900	7545,6400	0,0006829	0,0006849
Hryvnia (Ucrânia)	40,3500	40,4500	0,1274	0,1277
Iene (Japão)	156,8900	156,9200	0,03284	0,03285
Lev (Bulgária)	1,7977	1,7986	2,8651	2,8669
Libra (Egito)	47,5500	47,6500	0,1081	0,1084
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000058	0,000058
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00040	0,00040
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2783	1,2787	6,5873	6,5902
Naira (Nigéria)	1301,0000	1303,0000	0,00396	0,00396
Lira (Turquia)	32,2230	32,3186	0,1595	0,1599
Novo Dólar (Taiwan)	32,1780	32,2080	0,16000	0,16020
Novo Sol (Peru)	3,7447	3,7463	1,3755	1,3763
Peso (Argentina)	893,0000	893,5000	0,00577	0,00577
Peso (Chile)	897,4000	898,0000	0,005739	0,005743
Peso (Colômbia)	3848,0200	3853,0000	0,001338	0,001339
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2147	0,2147
Peso (Filipinas)	57,9600	57,9800	0,08888	0,08892
Peso (México)	16,7083	16,7188	0,3082	0,3085
Peso (Rep. Dominicana)	58,7200	59,1000	0,08719	0,08777
Peso (Uruguai)	38,5500	38,5900	0,13350	0,13370
Rande (África do Sul)	18,2769	18,2795	0,2819	0,2820
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,3740	1,3742
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001227	0,0001227
Ringgit (Malásia)	4,6920	4,6955	1,0975	1,0984
Rublo (Rússia)	88,5705	88,5795	0,05818	0,05819
Rúpia (Índia)	83,1560	83,2110	0,06193	0,06198
Rúpia (Indonésia)	16085,0000	16095,0000	0,0003202	0,0003204
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,4000	0,01851	0,01853
Shekel (Israel)	3,6786	3,6818	1,3996	1,4010
Won (Coréia do Sul)	1359,6300	1360,0100	0,003789	0,003791
Yuan Renminbi (China)	7,2451	7,2454	0,7112	0,7113
Zloty (Polônia)	3,9090	3,9103	1,3179	1,3184
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2359,76	0,01318	390,9863	391,0319

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	28/05/24	27/05/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.852,86	Feriado	-0,55	2,74	3,09	17,40	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.869,44	Feriado	0,32	8,19	12,14	31,97	14.109,57	18.869,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.019,88	Feriado	0,59	8,70	13,38	31,17	12.595,61	17.019,88
EUA	Nova York	S&P 500	5.306,04	Feriado	0,02	5,37	11,24	26,17	4.117,37	5.321,41
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.265,05	22.373,38	-0,48	2,47	6,23	11,77	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	55.184,95	55.452,88	-0,48	-2,72	-3,84	2,15	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.408,60	1.413,70	-0,36	3,78	17,85	27,94	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	67.436,14	67.082,69	0,53	7,53	16,61	105,07	32.545,17	67.436,14
Chile	Santiago	IPSA	6.774,61	6.810,91	-0,53	4,03	9,31	20,77	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	30.742,03	30.368,62	1,23	5,34	18,42	44,73	21.161,78	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.575.417,13	1.572.756,38	0,17	19,03	69,45	361,09	342.078,48	1.581.107,16
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.545,50	1.553,88	-0,54	2,79	10,75	13,83	3.425,66	4.131,72
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.677,87	18.774,71	-0,52	4,16	11,50	16,85	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	8.057,80	8.132,49	-0,92	0,91	6,82	10,09	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.659,55	34.761,97	-0,29	2,71	14,19	29,75	26.051,33	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.948,08	3.984,87	-0,92	1,67	6,48	8,10	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.751,97	2.760,95	-0,33	2,62	20,51	32,32	1.962,58	2.790,40
Espanha	Madri	IBEX-35	11.276,00	11.325,50	-0,44	3,88	11,62	22,68	8.918,30	11.362,80
Grécia	Atenas	ASE General	1.471,63	1.481,23	-0,65	1,60	13,80	20,54	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	912,23	916,04	-0,42	3,80	15,94	18,80	714,05	916,04
Hungria	Budapeste	BUX	68.546,85	69.803,67	-1,80	0,59	13,08	44,09	46.850,16	69.803,67
Polônia	Varsóvia	WIG	86.996,07	87.654,95	-0,75	2,87	10,88	34,28	62.285,97	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.910,19	6.938,14	-0,40	4,45	8,03	17,80	5.729,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.174,75	1.173,92	0,07	0,01	8,42	11,28	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.616,29	2.630,30	-0,53	2,34	9,10	15,14	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.854,50	11.960,57	-0,89	5,27	6,43	3,68	10.323,71	12.037,99
Turquia	Istambul	BIST 100	10.677,49	10.656,96	0,19	6,29	42,93	133,10	4.580,67	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.985,18	1.965,55	1,00	0,73	5,83	12,52	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	78.576,13	78.920,88	-0,44	3,29	2,19	2,59	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.855,37	38.900,02	-0,11	1,17	16,11	25,68	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.034,90	8.058,60	-0,29	1,30	2,62	9,55	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.728,93	1.747,83	-1,08	-1,55	-5,93	-14,09	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.109,57	3.124,04	-0,46	0,15	4,53	-3,20	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.722,85	2.722,99	-0,01	1,14	2,54	6,41	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.821,16	18.827,35	-0,03	5,96	10,40	0,40	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	75.170,45	75.390,50	-0,29	0,92	4,06	20,27	62.428,54	75.418,04
Indonésia	Jacarta	JCI	7.253,63	7.176,42	1,08	0,27	-0,26	8,47	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.362,70	1.366,37	-0,27	-0,38	-3,75	-10,98	1.332,08	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.858,41	21.803,77	0,25	7,17	21,90	32,43	16.001,27	21.858,41

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

TUPY S.A.

CNPJ/MF: 84.683.374/0003-00 - NIRE: 42.3.0001628-4 - COMPANHIA ABERTA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 15:00, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica, conforme Edital de Convocação e Proposta da Administração e Manual para AGOE divulgados pela Tupy S.A. ("Companhia") em 28.03.2024, sendo considerada realizada na sede social, na Rua Albano Schmidt, 3.400, Joinville/SC. **Edital de Convocação:** publicado no jornal "Valor Econômico" nas edições de (i) 28.03.2024, página C10, (ii) 01.04.2024, página C7 e (iii) 02.04.2024, página C3, com simultânea divulgação em sua página na internet. **Presença:** Compareceram, virtualmente, em 1ª convocação, os acionistas representando 105.282.604 ações (aproximadamente 73,1% do capital social total da Companhia), conforme presenças registradas de acordo com os boletins de voto a distância válidos recebidos por meio da Central Depositária da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), do agente escriturador das ações de emissão da Companhia ou diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM e do sistema eletrônico de participação a distância, artigo 47, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22. Presentes, também virtualmente: a Presidente do Conselho de Administração, Paula Regina Goto; o Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, Jaime Luiz Kalsing (Coordenador); o Presidente do Conselho Fiscal, João Augusto Monteiro; o membro do Conselho Fiscal, Francisco Ferreira Alexandre; o Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Fernando Cestari de Rizzo; o Diretor Vice-Presidente eleito de Finanças e Administração, Rodrigo Cesar Périco; o Contador da Companhia, Pedro Henrique Eyng; e o representante da KPMG Auditores Independentes Ltda., Felipe Brutti Silva. **Mesa:** Virtualmente composta pela Sra. Paula Regina Goto (Presidente) e Sr. Luiz Antonio Grisotto Lacerda (Secretário). **Deliberações Aprovadas:** Em Sede de Assembleia Geral Ordinária: **1.** Aprovar, por unanimidade de votos proferidos, sendo 104.280.000 votos favoráveis e 1.002.604 abstenções, sem votos contrários, conforme mapa final de votação detalhado, disponibilizado ao mercado nesta data, nos websites da CVM e da Companhia ("Mapa Final de Votação Detalhado"), as contas dos Administradores, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, acompanhadas das notas explicativas, do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário, regularmente publicados no jornal "Valor Econômico" na edição de 21.03.2024, páginas C05, C06, C07 e C08, com simultânea divulgação em sua página na internet. **2.** Aprovar, por unanimidade de votos proferidos, sendo 103.960.124 votos favoráveis e 1.322.480 abstenções, sem votos contrários, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, a destinação do lucro líquido de R$ 508.140.000,00 apurado no exercício social de 2023, da seguinte forma: a) Reserva legal: R$ 25.407.000,00, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício; b) Reserva Especial para Investimentos: R$ 463.957.000,00, sendo R$ 460.662.000,00 referente a lucros após a destinação para a reserva legal e dividendos, e R$ 3.295.000,00 proveniente de realização do ajuste de avaliação patrimonial; e, c) Dividendos: Nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., o dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023, após as destinações legais, é de R$ 138.084.000,00. Desta forma: c.1) Distribuição de dividendos no montante de R$ 22.071.000,00, a serem pagos em 31.10.2024; e c.2) Homologação das deliberações do Conselho de Administração tomadas nas reuniões de 27 de março, 26 de setembro e 22.12.2023, por meio das quais foi aprovada a distribuição de resultados, na forma de JCP, no montante total de R$ 116.013.000,00, para pagamento em outubro de 2023 e março e julho de 2024, imputando-se o referido valor ao dividendo mínimo obrigatório. **3.1** Eleger, por unanimidade de votos proferidos, sendo 95.371.953 votos favoráveis e 9.910.651 abstenções, sem votos contrários, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, o membro titular do Conselho Fiscal **João Augusto Monteiro**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CPF/MF 553.256.028-53 e RG 3752771 SSP-SP; e o seu Suplente: **Maria Elvira Lopes Gimenez**, brasileira, divorciada, economista, CPF/MF 136.012.018-10 e RG 19.114.234-7 SSP-SP. **3.2** Eleger, por unanimidade de votos proferidos, sendo 85.006.873 votos favoráveis e 20.275.731 abstenções, sem votos contrários, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, o membro titular do Conselho Fiscal **Francisco Ferreira Alexandre**, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF/MF 301.479.484-87 e RG 4307 [illegible]-AL; e seu Suplente: **Maria Aparecida Metanias Hallack**, brasileira, casada, engenheira, CPF/MF 045.824.818-50 e RG 6.283.390 SSP-SP. **3.3** Eleger, por unanimidade de votos proferidos, sendo 85.006.073 votos favoráveis e 20.276.531 abstenções, sem votos contrários, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, o membro titular do Conselho Fiscal **Ricardo Zamora**, brasileiro, casado, advogado, CPF/MF 410.116.190-91 e RG 1011720933 – SSP/RS; e seu Suplente: **Marcos Alberto Pereira Motta**, brasileiro, casado, engenheiro, CPF/MF 008.528.317-73 e RG 08625192-3 IFP/RJ. Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes: (i) são eleitos para um mandato que encerrar-se-á na Assembleia Geral Ordinária que examinar as contas do exercício social a findar-se em 31.12.2024; (ii) possuem endereço comercial na Cidade de Joinville/SC; (iii) possuem as qualificações exigidas pelo artigo 162 da Lei das S.A.; e (iv) tomarão posse em seus respectivos cargos e serão investidos nos poderes necessários ao exercício de suas atribuições no prazo de até 30 dias, mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e apresentação de declaração de desimpedimento, nos termos da legislação aplicável. **4.** Aprovar, por maioria de votos proferidos, sendo 103.903.586 votos favoráveis, 50.538 votos contrários e 1.328.480 abstenções, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, a verba global anual para remuneração dos membros da Administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária) e do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário para o exercício de 2024, no valor total de até R$ 50.278.291,82 (líquido dos valores referentes aos encargos sociais que são ônus da Companhia, reconhecidos em seu resultado), dos quais o montante de até R$ 43.593.541,82 corresponderá à remuneração da Diretoria Estatutária, até R$ 6.056.100,00 corresponderá à remuneração do Conselho de Administração e, até R$ 628.650,00 corresponderá à remuneração do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e, ainda, a fixação da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2024, em até R$ 628.650,00. Em Sede de Assembleia Geral Extraordinária: **1.** Aprovar, por unanimidade de votos proferidos, sendo 103.865.524 votos favoráveis, sem votos contrários e 1.417.080 abstenções, conforme Mapa Final de Votação Detalhado, o aumento de capital consistente na capitalização do excedente da reserva de lucros no valor de R$ 256.050.239,96 no Capital Social da Companhia, sem emissão de novas ações ordinárias e sem aumento do valor nominal das ações, conforme previsto no § 1º do artigo 169 da Lei das S.A., bem como a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, o qual passa a vigorar com a redação a seguir transcrita, refletida na Consolidação do Estatuto Social, que também foi aprovada e se encontra anexa à presente ata, permanecendo inalterados os demais dispositivos não mencionados nesta deliberação: "*Artigo 5º: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.433.653.000,00, dividido em 144.177.500 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias.*". Consignado que, em anexo, consta a manifestação de voto do acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, referente à esta matéria. **Encerramento:** Nada mais. Joinville - SC, 30.04.2024. Acionistas: *Representados por Michele Da Silva Gonsales:* ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAÚ S&P B3 LOW VOLATILITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, IT NOW IGCT FUNDO DE ÍNDICE, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, IT NOW SMALL CAPS FUNDO DE ÍNDICE; *Representados por Karla Danielle de Macena Tinoco, Marcos Paulo Félix Da Silva, Laura Maria Ferreira Malaguti:* CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – PREVI, PLANO DE BENEFÍCIOS 1; *Representados por Vinícius Pessin:* TECNOVA PREPARAÇÃO DE MATERIAIS LTDA; *Representado por Cesar Augusto Chaves Mendonça:* BNDES PARTICIPAÇÕES S/A BNDESPAR; *Participantes que votaram por meio do boletim de voto à distância:* [illegible] FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO. Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário: Jaime Luiz Kalsing – Coordenador; Conselho Fiscal: João Augusto Monteiro – Presidente, Francisco Ferreira Alexandre – Membro; Diretoria: Fernando Cestari de Rizzo - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Rodrigo Cesar Périco - Diretor Vice-Presidente de Finanças e Administração; Contador: Pedro Henrique Eyng; Auditor Independente: Felipe Brutti Silva - KPMG Auditores Independentes Ltda. Luiz Antonio Grisotto Lacerda – Secretário. Arquivamento na Junta Comercial de Santa Catarina em 22/05/2024 sob o nº 20244309302 – protocolo 244309302 de 09/05/2024 – Link de verificação: http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx; Chancela 6794239655548428 – cópia autenticada digitalmente e assinada por Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral. **Anexo II - Estatuto Social Consolidado 30.04.2024 - Capítulo I: Denominação, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º:** A TUPY S.A. é uma Companhia de capital aberto, cujas atividades vêm sendo desenvolvidas desde 15.02.1938 e que se rege pelas disposições do presente Estatuto e pela legislação aplicável. **§ Único:** Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluído acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 2º:** A Companhia tem sede e foro na cidade de Joinville/SC, na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, CEP 89206-900, e filiais em: a) Mauá/SP, na Avenida Manoel da Nóbrega nº 424-A, Bairro Capuava, CEP 09380-126; e b) São Paulo/SP, na Av. Dr. Cardoso de Melo nº 1.666, 6º andar, Vila Olímpia, CEP 04548-005. **§ Único:** A Companhia poderá criar e instalar escritórios, agências, filiais ou outras dependências, no País ou no Exterior, por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto: a) a indústria metalúrgica, de fundição e mecânica; b) o comércio, importação e exportação de produtos e mercadorias, direta ou indiretamente, relacionados com sua atividade industrial; c) o florestamento, reflorestamento e atividades de investimento; d) a prestação de serviços técnicos, administrativos e de assessoria, relacionados às atividades acima mencionadas. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e Respectivas Ações - Artigo 5º:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.433.653.000,00, dividido em 144.177.500 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de ações preferenciais e de partes beneficiárias. **§ Único**: A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até que atinja o limite de R$ 1.200.000.000,00. **Artigo 6º:** A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a seus Administradores, empregados, a pessoas que lhe prestem serviços ou às suas controladas. **Artigo 7º:** Em quaisquer emissões de ações, cuja colocação seja feita nos termos do art. 172, da Lei 6404/76, o direito de preferência dos antigos acionistas poderá ser excluído por deliberação do órgão competente para a respectiva emissão. **Artigo 8º:** Todas as ações da Companhia serão escriturais e serão mantidas, em nome de seus acionistas, em conta de depósito junto à instituição financeira devidamente habilitada pela CVM. **Artigo 9º:** Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Capítulo III - Das Assembleias Gerais: Artigo 10:** A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que for de interesse da Companhia e que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. **Artigo 11:** As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração ou pelas demais formas legais. **Artigo 12:** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou no caso do impedimento de ambos, por acionista escolhido pelos presentes. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário dos trabalhos. **Artigo 13:** Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista apresentará os comprovantes de sua condição de acionista, mediante documento fornecido pela instituição financeira escrituradora ou entidade custodiante, bem como o documento de identidade e/ou os atos societários que comprovem sua representação legal. **§ 1º:** Os comprovantes de identificação do acionista ou de seu mandatário, constituído há menos de um ano, deverão ser apresentados à Companhia até 48 horas antes da realização da Assembleia, através de email ou outro meio eletrônico disponível, desde que os originais sejam entregues antes do início da assembleia. **§ 2º:** Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos no caput, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **Artigo 14:** Ressalvadas as exceções previstas na Lei, a Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos presentes, não se computando as abstenções. **Artigo 15:** Salvo decisão contrária da Assembleia, a ata será lavrada na forma de sumário e será publicada com a omissão das assinaturas. **Capítulo IV - Da Administração - Disposições comuns aos órgãos da Administração - Artigo 16:** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Artigo 17:** A posse dos Membros do Conselho de Administração e da Diretoria, efetivos e suplentes, estará condicionada à prévia subscrição (i) dos documentos previstos pela legislação, (ii) da Política de Divulgação de Informações da Companhia – PDI e (iii) do Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 59. **Artigo 18:** Findo o mandato, os Administradores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos. **Artigo 19:** O montante global anual da remuneração dos Administradores será fixado pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração individualizar a distribuição da verba. **Artigo 20:** Os órgãos da Administração se reunirão ao menos uma vez por mês ou sempre que convocados por seus respectivos Presidentes, por meio físico ou eletrônico, com indicação da ordem do dia, data, horário e local e forma da reunião. **§ Único:** A convocação será dispensada caso estiverem presentes todos os membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que participarem à distância por qualquer meio de comunicação disponível que permita sua identificação e documentação. **Artigo 21:** As reuniões da Administração poderão ser realizadas de forma virtual ou não presencial, mediante qualquer meio de comunicação disponível que permita sua identificação e documentação. **Artigo 22:** As deliberações da Administração serão tomadas por maioria de votos e serão consignadas em atas lavradas em livro próprio, na forma de sumário. **§ Único:** Em caso de solicitação, eventuais votos discordantes ou declarações de votos serão autenticados pela mesa e arquivados na Companhia. **Artigo 23:** A Companhia indenizará e manterá indene seus Administradores membros de comitês estatutários, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam o cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia. **§ 1º:** Não serão passíveis de indenização os atos praticados fora do exercício das atribuições dos Beneficiários, atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude, atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social, incluindo indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das S/A e demais atos definidos no documento previsto no § 2º abaixo. Caso Algum Beneficiário seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de um ato não passível de indenização, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos. **§ 2º:** As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo 23, incluindo o procedimento decisório para pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar o melhor interesse da companhia, serão determinadas em documento por escrito aprovado pela Assembleia Geral, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração e que deverá ser devidamente divulgado, sem prejuízo da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão. **Seção I - Do Conselho de Administração: Artigo 24:** O Conselho de Administração será constituído por 7 ou 9 membros titulares, podendo ser indicados suplentes, todos eleitos com mandato de 2 anos, unificado, admitida a reeleição, destituíveis pela Assembleia Geral. **§ Único:** Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais, pelos respectivos suplentes. **Artigo 25:** A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará, dentre estes, o Presidente e o Vice-Presidente. **§ Único:** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 26:** Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo art. 141, § 4º e 5º da Lei 6404/76, na hipótese de haver Acionista Controlador. **§ Único:** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior. **Artigo 27:** As reuniões do Conselho de Administração somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 28:** Sempre que o Conselho de Administração se reunir para tratar de matéria cuja decisão dependa de esclarecimentos adicionais da Diretoria, esta poderá ser total ou parcialmente convocada para participar da reunião, sem direito a voto nas deliberações. **Artigo 29:** Compete ao Presidente do Conselho de Administração: a) Convocar e presidir as reuniões do Conselho; b) Coordenar as atividades do Conselho; e c) Presidir as Assembleias Gerais da Companhia. **Artigo 30:** Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente nos casos de eventual ausência, impedimento ou vacância, até que a Assembleia Geral decida quanto ao preenchimento do cargo. **Artigo 31:** Em casos de vacância do cargo de qualquer dos demais conselheiros, em não havendo o respectivo suplente, caberá ao Conselho de Administração a escolha do seu substituto, que exercerá a função até a data da realização da primeira Assembleia Geral que se realizar. Em havendo suplente, este substituirá o membro titular até a eleição de novo conselheiro em Assembleia Geral a ser convocada pelo Conselho de Administração após a vacância do cargo. **Artigo 32:** Competem ao Conselho de Administração as seguintes atribuições: i) propor à Assembleia Geral alterações no Estatuto Social da Companhia; ii) aprovar as alterações nos estatutos ou contratos sociais de controladas da Companhia; iii) submeter à Assembleia Geral a distribuição do resultado do exercício; iv) decidir sobre a distribuição dos resultados apurados nas controladas da Companhia; v) deliberar sobre a constituição, fusão, incorporação, cisão ou extinção de controladas da Companhia; vi) estabelecer alçada da Diretoria para a aquisição, alienação ou oneração de participação da Companhia e de quaisquer de suas controladas em outras sociedades ou empreendimentos; vii) estabelecer alçada da Diretoria para a alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia e de suas controladas; viii) estabelecer alçada da Diretoria para a prestação de garantias a favor de suas controladas; ix) estabelecer alçada da Diretoria para autorizar a contratação de financiamento em favor da Companhia ou de suas controladas; x) definir as orientações gerais dos negócios da Companhia e de suas controladas; xi) aprovar os planos estratégicos e operacionais, bem como os orçamentos de investimentos e de capital da Companhia e de suas controladas, promovendo as revisões necessárias; xii) aprovar a macro-estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas; xiii) avaliar o desempenho global da Companhia e de suas controladas; xiv) eleger e destituir os Diretores da Companhia e aprovar a eleição e/ou destituição dos Diretores de suas controladas; xv) definir, na reunião que eleger a Diretoria, o substituto do Diretor Presidente em suas ausências ou impedimentos, bem como qual dos Diretores desempenhará as funções de Diretor de Relações com Investidores; xvi) definir as atribuições e competências dos Diretores, além daquelas previstas em lei; xvii) aprovar a contratação e a destituição dos auditores independentes; xviii) autorizar a abertura, o encerramento ou a alteração do endereço de escritórios, agências, filiais, ou outras dependências da Companhia e de suas controladas em qualquer localidade do país ou exterior, atribuindo-lhes os respectivos capitais para fins fiscais; xix) deliberar sobre a emissão de títulos de valores mobiliários, inclusive Notas Promissórias, exceto aqueles de competência exclusiva da assembleia geral, até o limite do capital autorizado, fixando o preço de emissão, forma de subscrição e integralização e outras condições da emissão, definindo ainda se será concedida preferência na subscrição aos acionistas; xx) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; xxi) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria; xxii) observadas as normas deste Estatuto e da legislação em vigor, sobre a ordem de seus trabalhos e definir as normas regimentais para seu funcionamento; xxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; xxiv) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias e aumentos de capital e/ou outras transações que derem origem à mudança de Controle da Companhia; xxv) nomear e destituir os responsáveis pela secretaria de governança, pela auditoria interna e pelo comitê de ética e conduta, os quais se subordinarão diretamente ao Conselho de Administração nestas respectivas funções; xxvi) decidir sobre outras questões não previstas neste Estatuto, que não sejam do âmbito da competência da Assembleia Geral, nem do Conselho Fiscal. **Seção II - Dos Comitês: Artigo 33:** O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento, com objetivos definidos, conforme normas regimentais internas. **§ 1º:** Os membros dos comitês deverão ter notória experiência e capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do comitê em que participam e estarão sujeitos aos mesmos deveres e responsabilidades legais dos administradores. **§ 2º:** Os membros dos comitês serão nomeados e destituídos, a qualquer momento, pelo Conselho de Administração e poderão ou não pertencer a tal órgão. **§ 3º:** A remuneração dos membros dos comitês de assessoramento não estatutários será estabelecida pelo Conselho de Administração. **Artigo 34:** O Conselho de Administração deverá instalar Comitê de Auditoria e Riscos em caráter permanente que, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares atinentes ao seu funcionamento, deverá: i) ser vinculado ao Conselho de Administração e ter autonomia operacional e orçamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; ii) possuir regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que preveja detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais; iii) possuir coordenador, cujas atividades devem estar definidas no regimento interno; iv) sem prejuízo de outras competências estabelecidas pelo Conselho de Administração, ser responsável, por: a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de gestão de riscos e controles internos da Companhia; d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. v) ser composto por, no mínimo, 3 membros, sendo que: a) ao menos 1 deles deve ser conselheiro independente da Companhia; b) ao menos 1 deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e defina os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e c) o mesmo membro do comitê de auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas a) e b) acima. **§ único:** A remuneração dos membros do comitê de auditoria e riscos estatutário será estabelecida pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Artigo 19, acima. **Seção III - Da Diretoria: Artigo 35:** A Diretoria será composta de no mínimo 3 e no máximo 8 membros, acionistas ou não, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. **§ 1º:** A Diretoria terá um Diretor Presidente e seus Vice-Presidentes, sendo que um deles desempenhará as funções de Diretor de Relação com Investidores. **§ 2º:** O prazo de gestão da Diretoria será de 3 anos, unificado, admitida a reeleição. **Artigo 36:** A Diretoria, dentro dos limites fixados em lei e por este Estatuto, fica investida de amplos e gerais poderes de gestão que possibilitem a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, com vistas à consecução do seu objeto social. **§ 1º:** A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, bem como a prática de todos os atos jurídicos que criem, modifiquem ou extingam quaisquer direitos e obrigações, compete a 2 membros da Diretoria, assinando em conjunto. **§ 2º:** A Companhia será representada por qualquer um dos membros da Diretoria, nos casos de recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e na prestação de depoimento pessoal, podendo, para tanto, constituir mandatários. **Artigo 37:** A Diretoria, por intermédio de 2 membros em conjunto, poderá, por prazo não superior a 1 ano, constituir, em nome da Companhia, procuradores com os poderes "ad negotia" especificados no instrumento de mandato. Para a representação da Companhia em juízo, os mandatos poderão ser outorgados por prazo indeterminado. **Artigo 38:** Ao Diretor Presidente cabe o exercício das seguintes atribuições, dentre outras: a) Dirigir as atividades gerais da Companhia; b) Orientar, coordenar e supervisionar o trabalho dos Diretores da Companhia e de suas controladas; c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e d) Zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto, das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **Artigo 39:** O Diretor-Presidente terá, além do voto comum, o de qualidade no caso de empate nas decisões de competência da Diretoria, cujas reuniões somente serão realizadas com a presença da maioria dos seus membros. **Artigo 40:** Compete ao diretor que exercer a função de Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 41**: Aos demais Diretores compete administrar e gerir os negócios da Companhia, exercendo as atribuições que lhes tenham sido conferidas pelo Conselho de Administração, além de zelar pelo fiel cumprimento deste Estatuto, das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo 42:** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de 3 a 5 membros efetivos e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos com mandato de 1 ano, unificado, admitida a reeleição, destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ Único:** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho de Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até que novo membro titular seja eleito em Assembleia Geral a ser convocada pelo Conselho de Administração. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para completar o mandato remanescente. **Artigo 43:** O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de um ano, unificado, admitida a reeleição. **§ Único:** Na primeira reunião que se realizar, os membros do Conselho Fiscal elegerão o seu Presidente, que indicará o secretário. **Artigo 44:** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 45:** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, estará condicionada à prévia subscrição (i) dos documentos previstos pela legislação, (ii) da Política de Divulgação de Informações da Companhia – PDI e (iii) do Termo de Posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 59. **Artigo 46:** O Conselho Fiscal se reunirá sempre que convocado por seu Presidente ou por quaisquer de seus membros, com antecedência mínima de três dias, através de qualquer meio de comunicação tecnologicamente disponível. **§ Único:** A convocação será dispensada caso estiverem presentes todos os conselheiros. São considerados presentes os membros do Conselho Fiscal que participarem à distância por qualquer meio de comunicação disponível que permita sua identificação e documentação. **Artigo 47:** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e serão consignadas em atas lavradas em livro próprio, na forma de sumário. **§ Único:** Em caso de solicitação, eventuais votos discordantes ou declarações de votos serão autenticados pela mesa e arquivados na Companhia. **Artigo 48:** O Conselho Fiscal disporá, observadas as normas deste Estatuto e da legislação em vigor, sobre a ordem de seus trabalhos e definirá as normas regimentais para seu funcionamento. **Capítulo VI - Do Exercício Social e do Dividendo Obrigatório: Artigo 49:** O exercício social da Companhia tem início em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, sendo possível levantamento de balanço semestral, trimestral, mensal ou em menor período, a critério do Conselho de Administração. **§ Único**: O Conselho de Administração tem a faculdade de determinar, em caráter intermediário ou intercalar, a distribuição de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio com base em balanço semestral, trimestral ou mensal e, observados os respectivos preceitos legais, determinar também o pagamento da participação estatutária dos Administradores, destinada apenas aos membros da Diretoria, à conta do lucro apurado em balanço semestral. **Artigo 50:** Aos resultados verificados no exercício, após as deduções previstas no art. 189, da Lei 6404/76, e após a dedução, observadas as restrições legais, de até 10% a título de participação dos Administradores (art. 190 da Lei 6404/76), destinada apenas aos membros da Diretoria, será dada a seguinte destinação: a) 5% para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. b) 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6404/76, para distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. c) Para constituição ou manutenção de Reserva Especial, destinada a custear investimentos na expansão ou a fortalecer o capital de giro da Sociedade, atribuir-se-á importância não inferior a 5% do lucro líquido do exercício e não superior a 50% do capital social, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o valor do capital social. d) O saldo que se verificar, depois das deduções acima, será aplicado segundo deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração. **Artigo 51:** Os dividendos ou juros sobre o capital próprio serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data de sua declaração e em qualquer caso, dentro do exercício social. Os dividendos atribuídos aos acionistas, a partir da data de sua deliberação, não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não reclamados no prazo de 3 anos, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Da Alienação de Controle, do Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e da Saída do Novo Mercado - Seção I – Da Alienação de Controle - Artigo 52:** A alienação, direta ou indireta, de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o Adquirente se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **§ Único**: A oferta pública referida neste Artigo também será exigida: a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações ou de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou b) em caso de alienação indireta de controle, o Adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor. **Artigo 53:** Qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior) ou Grupo de Acionistas ("Pessoa"), que venha a adquirir ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 60 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, realizar ou solicitar o registro de uma OPA para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, nos regulamentos da B3 e nos termos deste Capítulo. **§ 1º**: O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") deverá ser o maior entre: (i) o maior preço pago pela Pessoa nos últimos 12 meses; (ii) o maior preço de emissão das ações praticado em aumento de capital realizado mediante distribuição pública ou privada (exceto aquele decorrente do plano de opção de compra de ações aprovado pelo Conselho de Administração, se for o caso) ocorrido no período de 24 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste Artigo, devidamente atualizado pelo IPCA (ou outro índice que vier a substituí-lo) até o momento do pagamento; ou (iii) a cotação unitária média ponderada de fechamento das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 dias anteriores à realização da OPA de que trata este Artigo. **§ 2º**: A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no Artigo 4º da Instrução CVM nº 361 de 05/03/02: (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação do edital da OPA, nos termos da Instrução CVM nº 361/02; (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste Artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia; e (vi) ser instruída com laudo de avaliação da Companhia, preparado por instituição de reputação internacional, independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou Acionista Controlador e experiência comprovada na avaliação econômico-financeira de companhias abertas, elaborado de acordo com os critérios elencados no Artigo 8º da Instrução CVM nº 361/02. **§ 3º**: A realização da OPA mencionada no caput deste Artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia efetivar uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 4º**: Qualquer Pessoa que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 30% do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigada igualmente a, no prazo de 60 dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 30% do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA para aquisição da totalidade das ações da Companhia, nos termos descritos neste Artigo. **§ 5º**: As obrigações constantes no Artigo 254-A da Lei n.º 6.404/76, e no Artigo 52 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pela Pessoa das obrigações constantes deste Artigo. **§ 6º**: O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma Pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 30% do total das ações de sua emissão, em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 dias contados do evento em que foi atingida tal participação; (ii) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizado por instituição especializada que atenda aos requisitos do Artigo 55 deste Estatuto Social. **§ 7º**: Para fins do cálculo do percentual de 30% do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **§ 8º**: O disposto neste Artigo não se aplica aos atuais acionistas ou Grupo de Acionistas que já sejam titulares de 30% ou mais do total de ações de emissão da Companhia, inclusive e em especial aos acionistas signatários do Acordo de Acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, bem como àqueles que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. **§ 9º**: O disposto neste Artigo 53 não se aplica àqueles investidores que, diretamente ou não, adquirirem ações de emissão da Companhia dos atuais acionistas signatários do Acordo de Acionistas hoje arquivado na sede da Companhia, e passem a ser signatários de aditamentos ao Acordo de Acionistas mencionado no § 7º, ressalvadas as regras relativas à Alienação de Controle da Companhia. **Artigo 54:** Após qualquer operação de Alienação de Controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações referida no Artigo 53 acima, o Adquirente do Controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro de 18 meses subsequentes à aquisição do poder de Controle, o percentual mínimo de Ações em Circulação previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. **Seção II – Do Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e da Saída do Novo Mercado - Artigo 55:** Na Oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelos Acionistas Controladores ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Preço Justo apurado em laudo de avaliação nos termos dos parágrafos deste Artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **§ 1º**: O laudo de avaliação referido no caput deste Artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou dos Acionistas Controladores, além de satisfazer os requisitos do § 1º do Artigo 8º da Lei 6404/76 e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo Artigo 8º. **§ 2º:** Os custos do mencionado laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante. **Artigo 56:** A saída da Companhia do Novo Mercado, seja por ato voluntário ou aplicação de sanção de saída compulsória, está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Preço Justo das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o art. 55 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 57:** A saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei 6404/76; (ii) acionistas titulares de mais de 2/3 das Ações em Circulação, consideradas apenas aquelas cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão da oferta, deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem efetuar a alienação das ações. **§ único:** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 58:** As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **Capítulo VIII - Da Arbitragem - Artigo 59:** A Companhia, seus acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, e membros de comitês estatutários obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei 6404/76, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo IX - Da Liquidação - Artigo 60**: A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que o Conselho de Administração nomeará o liquidante e a Assembleia Geral determinará o modo de liquidação, elegendo o Conselho Fiscal, que deve funcionar durante este período. **Capítulo X - Das Disposições Gerais - Artigo 61:** Os Acordos de Acionistas que estabeleçam condições para compra e venda de ações de emissão da Companhia ou para o exercício do direito de voto serão sempre observados pela Companhia, desde que devidamente arquivados em sua sede social. **Artigo 62:** Os princípios e regras instituídos pela Lei 6404/76, e demais dispositivos legais aplicáveis às sociedades por ações, regularão os casos omissos no presente Estatuto, observado do Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo XI - Das Definições - Artigo 63:** Para fins deste Estatuto, os termos com iniciais maiúsculas terão os seguintes significados: a) "Adquirente" significa aquele para quem o Acionista Controlador transfere o Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; b) "Acionista Controlador" significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que detenha(m) o Controle da Companhia; c) "Ações em Circulação" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria; d) "Alienação de Controle da Companhia" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, do Controle; e) "B3", significa B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; f) "Companhia" significa Tupy S.A.; g) "Conselheiros Independentes" tem o significado atribuído no Regulamento do Novo Mercado; h) "Contrato de Participação no Novo Mercado" significa o contrato celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro lado, a Companhia, contendo as obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado; i) "Controle" (bem como seus termos correlatos) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independente da participação acionária detida; j) "CVM" significa Comissão de Valores Mobiliários; k) "Estatuto" significa o Estatuto Social da Tupy S.A.; l) "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladoras ou sob Controle comum; ou (ii) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (iii) que estejam sob Controle comum; m) "Lei 6404/76" significa a Lei 6.404/76, conforme alterada; n) "Preço Justo" significa o valor de avaliação da Companhia, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou Combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações no mercado de valores mobiliários, ou com base em outro critério aceito pela CVM.

Camil Alimentos S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 64.904.295/0001-03 - NIRE 35.300.146.735

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Camil Alimentos S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada em 28 de junho de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio do sistema eletrônico de votação a distância a ser disponibilizado pela Companhia ("Sistema Eletrônico"), para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, do parecer dos auditores independentes e do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2024; **(ii)** destinação do resultado do exercício social encerrado em 29 de fevereiro de 2024; **(iii)** fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; **(iv)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** fixação da remuneração global dos administradores e membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia para o exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2025; **(vi)** instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(vii)** eleição dos membros efetivos e suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social a se encerrar em 28 de fevereiro de 2025; e **(ix)** alteração do jornal de grande circulação utilizado pela Companhia para as publicações legais. **Informações Gerais:** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (https://ri.camilalimentos.com.br/), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e o artigo 1º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo do capital votante, para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento), observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisição. A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os Srs. Acionistas optarem por, admitidas as formas legais de representação, e desde que comprovada a titularidade das ações, participarem e votarem na Assembleia Geral: **(i)** por meio do Sistema Eletrônico; e **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância, disponível nos *websites* da CVM, B3 e da Companhia acima indicados. As regras e procedimentos aplicáveis à participação dos acionistas da Companhia por meio das referidas modalidades estão detalhadas no Manual para Participação na Assembleia, disponível nos *websites* da CVM, B3 e da Companhia acima indicados. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3039-9200 ou via e-mail: ri@camil.com.br.

Atenciosamente

São Paulo, 28 de maio de 2024

Jacques Maggi Quartiero - Membro do Conselho de Administração

copasa

COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº CPLI.1120240058

Execução, com fornecimento parcial de materiais, das obras e serviços de crescimento vegetativo, manutenção em redes e ligações prediais e melhorias operacionais de esgoto em ligações prediais e redes menores que DN400, na área de abrangência da Gerência Regional Janaúba (GRJB), da Copasa-MG, e demais localidades que vierem a fazer parte da área de abrangência da Gerência, incluindo os municípios, vilas e favelas. Dia: 26/6/2024; às 8h30 horas; local: Rua Carangola, 606, térreo, bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG. Mais informações e caderno de licitação poderão ser obtidos, gratuitamente, por intermédio de download pelo: www.copasa.com.br (link: licitações e contratos/licitações, pesquisar pelo número da licitação), a partir do dia 29/5/2024.

TUPY S.A.

CNPJ/MF: 84.683.374/0003-00 - NIRE: 42.3.0001628-4 - Companhia Aberta

CERTIDÃO DE EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora, Local: 25.04.2024, às 09hs, Av. das Nações Unidas, nº 22.002, São Paulo/SP - sede da MWM-Tupy Motores do Brasil Ltda. (Reunião híbrida - presencial e virtual). **Mesa:** Paula Regina Goto (Presidenta); Luiz Antonio Grisotto Lacerda (Secretário). **Presença:** Presencialmente: Paula Regina Goto, Anielle Francisco da Silva, Carlos Roberto Lupi, Enio Mathias Ferreira, Jaime Luiz Kalsing, José Rubens de la Rosa, Ricardo Antonio Weiss, Vinícius Marques de Carvalho e, por meio de vídeo conferência: e Wagner de Sousa Nascimento. **Deliberações Aprovadas**: **1. Sessão Reservada** *[...]* **1.1.** Tendo em vista a macroestrutura organizacional provisória aprovada nesta data, o Conselho de Administração, no exercício das atribuições previstas no Artigo 142, II, da Lei nº 6.404/76 e no Artigo 32, inciso "xiv", do Estatuto Social, e Artigo 7º, inciso 'xx' do seu Regimento Interno, elegeu os seguintes membros da Diretoria Estatutária: a) Diretor Vice-Presidente de Finanças e Administração: **Rodrigo Cesar Périco**, brasileiro, solteiro, economista, RG 30044891 SSP/SP e CPF/MF 293.388.548-41; b) Diretor Vice-Presidente de Compras e Logística: **Toni Marcelo Zampieri Bueno**, brasileiro, casado, administrador, RG 70697920 SESP/PR e CPF/MF 053.761.919-40; e c) Diretor Vice-Presidente de Operações: **Luciano Prestes Boiko**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 2271133 SSP/SC e CPF/MF 685.165.179-34. O prazo de gestão dos membros ora eleitos será de 01.05.2024 até 30.04.2025, unificado com os demais membros da Diretoria: Fernando Cestari de Rizzo, Ricardo Sendim Fioramonte e Fabio Pena Rios, que foram ratificados nos cargos de Diretor Presidente e Vice-Presidentes de Vendas e de Engenharia e Qualidade, respectivamente. O Conselho deliberou ainda que, em vista da macroestrutura aprovada, o Diretor Presidente exercerá interinamente as atribuições dos Vice-Presidentes de Inovação e Tecnologia da Informação, e de Relações Institucionais & Sustentabilidade até eleição pelo Conselho de Administração, que deverá ocorrer mediante processo de recrutamento e seleção coordenado pelo Comitê de Cultura, Governança e Gestão de Pessoas ("CPCG"). Ato contínuo, nos termos do Artigo 32, inciso "xv", do Estatuto Social, os Conselheiros deliberaram que o Diretor Presidente Fernando Cestari de Rizzo acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores e o Diretor Vice-Presidente de Vendas, Ricardo Sendim Fioramonte, atuará como substituto do Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos. Os membros da Diretoria Estatutária eleitos possuem endereço comercial em Joinville/SC, cujos domicílios, para fins do disposto no § 2º do artigo 149 da Lei nº 6.404/79, constarão nos respectivos termos de posse. Para os devidos fins, os Diretores eleitos prestarão, em separado, as competentes declarações de desimpedimento. *[...]* **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 25.04.2024. *Conselheiros: Paula Regina Goto, Anielle Francisco da Silva, Carlos Roberto Lupi, Enio Mathias Ferreira, Jaime Luiz Kalsing, José Rubens de la Rosa, Ricardo Antonio Weiss, Vinícius Marques de Carvalho e Wagner de Sousa Nascimento. Joinville/SC, 25.04.2024.* Arquivamento na Junta Comercial de Santa Catarina em 20/05/2024 sob o nº 20244283168 - protocolo 244283168 de 09/05/2024 - Link de verificação: http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx; Chancela 678494532209340 - cópia autenticada digitalmente e assinada por Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral.

INÊS 249

No mundo dos negócios, cada balanço conta uma história.

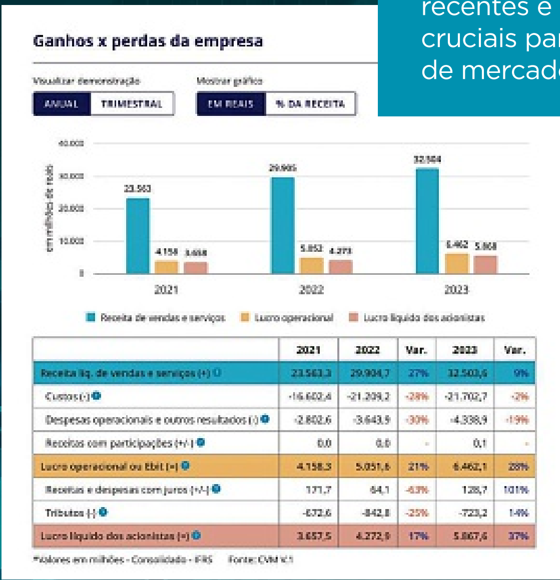
Descubra o poder do **VALOR EMPRESAS 360**: todos os insights em um só lugar.

Nessa temporada de balanços, não desvendamos apenas as demonstrações financeiras, mas também exploramos a essência das instituições com uma visão ampla das empresas brasileiras, consolidando conteúdos do **Valor Econômico**, **Pipeline**, **Valor Investe** e **Valor PRO**.

Vá além dos números. Acesse análises estratégicas, cotações, notícias e tenha em mãos a chave para o entendimento profundo do universo empresarial.

DESVENDE O MUNDO DOS NEGÓCIOS E CONFIRA:

Balanço detalhado e fatos relevantes: Veja os balanços mais recentes e informações cruciais para sua análise de mercado.



	2021	2022	Var.	2023	Var.
Receita líq. de vendas e serviços (+)	23.563,3	29.904,7	27%	32.503,6	9%
Custos (-)	-16.602,4	-21.209,2	-28%	-21.702,7	-2%
Despesas operacionais e outros resultados (-)	-2.802,6	-3.643,9	-30%	-4.338,9	-19%
Receitas com participações (+/-)	0,0	0,0	-	0,1	-
Lucro operacional ou Ebit (=)	4.158,3	5.051,6	21%	6.462,1	28%
Receitas e despesas com juros (+/-)	171,7	64,1	-63%	128,7	101%
Tributos (-)	-672,6	-842,8	-25%	-723,2	14%
Lucro líquido dos acionistas (=)	3.657,5	4.272,9	17%	5.867,6	37%

*Valores em milhões - Consolidado - IFRS Fonte: CVM V.1



Indicadores de Mercado

Valor de Mercado	R$ 153,75 B
Preço/Lucro	26,71
Lucro por Ação	R$ 1,40
Preço/Valor patrimonial	8,61
Retorno com dividendos	0,96%

Empresas do setor

Indicadores de mercado e concorrentes: Explore indicadores-chave, compare com concorrentes e fique à frente nos negócios.



Valor das ações e recomendações: Histórico de valores, consenso de analistas para preço alvo e recomendações de compra ou venda.



Enriqueça sua experiência e destaque-se.

VALOR EMPRESAS 360

Para quem investe sabendo

valor.globo.com/empresas360

Valor Econômico | Valor EMPRESAS 360

Concentre todas as informações da sua empresa no VALOR EMPRESAS 360 e enriqueça ainda mais a experiência do usuário com vídeos, press releases, conteúdos de marca, entre outros formatos. Consulte nosso time e saiba mais: **franci.pacheco@valor.com.br**

AMERICEL S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 01.685.903/0001-16 - NIRE 53.3.0000546-0

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 26 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 26 de abril de 2024, às 14h00m, na sede da Americel S.A. ("Companhia"), situada no SCN, Quadra 03, Bloco A, parte, loja 02, Térreo, 2º e 9º Pavimentos, Edifício Estação Telefônica Centro Norte, Brasília, DF. **2. Publicações Legais: a)** Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 publicados no jornal Valor Econômico, na edição de 20 de março de 2024; e **b)** Edital de Convocação: Face à presença de acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, foram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("LSA"). **3. Presença:** Presentes as acionistas Claro Telecom Participações S.A. e Telmex Solutions Telecomunicações S.A., representando a totalidade do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente, também, o Sr. Roberto Catalão Cardoso, representando a administração da Companhia. **4. Mesa:** Presidiu os trabalhos o Diretor da Companhia, Sr. Roberto Catalão Cardoso, que convidou o Sr. José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro para atuar como secretário. **5. Ordem do Dia:** **Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **Assembleia Geral Extraordinária:** (iii) fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2024. **6. Deliberações:** Por acionistas representando a totalidade do capital votante da Companhia foram adotadas as seguintes deliberações, pela unanimidade e sem ressalvas, dos acionistas presentes à Assembleia: **6.1.** Foi **autorizada** a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§1º e 2º do art. 130, da LSA. **6.2.** Foi **aprovada** a dispensa da leitura das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, tendo em vista já serem os mesmos do conhecimento de todos os acionistas presentes. **6.3. Assembleia Geral Ordinária: (i)** Os Senhores acionistas **aprovaram** as contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicados no Valor Econômico, na edição de 20 de março de 2024. **(ii)** Os Senhores Acionistas **aprovaram** a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 1.031.582.354,21 (um bilhão, trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e vinte e um centavos), a ser realizada da seguinte forma **(1)** 5% (cinco por cento), correspondente a R$ 51.579.117,71 (cinquenta e um milhões, quinhentos e setenta e nove mil, cento e dezessete reais e setenta e um centavos) para conta de Reserva Legal; **(2)** R$ 9.800.032,36 (nove milhões, oitocentos mil, trinta e dois reais e trinta e seis centavos) para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, à razão de R$ 0,1290928015 por lote de mil ações ordinárias, sem retenção de imposto de renda na fonte; **(3)** R$ 79.648.844,37 (setenta e nove milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e sete centavos) foram distribuídos aos acionistas da Companhia a título de dividendos intercalares, conforme base acionária e deliberação na Assembleia Geral Extraordinária datada de 30 de dezembro de 2023, os quais restaram ratificados; e **(4)** o remanescente saldo do lucro líquido, no montante de R$ 890.554.359,77 (oitocentos e noventa milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), para a conta de Reservas de Lucros a Realizar. **6.4. Assembleia Geral Extraordinária: (iii)** Os Senhores Acionistas **aprovaram** a proposta de fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2024 no valor de até de R$ 1.316.094,00 (um milhão, trezentos e dezesseis mil e noventa e quatro reais). **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Roberto Catalão Cardoso, Presidente da Mesa e Representante da Administração da Companhia; José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro, Secretário da Mesa; **Acionistas:** Claro Telecom Participações S.A. e Telmex Solutions Telecomunicações S.A., ambas representadas por seu Diretor, Roberto Catalão Cardoso. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro nº 02 de Atas de Assembléias Gerais da Americel S.A., folhas 76 a 78. Brasília - DF, 26 de abril de 2024. **Assinaturas: Presidente:** Roberto Catalão Cardoso; **Secretário:** José Carlos Capdeville Whitaker Carneiro. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal** - Certifico registro sob o nº 2548095 em 23/05/2024 da Empresa AMERICEL S/A, CNPJ 01685903000116 e protocolo DFE2400091226 - 13/05/2024. Fabianne Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.



GRUPO CASAS BAHIA S.A.

CNPJ/MF nº 33.041.260/0652-90 - **Companhia Aberta**

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas do **GRUPO CASAS BAHIA S.A.** ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 6 de junho de 2024, às 11h00, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento presencial, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (1) ratificar o pedido de recuperação extrajudicial da Companhia, ajuizado no dia 28 de abril de 2024 e distribuído para a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP; (2) alterar o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de atualizar a redação estatutária sobre a composição do capital social, de forma a refletir o aumento de capital decorrente de exercício de bônus de subscrição, averbado pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2024; (3) alterar o capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social, de modo que o capital social possa ser aumentado para até R$ 9.250.000.000,00 (nove bilhões e duzentos e cinquenta milhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária; (4) consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações indicadas nos itens (2) e (3) acima; e (5) autorizar os Administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para dar continuidade e garantir a efetivação da recuperação extrajudicial da Companhia, bem como ratificar todos os atos já praticados pela Administração da Companhia com essa finalidade até a presente data. **Informações Gerais:** Conforme estabelecido no art. 135 da Lei nº 6.404/76, a instalação da AGE se dará, nesta segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. A participação do acionista ou de procurador devidamente constituído (observado o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações) poderá ser de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom", sem a possibilidade de comparecimento físico. **A Companhia realizará a AGE de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico.** Para todos os fins legais, a presente reunião será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no art. 5º, III, §3º da Resolução CVM nº 81/22. Participação pessoal ou representado por procurador. Nos termos do art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que desejarem participar da AGE deverão se cadastrar e enviar os documentos necessários por meio do endereço eletrônico: https://qicentral.com.br/m/age-casas-bahia-2024-06-2a-convocacao, impreterivelmente, até (dois) dias antes da data da AGE - isto é, até **o dia 4 de junho de 2024**. Após receber os documentos e confirmar a sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar da AGE via plataforma digital e enviará as instruções detalhadas para a sua utilização, bem como o link de acesso. **Somente poderão participar da AGE os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima**. A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGE será o aplicativo de reuniões virtuais Zoom. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em https://zoom.us. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGE, acessem a plataforma Zoom com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados. Por meio da plataforma Zoom, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGE. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGE por meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma digital até as 14h00 do dia 5 de junho de 2024, deverá entrar em contato através dos e-mails **ri@grupocasasbahia.com.br** e **juridico.societario@viavarejo.com.br**, até no máximo às 18h00 do dia 5 de junho de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes. Ressaltamos, contudo, que os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução. Requeremos, ainda, aos senhores acionistas que serão representados por meio de procuração, o envio do instrumento de mandato outorgado na forma da lei, **em formato digital**, por meio do endereço eletrônico: https://qicentral.com.br/m/age-casas-bahia-2024-06-2a-convocacao, até o dia 4 de junho de 2024. Documentos relacionados à AGE. Conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia < ri.grupocasasbahia.com.br > e na página da Comissão de Valores Mobiliários < www.cvm.gov.br >, o manual de participação na assembleia e proposta da administração e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGE.

São Paulo, 29 de maio de 2024

Renato Carvalho do Nascimento

Presidente do Conselho de Administração



AES BRASIL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 37.663.076/0001-07 - NIRE 35.300.552-644

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 02 de Maio de 2024

Data, Hora, Local: No dia 02/05/24, às 9h30, na sede da Cia. **Mesa: Presidente:** Sr. **Francisco J. M. Lopez - Secretária:** Sra. **Sabrina C. A. da Silva. Deliberações:** Tomaram conhecimento do Relatório de Informações Trimestrais relativo ao 1º trimestre de 2024, findo em 31/03/24, tendo os Srs. Rogério P. Jorge, Diretor Presidente da Cia., e José R. E. Simão, Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia, prestado os esclarecimentos necessários, sem que tenham sido registradas pelos conselheiros presentes quaisquer manifestações e/ou propostas de ajustes às informações constantes do referido relatório, que foi objeto de revisão limitada pelos auditores independentes da Cia., Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), conforme parecer apresentado. Registra-se que os representantes da EY permaneceram à disposição dos Conselheiros para eventuais esclarecimentos. O Sr. Raimundo C. Batista, presidente do Conselho Fiscal, consignou análise favorável às ITRs, por unanimidade dos conselheiros fiscais, registrada em ata de reunião própria. O Sr. Mário Shinzato, presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, consignou análise favorável às ITRs por unanimidade dos membros do Comitê, registrada em ata de reunião própria. Tomaram conhecimento, nos termos apresentados pelo Sr. Mário Shinzato, Presidente do CAE, das atividades desenvolvidas pelo Comitê, nos meses de março e abril de 2024. **Encerramento: JUCESP -** registrada sob o nº 203.955/24-9 em 15/05/2024, por Maria Cristina Frei - Secretária Geral. A íntegra da ata será publicada no endereço eletrônico do jornal Valor Econômico. (https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados/).

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento- SEAB
Departamento de Economia Rural- DERAL



Protocolado nº 20.846.355-1

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Verificados os atos praticados pelos membros da Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Resolução nº 16/2024-SEAB, e em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 02/2024, além do registrado na Primeira Ata da Sessão de Abertura de Envelopes, realizada em 6 de maio de 2024, que instrui o processo de número 20.846.355-1, **homologo** a pré-qualificação das empresas:

Tratorcase Máquinas Agrícolas Ltda, Forza Máquinas Agrícolas e Construção Ltda., Macponta Máquinas Agrícolas Ltda. e M.A. Máquinas Agrícolas Ltda.

Esta homologação confere às empresas a denominação de Empresas Credenciadas para, em caráter privado, comercializarem tratores, pulverizadores e colhedoras agrícolas, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital nº 02/2024 e os preços na Resolução nº 15/2024, com os agricultores familiares com propriedades/domicílio no âmbito do Estado do Paraná, passíveis de serem beneficiados com a subvenção econômica, na modalidade de equivalência em produto.

Publique-se.

Curitiba, 27 de maio de 2024.

Natalino Avance de Souza

Secretário de Estado



COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 43.776.517/0001-80 - NIRE 35.3000.1683 -1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 27 DE MAIO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Assembleia da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Sabesp") realizadas no dia 27 de maio de 2024, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Ten Meetings.

CONVOCAÇÃO: Assembleia regularmente convocada por Edital publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial, nos dias: 26, 29 e 30 de abril de 2024, nas páginas 105, 85 e 86 e 21, respectivamente, e no jornal Valor Econômico, nos dias 26, 29 e 30 de abril de 2024, nas páginas C6, B5 e A12, respectivamente.

REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE MODO EXCLUSIVAMENTE DIGITAL: A Assembleia Geral Extraordinária foi realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital Ten Meetings, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, nos termos da Resolução CVM n. 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), como previamente informado pela Companhia no Edital de Convocação e no Manual para Participação na Assembleia. A Assembleia Geral Extraordinária foi integralmente gravada e, nos termos do artigo 47, §1º da RCVM 81, os acionistas que participaram da Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico foram considerados presentes e signatários da ata.

PRESENÇAS: Presentes na Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando 82,8% do capital social votante e total da Companhia, conforme se verifica: (i) pelos registros de acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia; e (ii) pelos boletins de voto a distância válidos recebidos pela Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, do agente escriturador das ações de emissão da Companhia e diretamente pela Companhia, nos termos da regulamentação da CVM. A formalização do registro da presença dos acionistas se deu pela Presidente e pelas Secretárias da mesa, mediante assinatura da presente ata.

Estavam presentes, também, Luiz Roberto Tibério, Superintendente de Relações com Investidores, John Emerson da Silva e Priscila Costa da Silva, Analistas de Gestão da Superintendência de Informações aos Investidores, Virginia Tavares Ribeiro, Superintendente de Sustentabilidade e Governança Corporativa, Ronaldo Carlos Leite, Departamento de Governança Corporativa, Juliana Kolonko Ferrara Freitas e Marina Fontao Zago, Assessoras da Presidência da Sabesp, Beatriz Helena Almeida Silva Lorenzi, Divisão Societária, Carla Cristina Mancini advogada da Superintendência Jurídica, Jana Araújo, do Lefosse Advogados, e Fernanda Cirne Montorfano Gibson, Victor Guita Campinho, Caroline Couto Matos e Isadora Moreira, estes últimos integrantes do escritório de advocacia Cescon Barrieu.

MESA: Presidente: Karla Bertocco Trindade. Secretárias: Marialve de Sousa Martins e Fernanda Cirne Montorfano Gibson.

PUBLICIDADE: A Proposta da Administração e demais documentos relativos à ordem do dia, conforme regulamentação aplicável, foram colocados à disposição dos acionistas na sede social e nos websites da Companhia, da CVM e da B3.

ORDEM DO DIA:

I. Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consequente consolidação, mediante: (a) a alteração do art. 3º, para criação de capital autorizado, nos termos do artigo 168 da Lei Federal nº 6.404/1976, permitindo que o Conselho de Administração aumente o capital social da Companhia até o limite de 1.187.144.787 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, e (b) a inclusão de novo art. 51, com o regramento aplicável sobre a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, comitês estatutários e não estatutários, gerentes e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

II. Aprovar a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva da liquidação da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia de que trata a Lei Estadual nº 17.853/2023 ("**Oferta Pública de Desestatização**"), para prever as disposições aplicáveis à Companhia após a desestatização, incluindo, dentre outros, a criação de ação preferencial de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, limitação do direito de voto, alteração da composição do conselho de administração da Companhia, a eleição dos membros do conselho de administração pelo sistema de chapa, criação do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa e Comitê de Transações com Partes Relacionadas, e previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante.

III. Aprovar a conversão, sob condição suspensiva da liquidação da Oferta Pública de Desestatização, de 1 (uma) ação ordinária de titularidade do Estado de São Paulo em 1 (uma) ação de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei Federal nº 6.404/1976, e em conformidade com o art. 3º da Lei Estadual nº 17.853/2023.

IV. Substituição de membro efetivo do Conselho Fiscal.

ESCLARECIMENTOS: As matérias constantes da ordem do dia foram apreciadas pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, conforme Parecer CODEC Nº 036/2024, de 20 de maio de 2024, cuja orientação de voto foi proferida pelas representantes do acionista Fazenda do Estado de São Paulo ("Estado"), as Sras. Laura Baracat Bedicks e Bruna Tapie Gabrielli.

LEITURA DE DOCUMENTOS: Foi dispensada a leitura do mapa contendo as instruções de voto à distância, nos termos do art. 48, §4º da RCVM 81, sendo colocadas cópias à disposição dos presentes para consulta ao longo dos trabalhos.

LAVRATURA E PUBLICAÇÃO DA ATA: Foram aprovadas pelos acionistas (i) a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de votos em separado que, após recebidos pela mesa desta Assembleia, ficarão arquivados na sede da Companhia; e (ii) a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do §2º do art. 130 da Lei nº 6.404/76.

DELIBERAÇÕES: Após exame das matérias constantes de ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações:

I. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 71,84% de votos a favor, representados por 406.615.781 ações; 24,06% de votos contrários, representados por 136.198.619 ações; e 4,09% de abstenções, representadas por 23.151.723 ações, a alteração do Estatuto Social da Companhia e a sua consequente consolidação, nos termos do ANEXO I à presente ata, mediante: (a) a alteração do art. 3º, para criação de capital autorizado, nos termos do artigo 168 da Lei Federal nº 6.404/1976, permitindo que o Conselho de Administração aumente o capital social da Companhia até o limite de 1.187.144.787 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, e (b) a inclusão de novo art. 51, com o regramento aplicável sobre a possibilidade da Companhia celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, comitês estatutários e não estatutários, gerentes e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores da Companhia.

Os artigos referenciados passarão a ter as seguintes redações:

***ARTIGO 3º** - O capital social é de R$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 683.509.869 (seiscentos e oitenta e três milhões, quinhentos e nove mil, oitocentas e sessenta e nove) ações, exclusivamente ordinárias de classe única, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.*

***Parágrafo primeiro** - É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais.*

***Parágrafo segundo** - A Companhia poderá cobrar diretamente do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos fixados pela regulamentação vigente, assim como autorizar a mesma cobrança por instituição depositária encarregada da manutenção do registro de ações escriturais.*

***Parágrafo terceiro** - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 1.187.144.787 (um bilhão, cento e oitenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentas e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.*

***Parágrafo quarto** - Na hipótese prevista no Parágrafo terceiro acima, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações ordinárias a ser emitido, bem como o prazo e as condições de subscrição, colocação e integralização.*

***Parágrafo quinto** - Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá, ainda: (i) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com plano de remuneração aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores, colaboradores e prestadores de serviço, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga das opções ou subscrição das respectivas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.*

***ARTIGO 51** - A Companhia poderá, ainda, celebrar contratos de indenidade com os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria, comitês estatutários e não estatutários, gerentes e todos os demais empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos Administradores da Companhia, para indenizá-los e mantê-los indenes com relação a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com a Companhia.*

***Parágrafo primeiro** - Os contratos de indenidade não abarcarão:*

I. atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes de seus signatários;

II. atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude;

III. atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia;

IV. indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei Federal nº 6.404/1976; ou;

V. demais casos previstos no contrato de indenidade.

***Parágrafo segundo** - O contrato de indenidade deverá ser adequadamente divulgado e prever, no mínimo: (i) o valor limite da cobertura oferecida; (ii) o prazo de cobertura; e (iii) o procedimento decisório quanto ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que sejam tomadas no interesse da Companhia.*

II. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 76,77% de votos a favor, representados por 434.498.953 ações; 19,75% de votos contrários, representados por 111.779.058 ações; e 3,48% de abstenções, representadas por 19.688.112 ações, a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, sob condição suspensiva da liquidação da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia de que trata a Lei Estadual nº 17.853/2023, nos termos do ANEXO II à presente ata, para prever as disposições aplicáveis à Companhia após a desestatização, incluindo, dentre outros, a criação de ação preferencial de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, limitação do direito de voto, alteração da composição do conselho de administração da Companhia, a eleição dos membros do conselho de administração pelo sistema de chapa, criação do Comitê de Elegibilidade e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa e Comitê de Transações com Partes Relacionadas, e previsão de oferta pública de aquisição por atingimento de participação relevante.

III. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 94,43% de votos a favor, representados por 534.468.243 ações; 2,90% de votos contrários, representados por 16.422.223 ações; e 2,66% de abstenções, representadas por 15.075.657 ações, a conversão, sob condição suspensiva da liquidação da Oferta Pública de Desestatização, de 1 (uma) ação ordinária de titularidade do Estado de São Paulo em 1 (uma) ação de classe especial de titularidade exclusiva do Estado de São Paulo, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei Federal nº 6.404/1976, e em conformidade com o art. 3º da Lei Estadual nº 17.853/2023.

IV. Aprovar, por maioria dos acionistas presentes, tendo sido computados 90,56% de votos a favor, representados por 512.552.446 ações; 5,89% de votos contrários, representados por 33.329.461 ações; e 3,55% de abstenções, representadas por 20.084.216 ações, eleição do Sr.**Cleber Stefani**, brasileiro, casado, servidor público - auditor fiscal da Receita Estadual, RG nº 22.752.726-4 SSP/SP, CPF nº 185.191.698-99, domiciliado na Av. Rangel Pestana, 300, 10º andar, Sé, São Paulo/SP, CEP: 01017-911, indicado pelo Acionista Controlador, para o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, em substituição ao Sr. **Carlos Augusto Gomes Neto**, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Registramos que a indicação do Sr. Cleber Stefani (1º mandato) contou com a competente autorização governamental (Ofício nº 195/2024-CC-AG), e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei Federal nº 13.303/2016, foi atestada pela Comissão Interna, Transitória e Não Estatutária (Processo eletrônico SEI 017.00004192/2023-01, que trata da verificação do processo de indicação de membros para Conselho Fiscal da Companhia, na forma prevista na Deliberação CODEC nº 03/2023).

A investidura no cargo deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, os quais devem ser verificados pela Companhia no ato da posse. O conselheiro fiscal ora eleito exercerá suas funções até a próxima Assembleia Geral Ordinária e, na impossibilidade de comparecimento do membro efetivo, deverá ser convocado o respectivo suplente para participar das reuniões, e, na falta deste, um dos demais suplentes. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. A remuneração será fixada de acordo as orientações do CODEC, conforme deliberado na Assembleia Geral realizada em abril de 2024.

ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA: Não havendo qualquer outro pronunciamento, a Presidente declarou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, segue assinada pela Presidente e pelas Secretárias. A Presidente da mesa e as secretárias, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 47 da RCVM 81, registram os acionistas que participaram via boletim de voto a distância e os acionistas que participaram por meio digital desta assembleia mediante acesso à plataforma digital disponibilizada pela Companhia, conforme lista de presença disponível no ANEXO III.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

São Paulo, 27 de maio de 2024.

Mesa:

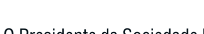
KARLA BERTOCCO TRINDADE
Presidente

MARIALVE DE SOUSA MARTINS
Secretária

FERNANDA CIRNE MONTORFANO GIBSON
Secretária







SOCIEDADE BRASILEIRA DE CLÍNICA MÉDICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária da SBCM

O Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, no uso de suas atribuições, conforme os artigos 19, alínea "d" e 33, do Estatuto em vigor, convoca a todos os associados para a **Assembleia Geral Ordinária** da SBCM, a ser realizada nas seguintes condições:

Data e horário: 10 de junho de 2024, tendo início às **12 horas,** em primeira chamada, com 2/3 dos associados com direito a voto, ou às **12h30m, em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes.**

Endereço online:
https://us06web.zoom.us/j/82279766464?pwd=IMJxsN3RUHM2haMzEm4rPFocaXH6ba.1

ORDEM DO DIA:

1. Prestação de contas dos administradores referente ao ano de 2023, assim como deliberação sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico de 2023;
2. Discussão e votação da prestação de contas dos administradores, balanço patrimonial, e resultado econômico do ano de 2023.
3. Assuntos Gerais.

São Paulo, SP, 29 de maio de 2024.
ANTONIO CARLOS LOPES
Presidente

Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal
Coordenação de Planejamento, Licitação e Compras Diretas
Serviço de Licitações



AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2024

PROCESSO SEI-GDF: 00050-00021421/2023-92. TIPO: Menor Preço. Modo de disputa: Aberto. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de 05 (cinco) veículos do tipo SUV de porte grande, descaracterizado, para transporte de passageiros, com adaptações, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. Esta Pasta informa, com fulcro no § 1°, do Artigo 54 da Lei nº 14.133/2021, a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do objeto do certame, sendo vencedora do item único a empresa AKANE VEÍCULOS LTDA, CNPJ 41.183.930/0001-05, no valor unitário de R$349.980,00 e global de R$1.749.900,00 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

Brasília/DF, 29 de maio de 2024
KELY DE SOUZA ALMEIDA DUTRA
CAR Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Protocolo: 21.897398-1
Pregão Eletrônico nº 276/2024
Objeto: Abertura de licitação para aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros de São Mateus do Sul/PR.
Interessado: Corpo de Bombeiros do Paraná
Autorizado pelo Sr. Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em 23 maio 24 às 09h06min.
Abertura: 14/06/2024, às 09h.
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br
ícone LICITAÇÕES DO PODER EXECUTIVO. (n°276/2024) e https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG nº 453079 – SESP-PR (n°90276/2024)

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 521/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90521/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 21.903.532-2 OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XVII: Básicos II que compreende: açúcar extrafino, alho em pasta pasteurizado, banha suína, feijão carioca in natura – até tipo 2, manteiga com sal – sem necessidade de refrigeração, molho de tomate tradicional com cebola e alho, molho de tomate tradicional com manjericão, óleo de milho refinado, sal não refinado iodado, tempero completo - sal, alho e cebola - sem pimenta e vinagre de álcool, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 11 lotes). VALOR MÁXIMO: R$ 67.583.750,00 (sessenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e cinquenta reais). DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 24 de junho de 2024, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). MODO DE PARTICIPAÇÃO: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br INFORMAÇÕES: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. DATA: 28/05/2024. Comissão de Contratação.

INÊS 249

Sustentabilidade Documentos divulgados ainda são genéricos e não trazem informações relevantes sobre riscos e impactos financeiros

Relatórios ESG pecam em dados e estão longe de futuras exigências

Juliana Schincariol
Do Rio

A maioria das empresas que compõem o Ibovespa atualmente divulgam relatórios de sustentabilidade, mas os documentos atuais ainda são muito genéricos e estão distantes do material que será conhecido a partir da vigência das normas internacionais sobre o tema, que também vão vigorar no Brasil. Uma pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) notou que falta, nos modelos atuais, comparabilidade e integração com os resultados financeiros, por exemplo.

De acordo com o levantamento, das 81 empresas que compunham o Ibovespa entre setembro e dezembro do ano passado, 78 divulgaram relatórios com informações relacionadas à sustentabilidade em 2022.

"Muitas das divulgações de sustentabilidade hoje não são usadas pelo mercado, são feitas mais no conceito de divulgação e marketing, e não com o intuito de vender ou comprar ações ou tomar crédito", afirma o professor da USP responsável pelo levantamento, Fernando Murcia. As informações atuais são mais declaratórias e muitas vezes positivas, sem considerar riscos ambientais, sociais ou climáticos, por exemplo. Com as novas regras, a expectativa é que este cenário mude.

Segundo o especialista, as novas normas internacionais têm materialidade e relevância similares às dos balanços e demonstrações financeiras das empresas. "As informações dos relatórios de sustentabilidade vão ter que conversar com os balanços."

O trabalho internacional vem ocorrendo desde 2021, quando a Fundação IFRS criou o Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB, na sigla em inglês), com o objetivo de desenvolver normas globais de divulgação sobre sustentabilidade, de forma similar ao que já acontece com as informações de natureza financeira, por meio do padrão contábil IFRS. Em 2023, foram divulgados os padrões inaugurais do ISSB, S1 e S2. A primeira trata de uma estrutura conceitual básica dos relatórios. A partir da segunda, as regras serão temáticas. A S2, já conhecida, começará pelo clima, e futuramente novas regras são esperadas pelo mercado, mas ainda não há definição.

> "As informações dos relatórios de sustentabilidade vão ter que conversar com os balanços"
> *Fernando Murcia*


Fernando Murcia, professor da USP: informações declaratórias e positivas pensadas mais como peças de marketing

No Brasil, os primeiros relatórios serão publicados a partir de 2025, de forma voluntária. De 2027 em diante, os documentos serão obrigatórios para companhias listadas nas categorias A e B, segundo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Atualmente, a resolução 59, que trata das regras do formulário de referência, prevê a divulgação voluntária de informações ESG (sigla para ambiental, social e de governança) pelas companhias abertas brasileiras no modelo "pratique ou explique".

"Apesar de as divulgações serem amplas e abordarem os mais diversos aspectos da sustentabilidade, parece haver um caminho a ser trilhado para a adoção das normas do ISSB no Brasil", afirma Murcia, que também é professor da Fipecafi.

Com base nos relatórios atualmente divulgados, os principais temas sobre sustentabilidade divulgados pelas empresas são sobre saúde e segurança no trabalho, diversidade e inclusão, e mudanças climáticas. De acordo com o estudo, três empresas não consideraram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na elaboração dos relatórios.

Sobre as emissões dos gases de efeito estufa (GEE), 67 empresas realizaram o inventário completo, nove apenas para os escopos 1 (emissões diretas) e 2 (indiretas), e duas não mensuraram suas emissões.

Além disso, a maior parte das empresas analisadas apresentou divulgações sobre governança da sustentabilidade. Ainda que de forma genérica e distantes da norma IFRS S1, o conselho de administração das companhias foi o órgão mais citado como responsável pela supervisão dos riscos e oportunidades referentes ao tema.

Custo para transferência pessoal internacional cai entre 2021 e 2023

Gabriel Shinohara
De Brasília

O Banco Central (BC) apontou que o custo de transferências pessoais internacionais, as "remittances", diminuiu entre 2021 e 2023. De acordo com boxe do Relatório de Economia Bancária publicado ontem, o custo para recebimento é menor do que para o envio.

As remittances são as transferências de imigrantes no exterior para seus familiares no país de origem. Elas ocorrem nas duas vias, de brasileiros no exterior que enviam recursos ao Brasil, e de estrangeiros no país que mandam dinheiro para fora.

O estudo mostrou que o custo médio para recebimento de um valor de US$ 200 ficou em 2,9% e o de envio, em 5,6% da operação no último trimestre do ano passado. Para recebimento, o momento em que o custo foi mais alto foi no terceiro trimestre de 2022, quando chegou a 3,3%. Já para envio, o custo chegou a 6,8% no último trimestre de 2021.

De acordo com o estudo, parte dessa redução de custos "pode estar associada às iniciativas de modernização da legislação cambial". O texto cita o novo marco legal do câmbio, aprovado em 2021, que, segundo o boxe, viabilizou a redução das estruturas dos participantes desse mercado e possibilitou modelos de negócio que aumentam a competição. "Um exemplo de modernização trazida se refere à possibilidade de enviar recursos ao exterior em reais por meio de serviço de correspondência bancária internacional a partir de contas em reais mantidas no país por bancos não estabelecidos no Brasil."

O boxe ainda diz que o uso de novos modelos de negócio para a realização desse tipo de transação "constitui passo importante para facilitar o uso de canais formais de remessas pelos imigrantes internacionais". Além disso, os novos modelos facilitam o acesso a esses serviços e "têm contribuído para o declínio dos custos de remessas".

No entanto, a redução dos custos e o aumento de eficiência dos serviços podem elevar os riscos de intermediação, de acordo com o relatório. O boxe cita um crescente uso de criptoativos para movimentação de recursos e iniciativas que buscam estruturar as transferências internacionais instantâneas, como as moedas digitais de bancos centrais.

"O uso dessas inovações possibilita ganhos de eficiência, que compreendem a redução de custos e o aumento da velocidade de processamento das transações internacionais. No entanto, há potencial elevação de riscos na intermediação dos serviços relacionados, na volatilidade das transferências e no uso das moedas soberanas", diz o texto.

No estudo sobre um período mais longo, de 2018 a 2023, o BC verificou que as transferências do Brasil ao exterior foram impactadas negativamente pela pandemia, mas passaram a se recuperar em 2022 e retomaram o nível pré-pandemia em 2023. As operações nessa via somaram US$ 2 bilhões em 2019, caíram a US$ 1,5 bilhão em 2020 e depois se elevaram até atingir US$ 2,1 bilhões em 2023.

Já as transferências do exterior para o Brasil demonstraram crescimento constante mesmo durante a pandemia. Essas operações estavam em US$ 2,6 bilhões em 2018 e passaram para US$ 4 bilhões em 2023, com pico de US$ 4,7 bilhões em 2022 e soma de US$ 4 bilhões no ano passado. EUA, Portugal e Reino Unido foram os principais países de origem em 2023.

O estudo cita que os migrantes brasileiros podem ter sentido uma necessidade maior de oferecer suporte financeiro aos familiares durante a pandemia. Em segundo lugar, o boxe aponta uma possível mudança na forma de envio desses valores para o Brasil. "As restrições de mobilidade, que tornaram mais difícil para os migrantes e suas famílias o transporte de dinheiro pelas fronteiras, podem ter feito com que o envio de pagamentos digitais se tornasse a única opção para muitos, levando a uma mudança dos canais informais para os canais formais de remessa."

Nubank passa Itaú e se torna o banco mais valioso da América Latina

Beatriz Pacheco
De São Paulo

O Nubank ultrapassou o valor de mercado do Itaú no pregão de ontem da bolsa de Nova York (Nyse) e tomou o posto de banco mais valioso da América Latina. Na última sexta, o banco digital tinha ameaçado, mas não havia conseguido superar o rival. Foi preciso a ação subir 3,84% ontem, encerrando a sessão regular cotada a US$ 12,18, e o Itaú recuar 0,54% para a virada se concretizar.

O Nubank encerrou o dia com um valor de mercado de R$ 297 bilhões, conforme levantamento de Einar Rivero, da Elos Ayta Consultoria, contra os R$ 288,5 bilhões do Itaú. A movimentação torna o banco digital a segunda maior empresa do Brasil em termos de capitalização, atrás apenas da Petrobras.

Não foi a primeira vez que o Nubank ultrapassou o Itaú em valor de mercado. Entre janeiro e fevereiro de 2022, os dois se revezaram no posto de mais valioso. Por ser negociado em dólar, o Nubank tende a ter vantagem contra os bancos na bolsa brasileira, caso do Itaú, cujas ações são negociadas em reais.

Na prática, o referencial de valor de mercado é uma forma de medir quanto os investidores da bolsa avaliam uma companhia, incluindo um "prêmio" que representa o potencial de ganhos futuros e a presença competitiva no mercado em que atua. A métrica desconsidera, por exemplo, o balanço de ativos, caixa e passivos.

Da perspectiva de preço da ação sobre o valor patrimonial do banco, por exemplo, o Nubank está sendo negociado a um múltiplo de cerca de 8,7 vezes. Já o Itaú varia em torno de 1,7 vez o seu valor patrimonial. "A diferença é que o Itaú tem no seu patrimônio líquido décadas de lucro acumulado, enquanto o Nubank começou a dar lucro somente no ano passado, em 2023; por isso a diferença de preço sobre valor patrimonial", disse Larissa Quaresma, analista da Empiricus Research.

Vale a pena investir em fundos multimercado?

Palavra do Consultor



Marcelo d'Agosto

Apenas 30 dos 163 fundos da categoria multimercado analisados na última edição do "Guia Valor de Fundos de Investimento" tiveram rentabilidade superior à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI) nos 36 meses entre abril de 2021 e março de 2024.

Foi o pior desempenho desde que o Guia, no atual formato, foi publicado pela primeira vez. A edição inicial analisou o rendimento das carteiras entre junho de 2016 e julho de 2019. Naquela ocasião, 85% das carteiras superaram o CDI.

A proposta dos fundos multimercado é oferecer aos investidores retorno acima dos principais parâmetros de referência usados para acompanhar as aplicações financeiras. Mas, para que o gestor consiga atingir o objetivo proposto, o investidor precisa aceitar correr riscos maiores.

O regulamento dos fundos multimercado dá aos administradores amplos poderes para fazer os mais variados tipos de negócios no mercado financeiro. Tanto com operações no mercado local quanto no internacional.

A contrapartida das estratégias mais arriscadas é que o investidor precisa estar preparado para assumir perdas em alguns períodos. Invariavelmente os fundos multimercado enfrentam algum intervalo no vermelho.

Nos últimos 36 meses, as menores perdas foram de pouco mais de 1% e duraram apenas um mês. Mas alguns fundos chegaram a registrar prejuízos de 70%, e demoraram 14 meses para que o investimento voltasse ao patamar anterior às perdas.

Todo esse sobe e desce é monitorado por uma equipe de especialistas contratados pelos gestores das carteiras. Para fazer frente aos custos da equipe, os fundos multimercado cobram dos cotistas, na maioria das vezes, uma taxa de administração fixa de 2% ao ano mais uma taxa de desempenho de 20% sobre o que exceder o ganho acima do CDI.

Esse arranjo, na teoria, alinha os interesses dos gestores e dos cotistas. Os administradores têm a garantia de um retorno fixo, proporcional ao patrimônio do fundo, para cobrir os custos operacionais. E o investidor do fundo abre mão de parte dos ganhos a que teria direito para dar uma espécie de bônus para o bom trabalho executado pelos gestores.

O problema, para o investidor, é quando a percepção é de muito risco para pouco retorno. E a melhor forma para avaliar o risco é usar alguns parâmetros.

Nos últimos três anos, por exemplo, um investidor que tivesse aplicado apenas em títulos prefixados do Tesouro teria tido um ganho médio de cerca de 9% ao ano. O risco da aplicação, medido pela variação mensal do rendimento, foi de 3% ao ano. Portanto, o retorno foi três vezes maior do que o risco.

No entanto, como o período foi de alta dos juros, no fim acabou não sendo uma boa aplicação. Um investimento no Tesouro Selic proporcionou ganho maior e risco menor. O ideal, então, é que o investimento tenha, pelo menos, retorno acima de uma aplicação pouco arriscada.

Analisando todos os períodos de 36 meses desde a primeira edição do "Guia Valor de Fundos de Investimento", variando os períodos a cada trimestre, é possível identificar uma tendência dos fundos multimercado. O desempenho é melhor quando o índice Bovespa está em alta.

Foram 13 períodos em que o Ibovespa foi maior do que o CDI. Nesses, em média, a rentabilidade de 80% dos fundos multimercado superou o CDI. E foram sete períodos em que o Ibovespa foi menor do que o CDI. Nesses, em média, apenas 44% dos fundos tiveram rentabilidade maior do que o CDI.

A indicação, portanto, é que o Ibovespa tem impacto importante na rentabilidade dos fundos multimercado. E essa constatação empírica é apoiada pelos estudos teóricos sobre finanças.

O Ibovespa é um indicador que acaba refletindo o humor do mercado financeiro brasileiro. A alta do preço das ações geralmente está associada a um melhor ambiente de negócios, taxa de câmbio estável e juros baixos. Todo esse conjunto de fatores favorece a valorização dos ativos e impacta positivamente a rentabilidade dos fundos multimercado.

Quando os investidores avaliam os dados, fica a dúvida se vale a pena pagar as altas taxas de administração e performance para investir em carteiras que são diretamente influenciadas pelas condições gerais do mercado brasileiro.

Talvez, se os gestores não reduzirem os custos dos fundos multimercado, a tendência de saques verificada nos anos recentes possa continuar.

Marcelo d'Agosto é economista especializado em administração de investimentos com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro.

STJ
Fabricantes devem informar presença de bisfenol em produtos
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Confisco e o impacto das multas formais
E2

TST
7ª Tuma mantém dispensa de membro da Cipa
valor.globo.com/legislacao



Civil É o que mostra recente estudo sobre as oito principais fraudes praticadas por terceiros

Empresas são condenadas pelo TJSP em 58% dos processos sobre golpes digitais

Fernando Teixeira
De São Paulo

Empresas foram condenadas em 58% dos casos envolvendo golpes digitais, aplicados por terceiros, julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) entre 2020 e 2023. É o que mostra estudo que analisou 351 processos com 8 tipos de fraudes — entre elas os golpes do motoboy, da falsa vaga de emprego, do boleto falso e do falso leilão.

Entre os réus estão instituições financeiras, operadoras de telecomunicações e provedores de aplicativos. Em alguns tipos de golpe, a condenação das empresas chega a 80% ou 90% dos casos.

A pesquisa identificou ainda crescimento no número de casos levados à Justiça. O percentual foi de 450%, na comparação entre 2020 e 2021. Segundo o autor do estudo, o advogado Alexandre Atheniense, desde a pandemia de 2020 houve uma disparada no número de fraudes digitais e, em decorrência, aumento no volume de ações e também nas condenações das empresas.

"Hoje cada magistrado já conhece um familiar ou amigo que foi vítima de golpe. Esse fato foi um divisor de águas para a jurisprudência sobre golpes nos tribunais", diz Atheniense. Ele acredita que, até a pandemia, os tribunais tendiam a ver as vítimas como parcialmente responsáveis pelo golpe, e dificilmente davam ganho de causa ao autor.

Mas nos últimos anos, acrescenta, os golpes se tornaram mais frequentes e começaram a fazer parte da rotina da população em geral, mudando essa percepção. Uma pesquisa realizada pela empresa de software Norton concluiu que um a cada três brasileiros vivenciou alguma forma de crime cibernético nos últimos 12 meses. A Serasa Experian encontrou 10 milhões de tentativas de roubo de identidade para prática de fraudes em 2024.

Na amostra de processos do TJSP, o principal argumento adotado pela Justiça para condenar empresas foi a responsabilidade objetiva pelo golpe — ou seja, responsabilidade independente de culpa. Para o advogado Alexandre Atheniense, à medida que os golpes foram se tornando mais comuns, aumentou a percepção de que as empresas também devem fazer sua parte, atuando na prevenção.

O levantamento encontrou processos sobre 38 tipos de fraudes digitais no TJSP e fez uma seleção dos mais comuns. Além dos golpes do motoboy, da falsa vaga de emprego, do boleto falso e do falso leilão, entraram os golpes do WhatsApp, do perfil falso, do empréstimo e do "SIM swap" (clonagem de chip).

Os réus mais frequentes são instituições financeiras e bancárias (52%), provedores de aplicativos (10%), empresas de telecomunicações (9%) e pessoas físicas (8%). Os números sugerem haver grande dificuldade em se encontrar a pessoa física autora do golpe. Por isso, os lesados tentam obter a reparação processando a empresa fornecedora do serviço utilizado para o golpe.

"Os magistrados perceberam não ser plausível que dezenas de golpes pudessem ser praticados sem responsabilizar os responsáveis pelas plataformas digitais pelas falhas de segurança da informação ou mau tratamento de dados pessoais", afirma Atheniense.


DIVULGAÇÃO

"Cada magistrado já conhece um familiar ou amigo que foi vítima de golpe" *Alexandre Atheniense*

Há grande variação na proporção de condenações a depender do tipo de golpe. No caso do da troca de chip (SIM Swap), no qual o criminoso assume o controle do celular da vítima, o autor ganha total ou parcialmente em 90% dos casos. Já no caso no do WhatsApp, no qual a pessoa é ludibriada por mensagens falsas, nenhuma decisão foi integralmente favorável e só 8% foram parcialmente favoráveis.

A pesquisa também mostra que os valores das condenações variam muito. Em primeira instância, ficaram em média em R$ 11 mil, oscilando entre zero e R$ 111 mil. As condenações em segunda instância saíram 50% a 80% menores do que os valores solicitados originalmente na primeira instância, que ficaram, em média, entre R$ 18 mil e R$ 49 mil, a depender do tipo de golpe.

Para Atheniense, as empresas precisam definir estratégias para proteger dados e direitos de consumidores, principalmente as mais acionadas. "As instituições financeiras carregam uma responsabilidade ética e legal significativa. Elas devem não apenas proteger os dados dos clientes, mas também ser proativas na prevenção de fraudes, investindo em tecnologias de segurança avançadas e promovendo a conscientização sobre golpes digitais."

Advogados da área de consumo confirmam um aumento generalizado no volume de processos por fraudes digitais e registram algumas da estratégias adotadas para atacar o problema. Victor Graça, sócio da área cível e consumerista do escritório Pessoa & Pessoa Advogados, que administra 130 mil processos de consumo para o sistema financeiro, avalia que as empresas investem por um lado em segurança e por outro em conscientização dos clientes.

"Os bancos e entidades investem em conscientização, fazem propaganda e alertam dos riscos. Em muitos casos o entendimento da Justiça é de que houve mesmo uma falta de zelo do consumidor", diz Graça.

A estratégia de defesa das instituições tende a diferenciar duas situações. Em uma delas o golpista se apropria de dados e senha da vítima e movimenta a conta em seu lugar. É o caso do roubo de celular desbloqueado ou do golpe do motoboy. Os valores tendem a ser menores, pois os aplicativos dos bancos travam movimentações mais altas, mas os golpistas ganham no volume. As condenações das empresas nesses casos são mais frequentes, chegando a 60% do total nos juizados especiais, estima Victor Graça.

Em outros casos, o cliente é ludibriado por alguma técnica de "engenharia social" e acaba convencido a transferir voluntariamente dinheiro para o golpista — caso do golpe do WhatsApp . Nessa situação, os valores desviados pelo golpista podem ser maiores, mas a tendência da Justiça é entender que a vítima foi pouco zelosa e tende a negar a condenação da fornecedora do serviço.

A advogada Larissa Jubé, que administra 25 mil processos de consumo para instituições financeiras no Daniel Gerber Advogados, identifica a disparada no volume de golpes digitais e nas redes sociais desde a pandemia. Sua avaliação é de que ainda há na Justiça muitas condenações "genéricas" e pouco conhecimento do funcionamento do negócio. "Há um certo protecionismo com relação ao consumidor."

Rodrigo Fragoso, que atua em processos penais sobre fraudes para o sistema financeiro, diz que os processos tendem a buscar as empresas porque o objetivo é a reparação, e não punir o golpista. A tarefa de encontrar o autor, ainda que difícil, afirma, não é impossível. É possível procurar indícios de autoria e, em alguns casos, acrescenta, as empresas podem se organizar para dar elementos para encontrar os autores.

O advogado concorda que o novo cenário de disseminação de fraudes aumenta a responsabilidade da empresa, que tem a atribuição de zelar pela segurança do sistema. "As empresas têm mais do que nunca deveres de proteção e salvaguarda. Os novos ataques assumem novas formas e em muitos casos a pessoa física não tem condição de se prevenir."

TST valida resgate de previdência privada de contador que desviou recursos da Alcoa

Beatriz Olivon
De Brasília

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a validade de resgate de cotas de previdência privada para o pagamento de parte de R$ 2,2 milhões que foram desviados por um contador da Alcoa Alumínio. Os ministros consideraram a medida legal. Levaram em consideração que o profissional havia autorizado previamente o resgate.

O contador exercia o cargo de gerente de controladoria e foi dispensado por justa causa pela Alcoa. Por meio de auditoria interna, a empresa constatou que ele teria desviado os R$ 2,2 milhões ao "inflar" despesas pessoais e gastos diversos para obter reembolsos indevidos, durante dez anos. O esquema envolveria a apresentação de notas fiscais falsas, despesas excessivas com táxi, cartórios e correios, entre outras irregularidades.

Na ação trabalhista, o profissional pediu a reversão da demissão por justa causa. A empresa, por sua vez, apresentou pedido para o ressarcimento dos valores desviados.

Além de manter a demissão, a primeira instância condenou o trabalhador a pagar R$ 1,6 milhão à Alcoa e autorizou o abatimento de R$ 679 mil sacados do Alcoa Previ, plano para o qual havia recolhido contribuições durante 22 anos.

A decisão levou em conta que, ao ser demitido, o contador havia reconhecido os desvios e autorizado o resgate das cotas de participação na Alcoa Previ — o que foi confirmado por testemunhas.

Em ação rescisória — apresentada para revisar a sentença —, porém, o contador alegou que o saque seria ilegal. Pediu a anulação da justa causa e a condenação da empresa ao pagamento de verbas rescisórias por dispensa imotivada, indicando que a empresa o coagiu a confeccionar documento para a confissão de ato de improbidade

Argumentou que a previdência privada deveria receber o mesmo tratamento do salário, pois tem como finalidade a subsistência do empregado e de sua família e, pela natureza alimentar, não poderia ser usada para abater a dívida com a empresa.

A Alcoa, por sua vez, alegou que por meio de auditoria interna para controle financeiro comercial e administrativo foram apuradas irregularidades nas prestações de contas realizadas pelo contador. O relato é de que, a partir de 2003, ele passou a superfaturar as despesas, além de relacionar gastos sem os devidos comprovantes para que a empresa o ressarcisse.


DIVULGAÇÃO

"Não há nenhum vício de consentimento no termo de confissão da dívida" *Liana Chaib*

Foram verificadas despesas com um mesmo estabelecimento, de propriedade do sogro do contador, além de despesas excessivas com táxi (o funcionário utilizava carro da empresa) e despesas com cartório e correios.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) negou os pedidos apresentados pelo contador. Ele decidiu, então, levar o caso ao TST.

Em seu voto, a relatora do caso na SDI-2, ministra Liana Chaib, destacou que o Código de Processo Civil (CPC), de fato, veda a penhora de salários e proventos de aposentadoria, e essa regra se estende aos planos de previdência privada. No caso, porém, levou em consideração que não houve bloqueio das cotas.

Os créditos do ex-empregado junto à entidade de previdência privada, afirmou em seu voto, foram destinados, por sua própria vontade e iniciativa, à restituição da importância desviada da empresa e devidamente confessada.

Ainda segundo a ministra, na decisão do TRT-SP, não há referência a nenhum vício de consentimento no termo de confissão da dívida. A decisão foi unânime. Foi apresentado recurso (embargos de declaração), que aguarda julgamento.

Procurado pelo **Valor**, o advogado do contador, Fabricio Trindade de Sousa, informou que não comenta processos de clientes. A Alcoa não deu retorno até o fechamento da edição.

Destaques

Repetitivo sobre IPI

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai julgar, por meio de recursos repetitivos, a possibilidade de se estender o creditamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), previsto no artigo 11 da Lei nº 9.779/1999, também para os produtos finais não tributados, imunes, previstos no artigo 155, parágrafo 3º, da Constituição Federal de 1988. O relator co caso é o ministro Mauro Campbell Marques. A questão foi cadastrada como Tema 1.247 na base de dados do STJ. Com a afetação dos Recursos Especiais 1976618 e 1995220, o colegiado decidiu suspender a tramitação de todos os processos sobre o mesmo assunto em primeira e segunda instâncias, e também no STJ. O ministro Mauro Campbell destacou que o caráter repetitivo da matéria foi verificado a partir de pesquisa à base de jurisprudência do STJ, tendo a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do tribunal identificado 91 acórdãos e 278 decisões monocráticas sobre o tema. Segundo o relator, por se tratar de controvérsia que envolve interpretação de ato administrativo normativo geral e aplicação de procedimento padronizado adotado pela administração tributária federal para dar efetividade ao artigo 11 da Lei nº 9.779/1999, está demonstrada a multiplicidade efetiva ou potencial de processos com idêntica questão de direito.

Clonagem de veículo

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) entendeu que clonagem de veículo não dá ao proprietário direito ao recebimento de dano moral. A decisão é da 5ª Turma, que deu parcial provimento à apelação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) contra sentença que julgou procedente o pedido de um homem para condenar o ente público a anular as multas de trânsito aplicadas ao motorista e ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 3 mil. Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Carlos Augusto Pires Brandão, assinalou que, nos termos de entendimento jurisprudencial pacificado, "compreende-se dano moral como lesão a atributos valorativos da pessoa, enquanto ente ético e social que participa da vida em sociedade, estabelecendo relações intersubjetivas em uma ou mais comunidades ou, em direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". De acordo com o magistrado, para que se configure o dano moral de natureza individual, o julgador deve identificar se ocorreu agressão ou atentado à dignidade da pessoa humana, capaz de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo por um período fora do comum. No caso, acrescentou, não se evidencia a violação dos direitos da personalidade do proprietário do veículo, tais como o nome, a honra e a "boa fama" (processo nº 0000966-03.2016.4.01.3503).

INÊS 249

Confisco e o impacto das multas formais

Opinião Jurídica

José Guilherme Missagia, Antonio Payão e João Pedro Tavares

Enquanto a classe empresarial e a sociedade em geral focam nas leis complementares após a reforma tributária, nas mudanças do Regimento Interno do Carf e nas alterações na tributação do Imposto de Renda, um tema crítico tem sido negligenciado no debate jurídico nacional: as severas penalidades decorrentes de erros no preenchimento de arquivos digitais para apuração tributária.

É de notório conhecimento que o sistema tributário brasileiro, em seus três níveis federativos, impõe aos contribuintes uma série de obrigações formais com o objetivo de detalhar e consolidar as informações de interesse do Fisco, na apuração de cada tributo devido. São as EFDs/ECFs, com seus diversos registros, blocos e sub-blocos, DCTFs, GIAs etc., compreendendo uma miríade de informações detalhadas extraídas das operações realizadas por cada estabelecimento, as quais, por sua vez, devem estar parametrizadas com os softwares de gestão interna de cada contribuinte.

Não é demais supor que cada parte dessa meticulosa engrenagem pressupõe um elevado custo financeiro àquele interessado no cumprimento da respectiva obrigação acessória. E deve ser assim, pois, afora o dever de cumprimento das obrigações, surpreendentemente (ou nem tanto), as legislações tributárias de cada ente federado preveem multas pesadíssimas contra qualquer falha no preenchimento de tais arquivos. Essas multas, em sua esmagadora maioria, são quantificadas a partir de percentuais incidentes sobre as vendas ou movimentação de saídas dos contribuintes.

Inacreditavelmente, um simples erro no preenchimento de um registro, considerado irrelevante, em um arquivo digital, pode levar a consequências severas para os contribuintes. Mesmo sem afetar a apuração do tributo ou causar qualquer obstáculo à fiscalização, a magnitude da penalidade imposta depende do porte financeiro do contribuinte, expondo-o ao risco de enfrentar multas de valor milionário.

Essa realidade não surpreende, visto que o Brasil está entre os países com maior lentidão no pagamento de impostos, segundo o ranking do Banco Mundial. Um estudo da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados revela que as empresas brasileiras dedicam, em média, 1.501 horas anuais apenas para cumprir suas obrigações tributárias. Isso nos leva a questionar — sem intenção de provocar controvérsias — se a solução para aprimorar nosso sistema tributário estaria em reformas como as que estão em discussão na Câmara ou, talvez, na simplificação e na digitalização dos processos de fiscalização e apuração tributária.

Fazendo justiça à administração tributária, é bem verdade que providenciais medidas de ordem normativa têm sendo adotadas nos últimos anos, no sentido de mitigar os estratosféricos impactos que um incauto erro de preenchimento de arquivos digitais pode gerar, por meio da concessão de oportunidade prévia para o contribuinte regularizar a obrigação formal sem a imposição de multa contra si.

A própria recém promulgada Lei nº 14.689/2023, na esteira do que já consta previsto na Portaria RFB nº 4.888/2020, prevê mecanismos de autorregularização espontânea do contribuinte, com base em inconsistências detectadas previamente pelo Fisco. Nesse mesmo sentido, situam-se a Lei Complementar nº 1.320/2018 (Estado de São Paulo) e a Lei nº 2.657/96 (Estado do Rio de Janeiro), como exemplos de necessária condescendência corretiva da Fazenda para com o contribuinte.

Não obstante, os procedimentos previstos nas normas de autorregularização ainda carecem de efetividade por parte da fiscalização, que, em muitas vezes, de forma discricionária e, por que não, ilegal, deixam de adotar tal expediente em face do contribuinte. Em âmbito federal, atualmente, a graça da autorregularização espontânea é expediente reservado apenas aos chamados "grandes contribuintes".

A discricionariedade na aplicação dos mecanismos de autorregularização se evidencia ainda mais na análise do veto ao artigo 6º da Lei nº 14.689/2023, que obrigava a administração federal à adoção desses procedimentos. Segundo as razões do veto, a imposição de canais de regularização espontânea violaria o interesse público e a segurança jurídica, quando, na verdade, parece justamente o contrário.

Por esse motivo, é salutar que o Supremo Tribunal Federal (STF) promova um desfecho equitativo ao julgamento do Tema 487, que trata do estabelecimento de critérios de aplicação e quantificação de multas isoladas por descumprimento de obrigações acessórias.

É incrível a facilidade com que os Fiscos detectam inconsistências no preenchimento das informações constantes de arquivos eletrônicos de apuração de tributos, através de avançados programadas de computação dedicados à atividade de fiscalização, não sendo constitucionalmente razoável e/ou proporcional que eventuais lapsos formais cometidos pelos contribuintes sejam apenados de maneira exorbitante e sem referibilidade com a conduta praticada.

Não é exagero dizer que as penalidades tributárias de ordem formal estão sendo utilizadas como indevido meio arrecadatório, deturpando a sua original natureza coercitiva e inibidora do cometimento da infração, o que deve ser prontamente coibido senão pelas ações concretas dos Fiscos, mas pela posição definitiva da Suprema Corte brasileira.

José Guilherme Missagia, Antonio Payão e João Pedro Tavares são, respectivamente, sócio e advogados do Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados

---

PECINI LEILÕES — **BANCO MASTER**

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão 07/06/2024 às 10h30 | 2º Público Leilão 11/06/2024 às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A** - CNPJ nº 33.923.798/0001-00, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada na cidade de São Paulo/SP, em 18/12/2015, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 1.301, 13º PAVIMENTO DO EDIFÍCIO URBAN – TORRE 02, DO EMPREENDIMENTO CAPITAL BRÁS**, situado à Rua Piratininga, nº 201, 6º Subdistrito – Brás, São Paulo/SP. Áreas: Privativa: 68,000m²; Comum: 46,765m² (já incluída a área correspondente a 01 vaga de garagem); Total: 114,765m²; FIT 0,002969. Matrícula Imobiliária nº 147.573 do 3º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal nº 003.015.0516-0. Consolidação da Propriedade em 29/04/2024. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.007.469,96. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 1.761.519,25. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, as áreas informadas, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Ficam os Fiduciantes **PHILIP PIONTKIEVICZ** – CPF nº 074.088.719-00 e **MICHELLE PIONTKIEVICZ** – CPF nº 078.430.569-20, intimados e comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, uma vez que se encontram em local desconhecido, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

PECINI LEILÕES — **ix.**

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

DATA: 1º Público Leilão 10/06/2024 às 11h15 | 2º Público Leilão 12/06/2024 às 11h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **TRÊS LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA.** - CNPJ nº 06.316.581/0001-51, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 10, DA QUADRA "I", DO LOTEAMENTO "RESIDENCIAL TERRAS NOBRES"**, Bairro da Posse, Itatiba/SP. **ÁREA TOTAL DO TERRENO DE 601,50m²**. Medidas e confrontações: Tem 15,12m de frente para a Rua Anselmo Albino; 39,62m do lado direito, confrontando com o Lote nº 11; 40,58m do lado esquerdo, confrontando com o Lote nº 09; e 15,03m nos fundos, confrontando com o Lote nº 19. Matrícula nº 50.115 do CRI de Itatiba/SP. Inscrição Municipal nº 23434-43-38-02248-0-0348-00000. Consolidação da propriedade: 02/05/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 589.390,99. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 559.930,90. Ônus do Arrematante: i)** pagto à vista do valor do arremate e 5% da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas para lavratura/registro da escritura, certidões (inclusive da vendedora); **iii)** quitação dos débitos de IPTU e condomínio vencidos antes e após os leilões; **iv)** observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; **v)** arcar com custos, impostos e despesas para regularização de eventual construção/benfeitoria junto a todos os órgãos públicos e privados competentes; **vi)** custas e despesas com eventual desocupação; **vii)** venda *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes **GERSON KISTE** – CPF nº 537.598.188-20 e **MARIA ANGELINA PATRICIO KISTE** – CPF nº 262.630.458-17, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal da Pecini Leilões, não podendo alegar desconhecimento. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

Fit Casa Incorporadora Ltda.

CNPJ/MF nº 29.155.551/0001-06 – NIRE 35.235.133.000

Ata de Reunião de Sócios realizada em 29 de maio de 2024

Em 29/05/2024, às 10h00, com a totalidade dos sócios. **Mesa:** Presidente, Marcelo Ernesto Zarzur; Secretário, Roberto Mounir Maalouli. **Deliberações: (i)** Aprovada a **redução do capital social de R$ 291.464.998,00 para R$ 238.789.779,00**, sendo as quotas canceladas de titularidade da sócia **EZ TEC**, renunciando a sócia **Valentina** ao seu direito de cancelamento das quotas; **(ii)** Autorizar a alteração do Contrato Social, e a publicação deste extrato. **Encerramento:** Nada mais, foi lavrada esta ata.

---

megaleilões — **EDITAL DE LEILÃO ON-LINE**

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Higienópolis. Av. Angélica, nº 1.311. Apto. 702 no 7º andar do Edifício Angélica. Apartamento. Área útil 86,00m². Matr. 29.395 do 5º RI local. Obs.: (I) Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.876.716,17. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 1.578.950,70. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br**. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

VELOCE LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF nº 10.299.567/0001-64 - NIRE 35.300.360.711

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024.

Data, hora, local: 22.04.2024, 10hs, na sede, Avenida Luiz Merenda nº 215, Diadema/SP. **Mesa:** Daisuke Hori, Presidente, e Yusuke Shionoya, Secretário. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho de Administração, fisicamente ou por conferência telefônica. **Deliberações aprovadas:** liquidação parcial no valor de R$35.000.000,00 referente ao empréstimo de financiamento da Nota de Crédito à Exportação No.115 no valor de R$ 65.000.000,00, junto ao Banco Mizuho do Brasil S.A., que irá ocorrer até o 30/04/2024, sendo o pagamento dos juros e multa no valor de R$7.912.470,75. Após pagamento, o banco emitirá uma Nota de Negociação com a quitação do valor parcial. Fica ratificado que o saldo do financiamento no valor de R$30.000.000,00 permanecerá com as mesmas condições negociadas na Nota de Crédito inicial aprovada na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 19/06/2023. **Encerramento:** Nada mais. Diadema, 22.04.2024. **Conselheiros:** Daisuke Hori, Presidente, Genta Murai, Vice-Presidente, Shigeo Yanai, Conselheiro e Yusuke Shionoya, Conselheiro. JUCESP nº 200.853/24-7 em 13.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

isa CTEEP

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 04/2024

Data, Hora e Local: Realizada no dia 17 de abril de 2024, às 14 horas, na modalidade híbrida, conforme faculta o estatuto social da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("Companhia"), localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal Tower, 7º andar, bairro Vila Gertrudes, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04794-000. **Convocação:** Realizada pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e do estatuto social da Companhia. **Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração: Gustavo Carlos Marin Garat, César Augusto Ramírez Rojas, Gabriel Jaime Melguizo Posada, Daniel Isaza Bonnet, Sebastián Castañeda Arbeláez, César Augusto Arias Hernándes, Elio Gil de Meirelles Wolff e Orivaldo Luiz Pellegrino. **Mesa:** Gustavo Carlos Marin Garat - Presidente; e Carlos José da Silva Lopes - Secretário. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a reunião, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. O Presidente do Conselho questionou se algum dos presentes se encontrava em situação de conflito de interesses em relação aos temas a serem discutidos nesta reunião, tendo eles se manifestado no sentido de que não havia conflito em nenhuma matéria. **Ordem do Dia e Deliberações: (i) Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração.** Os membros do Conselho de Administração decidiram, sem ressalvas e por unanimidade, eleger o Conselheiro Independente Sr. Gustavo Carlos Marin Garat para exercer o cargo de Vice-Presidente e interinamente o cargo de Presidente do Conselho de Administração. **(ii) Alteração do Regulamento dos Comitês de Assessoramento e Eleição dos Membros.** Os membros do Conselho de Administração decidiram, sem ressalvas e por unanimidade, aprovar: **ii.1.** A alteração das cláusulas 3ª, 6ª e 9ª do Regulamento dos Comitês de Assessoramento para alterar de 1 (um) para 2 (dois) anos o prazo de mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento, refletindo o mandato do Conselho de Administração e a composição do Comitê de Auditoria e Riscos de 3 (três) membros para até 3 (três) membros; e **ii.2.** A reeleição dos membros dos Comitês de Assessoramento para o mandato de 2 (dois) anos, ou seja, até abril de 2026: a. Comitê de Auditoria e Riscos: César Augusto Arias Hernándes (Presidente), Daniel Isaza Bonnet e César Augusto Ramírez Rojas; b. Comitê de Talento Organizacional: Gabriel Jaime Melguizo Posada (Presidente) e Carlos Humberto Delgado Galeano; e c. Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade, Tecnologia e Inovação ("ASGTI"): Gustavo Carlos Marin Garat (Presidente), Juliana Suso Jaramillo e Sonia Margarita Abuchar. **(iii) Validação do Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro.** Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), o Conselho de Administração decidiu, sem ressalvas e por unanimidade, validar as informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade de 2023, que contempla o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro consolidado, contendo, inclusive, as informações da Companhia e de todas as empresas 100% (cem por cento) controladas. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento do material de apoio disponibilizado para análise e consulta dos membros do Conselho presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelo Secretário e pelos membros do Conselho de Administração presentes. Atesto que as deliberações acima foram extraídas da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Carlos José da Silva Lopes - Secretário. **JUCESP** nº 201.758/24-6 em 14/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SIDERÚRGICA SÃO JOAQUIM S.A.

C.N.P.J. nº 45.365.541/0001-51 - NIRE nº 3530005825-9

Extrato da Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 25/4/2024

Data/hora/local: Aos 25/4/2024, às 9 horas, na sede social, em São Joaquim da Barra/SP. **Convocação e Quorum:** Editais de convocação publicados no jornal Valor Econômico em dias 23, 26 e 27/3/2024 e com a presença da maioria do capital social. **Mesa:** Presidente: Ricardo Assumpção Tuzzi; Secretário: Antônio Cezar Prada Tuzzi. **Deliberações aprovadas: A.G.E.: a)** Alteração do § 1º do Artigo 13º do Estatuto Social com a seguinte redação: *"**Artigo 13º.** O Conselho de Administração será composto por até cinco (5) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo. **§ 1º.** Os membros do Conselho de Administração serão acionistas ou não e terão mandato de dois anos, podendo ser reeleitos."* **A.G.O.: a)** As Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados no Jornal Valor Econômico, edição do dia 24/2/2024. . **b)** Aprovada a destinação do lucro líquido do exercício: 5% para a constituição de "Reserva Legal", até o limite de 20% do capital social; os 25% destinado à distribuição de dividendo mínimo, que não será distribuído, conforme permissão legal, por ser esta distribuição incompatível, tendo em vista a aprovação do projeto de Investimento e Ampliação da companhia, no valor de R$ 32.000.000,00, devendo o valor do dividendo ser mantido em conta de Reserva Especial de Lucros; e o restante como Reserva de Lucros. **c)** Eleitos para membros do Conselho de Administração (mandato até a A.G./2025) como membros: **Nillo Alfredo Tuzzi** e **Dorotea Tereza Assumpção Tuzzi**. **d)** Eleitos para o Conselho Fiscal (mandato até a A.G.O./ 2025, pelos acionistas titulares de ações preferenciais, como membro efetivo, **Joaquim Guilherme Bauer** e como membro Suplente: **Antonio Carlos Pereira Fernandes Lopes** e pelos demais acionistas, como membros efetivos **Wander Pinto** e **Jose Falcão Filho** e como suplentes **Cleiber Henrique Borini**, e **Chafi José Nader Júnior**. **e)** Foi fixada, por unanimidade, a verba global de remuneração dos administradores em até o limite mensal de R$ 450.000,00 e a individual mensal dos membros do Conselho Fiscal em R$ 4.000,00. **Nada mais. Jucesp** nº 206.261/24-0 em 20/5/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

DESPACHO SENHORA COORDENADORA CRH 27/05/2024.
Nº do Processo: 024.0000765/2024-84.
Interessado: COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS.
Assunto: VIA NOVA - FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA O EXERCÍCIO DE 2024.
NÚMERO DE REFERÊNCIA: INEX Nº 14/2024.

Trata o presente VIA NOVA - fornecimento de vale-transporte para o exercício de 2024, conforme solicitação - Documento de Formalização de Demanda (DFD) 55/2024, 0028191486.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0028864456, às quais me reporto a título de despacho e motivação para o presente ato, e considerando o valor estimado para a contratação pretendida, **AUTORIZO,** observadas as normas legais incidentes e as recomendações declinadas no Parecer Análogo CJ/SS nº 369/2024, a contratação da empresa **VIA NOVA SERVIÇOS EIRELI, CPNJ: 01.178.287/0001-07,** fundamentada nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações, para a fornecimento de vale-transporte para o exercício de 2024 - VIA NOVA, no valor total de **R$ 14.489,76 (quatorze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos).**

---

megaleilões — **EDITAL DE LEILÃO ON-LINE**

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 844, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A.**, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel:** São Paulo-SP. Bairro Jardim Marajoara (Campo Grande). Av. Interlagos, nº 1.900. Apto. 43B no 4º andar ou 6º pavimento, na Ala "B" ou Buriti do Condomínio New Home Jardim Marajoara, com direito a 01 vaga indeterminada na garagem coletiva, localizada nos subsolo ou pavimento térreo. Apartamento. Área priv. 58,9175m². Matr. 359.993 do 11º RI local. Obs.: Ocupado (AF). **1º Leilão:** 11/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 665.615,44. **2º Leilão:** 14/06/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 233.400,00. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma **www.megaleiloes.com.br**. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **www.bradesco.com.br** e **www.megaleiloes.com.br**. Para mais informações - **tel.: (11) 3149-4600**. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

Ez Tec Empreendimentos e Participações S.A.

EZ TEC Construindo qualidade de vida

CNPJ 08.312.229/0001-73 - NIRE 35300334345 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 30/4/24, às 10h, na sede da Companhia. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração **Mesa:** Presidente - Flávio Ernesto Zarzur; Secretário - Antonio Emilio C. Fugazza. **Deliberações:** Por unanimidade: **(i)** A instalação do Comitê de Auditoria, bem como a reeleição dos seguintes membros, para mandato unificado de 2 anos, estendendo-se até a primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/25: a. **Nelson de Sampaio Bastos**, como Coordenador do Comitê de Auditoria, qual também é membro independente do Conselho de Administração; b. **Anis Chacur Neto**, como membro do Comitê de Auditoria, qual também é membro independente do Conselho de Administração; e c. **Antonio Carlos dos Santos Arantes**, como membro do Comitê de Auditoria, sendo também o membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Os membros do Comitê de Auditoria ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse assinado na presente data. Fica, desde já, consignado que as atividades do Comitê de Auditoria terão início imediato, sendo certo que o primeiro parecer a ser emitido será referente às informações financeiras do primeiro trimestre de 2024. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram finalizados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. JUCESP nº 202.571/24-5 em 14/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF Nº 23.419.923/0001-88 - NIRE 35.300.483.103

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Ordinária, que seria realizada anteriormente no dia 29/05/2024, por razões de ordem organizacionais, fica adiada, sendo reconvocada para o dia 11/06/2024, às 10 horas, via videoconferência, na forma dos artigos 121, parágrafo único e 124 caput e § 2º-A da Lei nº 6.404/76, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Mjc1NTUwNTctNjIwMy00NmIxLWJkNWEtYzIxYjBkN2QwZmJl%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22b451a433-348f-4e40-9168-a595d002317a%22%2c%22Oid%22%3a%22aaf42b55-bf25-4175-9194-f6142353f24b%22%7d. A referida Assembleia Geral Ordinária será realizada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022; (ii) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes; (iv) a aprovação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal para 2024 e (v) a publicação da AGO sob a forma de sumário.

São Paulo (SP), 27/05/2024. **CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.**

FLEURY S.A.

Grupo Fleury

Sociedade Anônima

CNPJ nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

Ata de Reunião de Conselho de Administração

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30 de abril de 2024, às 08h30min, na Avenida Morumbi, nº 8.860 - 8º andar, Jardim das Acácias - São Paulo/SP, CEP 04703-003. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, nos termos do Parágrafo Primeiro, do Artigo 15, do Estatuto Social do Fleury S.A. ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de teleconferência, conforme Artigo 15, Parágrafo Terceiro do Estatuto Social da Companhia: Srs. (i) Marcio Pinheiro Mendes; (ii) Fernando Lopes Alberto; (iii) Rui Monteiro de Barros Maciel; (iv) Luiz Carlos Trabuco Cappi ; (v) Samuel Monteiro dos Santos Junior; (vi) Ivan Luiz Gontijo Junior; (vii) João Roberto Gonçalves Teixeira; (viii) Regina Pardini; (ix) Victor Cavalcanti Pardini e (x) Márcio Moura de Paula Ricardo. **3. Mesa**: Presidente: Marcio Pinheiro Mendes; Secretário: Fernando Aguiar Camargo. **4. Ordem do dia:** deliberar sobre: (i) O resultado financeiro relativo ao Primeiro Trimestre de 2024; **5. Deliberações**: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, decidem: (i) Aprovar o resultado do Primeiro Trimestre de 2024 e autorizar sua divulgação, nos termos da regulamentação aplicável. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa:** Marcio Pinheiro Mendes, Presidente; Fernando Aguiar Camargo, Secretário. **Conselheiros:** Sr. Marcio Pinheiro Mendes; Sr. Fernando Lopes Alberto; Sr. Rui Monteiro de Barros Maciel; Sr. Luiz Carlos Trabuco Cappi ; Sr. Samuel Monteiro dos Santos Junior; Sr. Ivan Luiz Gontijo Junior; Sr. João Roberto Gonçalves Teixeira; Sra. Regina Pardini; Sr. Victor Cavalcanti Pardini e Márcio Moura de Paula Ricardo. *Esta ata confere com a original lavrada em livro próprio*. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Marcio Pinheiro Mendes -** Presidente, **Fernando Aguiar Camargo -** Secretário. JUCESP nº 207.320/24-0 em 21/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Ez Inc Incorporações Comerciais S.A.

CNPJ 35.727.157/0001-06 - NIRE 35.300.561.384 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 25 de Abril de 2024

Data, Hora e Local: Aos 25/4/24, às 10:30h, na sede social. **Presença:** Totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Flávio Ernesto Zarzur; Secretário: Sr. Marcelo Ernesto Zarzur. **Deliberações: (i)** Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, com 200.000.000 de votos a favor e nenhuma abstenção, as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/23, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes. Fica consignado que não há deliberação sobre destinação de lucro, uma vez que a Companhia apurou prejuízo no valor de R$ 6.451.791,79, que foi absorvido pelo saldo da Reserva de Expansão; e **(ii)** aprovar, por unanimidade de votos, com 200.000.000 de votos a favor e nenhuma abstenção, a fixação do limite global da remuneração dos administradores da Companhia referente ao exercício social corrente, no valor de R$ 7.000.000,00, cabendo ao Conselho de Administração determinar as remunerações individuais e repartir as parcelas fixa e variável, dentro do limite proposto. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. JUCESP nº 207.582/24-5 em 21/5/24. Maria Cristina Frei - Secretária-Geral. **Aviso:** O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento poderá ser consultado na versão digital do jornal: "https://valor.globo.com/valor-ri/" desta data.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS COMUNICAÇÃO DO DEVEDOR FIDUCIANTE DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 12/JUNHO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 13/JUNHO/2024, ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **BOULEVARD TAMBORÉ EMPREENDIMENTO LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 09.000.546/0001-17**, **VENDERÁ** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças com Força de Escritura Pública, firmando em 07.06.23 na cidade de Santana de Parnaíba/SP, o imóvel: **APARTAMENTO Nº 12, LOCALIZADO NO PAVIMENTO TÉRREO OU 1º ANDAR, DA TORRE C – BOULEVARD DE LA CHAPELLE, DO RESIDENCIAL BOULEVARD TAMBORÉ,** situado na Alameda Canto dos Pássaros, nº 95, Santana de Parnaíba/SP, com as seguintes áreas: privativa principal 223,000m2; privativa acessória 3,500m2 correspondente ao depósito nº 10, situado no 1º subsolo, privativa 226,500m2, comum 159,521m2, nela incluído o direito de uso de 01 vaga livre e 02 vagas sucessivas e indeterminadas na garagem coletiva com auxilio de manobrista, perfazendo a área total de 386,021m2, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,003152 ou 0,3152% no solo e nas coisas de propriedade e uso comuns do condomínio e 130,45m2 no terreno do setor residencial. Matrícula imobiliária nº 197.379 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. CCM: 244.525.355.060.303.12. Consolidação da propriedade em 07/05/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.443.993,00. 2º LEILÃO: R$ 1.523.891,92.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter *ad corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. O imóvel é foreiro. Fica o Fiduciante, **Nicolas Nicolich Nicoli, CPF/RFB: 417.861.558-00,** comunicado das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

AXIHUM FERTILIZANTES S.A.

NIRE 35.300.442.857 - CNPJ/MF nº 00.378.963-0001-23

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** que será realizada no dia **07/06/2024 às 10:30 horas em 1ª convocação e às 11 horas em 2ª convocação**, em nossa sede social localizada na Fazenda Recreio, s/n, Sala 1, Bairro Taquaral, zona rural, no município de Rincão/SP, para deliberar sobre a seguinte pauta: **a)** ratificação da transação judicial realizada com a New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, no valor total de R$21.180.347,63 de principal e R$432.251,99 e **b)** aprovação da constituição de alienação fiduciária do imóvel objeto da matrícula 14.200 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Araraquara/SP, com todas as suas benfeitorias e acessões, tendo como credores fiduciários a Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, administradora do New Trade Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial e Fernando Yoshio Iritani, para garantia do pagamento da transação judicial objeto do item "a". Será admitido o voto por escrito mediante envio prévio para a diretoria, considerando-se presente o acionista. A Diretoria. (28,29,30)



Yakult S.A. Indústria e Comércio

CNPJ nº 60.723.061/0001-09 - NIRE nº 35.3.0003245-4

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 21 de Março de 2024 (Sumário nos termos do artigo 130, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76)

Data, Local e Hora: 21 de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social da companhia situada à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro de Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo (**"Sociedade"**). **Convocação:** Edital de Convocação publicado no Caderno Empresarial do Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 06, 07 e 08 de março de 2024, respectivamente nas páginas 2, 2 e 5 e publicado no Caderno Edição de São Paulo no Jornal Valor Econômico, edição on-line e edição impressa nos dias 06, 07 e 08 de março de 2024, respectivamente nas páginas E4, E2 e E2. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, sendo constatada a existência de quorum necessário para realização da Assembleia. **Mesa Diretora:** Presidente da Mesa: **Sr. Atsushi Nemoto**, Secretário: **Sr. Hidenori Yoshitomi**. **Ordem do Dia: I - Em Assembleia Geral Ordinária: I-(A)** - Análise, discussão e aprovação do Relatório dos Administradores e das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2023; **I-(B)** - Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023; **I-(C) -** Ratificação da aquisição de ações de emissão da companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento com o consequente aumento do valor nominal de cada ação; **I-(D)** Outros Assuntos de Interesse Social; **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: II-(A)** Aumento de Capital de R$ 241.000.000,00 para R$ 247.600.000,00, mediante capitalização parcial das Reservas de Lucros (Reserva Espontânea); **II-(B)** Alteração do Estatuto Social referente ao Capital Social e à Administração da Companhia; **II-(C)** Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas; **II-(D)** Outros Assuntos de Interesse Social. **Deliberações:** A Assembleia tomou por unanimidade de votos dos acionistas presentes, as deliberações a seguir relacionadas, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, sempre que configurado o impedimento: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: I-(A)** Aprovadas as Contas da Administração, o seu Relatório, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico no dia 13 de março de 2024, respectivamente nas páginas 7 (Caderno Empresarial) e E7 (Caderno Edição de São Paulo), com divulgação simultânea da íntegra do documento na página do jornal Valor Econômico na internet. Anúncio de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, publicado nas edições de 15, 16 e 19 de fevereiro de 2024, no Caderno Empresarial do Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 3, 2 e 5 respectivamente, e publicação nas edições de 15, 16 e 17 de fevereiro de 2024 no Caderno Edição de São Paulo do jornal Valor Econômico, nas páginas E4, E4 e E4 respectivamente, com divulgação simultânea da íntegra do Aviso aos Acionistas na página do Jornal Valor Econômico na internet. **I-(B)** Aprovada a proposta de destinação do Lucro Líquido do Exercício, antes da participação dos Administradores, no valor de R$ 26.712.350,72 (vinte e seis milhões e setecentos e doze mil e trezentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos), sendo: (a) R$ 1.335.617,53 (um milhão e trezentos e trinta e cinco mil e seiscentos e dezessete reais e cinquenta e três centavos) para Reserva Legal, correspondente a 5% do Lucro Líquido do Exercício, a fim de assegurar a integridade do Capital Social; (b) Dividendos aos Acionistas no montante de R$ 13.300.000,00 (treze milhões e trezentos mil reais), correspondentes a 49,79% do Lucro Líquido, antes da participação dos Administradores, apurado no Exercício Social de 2023; (c) R$ 147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais) de Gratificação aos Administradores; e (d) R$ 11.929.733,19 (onze milhões e novecentos e vinte e nove mil e setecentos e trinta e três reais e dezenove centavos) transferidos para Reserva Espontânea, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: II-(A)** A Assembleia ratificou a aquisição de 978.574 (novecentas e setenta e oito mil e quinhentas e setenta e quatro) ações emitidas pela própria companhia, para manutenção em tesouraria, para futuro cancelamento ou alienação, mediante aplicação de recursos disponíveis em Reservas de Lucros - Reserva Espontânea, feita anteriormente pela administração da companhia. Aprovou, em seguida, o cancelamento das referidas ações mantidas em tesouraria, sem redução de Capital Social, e, consequentemente, com aumento do valor nominal de cada ação, ficando o Capital Social de R$ 241.000.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões de reais) dividido em 239.781.446 (duzentas e trinta e nove milhões e setecentas e oitenta e uma mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações, ordinárias e nominativas, do valor nominal de R$ 1,00508194, cada uma. **II-(B)** Aprovado o aumento do Capital Social de R$ 241.000.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões de reais) para R$ 247.600.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões e seiscentos mil reais) mediante capitalização parcial da Reserva de Lucros, subconta Reserva Espontânea no montante de R$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil reais). Aprovada, em consequência deste aumento, a emissão de 6.566.629 (seis milhões e quinhentas e sessenta e seis mil e seiscentas e vinte e nove) ações ordinárias e nominativas do valor nominal de R$ 1,00508194, cada uma, a serem distribuídas gratuitamente aos acionistas na exata proporção das que já possuírem na sociedade. **II-(C)** Aprovada a proposta de alterações do Estatuto Social sendo: **(i)** conferir nova redação do artigo 6º do Estatuto Social para refletir o aumento do Capital Social; e **(ii)** Reduzir a quantidade e realizar as adequações das competências dos Diretores no Estatuto Social; **II-(D)** Aprovada a proposta de Consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Acionistas presentes. São Paulo, 21 de março de 2024 (a.a.) Atsushi Nemoto, Presidente da Mesa; Hidenori Yoshitomi, Secretário da Mesa. Acionistas: K.K.Yakult.Honsha, p.p. Shunichi Uekusa; Matsusho K.K., p.p. Atsushi Nemoto; Masahiko Sadakata, p.p. Paulo Tomoyuki Aoki; Ichiro Amano; Takashi Matsuzono, p.p. Atsushi Nemoto; Anna Harumi Yamagata; Léo Mituo Yamagata, p.p. Anna Harumi Yamagata. São Paulo, 21 de março de 2024. **Atsushi Nemoto -** Presidente da Mesa; **Hidenori Yoshitomi -** Secretário da Mesa. **K.K.Yakult Honsha -** p.p. Shunichi Uekusa; **Matsusho K.K. -** p.p. Atsushi Nemoto; **Masahiko Sadakata -** p.p. Paulo Tomoyuki Aoki; **Ichiro Amano; Takashi Matsuzono - p.p.** Atsushi Nemoto; **Anna Harumi Yamagata; Léo Yamagata -** p.p. Ana Harumi Yamagata; **Teresa Hiroko Kuninari Ota -** OAB/SP nº 109.119. **JUCESP** nº 130.364/24-1 em 01/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro, Estabelecimentos, Objeto Social e Duração - Artigo 1º - Yakult S/A Indústria e Comércio,** doravante denominada simplesmente "Companhia", é uma sociedade anônima que reger-se-á por este Estatuto Social e pela legislação pertinente. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede social e seu foro jurídico no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 771, 13º andar, conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001. **Artigo 3º** - A sociedade poderá, a critério da Diretoria, instalar, manter ou extinguir filiais, entrepostos, armazéns, depósitos, escritórios em qualquer ponto do território nacional e no exterior, respeitadas as prescrições legais relativas à matéria. **Artigo 4º** - A sociedade tem por objeto social: **a)** Indústria e comércio de produtos alimentícios em geral, laticínios em geral, doces e sobremesas em geral, refrigerantes, sucos de frutas e de legumes e hortaliças, bebidas em geral, preparação de legumes, de hortaliças e de frutas; **b)** Indústria e beneficiamento, a produção e o comércio de produtos agrícolas; **c)** Produção e comércio de sêmens, reprodutores e matrizes; **d)** Produção e comércio de mudas e sementes de quaisquer produtos agrícolas e frutícolas; a exploração das atividades agrícola e pecuária e a comercialização dos seus produtos e subprodutos; **e)** Prestação de serviços nas atividades agrícola, frutícola e agropecuária e de quaisquer outros serviços que com elas se relacionem; **f)** Indústria e comércio de medicamentos; **g)** Indústria e comércio de produtos de higiene, produtos de perfumaria, cosméticos e produtos de toucador; **h)** Florestamento, reflorestamento e a exploração de indústria extrativa vegetal; **i)** Transporte rodoviário e fluvial; **j)** Representação de outras empresas ou sociedades; **k)** Exploração de armazéns gerais, frigoríficos ou não, para guarda e conservação de mercadorias em geral, a prestação de serviços de movimentação de cargas e mercadorias, e de quaisquer outros serviços que com elas se relacionem; **l)** Participação no capital de outras empresas ou sociedades, de quaisquer atividades ou objetivos, domiciliados no Brasil ou no Exterior, na condição de acionista, sócia ou quotista; **m)** Criação e a comercialização de animais silvestres e a exploração da atividade de aquicultura (carcinicultura) e a comercialização dos seus produtos; **n)** Importação e exportação em geral, principalmente de café e demais produtos agrícolas, frutícolas e agropecuários, e de sêmens, reprodutores e matrizes, produtos de higiene, de perfumaria e de toucador, cosméticos, produtos veterinários, medicamentos, adubos e ração e quaisquer outros que com eles se relacionem; **o)** Indústria e comércio de produtos veterinários em geral; **p)** Indústria e comércio de adubos e ração em geral; **q)** Prestação de serviços de tratamento de pele e limpeza facial e outros serviços que com eles se relacionem; **r)** Prestação de serviços de análises técnicas em geral de água, alimentos, cosméticos e outros; **s)** Consultoria, o planejamento e a execução de projetos em sistemas de tratamento de água e efluentes industriais; **t)** Comércio atacadista e varejista de carnes em geral e carnes selecionadas. **Artigo 5º -** O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais e estatutárias. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações - Artigo 6º -** O Capital Social da companhia é de R$ 247.600.000,00 (duzentos e quarenta e sete milhões e seiscentos mil reais), dividido em 246.348.075 (duzentas e quarenta e seis milhões e trezentas e quarenta e oito mil, e setenta e cinco) ações, ordinárias e nominativas, do valor nominal de R$ 1,00508194 cada uma. **Parágrafo Único:** Cada Ação Ordinária e Nominativa confere ao seu possuidor o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 7º** - A sociedade poderá emitir cautelas ou títulos múltiplos de ações, com todos os requisitos que a lei exigir e conterão sempre assinaturas de dois Diretores. **Artigo 8º** - As ações são transferíveis e indivisíveis em relação à sociedade. **Parágrafo Único**: Somente poderão ser vendidas ou transferidas, as ações a estranhos, depois de oferecidas a outros acionistas e por esses recusadas. **Capítulo III - Da Administração, da Gestão, das Competências Comuns e Individuais e da Remuneração: Artigo 9º -** A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, órgãos esses que têm as seguintes composições: **(i) Conselho de Administração:** de 3 a 5 membros, pessoas naturais, entre os quais um Presidente e um Vice-Presidente, e os demais são Conselheiros. **(ii) Diretoria:** 15 (quinze) membros, com as seguintes denominações: (a) 01 (um) Diretor Presidente; (b) 01 (um) Diretor Vice-Presidente; (c) 01 (um) Diretor Superintendente Financeiro; (d) 01 (um) Diretor Executivo Comercial; (e) 01 (um) Diretor Executivo Industrial; (f) 01 (um) Diretor Comercial; (g) 03 (três) Diretores Comerciais Regionais; (h) 01 (um) Diretor Industrial; (i) 01 (um) Diretor Industrial Regional; (j) 01 (um) Diretor Financeiro; (k) 01 (um) Diretor Administrativo; (l) 01 (um) Diretor Jurídico; e (m) 01 (um) Diretor de Planejamento Estratégico. **Parágrafo Primeiro: Do Conselho de Administração: (a)** Os membros do Conselho de Administração terão o mandato de 03 (três) anos e serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser, individual ou coletivamente, reeleitos, expirando-se o mandato na data da Assembleia Geral do terceiro ano subsequente ao da sua eleição; **(b)** Os membros do Conselho de Administração tomarão posse de seus cargos assinando os respectivos termos no livro de Atas de Reunião do mesmo órgão; **(c)** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação do seu Presidente, que o fará, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, podendo tomar deliberações com a presença da maioria dos seus membros, entre eles o seu Presidente; **(d)** Os honorários do Conselho de Administração serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária; **(e)** O Conselho de Administração poderá ser convocado: (1) por acionistas que representem no mínimo, 20% (vinte por cento) do Capital Social; (2) por qualquer conselheiro; (3) pela Diretoria; **(f)** As deliberações serão tomadas por maioria absoluta; **(g)** Considerar-se-á presente à reunião qualquer Conselheiro que enviar o seu voto por escrito ao responsável pela sua convocação, até um dia antes da realização da reunião. Considerar-se-á também presente à reunião o Conselheiro representado por qualquer acionista ou outro integrante do Conselho de Administração, desde que devidamente nomeado por instrumento específico de mandato; **(h)** Nas reuniões do Conselho de Administração serão admitidos: (1) o voto escrito antecipado; (2) o voto proferido por meio de correio eletrônico; e (3) o envio do instrumento de mandato utilizando-se do mesmo meio, computando-se como presentes os membros que assim participarem e votarem. **Parágrafo Segundo: Da Competência do Conselho de Administração:** Compete ao Conselho de Administração: **(a)** A fixação e a orientação geral dos negócios sociais da Companhia; **(b)** Eleger e destituir os Diretores da sociedade e fixar-lhes as suas atribuições; **(c)** Fiscalizar a gestão dos Diretores; **(d)** Convocar a Assembleia Geral; **(e)** Manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria; **(f)** Manifestar-se e deliberar sobre a alienação de bens imóveis da sociedade; **(g)** Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; **(h)** Quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, as atas de suas reuniões serão registradas em órgãos competentes. **Artigo 10 -** O mandato da Diretoria é de 02 (dois) anos, podendo ocorrer a reeleição, isolada ou globalmente. **Parágrafo Primeiro:** Se eventualmente, um diretor for destituído, a própria Assembleia Geral que tomar essa deliberação elegerá o seu substituto, permanecendo este no cargo, até o término do mandato da Diretoria. **Parágrafo Segundo:** Se houver vacância espontânea de um cargo da Diretoria, as funções do diretor demitente serão exercidas pelo diretor hierarquicamente inferior, até a primeira Assembleia Geral. **Artigo 11 -** Os Diretores se substituem conforme o disposto neste Estatuto Social, em suas ausências ou impedimentos temporários. **Artigo 12** - Os Diretores reunir-se-ão sempre que for necessário e suas decisões constarão, obrigatoriamente, no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria. **Artigo 13 -** Compete à Assembleia Geral fixar os honorários, gratificações e percentagens da Diretoria. **Artigo 14** - À Diretoria é outorgada plena e gerais poderes para praticar, ampla e irrestritamente, todos os atos de gestão ordinária da sociedade, para assegurar-lhe seu funcionamento e a mais perfeita consecução de seus fins, sempre em fiel cumprimento de seus deveres impostos pela Lei ou por este Estatuto Social. Nos seus poderes incluem-se os de transigir, adquirir, alienar bens imóveis e móveis, prestar fianças e avais, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios e, ainda, dar em garantia fiduciária bens imóveis, sempre que houver interesse da Companhia. **Artigo 15 - Compete ao Diretor Presidente:** Representar a sociedade, ativa e passivamente, em suas relações com as administrações públicas e privadas, em juízo ou fora dele, nas ações por ela e contra ela intentadas. Representar a sociedade em todas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas autarquias. Assinar todos os documentos e papéis referentes aos negócios sociais; promover o cumprimento do presente Estatuto Social; superintender a administração de todos os serviços, exercendo as atribuições legais e estatutárias, assegurando o regular funcionamento da Companhia. Transigir, desistir, renunciar, confessar dívidas, celebrar contratos de qualquer natureza; assinar contrato de compra e venda, adquirir, onerar, ceder, transferir, alienar móveis e imóveis, firmar compromissos de qualquer natureza e fins, contrair obrigações, deliberando com plenos e gerais poderes sobre os negócios sociais, recebendo, pagando, dando quitações. Constituir procuradores seja de caráter judicial, trabalhista ou administrativa. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Criar, suprimir e alterar cargos de empregados em geral; admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um. Realizar operações de qualquer natureza com estabelecimentos bancários e de créditos em geral, sejam eles de direito público ou privado, assinando com os mesmos todos os documentos e papéis necessários, para regular concretização de negócios sociais. Assinar e endossar notas promissórias, cambiais, duplicatas e títulos mercantis; assinar, em conjunto com outro Diretor, os certificados de ações e títulos representativos da sociedade. Superintender a gestão dos demais Diretores, aconselhando e assessorando nas suas atribuições e responsabilidades. Presidir as Assembleias Gerais de Acionistas e as Reuniões de Diretoria. **Artigo 16 - Compete ao Diretor Vice-Presidente:** Colaborar com os demais diretores nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Presidente nas aquisições, alienações, onerações e outras transações atinentes aos móveis, imóveis e bens de consumos da Companhia; representar a sociedade ativa e passivamente, em suas relações com as administrações públicas e privadas, em juízo ou fora dele, nas ações por ela e contra ela intentadas. Representar a sociedade em todas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas autarquias. Assinar todos os documentos e papéis referentes aos negócios sociais e promover o cumprimento do presente Estatuto Social; superintender a administração de todos os serviços exercendo as atribuições legais e estatutárias; praticar todos os demais atos necessários, assegurando o regular funcionamento da Companhia. Criar, suprimir e alterar cargos de empregados em geral; admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Realizar operações de qualquer natureza com estabelecimentos bancários e de créditos em geral, sejam eles de direito público ou privado, assinando, todos os documentos. Assinar e endossar notas promissórias, cambiais, duplicatas, títulos mercantis; assinar, em conjunto com outro Diretor, os certificados de ações e títulos representativos da sociedade. Substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 17 - Compete ao Diretor Superintendente Financeiro:** Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente; assessorar o Diretor Presidente nas aquisições, alienações, onerações e outras transações atinentes aos móveis, imóveis e bens de consumos da Companhia. Representar a companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas ações por ela e contra ela intentadas; representar a sociedade em todas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas autarquias. Criar, suprimir e alterar cargos de empregados em geral dos setores administrativo e financeiro. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um; praticar todos os demais atos necessários para o desenvolvimento normal da sociedade. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Controlar e efetuar recebimentos e pagamentos, dando e recebendo quitações em nome da sociedade. Elaborar balancetes mensais e balanços anuais, bem como efetuar levantamentos das contas de lucros e perdas e demais demonstrações financeiras. Administrar todos os serviços atinentes às finanças e administração da sociedade, elaborando relatórios, orçamentos e planejamentos econômicos e financeiros; orientar e controlar a contabilidade bem como a escrituração de livros contábeis e fiscais e o faturamento de vendas mercantis ou não; realizar operações de qualquer natureza com estabelecimentos bancários e de créditos em geral, sejam eles públicos ou privados, assinando, todos os documentos; praticar todos os demais atos necessários para o desenvolvimento da Companhia. Assinar, em conjunto com outro Diretor, os certificados de ações e títulos representativos da sociedade. Substituir o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 18 - Compete ao Diretor Executivo Comercial:** Colaborar com os demais diretores nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Vice-Presidente e o Diretor Superintendente Financeiro; planejar, orientar, e controlar as atividades comerciais; assessorar os demais setores da sociedade em relação ao consumo e ao mercado; estimular o fluxo dos produtos no mercado consumidor através de atividade em todo território nacional e no exterior; supervisionar e administrar todas as propagandas da sociedade. Criar, suprimir e alterar cargos de empregados do setor comercial; admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral do setor comercial, bem como fixar vencimentos, gratificações e outras vantagens e condições e formas de pagamentos dos mesmos. Promover treinamentos, cursos, seminários e conferências, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor comercial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Firmar contratos comerciais com o comércio em geral, fixando preços e demais condições, assinando todos os documentos e papéis referentes aos acordos comerciais e contratos de fornecimentos. Contratar agentes, representantes comerciais e comerciantes autônomos, fixando preços e condições de fornecimento e pagamento. Substituir o Diretor Vice-Presidente e o Diretor Superintendente Financeiro em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 19 - Compete ao Diretor Executivo Industrial:** Colaborar com os demais diretores nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Vice-Presidente e o Diretor Superintendente Financeiro; administrar a produção industrial da sociedade. Planejar, orientar, e controlar as atividades industriais. Orientar a realização de treinamentos, cursos, seminários e conferências sobre as atividades industriais, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor industrial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Criar, suprimir e alterar cargos de empregados do setor industrial; admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados do setor industrial, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um. Supervisionar e controlar a aquisição de maquinários e matérias-primas necessários para o desenvolvimento da produção industrial; orientar a administração de edifícios, maquinários, equipamentos, instalações e veículos pertencentes ao setor industrial. Aprimorar e desenvolver a produção industrial da sociedade, com pesquisa e desenvolvimento de produtos e processos produtivos, lançamentos de novos produtos no mercado interno, e controle de qualidade dos produtos da sociedade; controlar a aquisição de maquinários, instalações, veículos, matérias-primas e materiais de consumo e administrar edifícios e demais bens. Assinar todos os documentos e papéis referentes aos acordos industriais e contratos de fornecimentos. Substituir o Diretor Industrial e o Diretor Industrial Regional em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 20 - Compete ao Diretor Comercial:** Colaborar com os demais Diretores, nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Executivo Comercial e Diretor Comercial Regional; planejar, orientar, e controlar as atividades comerciais; assessorar os demais setores da sociedade em relação ao consumo e ao mercado; estimular o fluxo dos produtos no mercado consumidor através de atividade em todo território nacional e no exterior; supervisionar e administrar todas as propagandas da sociedade. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral do setor comercial, bem como fixar vencimentos, gratificações e outras vantagens e condições e formas de pagamentos dos mesmos. Promover treinamentos, cursos, seminários e conferências, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor comercial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Firmar contratos comerciais com o comércio em geral, fixando preços e demais condições, assinando todos os documentos e papéis referentes aos acordos comerciais e contratos de fornecimentos. Contratar agentes, representantes comerciais e comerciantes autônomos, fixando preços e condições de fornecimento e pagamento. Substituir o Diretor Executivo Comercial e o Diretor Comercial Regional em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 21 - Compete ao Diretor Comercial Regional:** Colaborar com os demais Diretores, nos encargos a estes atribuídos; assessorar o Diretor Comercial; supervisionar, orientar, e controlar as atividades comerciais; assessorar os demais setores da sociedade em relação ao consumo e ao mercado; estimular o fluxo dos produtos no mercado consumidor através de atividade em todo território nacional; planejar, orientar e controlar as atividades comerciais no exterior, coordenando as aberturas de mercados internacionais para dinamizar as exportações; supervisionar e administrar todas as propagandas da sociedade. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral do setor comercial, bem como fixar vencimentos, gratificações e outras vantagens e condições e formas de pagamentos dos mesmos. Promover treinamentos, cursos, seminários e conferências, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor comercial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Firmar contratos comerciais com o comércio em geral, fixando preços e demais condições, assinando todos os documentos e papéis referentes aos acordos comerciais e contratos de fornecimentos. Contratar agentes, representantes comerciais e comerciantes autônomos, fixando preços e condições de fornecimento e pagamento. Substituir o Diretor Comercial em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 22 - Compete ao Diretor Industrial:** Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; administrar a produção industrial da sociedade, orientar a realização de treinamentos, cursos, seminários e conferências sobre as atividades industriais, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor industrial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados do setor industrial, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um. Supervisionar e controlar a aquisição de maquinários e matérias-primas necessários para o desenvolvimento da produção industrial; orientar a administração de edifícios, maquinários, equipamentos, instalações e veículos pertencentes ao setor industrial. Administrar o setor fabril, promovendo aprimoramento técnico científico dos empregados, controlando a aquisição de maquinários, instalações, veículos, matérias-primas e materiais de consumo e administrando edifícios e demais bens em uso no setor fabril. Substituir o Diretor-Executivo Industrial e o Diretor Industrial Regional em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 23 - Compete ao Diretor Industrial Regional:** Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; administrar a produção industrial da sociedade, orientar a realização de treinamentos, cursos, seminários e conferências sobre as atividades industriais, visando o aprimoramento técnico científico dos empregados do setor industrial. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados do setor industrial, fixando vencimentos, gratificações e comissões e atribuir encargos para cada um. Supervisionar e controlar a aquisição de maquinários e matérias primas necessários para o desenvolvimento da produção industrial; orientar a administração de edifícios, maquinários, equipamentos, instalações e veículos pertencentes ao setor industrial. Administrar o setor fabril, promovendo aprimoramento técnico científico dos empregados, controlando a aquisição de maquinários, instalações, veículos, matérias-primas e materiais de consumo e administrando edifícios e demais bens em uso no setor fabril. Substituir o Diretor Executivo Industrial e o Diretor Industrial em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 24 - Compete ao Diretor Financeiro:** Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; elaborar e administrar as estratégias financeira, contábil e de controladoria da sociedade, relativas às práticas de aplicação e gerenciamento de numerário; controlar e efetuar recebimentos e pagamentos, recebendo e dando quitações em nome da sociedade; administrar a elaboração de balancetes mensais e balanços anuais, bem como efetuar levantamentos das contas de lucros e de perdas e demais demonstrações financeiras; administrar as finanças da sociedade, elaborando relatórios, orçamentos e planejamentos econômicos e financeiros; orientar e controlar a contabilidade, bem como a escrituração de livros contábeis e fiscais e o faturamento de vendas mercantis ou não; realizar operações de qualquer natureza com estabelecimentos bancários e de créditos em geral, públicos ou privados, assinando todos os documentos em conjunto com outro Diretor; admitir, promover, transferir, nomear, fixar vencimentos e remunerações, estabelecer gratificações e outras vantagens e condições, suspender e demitir empregados dos setores financeiro, contábil e de controladoria; representar a sociedade em quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas autarquias; nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo; substituir o Diretor Superintendente Financeiro e o Diretor Administrativo em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 25 - Compete ao Diretor Administrativo:** Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; controlar e efetuar recebimentos e pagamento, dando e recebendo quitação em nome da sociedade. Organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de todas as atividades e serviços administrativos e de Tecnologia da Informação da sociedade; administrar e controlar todos os bens, móveis e imóveis componentes do patrimônio da sociedade, bem como conservar e controlar todos os documentos e títulos de aquisição dos referidos bens. Adquirir, administrar e controlar, em conjunto com o setor industrial, as matérias-primas necessárias à produção da sociedade; importar, exportar e controlar, em conjunto com o setor industrial e comercial da sociedade, as matérias-primas, materiais de consumo e mercadorias necessárias à sociedade. Admitir e demitir, promover, transferir, nomear e suspender funcionários e empregados em geral do setor administrativo e de Tecnologia da Informação, bem como fixar vencimentos, gratificações e outras vantagens e condições e formas de pagamentos dos mesmos. Nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Substituir o Diretor Financeiro, em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 26 - Compete ao Diretor Jurídico**: Colaborar com os demais Diretores nos encargos a estes atribuídos; representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dela, nas ações por ela e contra ela intentadas; planejar, coordenar e controlar os assuntos e as atividades de natureza jurídica da sociedade; acompanhar todos os processos individuais e coletivos de responsabilidade do setor jurídico e de Recursos Humanos; estabelecer as orientações jurídicas gerais a todos os setores da sociedade, conforme a legislação, inclusive aconselhando e assessorando os setores nas decisões que envolvam assuntos de natureza jurídica e na implementação de tais decisões; garantir a funcionalidade de política de Plano de Cargos e Salários com as devidas atualizações realizadas e sugeridas, apoiando a Presidência na tomada de decisão; contratar, coordenar e supervisionar os serviços jurídicos prestados por profissionais externos; elaborar e analisar contratos e relatórios de natureza jurídica e prestar informações aos órgãos da sociedade; acompanhar, orientar e apoiar as atividades referentes aos setores Jurídico, de Recursos Humanos e de SESMT - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, garantindo a correta capacitação e adequação dos respectivos; admitir, promover, transferir, nomear, fixar vencimentos e remunerações, estabelecer gratificações e outras vantagens e condições, suspender e demitir empregados dos setores Jurídico, Recursos Humanos e SESMT; representar a sociedade em todas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas autarquias; nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Substituir o Diretor de Planejamento Estratégico em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 27 - Compete ao Diretor de Planejamento Estratégico:** Colaborar com os demais Diretores, nos encargos a estes atribuídos; planejar, orientar e controlar as atividades do setor; acompanhar as tendências do mercado, da demanda de Responsabilidade Social Corporativa, das atualizações de legislações e regulamentos estabelecidos pelas autoridades, das normas estabelecidas pelas certificadoras de qualidades e auxiliar nas estratégias de negócios; garantir a comunicação interna entre as áreas, a comunicação externa com os consumidores e outros envolvidos na comercialização dos produtos; desenvolver novas oportunidades de negócios e a eficiência de projetos; planejar e sugerir o desenvolvimento das estratégias de Responsabilidade Social Corporativa, apoiando a Presidência na tomada de decisão; garantir a correta atualização em relação ao sistema de gestão de segurança de alimentos; contratar, coordenar e supervisionar os serviços da área científica e jurídica prestados por profissionais externos; admitir, promover, transferir, nomear, fixar vencimentos e remunerações, estabelecer gratificações e outras vantagens e condições, suspender e demitir empregados dos setores de planejamento, de SGI e de atendimento ao consumidor; e nomear prepostos para representar a sociedade em qualquer órgão, instância e juízo. Substituir o Diretor Jurídico em suas ausências e impedimentos temporários e ocasionais. **Artigo 28 -** É expressamente vedado a Diretores, se fazerem representar para fins de atribuições administrativas. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais, da Instalação e do Funcionamento - Artigo 29 -** A Assembleia Geral será normalmente convocada pela Diretoria, e nos demais casos previstos por lei, pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou por acionistas ou grupo de acionistas, observando todas as exigências e condições legalmente exigidas, e se reunirá sempre na sede social da companhia. **Artigo 30 -** A Assembleia Geral será convocada por editais publicados pela imprensa de conformidade com a Lei e deles constarão a ordem do dia, ainda que sumária, a data e a hora. **Artigo 31 -** A Assembleia Geral será sempre instalada no edifício sede da Companhia, em primeira e segunda convocação, com observância do "quórum" exigido por lei. **Artigo 32 -** Os acionistas presentes à Assembleia Geral, antes de sua abertura, assinarão o livro de presença de acionistas, após provarem sua qualidade pelas formas permissíveis. **Artigo 33 -** A Assembleia Geral será sempre, presidida pelo Diretor Presidente, ou por um acionista, Diretor, ou não, escolhido pelos presentes e este, por sua vez, escolherá, entre os presentes, o seu secretário para composição da mesa diretora. **Da Assembleia Geral Ordinária - Artigo 34 -** A Assembleia Geral Ordinária terá as atribuições previstas na Lei e realizar-se-á no primeiro quadrimestre, após o encerramento do exercício social da Companhia. **Da Assembleia Geral Extraordinária - Artigo 35 -** Sempre que necessário, a Assembleia Geral poderá ser convocada e instalada em caráter extraordinário uma ou mais vezes ao ano, podendo ser realizada juntamente com a Assembleia Geral ordinária sempre que as circunstâncias assim o exigirem. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 36 -** O Conselho Fiscal se compõe de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, todos qualificados sob as exigências legais. **Artigo 37 -** Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições conferidas em Lei. **Artigo 38 -** O Conselho Fiscal somente funcionará quando a Assembleia Geral Ordinária assim o decidir, elegendo, neste caso, todos os seus membros efetivos e suplentes, cujo mandato encerrar-se-á na data da Assembleia seguinte. **Artigo 39 -** A Assembleia Geral Ordinária que eleger o Conselho Fiscal, na forma do artigo 38, fixará os honorários mensais devidos para cada um dos membros efetivos, observando-se os preceitos legais. **Parágrafo Único:** Se o membro efetivo se afastar do cargo, a remuneração será atribuída ao suplente que o estiver substituindo. **Capítulo VI - Do Exercício Social - Artigo 40 -** O Exercício Social da Companhia compreenderá o período de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro de cada ano. **Artigo 41 -** No fim de cada exercício social proceder-se-á a elaboração, para os fins legais e estatutários, as seguintes demonstrações: **(a)** Balanço Patrimonial; **(b)** Demonstração do Resultado do exercício; **(c)** Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados; e **(d)** Demonstração dos fluxos de caixa. **Capítulo VII - Das Reservas, dos Dividendos e das Participações dos Diretores - Artigo 42** - Encerrando-se cada exercício far-se-á os competentes levantamentos das contas de inventário, lucros, perdas e balanço geral, com observância de todos os requisitos legais, cujo resultado, se positivo, destinar-se-á: **(a)** Reserva legal, a porcentagem de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, a qual não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; **(b)** Dividendos aos senhores acionistas, no mínimo de 6% (seis por cento) sobre o lucro liquido, conforme Artigo 202 § 1º da Lei 6.404/76; e **(c)** Será concedida gratificação aos Diretores, desde que cumprido o mandamento da letra "b", supra, deste Artigo. **Parágrafo Único** - Sempre que for do interesse da Companhia, poderão ser apropriados, nas demonstrações financeiras, juros sobre o capital próprio, calculados sobre as contas do Patrimônio Líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, nos termos do Artigo 9º e parágrafos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação pertinente, devendo as condições para a disponibilização e pagamento dos juros aos acionistas ser deliberada pela Assembleia Geral. **Artigo 43 -** Feitas as aplicações previstas no Artigo anterior, o saldo que houver ficará à disposição da Assembleia Geral que decidirá sobre sua destinação. **Artigo 44 -** Os dividendos não reclamados, dentro de 02 (dois) anos, a contar da data do anúncio de seus pagamentos, prescreverão em favor da sociedade. **Capítulo VIII - Da Liquidação - Artigo 45 -** A sociedade entrará em liquidação nos casos e pela forma estabelecida em lei. **Parágrafo Único** - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, será nomeado um diretor, como liquidante pela própria Diretoria. **Capítulo IX - Das Disposições Gerais - Artigo 46 -** Os casos omissos no presente diploma serão regidos pela legislação em vigor e aplicável à espécie, especialmente pela Lei 6.404/76 e alterações posteriores. Estatuto Social da Yakult S.A. Indústria e Comércio aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da companhia realizada em 21 de março de 2024. Após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Acionistas presentes. São Paulo, 21 de março de 2024. (a.a.) Atsushi Nemoto, Presidente da Mesa; Hidenori Yoshitomi, Secretário da Mesa, Acionistas: K.K.Yakult. Honsha, p.p. Shunichi Uekusa; Matsusho K.K., p.p. Atsushi Nemoto; Masahiko Sadakata, p.p. Paulo Tomoyuki Aoki; Ichiro Amano; Takashi Matsuzono, p.p. Atsushi Nemoto; Anna Harumi Yamagata; Léo Mituo Yamagata, p.p. Anna Harumi Yamagata. A presente é cópia fiel da Ata que foi lavrada no Livro de Ata das Assembleias Gerais da Yakult S.A. Indústria e Comércio. São Paulo, 21 de março de 2024. **Atsushi Nemoto - Presidente da Mesa; Hidenori Yoshitomi - Secretário da Mesa; K.K. Yakult Honsha - p.p. Shunichi Uekusa; Matsusho K.K. -** p.p. Atsushi Nemoto; **Takashi Matsuzono -** p.p. Atsushi Nemoto; **Masahiko Sadakata -** p.p. Paulo Tomoyuki Aoki; **Ichiro Amano; Anna Harumi Yamagata; Léo Mituo Yamagata - p.p. Anna Harumi Yamagata; Teresa Hiroko Kuninario Ota -** OAB/SP nº 109.119. **JUCESP** nº 211.029/24-5 em 24/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90047/2024**, referente ao processo nº **024.00063456/2024-89**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 12/06/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 29/05/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — CULTURA

AVISO - REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006-SMC-G-2024 - Processo SEI: 6025.2024/0007447-0

Objeto: registro de preço para execução de serviços de agente produtor operacional, que compreende o acompanhamento de eventos, desde a captação de informações em suas diversas frentes (locais do evento, atrações artísticas, órgãos de apoio, fornecedores etc), passando pelo monitoramento das montagens e desmontagens das estruturas, bem como vistas dos serviços durante o evento, dentro do contexto de captação, anotação ou registro de repasse de informação para balizar as decisões e deliberações da Secretaria Municipal de Cultura - SMC - Critério de julgamento: menor preço unitário por diária de 12 horas - Data/hora da sessão pública: 25 de junho de 2024 às 10h30 - Download do edital: https://www.gov.br/compras.

AXA XL RESSEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 19.323.175/0001-68 - NIRE nº 35300471377

EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28/03/2024

Dia, Hora e Local: 28/03/2024, às 14h, na sede social. **Convocação:** Dispensada, presença da totalidade dos acionistas. **Publicações Prévias:** Demonstrações financeiras da Companhia publicadas no Valor Econômico na edição de 28/02/2024, nos termos do art. 289, inciso I da Lei das S.A. **Mesa: Presidente:** Sr. Alexandre Torres Sampaio; **Secretário:** Sr. Renato José Sant'Anna Rosa. **Deliberações:** **(i)** aprovar, sem ressalvas o Relatório da Administração, relativo aos negócios sociais da Companhia em 31/12/2023, bem como as contas da Diretoria da Companhia, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(ii)** aprovar a proposta da administração, constante das Demonstrações Financeiras da Companhia, da destinação do lucro líquido, no valor total de R$ 25.886.517,30 para redução dos prejuízos acumulados, de R$ 238.155.519,28 para R$ 212.269.001,98; **(iii)** fixar o limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 no montante de R$ 5.000.000,00. São Paulo, 28/03/2024. **Renato José Sant'Anna Rosa** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 197.840/24-3 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital/SP

EDITAL DE LEILÃO ÚNICO das **RECUPERANDAS: ESTABELECIMENTOS BRASILEIROS DE EDUCAÇÃO LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.704.012/0001-29; **INSTITUTO EDUCACIONAL OSWALDO QUIRINO LTDA.** [illegible] **INSTITUTO PAULISTA DE DIFUSÃO CULTURAL LTDA.** [illegible] **PIO XII TECNICA PAULISTA LTDA.** [illegible] **PALADINO ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.** [illegible] **OSWALDO CRUZ LABSERVICE LTDA.** [illegible] **CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO ALIA CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL** [illegible] **CENTRAL REAL ESTATE I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** [illegible] **Dr. MARCELO STABEL DE CARVALHO HANNOUN**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital/SP [illegible]

[illegible]

DOS IMÓVEIS [illegible] **DA VISITAÇÃO** [illegible] **DO LEILÃO** [illegible] **MEIO ELETRÔNICO E PRESENCIAL** [illegible] **DOS PROCEDIMENTOS** [illegible] **DA HABILITAÇÃO** [illegible] **DO CONDUTOR DO LEILÃO** [illegible] **DO PAGAMENTO DA ARREMATAÇÃO** [illegible] **DA COMISSÃO** [illegible] **IMPOSSIBILIDADE DE ARREPENDIMENTO PELOS ARREMATANTES** [illegible] **RELAÇÃO DOS BENS: LOTE ÚNICO - IMÓVEIS** [illegible]

[illegible] São Paulo, 27 de maio de 2024. Eu, diretor(a), conferi. **Dr. Marcelo Stabel de Carvalho Hannoun - Juiz de Direito.**

Yakult S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 60.723.061/0001-09 - NIRE nº 35.3.0003245-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21 de Março de 2024

Data, Local e Hora: 21 de março de 2024, às 11:00 horas, na sede social da companhia situada à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP: 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração, sendo que o Sr. **Junichi Shimada**, Presidente do Conselho, e o Sr. **Takashi Matsuzono**, Vice-Presidente do Conselho, foram representados pelo Conselheiro, Sr. **Atsushi Nemoto**, mediante procuração, nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social. **Mesa Diretora:** Assumiu a presidência da mesa diretora dos trabalhos o Sr. **Atsushi Nemoto**, Conselheiro do Conselho de Administração, que convidou o Sr. **Hidenori Yoshitomi**, para secretariar a reunião. **Ordem do Dia: A)** Eleição dos Membros da Diretoria para o próximo biênio. **B)** Posse dos Diretores eleitos, nos respectivos cargos. **C)** Outros Assuntos de Interesse Social. **Deliberações: A)** Após discutida a matéria pelos membros do Conselho de Administração, por unanimidade, os membros da Diretoria para o próximo biênio, com mandato até a data da Assembleia Geral que se realizará no primeiro quadrimestre de 2026. Foram eleitos: Para o cargo de **Diretor Presidente** foi eleito o Sr. **Atsushi Nemoto,** japonês, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V380560-F-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 230.696.578-18, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Superintendente Financeiro** foi eleito o Sr. **Hidenori Yoshitomi,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratória RNM nº F523439-Y-CGPI/DIREX/PF e do CPF/MF sob nº 114.043.811-55, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Executivo Comercial** foi eleito o Sr. **Hirofumi Tokunaga,** japonês, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G034671-9-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 237.209.278-22, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Executivo Industrial** foi eleito o Sr. **Akihiro Kurisaki,** japonês, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V462051-V-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 232.282.558-16, residente e domiciliado na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Comercial** foi eleito o Sr. **Kenji Ozawa,** japonês, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº G048993-Z-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 237.355.828-93, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Comercial Regional** foi eleito o Sr. **Yosuke Hara,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº F326258-0-CGPI/DIREX/PF e do CPF/MF sob nº 244.851.228-08, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Comercial Regional** foi eleito o Sr. **Toshihide Ishikawa,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº F326257-2-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 244.851.248-51, residente e domiciliado na cidade e Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Comercial Regional** foi eleito o Sr. **Hajime Mochizuki,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº V589316-4-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 233.651.368-43, residente e domiciliado na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Industrial** foi eleito o Sr. **Jun Segawa,** japonês, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº V152776-E-CGPI/DIREX/DPF e do CPF/MF sob nº 225.977.258-71, residente e domiciliado na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Industrial Regional** foi eleito o Sr. **Yutaka Ishikawa,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº F865201-C-CGPI/DIREX/PF e do CPF/MF sob nº 119.858.171-95, residente e domiciliado na cidade de Lorena, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Financeiro** foi eleito o Sr. **Isamu Ishijima,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº V277646-K-CGPI/DIREX/PF e do CPF/MF sob nº 220.362.158-31, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretor Administrativo** foi eleito o Sr. **Kazuki Yamazaki,** japonês, casado, empresário, portador da Carteira de Registro Nacional Migratório RNM nº V199017-0-CGPI/DIREX/PF e do CPF/MF sob nº 225.272.938-40, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; para o cargo de **Diretora Jurídica** foi eleita a Sra. **Teresa Hiroko Kuninari Ota,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 20.004.837-5 SSP/SP e CPF/MF sob nº 097.669.168-02, inscrita na OAB/SP sob o nº 109.119, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo; e para o cargo de **Diretora de Planejamento Estratégico** foi eleita a Sra. **Alexandra Kodaira Usizima**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 14.647.741-8 SSP/SP e do CPF/MF sob nº 079.776.108-09, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio profissional à Alameda Santos, nº 771 - 13º andar - conjunto 131, Bairro Cerqueira César, CEP 01419-001, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Permanecerá vago o cargo de **Diretor Vice-Presidente,** para ser preenchido oportunamente. Os Diretores ora eleitos e reeleitos declararam aceitar a sua eleição e reeleição, assumindo o compromisso de cumprir os deveres inerentes aos respectivos cargos, de acordo com a Lei e o Estatuto Social, devendo permanecer nos respectivos cargos até a posse dos seus sucessores. **B)** Estando presentes à reunião os Diretores eleitos tomaram posse dos respectivos cargos, mediante assinatura do Termo de Posse Coletivo lavrado em livro próprio, declarando que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei, que os impeçam do exercício de suas funções, especialmente aqueles previstos no §1º do Artigo 147 da Lei 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para a lavratura da Ata que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 21 de março de 2024. **Conselheiros Presentes: Atsushi Nemoto -** Presidente da Mesa; **Hidenori Yoshitomi -** Secretário da Mesa. **Junichi Shimada -** Presidente do Conselho - p.p. Atsushi Nemoto; **Takashi Matsuzono -** Vice-Presidente do Conselho - p.p. Atsushi Nemoto; **Atsushi Nemoto -** Conselheiro. **Diretores Eleitos: Atsushi Nemoto -** Diretor Presidente; **Hidenori Yoshitomi -** Diretor Superintendente Financeiro; **Hirofumi Tokunaga -** Diretor Executivo Comercial; **Akihiro Kurisaki -** Diretor Executivo Industrial; **Kenji Ozawa -** Diretor Comercial; **Yosuke Hara -** Diretor Comercial Regional; **Toshihide Ishikawa -** Diretor Comercial Regional; **Hajime Mochizuki -** Diretor Comercial Regional; **Jun Segawa -** Diretor Industrial; **Yutaka Ishikawa -** Diretor Industrial Regional; **Isamu Ishijima -** Diretor Financeiro; **Kazuki Yamazaki -** Diretor Administrativo; **Teresa Hiroko Kuninari Ota -** Diretora Jurídica; **Alexandra Kodaira Usizima -** Diretora de Planejamento Estratégico. **JUCESP** nº 154.929/24-4 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIDADE DE SÃO PAULO — SUBPREFEITURA M' BOI MIRIM

AVISO DE ABERTURA DE CERTAME LICITATÓRIO

Pregão eletrônico nº 90002/SUB-MB/2024 - Processo SEI Nº 6045.2024/0000853-0.

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO, PRÉ-MISTURADO A SECO, DE ALTA RESISTÊNCIA E PEGA RÁPIDA - TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO - Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Data e hora da abertura da sessão pública: 13/06/2024 - 10h00.

Pregão eletrônico nº 90003/SUB-MB/2024 - Processo SEI Nº 6045.2023/0003756-3.

Objeto: TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO - Local: www.gov.br/compras.

Horário e data da abertura da sessão pública: ÀS 10H00 DO DIA 14/06/2024.

Os editais e seus Anexos poderão ser obtidos através do Internet pelos endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras e https://diarioficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php acao=negocios_pesquisar ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento da taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, no horário das 10h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, na sede da Subprefeitura M'Boi Mirim na Avenida Guarapiranga, 1.695 - Parque Alves de Lima - São Paulo/SP.

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 2024

I. Data, Hora e Local: Em 7 de maio de 2024, às 12h00, realizada no Hotel Radisson Vila Olímpia, localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, 420, Vila Olímpia, CEP 04551-010, de forma parcialmente digital por videoconferência (plataforma "MS Teams"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da IGUÁ SANEAMENTO S.A. ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos. Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Assuntos tratados e deliberações tomadas por unanimidade dos votos:** a) Demonstrações Financeiras 1Q2024. Considerando a manifestação sem ressalvas dos auditores independentes da Companhia, Deloitte, e o parecer favorável do Comitê de Auditoria da Companhia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, as Informações Trimestrais (ITR) da Companhia, referentes ao período findo em 31.03.2024, individuais e consolidadas, autorizando a Diretoria a tomar as providências para a divulgação necessária. b) Aprovação de Proposta da Administração a ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas para incorporação da SPAT. Considerando que (a) houve o encerramento do Contrato de Parceria Público Privada - PPP entre a SPAT Saneamento S.A. ("SPAT") e a SABESP; (b) haver valor em caixa na SPAT; (c) não há nenhuma operação prevista ou programada nesta SPE; e (d) não há qualquer risco envolvido nesta proposta de incorporação, os Conselheiros, por unanimidade de votos, aprovaram e recomendaram a aprovação à Assembleia Geral de Acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a incorporação da SPAT. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião, tendo antes redigido e feito lavrar a ata da qual se faz esse extrato, a qual foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. Mesa: Paulo Todescan Lessa Mattos – Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. Conselheiros presentes: Paulo Todescan Lessa Mattos, Martin Sebastian Berardi, Vanessa Cristina Resende Vianna, Gustavo Nickel Buffara de Freitas, Jerson Kelman, Maria Silvia Bastos Marques e Cleverson Aroeira da Silva. São Paulo/SP, 07 de maio de 2024. **Thaís da Rosa Mallmann -** Secretária. JUCESP nº 209.022/24-3 em 23/05/2024.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 06 de setembro de 2023, conforme aditado, ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 19 de junho de 2024, às 16:00 horas, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1, itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 (um) ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** a liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28 de setembro de 2023; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(A)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(B)** a Reorganização ocorra em até 9 (nove) meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 (três) meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão) nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/2027, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para o valor de US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de *hedge* para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14 de julho de 2023 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/2027, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VI da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/2024 ou por, no mínimo, 4 (quatro) meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após a efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes); e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/2027, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso. todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Terceira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Terceira Série, para aprovar a concessão de anuência prévia (waiver) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Terceira Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 (doze) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma digital (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 – Pronunciamento Técnico CPC 05, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

IGUÁ SANEAMENTO S.A.

CNPJ/MF nº 08.159.965/0001-33 - NIRE 35300332351

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2024

I. Data, Hora e Local: Em 8 de maio de 2024, às 8h30m, realizada por videoconferência (plataforma "MS Teams"), conforme autoriza o §7º do art. 8º do Estatuto Social da **IGUÁ SANEAMENTO S.A.** ("Companhia"), Resolução CVM 81/22 e Instrução Normativa DREI 81/2020 ("IN DREI 81"). **II. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos Conselheiros de Administração, nos termos do art. 8º §§ 6º e 7º do Estatuto Social, ficando dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Paulo Todescan Lessa Mattos; Secretária: Thaís da Rosa Mallmann. **IV. Assunto tratado e deliberação tomada por unanimidade dos votos:** a) Projeto Strike (Sanepar). Nos termos da aprovação da participação do certame licitatório, datada de 24 de abril de 2024, o Diretor de Novos Negócios, Mateus de Faria Renault Silva, apresentou atualizações sobre o Projeto (i.e., participação no certame da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, Edital de Licitação Concorrência Internacional – LI nº 001/2024, cujo o objeto é a Parceria Público-Privada na modalidade CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a prestação dos SERVIÇOS de esgotamento sanitário na ÁREA DE ABRANGÊNCIA, em cada um dos LOTES especificados no Anexo D do Edital, sendo Lote 01, correspondente ao território dos 36 (trinta e seis) Municípios integrantes da Microrregião Centro-Leste, Lote 02 correspondente ao território dos 48 (quarenta e oito) Municípios integrantes da Microrregião Oeste e Lote 03 correspondente ao território dos 28 (vinte e oito) Municípios integrantes da Microrregião Oeste. Após a apresentação a matéria foi colocada em discussão e em seguida em deliberação. O Conselho de Administração, por unanimidade dos membros, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovou a apresentação das propostas comerciais no âmbito do projeto, bem como a celebração dos respectivos contratos de concessão, em caso de vitória no certame, devendo obedecer às diretrizes aprovadas pelo Conselho. **IV. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião, tendo antes redigido e feito lavrar a ata da qual se faz esse extrato, a qual foi lida, conferida, aprovada e assinada eletronicamente pelos presentes. Mesa: Paulo Todescan Lessa Mattos – Presidente; Thaís da Rosa Mallmann - Secretária. Conselheiros presentes: Paulo Todescan Lessa Mattos, Martin Sebastian Berardi, Vanessa Cristina Resende Vianna, Gustavo Nickel Buffara de Freitas, Jerson Kelman, Maria Silvia Bastos Marques e Cleverson Aroeira da Silva. São Paulo/SP, 08 de maio de 2024. **Thaís da Rosa Mallmann** - Secretária. JUCESP nº 209.020/24-6 em 23/05/2024.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00292828702024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Descreva aqui a Modalidade da sua Contratação.
Nº Processo: 024.00063269/2024-03.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o Atendimento de Demandas Judiciais e Administrativa com e sem determinação de marca comercial.
Total de Itens Licitados: 16 (dezesseis).
Valor total da licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do edital: 29/05/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Eneias de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 03/06/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/06/2024 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE 33.300.292.896

EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO AOS DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

A Enauta Participações S.A. ("Emissora"), nos termos da Cláusula IX do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Enauta Participações S.A.*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), convoca os titulares das debêntures da referida Emissão ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente) e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário" ou "Vórtx") a participar da Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em formato exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, no dia 19 de junho de 2024, às 14:00 horas, por meio de plataforma digital ("AGD" ou "Assembleia"), cujo *link* de acesso será encaminhado pela Emissora aos Debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 4.26.1, itens (ii) e (iii) e 6.2.1 itens (i), (xxiii) e (xxiv) da Escritura de Emissão, para **(1)** nos termos da Cláusula 4.26, item (iii) da Escritura de Emissão, a liberação e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre direitos emergentes do Contrato de Concessão, incluindo os respectivos poços, equipamentos e inventário ("Parcela Liberada do Penhor"), concedida através do "*Instrumento Particular de Penhor de Direitos Emergentes da Concessão de Atlanta-Oliva e Outras Avenças*", celebrado em 22 de novembro de 2022, conforme aditado, para fins da cessão da referida participação indivisa no Contrato de Concessão (conforme definido na Escritura de Emissão) para a Westlawn Energia Brasil Ltda. ("Westlawn"); **(2)** a consequente dispensa de realização, por parte da Emissora, do Procedimento de Substituição de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão) exclusivamente para recomposição da Parcela Liberada do Penhor, de forma que a Enauta Energia poderá, a partir desta data, acessar todos e quaisquer valores que tenham sido depositados em seu favor resultantes da Parcela Liberada do Penhor; **(3)** a possibilidade de outorga, por parte da Enauta Energia, de garantia de descomissionamento em favor da ANP referente à Parcela Liberada do Penhor pelo período máximo de 1 (um) ano contado da conclusão da transação (*closing*) com a Westlawn, conforme descrita nos termos da Proposta de Administração; e **(4)** liberação parcial e cancelamento parcial equivalente a 20% (vinte por cento) da garantia sobre as ações de emissão da Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field"), nos termos do "*Deed of Amendment of Pledge of Shares*" celebrado em 22 de dezembro de 2022, conforme alterado nos termos do "*Amendment of Pledge of Shares*", celebrado em 28 de setembro de 2023; **(ii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para, no contexto da potencial operação a ser realizada entre a Emissora e a 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. ("3R"), **(1)** a incorporação de ações da Emissora pela 3R ("Incorporação de Ações"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão; **(2)** subsequentemente à Incorporação de Ações, a incorporação da Emissora, da Enauta Energia, de forma total ou parcial, e da Enauta Petróleo e Gás S.A. ("Enauta Petróleo e Gás") pela 3R, com a consequente extinção das ações da Emissora, da Enauta Energia e da Enauta Petróleo e Gás e a liquidação das Fiadoras Estrangeiras, ("Reorganização" e, em conjunto com a Incorporação de Ações, "Operação"), sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.1, itens (ii) e (iv) e 6.2.1, itens (v) e (vi) da Escritura de Emissão, desde que **(A)** a 3R (ou outra entidade listada resultante da Operação) continue a deter, direta ou indiretamente, a totalidade dos ativos e passivos da Emissora, da Enauta Energia, da Enauta Petróleo e Gás e de quaisquer Fiadoras, a ser comprovada por meio de declaração a ser incluída no Aditamento à Escritura de Emissão (conforme definido abaixo); **(B)** a Reorganização ocorra em até 9 (nove) meses contados da Incorporação de Ações, sujeito à prorrogação por mais 3 (três) meses em caso de não obtenção da aprovação da ANP, desde que devidamente comprovado pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, conforme aplicável, sendo certo que, **(B.1)** em decorrência de eventual alinhamento de práticas contábeis após a Incorporação de Ações, as métricas financeiras decorrentes das práticas contábeis atualizadas passarão a ser consideradas para fins de *covenants* financeiros após a Incorporação de Ações, mantendo-se inalterados e válidos os resultados apresentados até a presente data com base nas métricas utilizadas anteriormente pela Emissora; **(B.2)** a 3R aderirá à Escritura de Emissão como garantidora fidejussória, solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão após a conclusão da etapa descrita no item (1) acima e nos termos do disposto na Cláusula 4.25 (Garantia Fidejussória) da Escritura de Emissão, de forma que a 3R não será incluída no conceito de "*Fiadora*" para fins das cláusulas de vencimento antecipado (exceto em relação ao item (i) da Cláusula 6.1.1 da Escritura de Emissão), obrigações e declarações da Escritura de Emissão; **(B.3)** após a Incorporação de Ações e enquanto a Emissora ainda existir, a Emissora deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, seja na categoria "A" ou na categoria "B", e após a Reorganização, a 3R deverá permanecer com registro de emissor perante a CVM, na categoria "A"; e **(B.4)** inclusive após a Reorganização, a Emissão ainda contará com as seguintes garantias: (I) penhor de direitos emergentes das Concessões (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos indicados no item (i) acima, caso aprovado; (II) cessão fiduciária (refletindo as alterações nas estruturas de contas, conforme aplicável); (III) penhor das ações (*pledge of shares*) das Fiadoras Estrangeiras; (IV) garantia corporativa das Fiadoras Estrangeiras; e (V) garantias corporativas de outras empresas do grupo econômico da Emissora que venham a ser eventualmente constituídas durante a vigência da Emissão, nos termos da Cláusula 4.25.17 da Escritura de Emissão, exceto, para os casos (III) e (IV), quando da liquidação das Fiadoras Estrangeiras; **(3)** após a Incorporação de Ações e até a conclusão da Reorganização, observado o disposto no subitem (B) do item (2) acima, o não atendimento dos índices financeiros da Emissora previstos na Cláusula 6.1.2, itens (xv) e (xxvii), em razão da outorga, subsequentemente à Incorporação de Ações e nos termos do art. 818 e seguintes do Código Civil, de garantia fidejussória em favor dos credores de determinadas dívidas assumidas por entidades do grupo econômico da 3R, exclusivamente conforme descritas na Proposta de Administração ("Dívidas Entidades 3R"), comprometendo-se como garantidora fidejussória e solidariamente responsável pelo cumprimento integral e pontual de todas as obrigações assumidas no âmbito das Dívidas Entidades 3R, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.1.2, itens (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; e **(4)** a inclusão, com vigência até 31/12/2027, do seguinte parágrafo na definição de "*Dívida Total*" da Escritura de Emissão: "*Observado que "Dívida" não deve incluir nenhum endividamento ou obrigação similar assumida pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer de suas subsidiárias em relação à remessa de recursos de dívidas captados no mercado internacional para o Brasil, sendo certo ainda que esta dívida, incluindo qualquer responsabilidade ou obrigação similar, bem como quaisquer ativos outorgados em garantia relacionados a esta operação (incluindo mas não se limitando a caixa ou equivalentes de caixa), na medida em que contemplado pelo balanço contábil consolidado da Emissora, das Fiadoras e de qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela Emissora e/ou pelas Fiadoras também não devem ser consideradas para fins de cálculo dos índices financeiros previstos nas Cláusulas 6.1.1, item (x) e 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão.*", a fim de evitar qualquer dupla contagem no endividamento decorrente de dívidas de internação, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 6.2.1, itens (v), (xv) e (xxvii) da Escritura de Emissão; **(iii)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para (1) a alteração do limite inicialmente estabelecido para as operações de antecipação e/ou pré-pagamento de cargas e seus recebíveis dentro do curso normal dos negócios da Emissora e/ou da Enauta Energia, conforme autorizado na Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv), da Escritura de Emissão, de US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para o valor de US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares) para os exercícios sociais de 2024 a 2027 (inclusive); e (2) a liberação da Emissora e da Enauta Energia do cumprimento do compromisso de contratação de hedge para o valor integral de transações no âmbito das referidas operações, nos termos do item (ii) dos Anexos VII e VIII da Escritura da Escritura de Emissão, nos mesmos períodos acima indicados, e, consequentemente, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão; **(iv)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para a realização, pela Atlanta Field B.V. ("Atlanta Field") de eventual cessão de créditos em garantia, cessão parcial ou integral de direitos do *Facility Agreement*, celebrado em 14 de julho de 2023 entre Atlanta Field, na qualidade de credora, e a AFPS B.V., na qualidade de devedora ("Estruturação"), até 31/12/2027, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.2.1, itens (xxiii), (xiv) e (xxv), incluindo, mas não se limitando, ao disposto no Anexo VII da Escritura de Emissão, desde que, no momento da realização da Estruturação, o Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão) esteja operacional em 31/12/2024 ou por, no mínimo, 4 (quatro) meses contados do primeiro óleo (início das operações), o que ocorrer por último, a ser comprovado por meio de declaração da Emissora ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Estruturação; **(v)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)**, para estruturação de operações de recompra de ações da Emissora, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado nos termos da Cláusula 6.1.1, item (x) da Escritura de Emissão, desde que cumulativamente, (1) a Emissora esteja adimplente perante os Debenturistas com relação às obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (2) o índice Dívida Líquida/EBITDAX calculado, apurado imediatamente antes e depois da efetiva recompra, seja e permaneça, após efetiva recompra, menor ou igual a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes); e **(vi)** a **concessão de anuência prévia (*waiver*)** para que sejam computados, no cálculo do EBITDAX constante do Anexo II da Escritura de Emissão, até 31/12/2027, os ativos não caixa consolidados e *impairments* de investimento de ativo permanente, de obrigações de retirada de ativos e qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo imobilizado e/ou eventos não recorrentes ou não monetários, nos termos do art. 3º da Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, sem que sejam configurados eventos de vencimento antecipado nos termos das Cláusulas 5.4.1, 6.1.1, itens (ii) e (x) e 6.2.1, itens (v), (xv), (xxiv) e (xxv) da Escritura de Emissão. A discussão acerca do pagamento de contrapartida aos Debenturistas será realizada em sede da Assembleia, sendo certo que fica desde já acordado, em caso de aprovação integral dos itens constantes da ordem do dia acima, o pagamento, como forma de compensação e incentivo, de prêmio (*waiver fee*) aos Debenturistas em percentual mínimo de de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), a ser calculado sobre o Saldo Devedor das Debêntures na data da Assembleia (Valor Nominal Atualizado acrescido da Remuneração até a data de cálculo). Adicionalmente, a Emissora desde já se compromete a realizar, em conjunto com o Agente Fiduciário e em até 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da Assembleia ou da ocorrência de cada um dos eventos descritos na ordem do dia acima, conforme o caso, todos os atos e a celebrar quaisquer instrumentos que se façam necessários para a implementação das deliberações deste Edital, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento à Escritura de Emissão"). Os termos descritos em letras maiúsculas não definidos no presente edital terão o significado a eles conferidos na Escritura de Emissão. Fica registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença dos Titulares que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Escritura de Emissão) da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer número das Debêntures em Circulação da respectiva série. Ainda, fica registrado, para fins de esclarecimento, que as Ordens do Dia deverão ser aprovadas por Titulares que representem, no mínimo, (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Debenturistas das Debêntures da Primeira Série presentes, em segunda convocação, desde que estejam presentes, no mínimo, 20% (vinte por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série; e (ii) 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira convocação, ou, no mínimo, 50% mais 1 (um) das Debêntures em Circulação, em segunda convocação, para aprovar a concessão de anuência prévia (*waiver*) e, consequentemente, a não declaração de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série ou da Segunda Série, conforme aplicável. Instruções Gerais: A AGD será realizada de forma exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, por meio de plataforma digital, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora, com suporte do Agente Fiduciário, àqueles Debenturistas que estiverem devidamente habilitados, mediante o envio prévio, dos seguintes documentos para a Emissora (e-mail AGD2024@enauta.com.br) e para o Agente Fiduciário (e-mail enauta@vortx.com.br), impreterivelmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGD: (a) quando pessoa física: documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferido. Eventuais manifestações de voto na AGD deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de videoconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da AGD. De forma alternativa e complementar, o Agente Fiduciário disponibilizará Plataforma Digital para viabilizar a votação à distância por parte dos Debenturistas na AGD. Maiores informações sobre sua utilização poderão ser consultadas na Proposta da Administração, disponibilizada no site da Emissora e do Agente Fiduciário (www.vortx.com.br). A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital e com o acesso à videoconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora. Na data da AGD, o *link* de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência. A Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da AGD com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência. Caso determinado Debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio dos endereços de e-mail acima indicados, com até 12 (doze) horas de antecedência do horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do artigo 71, inciso I, da Resolução CVM 81, além da participação na AGD, por meio de plataforma digital, também será admitido o preenchimento e envio de instrução de voto a distância, conforme modelo disponibilizado pela Emissora nos termos do Anexo I à Proposta da Administração, disponível em seu website https://ri.enauta.com.br/ e atendidos os requisitos apontados no referido modelo (sendo admitida a assinatura digital), o qual deverá ser enviado à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os endereços eletrônicos acima indicados, impreterivelmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, para os endereços de e-mail acima mencionados, (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração de conflito de interesses da seguinte forma: "O Titular declara a inexistência de qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na Resolução CVM nº 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05, no artigo 115 § 1º da Lei 6.404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável." A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste Debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 71, §4º, II, da Resolução CVM 81. Cópia desse e dos demais documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGD aqui convocada, nos termos da regulamentação aplicável, encontram-se à disposição dos Debenturistas, na sede social da Emissora, no seu site de Relações com Investidores (https://ri.enauta.com.br), assim como nos sites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024. Sr. Mateus Tessler - **Presidente do Conselho de Administração.**

Valor F
Quarta-feira, 29 de maio de 2024

Especial
Logística

Amarras ao investimento

Cenário Brasil precisa de R$ 242 bilhões por ano para infraestrutura logística, 2,26% do PIB, mas os investimentos até agora estão muito aquém do necessário

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

O Brasil precisa promover um salto qualitativo em seu ambiente de negócios para atrair os investimentos privados necessários para uma significativa expansão da infraestrutura logística. Entre as prioridades apontadas pelo mercado está uma nova legislação para as concessões e parcerias público-privadas (PPPs), com uma melhor definição da repartição de riscos em eventos extraordinários, a exemplo dos impactos de pandemias e cheias no Rio Grande do Sul. Estão também o estímulo de novas formas de garantias e de financiamentos, como mecanismos de project finance non recourse — onde a garantia do crédito tem como base o fluxo de caixa do projeto —, segurança jurídica e melhora na estruturação das infraestruturas a serem concedidas.

"Estamos diante de uma situação inusitada. Não faltam recursos financeiros para viabilizar bons projetos, mas não conseguimos atrair os investimentos necessários por não apresentarmos boas propostas", diz o consultor Fabio Ono, diretor de investimentos e infraestrutura da Macroplan. O resultado é um grande hiato entre os investimentos realizados e os necessários. Segundo a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o Brasil precisa, anualmente, investir R$ 242,4 bilhões, o equivalente a 2,26% do PIB, para dotar o país de uma infraestrutura de transportes e logística adequada, capaz de proporcionar competitividade à produção nacional em condições equivalentes às oferecidas pelos países avançados.

Em 2023, unindo esforços públicos e privados, o investimento foi de R$ 41,4 bilhões (0,39% do PIB), com um gap de R$ 201 bilhões em relação ao necessário. Para 2024, a Abdib projeta um avanço nos investimentos, que podem chegar a R$ 66,5 bilhões, sendo R$ 29,7 bilhões privados e outros R$ 36,8 bilhões em recursos públicos de origem federal e dos governos estaduais e municipais. "Se dobrarmos os investimentos anuais, o que não é uma tarefa fácil, ainda precisaremos de 30 anos para preencher o hiato entre os que realizamos e os necessários, sem considerar novas necessidades que surgirão no período", diz Venilton Tadini, presidente-executivo da Abdib.

A possibilidade de aumento significativo dos aportes públicos é limitada diante das restrições fiscais das três esferas de poder. No âmbito federal, mais de 90% das despesas primárias do orçamento vão para gastos obrigatórios. Em 2024, o orçamento da União e de empresas estatais em transportes soma R$ 17,5 bilhões, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Recursos públicos são necessários como contrapartida para viabilizar novas infraestruturas de grande porte por meio de PPPs e também em projetos que não oferecem viabilidade econômica aos investidores.

Para gerar um horizonte e incentivar a união de esforços públicos e privados, o governo lançou em 2023 o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevendo R$ 369,4 bilhões em investimentos em transportes (R$ 214,6 bilhões até 2026). O programa terá que superar a desconfiança diante da baixa capacidade de efetivação das versões anteriores, que deixaram 5.334 obras não concluídas, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). O maior problema apontado foi a baixa qualidade de planejamento e execução das obras.

> Investidor quer mecanismos de equilíbrio financeiro contra eventos com riscos ambientais

O PAC ainda não impacta significativamente os investimentos. Levantamento da Abdib feito no final de 2023, e que leva em consideração concessões e PPPs já licitadas e as programadas para serem licitadas nos próximos anos, estima que os investimentos privados em transportes e logística devem se manter no patamar de R$ 30 bilhões por ano entre 2024 e 2027. Para Tadini, é possível avançar. Para isso, é preciso acelerar concessões e melhorar a segurança jurídica e regulatória. E um exemplo de insegurança é a discussão na Advocacia Geral da União (AGU) sobre o pleito de prefeituras para cobrar IPTU sobre infraestruturas concedidas que atravessam municípios, como rodovias, ferrovias e linhas de energia. "A cobrança não era prevista nos contratos, é uma mudança de regra que altera a lógica econômica das concessões", afirma Tadini.

Investidores ainda reivindicam mecanismos ágeis de reestruturação do equilíbrio financeiro dos contratos de concessões e PPPs diante de eventos extraordinários, como riscos ambientais, geológicos e financeiros. "Hoje todo o risco não previsto expressamente no contrato é do concessionário. É preciso criar mecanismos de distribuição de riscos entre governo e investidor privado", defende Natália Marcassa, CEO da MoveInfra, movimento pró-infraestrutura que reúne CCR, Eco Rodovias, Rumo, Santos Brasil, Ultracargo e Hidrovias do Brasil.

A má distribuição de risco, segundo Marcassa, restringe o interesse por concessões pouco rentáveis. "O custo financeiro no Brasil é alto, a inflação é alta e o risco contratual, também. O investidor se concentra em projetos com taxas de retorno na casa dos 18%. Poucos projetos dão este patamar", afirma. "Nessas condições, não vamos ter um aumento significativo de investimentos."

O mercado espera que o Novo Marco Legal das Concessões e PPPs, que tramita no Congresso (PL 7.063/2017), altere a matriz de risco dos contratos. Uma matriz mais equilibrada pode dar condições para a expansão de mecanismos de financiamento comuns no exterior, mas pouco usuais no Brasil, como os contratos de project finance non recourse. Hoje prevalecem as garantias corporativas, que penhoram ativos e limitam a capacidade das empresas em concretizar vários contratos simultâneos.

Um novo mecanismo de captação de recursos são as debêntures incentivadas de infraestrutura, regulamentadas em março. A nova regra beneficia as empresas emissoras por meio da dedução de 30% do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), permitindo ao emissor oferecer taxas de retorno maiores aos investidores. A medida deve atrair investidores institucionais, como fundos de pensão, que possuem R$ 1,5 trilhão de patrimônio. O Conselho Monetário Nacional (CMN) autoriza esses fundos a aplicar 20% de seu patrimônio em debêntures. "Se o setor de infraestrutura atrair 10% deste patrimônio, são R$ 150 bilhões em capital para investir", aponta Tadini.

Em 2023, as operações do BNDES em project finance nos segmentos de rodovias, aeroportos, ferrovias e portos somaram R$ 6,7 bilhões, mesmo patamar do ano anterior, e 90% dessas operações ocorreram via investimentos em debêntures. A expectativa no banco é de um aumento significativo das operações em 2024 e nos próximos anos.

Longe do ideal
Dinheiro previsto para infraestrutura logística não supre gargalos

Investimento

	Realizado	Necessário	Diferença
R$ bilhões	41,4	242,4	201
% do PIB	0,39	2,26	1,87



Investimentos públicos e privados em transportes previstos no novo PAC
Em R$ bilhões

Rodovias	Ferrovias	Portos	Aeroportos	Hidrovias
206	94,4	54,8	10,2	4,1

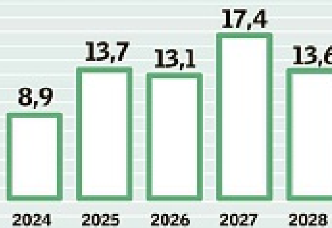
R$ 130,3 bilhões são os investimentos privados previstos entre 2024 e 2028 em concessões e PPPs

Investimentos privados

R$ 149,5 bilhões são os investimentos privados previstos entre 2024 e 2028 em concessões e PPPs

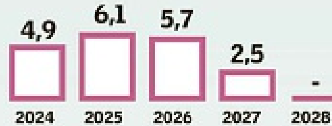


Rodovias
Em R$ bilhões



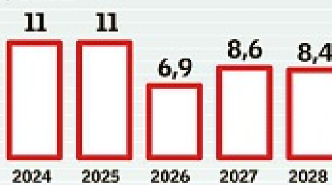


Mobilidade urbana
Em R$ bilhões



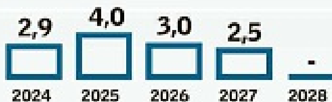


Ferrovias
Em R$ bilhões





Portos
Em R$ bilhões





Aeroportos
Em R$ bilhões



	2024	2025	2026	2027	2028
Rodovias	8,9	13,7	13,1	17,4	13,6
Mobilidade urbana	4,9	6,1	5,7	2,5	-
Ferrovias	11	11	6,9	8,6	8,4
Portos	2,9	4,0	3,0	2,5	-
Aeroportos	2	1,6	1,7	-	-

Fontes: Abdib e Casa Civil

Financiamento Papel para infraestrutura, porém, precisa concorrer com títulos do Tesouro Nacional

Debêntures atraem fundos de pensão

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

Dirigentes dos fundos de pensão receberam com otimismo cauteloso as novas debêntures estruturadas de infraestrutura, cuja Lei 14.801/24, sancionada em janeiro e regulamentada em março, permite aos emissores deduzir do cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 30% do valor pago em juros a investidores, o que, em tese, facilita às empresas que lançam os papéis oferecer uma remuneração mais alta aos compradores.

A ideia é que melhor remuneração atraia as entidades de previdência, que não se interessaram pelas debêntures incentivadas previstas na Lei 12.431/11. Esses papéis também não têm incidência de IR, mas, como as entidades de previdência já eram isentas, não viam vantagens neles.

"Estamos animados com o [novo] instrumento, porque as debêntures de infraestrutura se identificam plenamente com o propósito das entidades de previdência, que consiste em pagar benefícios mediante a acumulação de recursos, ou seja, investimentos de longo prazo e com vocação para investir na economia real", afirma Jarbas de Biagi, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Seu colega da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais (Abipem), João Carlos Figueiredo, lembra que de 30% a 40% dos recursos dos regimes previdenciários no mundo estão alocados em investimentos estruturados, dada sua característica de longo prazo — o que lhes permite bater o retorno oferecido pelos títulos públicos na média, como é o caso das inversões em infraestrutura.

Os dois executivos, entretanto, reconhecem que os títulos do Tesouro, notadamente as notas série B, que pagam inflação (medida pelo IPCA) mais juros de 6% ao ano, são um concorrente poderoso a papéis privados, pois além da rentabilidade, têm liquidez e praticamente nenhum risco.

Com um rendimento desses, o gestor não precisa fazer mais nada, diz o diretor de infraestrutura do Banco Fator, Ewerton Henriques, ao exemplificar a atratividade do papel do Tesouro frente a outras aplicações. "Tive muitas reuniões com fundos de pensão e ouvi que, hoje, as taxas de títulos públicos são confortáveis para os gestores atingirem suas metas atuariais. Não precisamos se esforçar, nem se explicar muito, nem olhar os tipos de papel", diz.

> "Hoje, as taxas de títulos públicos são confortáveis para os gestores" *Ewerton Henriques*

"Para a debênture de infraestrutura funcionar bem é preciso ter uma melhoria no cenário macroeconômico para forçar esses fundos a saírem do seu berço esplêndido — o título público — e ir para ativos mais arriscados", reitera Henriques, lembrando que fundos canadenses, por exemplo, vêm aplicar no Brasil porque o juro aqui é mais atrativo, principalmente nos papéis privados, cujo risco os estrangeiros sabem avaliar melhor, dada sua experiência com projetos de infraestrutura.

Mas esse cenário deve mudar, segundo Marina Aidar, sócia da área de infraestrutura e financiamento de projetos do Demarest Advogados, porque a nova legislação atendeu a antigas demandas dos agentes do mercado, como a simplificação dos procedimentos para enquadramento de projetos prioritários, possibilitando mais agilidade na estruturação de financiamentos. "Empresas, instituições financeiras, ministérios, CVM [Comissão de Valores Mobiliários], B3 e demais players estão digerindo e interpretando as novas regras, fazendo as adequações necessárias, inclusive em suas análises de crédito e sistemas operacionais", diz ela, que espera um volume considerável de emissão dessas debêntures no médio prazo, após esse período inicial de transição.

"Ainda não houve nenhuma emissão do novo papel porque o mercado sempre espera para ver o que acontece com quem se aventura primeiro", completa José Roberto Meirelles, diretor de mercado de capitais do Silveiro Advogados. Ele arrisca antecipar que a reconstrução do Rio Grande do Sul, origem do escritório, tende a ser um catalisador para a emissão das debêntures de infraestrutura, lembrando que se passaram apenas dois meses da publicação da legislação.

Segundo Biagi, da Abrapp, as entidades começam a avaliar os novos instrumentos nas revisões anuais de suas políticas de investimentos. "Já se nota uma predisposição de algumas entidades de incluir debêntures nas suas políticas de investimento. Dois, três anos atrás, a maioria nem consignava essa possibilidade", diz.

Reforma deve aumentar tributação do setor

Luiz Maciel
Para o Valor, de São Paulo

Após sua aprovação pelo Congresso, a reforma tributária começa a ganhar contornos mais definidos nos debates que irão estabelecer as exceções para segmentos que parlamentares julgarem que necessitam de abrandamentos fiscais. Operadores logísticos, porém, trabalham com a previsão de que terão de arcar com custos maiores durante a transição para a nova lei, que passará a vigorar plenamente em 2033.

"Estimamos um aumento na ordem de 6% nos custos logísticos, que precisará ser repassado para os parceiros de negócio e para o consumidor final dos produtos transportados", diz Roberto Zampini, da Imediato Nexway, transportadora que presta serviços dedicados a empresas como Ambev, Mercado Livre e Raízen.

O cálculo, explica Zampini, leva em conta as adaptações que as empresas terão de fazer para compensar o gradativo fim de benefícios fiscais oferecidos por algumas regiões do país, além do desafio de conviver com dois regimes fiscais durante a transição tributária — a partir de 2027, alíquotas do sistema atual entrarão em queda progressiva, abrindo espaço para a cobrança dos futuros impostos, que avançarão na mesma proporção.

Para o especialista em direito tributário Cassiano Menke, do Silveiro Advogados, o impacto será tão maior quanto mais as empresas tenham apostado na locação ou construção de centros de distribuição em cidades que oferecem descontos tributários. "Essas empresas sairão de um patamar tributário entre 19% e 20%, considerando o que pagam hoje de ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins, tudo somado, para um de 25% a 27,5% com a cobrança do futuro IVA [Imposto sobre o Valor Agregado]", observa Menke. "A simplificação que virá com a reforma é positiva e tende a equilibrar as relações comerciais a médio prazo, mas até que isso aconteça o setor logístico será penalizado, sem dúvida nenhuma", conclui o advogado.

A cobrança do IVA no ponto de destino — ao contrário de hoje, com a tributação do produto na origem, onde as alíquotas podem variar muito — é a grande mudança para o setor na reforma e obriga as empresas a rever suas estratégias de distribuição. Para Menke, o momento é de acompanhar os desdobramentos da reforma e estudar alternativas. "Não é hora de tomar decisões definitivas, mas a tendência é de uma pulverização de centros de distribuição pelo país, em vez da concentração em grandes galpões em paraísos fiscais que deixarão de existir", diz.

O paraíso fiscal mais emblemático é a cidade de Extrema, no sul de Minas Gerais. Enquanto em São Paulo a alíquota do ICMS é de 18%, em Minas ela chega a 1,3% nas vendas interestaduais — e Extrema, a apenas 100 km da capital paulista, atraiu tantas empresas interessadas na vantagem tributária a ponto de se tornar o ponto de partida de um entre quatro itens vendidos pelo e-commerce brasileiro. Quem não providenciou um galpão lá, principalmente quando o comércio eletrônico explodiu no país, durante a pandemia, perdeu competitividade.

Ao deixar de oferecer, gradativamente, as vantagens atuais, Extrema vai depender das forças de mercado para se manter como polo de distribuição de mercadorias. "Espera-se um movimento natural de queda no valor das locações em Extrema, da mesma forma como os valores de galpões mais próximos de São Paulo serão valorizados. Mas é cedo para dizer o que vai acontecer com a cidade", pondera Pedro Moreira, presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog).

Se os transportadores de carga preveem que a reforma tributária trará um aumento nos custos num primeiro momento, compensado, talvez, por um crescimento dos negócios a médio e longo prazo, no segmento do transporte de passageiros não haverá grandes impactos. A reforma propõe alíquotas iguais ou semelhantes no transporte de passageiros urbanos, semiurbanos ou interestaduais em todos os modais, explica Menke.

Na aviação regional, a proposta mais avançada no Congresso propõe alíquota de 4% de IVA, cerca de 40% menor do que é cobrado hoje, para voos que não tenham as capitais brasileiras como origem ou destino, com as exceções de Manaus e Belém. A proposta, da deputada Greyce Elias (Avante-MG), beneficiaria empresas que atuam em 477 aeroportos no interior do país. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aprova a ideia e revelou que o governo deve enviar estímulos adicionais para que "a aviação regional faça parte do dia a dia do brasileiro".

DIVULGAÇÃO



Zampini: "Estimamos um aumento na ordem de 6% nos custos logísticos"

Estados buscam investidor com atrativos logísticos

Eugênio Melloni
Para o Valor, de São Paulo

A logística vem desempenhando um papel duplo na destinação de recursos privados, inclusive estrangeiros, a alguns Estados. Ao mesmo tempo em que projetos de infraestrutura atraem investidores, a melhoria da malha logística serve como chamariz para outros investimentos, que dependem da rede de transporte e de operadores azeitada para viabilizar a distribuição de produtos.

Com posição geográfica privilegiada, vizinho aos principais mercados do país, na rota entre o Sul-Sudeste e o Nordeste, próximo da capital federal e ao lado do Centro-Oeste, Minas Gerais é um dos Estados que vem recebendo investimentos nesse setor.

A Invest Minas, estatal voltada a atração de investimentos e comércio exterior, destaca o BH Airport, o aeroporto internacional de Belo Horizonte, um hub de logística multimodal integrado com área de armazéns alfandegários no qual operações de comércio exterior podem ser realizadas com suspensão de impostos. "Para se ter uma ideia, estamos a uma hora de voo de 70% do PIB nacional", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Fernando Passalio.

Segundo Geovane Medina, gestor de produtos e serviços aeroportuários e cargo do BH Airport — que em 2023 movimentou 28 mil toneladas, 8% acima de 2022 —, foi adotado no terminal um modelo de condomínio logístico para atrair indústrias ao local.

DIVULGAÇÃO



Centro de distribuição da Adidas inaugurado em abril em Extrema (MG); foco no e-commerce de produtos importados e nacionais e envio para todo o país

Desde 2019 já foram aportados R$ 6 bilhões em investimentos privados em projetos de e-commerce, centros de distribuição e condomínios logísticos nos municípios mineiros, afirma Passalaio. No ano passado, foram assinados R$ 60,2 bilhões em protocolos para infraestrutura — e R$ 114,4 bilhões considerando todos os setores, o maior montante desde 1998. Em fevereiro, por exemplo, foi inaugurado um centro de distribuição da Adidas em Extrema — cidade próxima de São Paulo com incentivos fiscais — focado no e-commerce, com envio para todo o país.

"A logística tem muito peso na decisão do investidor sobre onde ele irá aplicar o seu dinheiro", afirma o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD). O Estado quer ser hub para a produção industrial e agropecuária da América do Sul por ligar a região Sul do país ao Sudeste e ao Centro-Oeste, servir de corredor de exportação pelo porto de Paranaguá para parte da produção agropecuária do Brasil e fazer fronteira com Paraguai e Argentina. "Como estamos conseguindo consolidar no Estado a nossa vocação de central logística, temos conseguido atrair muito investimento", diz Ratinho Jr., que afirma ainda que o Estado está no centro de 70% do PIB do continente.

O governador diz que, desde 2019, foram atraídos quase R$ 230 bilhões em investimentos privados. O Paraná também está conduzindo um programa de concessões de rodovias envolvendo um total de 3.300 km. O programa foi separado em seis lotes, dos quais dois foram concedidos no ano passado. Outros dois vão a leilão na B3 em novembro próximo e os dois restantes, em 2025. Os três aeroportos mais importantes do Estado — Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba — já são operados pela iniciativa privada, e o de Maringá, cujo terminal de passageiros será ampliado de 3.500 m² para 8.000 m², aguarda a resolução da trâmites da concessionária do terminal de cargas para poder receber mercadorias internacionais.

O governo paulista também tem adotado iniciativas para atrair investidores. Em parceria com o Ministério dos Portos e Aeroportos, abriu em março a consulta pública para a concessão do túnel Santos-Guarujá, no litoral do Estado. A construção será uma parceria público-privada (PPP) orçada em R$ 5,96 bilhões. No ano passado, o governador Tarcísio de Freitas realizou um roadshow pelos Estados Unidos para apresentar projetos a investidores internacionais. No começo deste ano, realizou nova viagem à Europa, passando por Paris, Milão e Madri com o mesmo objetivo.

De acordo com Rui Gomes, presidente da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico paulista, dos R$ 245 bilhões do programa estadual de infraestrutura, R$ 43 bilhões são de projetos de rodovias e R$ 130 bilhões, de mobilidade urbana. Inicialmente, 20 projetos foram qualificados e outros já estão sendo estruturados no âmbito do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI-SP).

Na área de transportes, recentemente foram leiloados o Rodoanel Norte, o Trem Intercidades Campinas-São Paulo e o Lote Litoral, concessão que abarca a administração de 213 km de rodovias que ligam a Grande São Paulo à Baixada Santista e ao Vale do Ribeira. Estão previstos investimentos de R$ 5,1 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão dessas rodovias. "Uma novidade nesse empreendimento será a adoção do pedágio free flow, que além de ampliar a fluidez do tráfego, permite que o usuário pague pelo trecho percorrido", afirma Nei Moreira, CEO da Companhia Brasileira de Infraestrutura (CBI), que venceu a concessão.

Uso de dados nas frotas promove eficiência e redução de custos

Por meio de conectividade, telemática e ferramentas de IA, é possível tomar melhores decisões a partir de informações precisas, que geram insights valiosos

Em todo o mundo, empresas que atuam com frotas enfrentam uma pressão crescente para aprimorar seus resultados, reduzir emissões, priorizar a segurança rodoviária e encontrar soluções econômicas. De acordo com uma avaliação recente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), os grandes riscos para o setor podem ser divididos em seis categorias: ambiental, econômica, geopolítica, social, negocial e tecnológica. A entidade recomenda que as organizações reforcem a capacidade de prevenir dificuldades, utilizando a tecnologia a seu favor.

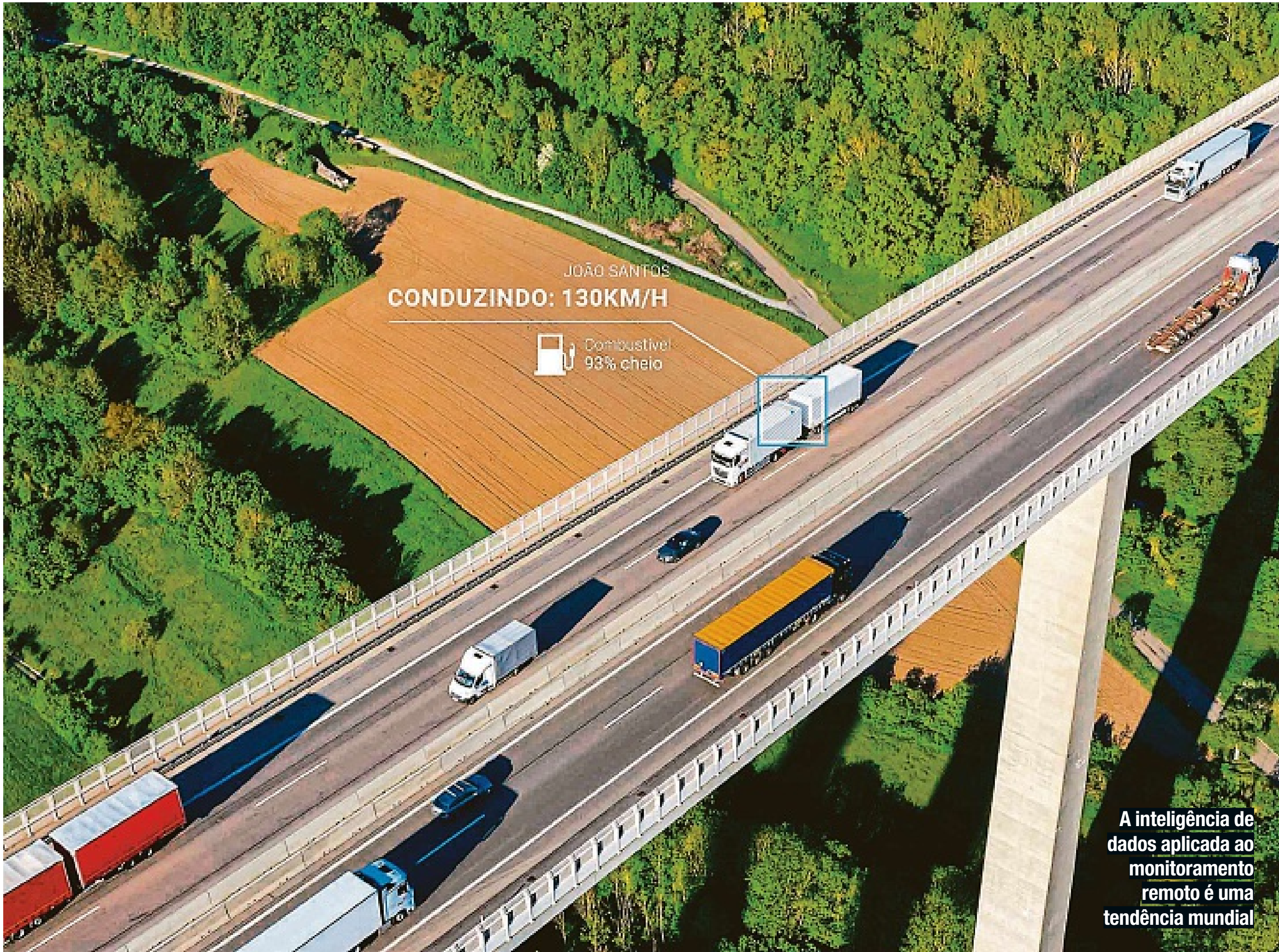
Afinal, em um mundo no qual a comunicação e as transações comerciais baseiam-se cada vez mais em meios digitais, a digitalização de processos e o uso da análise de dados produzem eficiência. No setor logístico, esses processos resultam em produtividade, redução de custos operacionais e na criação de um ambiente de trabalho mais seguro. Logo, a solução para uma série desses problemas passa pela conectividade e pelo uso da telemática e de ferramentas de inteligência artificial (IA), que geram insights precisos a partir de dados confiáveis.

"As operações de grandes frotas comerciais geram informações valiosas sobre o funcionamento dos veículos. Quando esses dados são processados por ferramentas de big data e analytics, aliadas à IA, é possível ter uma visibilidade precisa sobre as atividades e identificar pontos de melhoria que, consequentemente, resultarão em otimização de custos", descreve Eduardo Canicoba, vice-presidente da Geotab no Brasil, empresa líder global em soluções de transporte conectado.

"O uso de big data e IA permite monitorar uma variedade de parâmetros fundamentais para a manutenção preditiva e o monitoramento em tempo real do estado dos veículos", afirma Canicoba. Isso permite prever falhas de equipamentos, reduzir custos de forma expressiva e aprimorar as operações.

Em relação ao uso de combustível, por meio do monitoramento é possível identificar e corrigir padrões de condução arriscados, como acelerações bruscas, freadas repentinas e excesso de velocidade, o que resulta em otimização de custos, menor consumo de combustível e redução de desgaste dos veículos. Inibir tais infrações contribui também para a diminuição de acidentes, proporcionando um ambiente de tráfego mais seguro.

Além disso, em caso de uso de automóveis elétricos, essas tecnologias auxiliam no processo de eletrificação, monitoram o estado de carga das baterias e garantem mais eficiência energética.



© DIVULGAÇÃO

A inteligência de dados aplicada ao monitoramento remoto é uma tendência mundial

CRESCIMENTO ACELERADO

A inteligência de dados aplicada ao monitoramento remoto é uma tendência mundial: de acordo com a plataforma MarketsandMarkets, o mercado global de softwares de telemática de veículos chegou a US$ 5,2 bilhões em 2023 e deverá praticamente dobrar até 2028, alcançando US$ 10,3 bilhões, com taxa de crescimento anual composto de 14,3%.

A estimativa leva em consideração o reconhecimento das empresas do setor logístico a respeito das enormes capacidades do uso de conectividade e tecnologia no controle de veículos. Alinhada a essa tendência, e baseada em duas décadas de desenvolvimento, a Geotab contribui na fiscalização dos ofensores de custos da frota e indica oportunidades de aprimoramento operacional.

Entre as métricas avaliadas estão as rotinas de condução dos motoristas, que têm impacto na durabilidade do veículo, e a utilização de programas de manutenção preventiva, de forma a ampliar a vida útil dos automóveis, evitar a inatividade da frota e dar maior segurança aos profissionais que atuam nas estradas. A manutenção constante também está no foco da empresa, que contribui para que seus clientes contem com um suporte remoto para diagnósticos de falhas, garantindo a antecipação de reparos de forma proativa.

> **"A inteligência artificial e o machine learning são aplicados para prever falhas de equipamentos, otimizar rotas, identificar padrões de condução e otimizar operações"**
> **EDUARDO CANICOBA**
> Vice-presidente da Geotab no Brasil

"O ecossistema de telemática da Geotab monitora 75 bilhões de pontos de dados diariamente, relacionados ao estado do motor e da bateria e comportamentos do motorista, como uso do cinto de segurança, frenagens bruscas, acelerações agressivas, excesso de velocidade e curvas fechadas, entre outros", afirma Eduardo.

4 MILHÕES DE VEÍCULOS CONECTADOS

A Geotab tem mais de quatro milhões de veículos conectados em operação, e em pouco mais de um ano um milhão de novos veículos foram adicionados à base. São mais de 250 milhões de quilômetros monitorados a cada 24 horas. A empresa é líder mundial em soluções para transporte conectado e atende mais de 50 mil clientes em 160 países, incluindo o Brasil, onde atua há três anos. Na América Latina, já atende mais de 200 mil veículos conectados.

O desempenho é resultado de mais de 20 anos em investimentos em pesquisas pioneiras de dados e inovação, com foco em garantir que seus clientes possam tomar as melhores decisões, aumentar a produtividade, ter frotas mais seguras e atingir suas metas de sustentabilidade.

O ecossistema da Geotab é composto por mais de 700 parceiros, que, ao participar da inovação contínua e da colaboração com clientes em áreas em ascensão, têm gerado oportunidades de crescimento. Os próprios usuários podem cooperar com a personalização: a Geotab disponibiliza uma plataforma aberta exclusiva para gerenciamento de frotas, que oferece integração fácil com APIs e com o Kit de Desenvolvimento de Software (SDK).

Além disso, o Marketplace da Geotab engloba soluções de parceiros e viabiliza a integração com ferramentas estratégicas, como câmeras, sensores de temperatura em tempo real e da pressão dos pneus, bem como aplicativos móveis inovadores, e outros serviços comerciais.

"Para o futuro, devemos acompanhar o crescimento da conectividade entre automóveis, o investimento em elétricos e energias alternativas, e o uso de IA generativa para a gestão de frotas, como aconteceu com o recente lançamento da solução Geotab Ace, que deve chegar à América Latina em breve", detalha Eduardo, fazendo referência ao produto que consiste no primeiro assistente de IA generativa da indústria, com dados precisos e totalmente integrados, e que está em desenvolvimento na América do Norte. "Essas são as tecnologias e tendências que moldarão o futuro do monitoramento, tornando as operações de transporte mais seguras, eficientes e sustentáveis", finaliza.

PARA SABER MAIS, ACESSE:



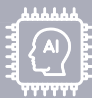
Tecnologia e inteligência na estrada

Saiba como os dados são transformados em resultados

OS CLIENTES DA GEOTAB CONTAM COM:

1. Algoritmo patenteado, que coleta e transmite para a nuvem dados telemáticos essenciais do veículo, de forma a otimizar a análise.
2. Insights orientados por inteligência artificial, que compara o desempenho com frotas semelhantes e sugere recomendações de melhorias.
3. Relatórios e dashboards customizados, que ajudam a monitorar os indicadores-chave de desempenho (KPIs) da frota e direcionar ações corretivas.
4. Marketplace com acesso a soluções complementares de parceiros, de forma a viabilizar a implementação de uma gestão de frota versátil e integrada.
5. Plataforma aberta, apoiada no Kit de Desenvolvimento de Software (SDK) da Geotab, que permite adicionar funcionalidades, aumentando a eficiência.











PRINCIPAIS BENEFÍCIOS PERCEBIDOS:

1. Segurança dos motoristas: monitora padrões de frenagem, acelerações bruscas, velocidades e períodos com ignição ligada e motor parado. Com câmeras, identifica fadiga e distrações.
2. Economia com combustível: o desempenho do veículo é avaliado junto com a conduta do motorista, permitindo medir o desempenho e investigar ociosidade com motor ligado.
3. Manutenção preventiva: o monitoramento permite apontar, de forma automatizada, quando o veículo precisa de manutenção preventiva, gerando eficiência e segurança.
4. Manutenção preditiva: diagnósticos remotos de falhas e antecipar reparos de forma proativa, impedindo custos maiores ou impacto na atividade da frota.
5. Prevenção de colisões: com a Geotab, a empresa monitora motoristas e veículos para prevenir acidentes, e ainda conta com a ferramenta de reconstrução colisão para analisar o ocorrido em caso de incidentes.

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

E-commerce Agilidade na entrega tem peso superior (49%) ao do preço do produto (33%) na decisão de compra, aponta pesquisa

Gigantes digitais ampliam atuação e disputam rapidez

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

As vendas on-line crescem na mesma velocidade da exigência de entregas rápidas com qualidade em qualquer lugar do país. Em 2023, elas somaram R$ 187,7 bilhões, crescimento de 9,5% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Brasileira de Comércio Eletrônico. Em 2024, a expectativa é que movimentem R$ 204,17 bilhões. O número de pedidos deverá saltar de 395,1 milhões no ano passado para 414,86 milhões até dezembro. Quem não acompanhar esse ritmo tende a perder participação no mercado, garantem os especialistas. Dados da consultoria Capterra apontam que a agilidade na entrega tem peso superior (49%) ao do preço do produto (33%) na hora da compra.

Maior e-commerce da América Latina, o Mercado Livre sabe o que isso significa. As vendas cresceram 29,9%, para US$ 44,8 bilhões, no ano passado. Com cerca de 85 milhões de compradores ativos, viu o número de produtos comercializados subir 22,4% e registrou 650 milhões de itens entregues pelo modelo fulfillment — operação logística que trabalha do centro de controle à distribuição para envio —, volume 45% maior do que no ano anterior, com cerca de 90% das entregas feitas em 48 horas.

Os resultados só foram possíveis porque o Mercado Livre conta com uma infraestrutura logística parruda. São dez centros de distribuição (CD) fulfillment, 22 centros de cross-docking, 104 services centers, 4.500 agências Mercado Livre, nove aviões, 4.600 caminhões e 28,5 mil entregadores. Soma-se à estrutura física investimentos em tecnologia. No cross-docking, há softwares que avaliam destino, velocidade e serviço, escolhendo a melhor transportadora para fazer a entrega. Dentro do ecossistema do Mercado Envios, aplica modelos de machine learning para prever vendas futuras de cada item que entra no CD fulfillment.

O marketplace irá expandir suas operações logísticas no Brasil como parte do aporte anual de R$ 23 bilhões previstos para o país. Serão contemplados os Estados do Rio Grande do Sul e Ceará, além do Distrito Federal. Até o final de julho também entrará em operação o CD de Pernambuco.

> “Quem deve ocupar novos espaços são os varejistas asiáticos”
> *Eduardo Terra*

Quem também não tirou o pé do acelerador foi a Amazon. Foram R$ 33 bilhões investidos nas operações no Brasil desde 2011, com ênfase na logística a partir de 2019. Em quatro anos, inaugurou dez CDs, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco e Distrito Federal, além de 64 estações de entrega. “No Ceará, investimos R$ 477 milhões. Itaitinga é o único lugar no país onde operamos um CD e uma estação de entrega na mesma área, reduzindo a logística e a sobreposição de recursos”, afirma Felipe Moraes, líder de operações na Amazon Brasil.

A meta agora, diz ele, é ampliar os pontos de entrega. Hoje, a Amazon consegue entregar em até dois dias para mais de mil municípios, e em até um dia em 200 cidades por via terrestre. A companhia expandiu a malha logística aérea em parceria com a Azul, viabilizando entregas mais rápidas para Brasília, Goiânia, Recife, Boa Vista, Porto Velho, Rio Branco e Palmas.

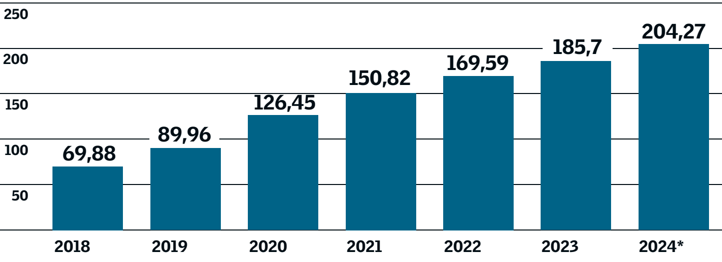
“Os marketplaces puros, como a Amazon e o Mercado Livre, são intensivos em logística, buscam ganhar capilaridade em todas as regiões, a fim de garantir entregas cada vez mais rápidas”, diz Eduardo Terra, presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo. “Quanto mais eles têm estrutura, mais controlam e ganham.” Para o executivo, o movimento de multiplicação de CDs no país tende a desacelerar, uma vez que os grandes operadores já estão presentes em todo o território. “Quem ainda deve ocupar novos espaços são os varejistas asiáticos”, diz. “A concentração geográfica, porém, deve mudar caso a reforma tributária seja aprovada.” Hoje, estima-se que 25% dos produtos vendidos no digital saiam de Extrema (MG), por questões de incentivo fiscal.

Um dos 11 CDs da Shopee fica em Minas Gerais, onde tem ainda 14 hubs logísticos. Todos os CDs operam no modelo cross-docking — as mercadorias são levadas até eles por parceiros, reorganizadas e encaminhadas aos hubs de última milha para entrega. O modelo é orientado pela velocidade; não há armazenagem e os pedidos ficam no local por menos de 24 horas.

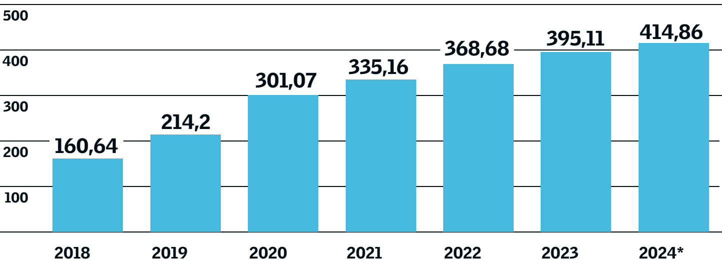
Paralelamente, a Shopee conta com cem hubs de primeira e última milha, mais de 1.800 pontos de coleta de entrega, cerca de 20 mil motoristas parceiros e 250 pontos regionais de colaboradores logísticos. “São mais de 3 milhões de vendedores brasileiros, que representam 90% das transações”, afirma Rafael Flores, head de expansão e malha logística da Shopee. “Ter capilaridade é essencial.” A varejista também investe em automação e todo o processo logístico é feito com tecnologias próprias. “Conseguimos ter desde a visibilidade de todos os pedidos em tempo real até otimizar a distribuição para minimizar a distância percorrida pelos motoristas e a quantidade de veículos mobilizados”, diz Flores.

Pela internet
Evolução das vendas do e-commerce no Brasil

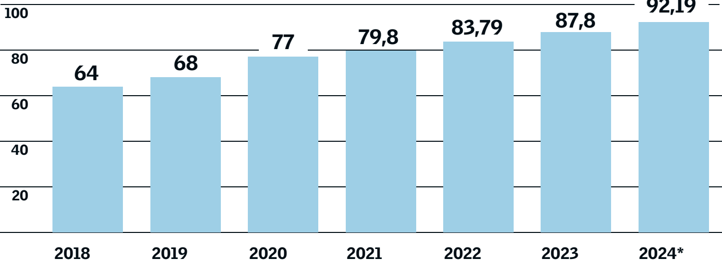
Faturamento - em R$ bilhões



Pedidos - em milhões



Compradores on-line - em milhões



Fonte: ABComm.*Previsão

Transporte de carga aéreo ganha fôlego por agilidade e segurança

De São Paulo

O anúncio do investimento de R$ 1 bilhão para lançar novas rotas de transporte aéreo doméstico de carga, feito em maio pela DHL Supply Chain, traduz a expansão vivida pelo setor, que no ano passado transportou 444 mil toneladas de cargas no Brasil, alta de 3,2% sobre 2022, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A rota Guarulhos-Manaus é a principal, com 15% do volume. A participação do modal aéreo no transporte de carga nacional, entretanto, ainda é modesta, apenas 3%, enquanto no exterior chega a 6%.

Há espaço para crescer, afirmam os especialistas. O mercado global de frete aéreo é estimado em US$ 151,22 bilhões em 2024, devendo alcançar US$ 201,57 até 2029, segundo a Mordor Intelligence. A América Latina está entre as regiões com maior potencial de expansão, tendo o Brasil como principal agente.

Em parceria com a Levu Air Cargo, companhia aérea brasileira especializada em cargas, a DHL Supply Chain operará 16 voos por semana entre Campinas, Recife e Manaus — em breve também Belém —, com cargueiro da Airbus de 27 toneladas de capacidade e tecnologia que diminui em 10% as emissões de CO_2. A meta é movimentar 4 mil toneladas este ano e chegar a 10 mil toneladas por mês ao fim de 2025, quando quatro aeronaves (duas delas com capacidade para 59 ton) estarão em operação.

Segundo Solon Barrios, vice-presidente de transportes da companhia, com a evolução das cadeias de suprimentos, sobretudo a maior demanda por agilidade e segurança de setores como saúde, tecnologia, automotivo e e-commerce, o transporte aéreo de carga ganhou protagonismo. Em 2020, a DHL lançou um hub aéreo com acesso ao lado da pista do aeroporto de Guarulhos (SP) para movimentar cargas com mais agilidade. “Agora, apresentamos a primeira aeronave, que faz conexão com todos os modais”, diz Barrios. Nas praças que não são cobertas pelas novas rotas, a empresa oferece conexão com voos de outras companhias aéreas convencionais ou last mile modal rodoviário.

A companhia conta com mais de 300 aviões fazendo conexões internacionais. Desde 2022, um Boeing 737, com capacidade de 60 toneladas de carga, faz a rota Miami - Viracopos (no interior de São Paulo) - Bogotá - Miami.

“Optar por frota própria ou despachar na barriga do avião em voos comerciais é uma questão de análise de planilha, de oferta e demanda”, diz Marcus Quintella, diretor da FGV Transportes, o centro de estudos e pesquisas em transportes, logística e mobilidade urbana da Fundação Getulio Vargas. “A análise passa pela infraestrutura aeroportuária, entrega da última milha, presença de centros de distribuição nas dependências dos aeroportos e segurança.”

Para Quintella, a chave da expansão está em tornar a opção aérea mais atraente, o que significa preparar mais aeroportos para receber cargueiros. Esse tipo de operação acontece em 60 terminais do país, dentre os 2.463 aeroportos e aeródromos registrados, segundo a Anac. “Há produtos de alto valor agregado ou perecíveis que poderiam usar o transporte aéreo, mas não o fazem por falta de uma visão mais sistêmica do processo logístico”, afirma Quintella.



DIVULGAÇÃO

Avião de carga do Mercado Livre, cuja parceria com a Gollog prevê voos dedicados para a gigante do e-commerce

As companhias aéreas também enxergam novas oportunidades de ampliar a receita. A Gollog, serviço de transporte de cargas e encomendas da Gol, investe em duas aeronaves dedicadas e transporte de carga nos seus mais de 500 voos comerciais diários. “A primeira aeronave dedicada para atender o Mercado Livre chegou em agosto de 2022. Já são seis, com capacidade para 16 toneladas de carga”, diz Pollyana Mongs, gerente geral de vendas da Gollog. “O Mercado Livre responde por 60% da ocupação, e os 40% restantes são de uso misto.” São mais de 3.500 voos e só no primeiro trimestre deste ano a companhia fez mais de 1,7 milhão de entregas de e-commerce.

Com uma rede de 320 representantes no Brasil e operação em 160 destinos, a Azul Cargo responde por 35% do mercado doméstico, com 25% das operações de carga realizadas em aeronaves dedicadas. Em 2023, a companhia ampliou a frota com aeronaves classe F, adaptadas para transporte de carga, acumulando mais de 9.000 horas de voo e transportando cerca de 21,5 mil toneladas. Nas operações de e-commerce (26% dos embarques domésticos), foram entregues mais de 1,2 milhão de pacotes ao cliente final, com tempo médio de entrega de 1,8 dia. Os desafios, porém, são grandes.

“Os gargalos incluem capacidade limitada e infraestrutura inadequada em alguns aeroportos, o que causa atrasos logísticos e dificuldades operacionais”, avalia Izabel Reis, diretora da Azul Cargo Express. “Investimos nos últimos dois anos cerca de R$ 12 milhões em novos terminais de carga em importantes aeroportos do país, como Guarulhos, Vitória, Viracopos, Manaus e Congonhas.” *(KS)*

Retrofit cria centros logísticos em bairros industriais

Genilson Cezar
Para o Valor, de São Paulo

A agilidade do e-commerce intensificou a busca por espaços com localizações estratégicas para distribuição de produtos em grandes centros urbanos e vem transformando antigos galpões em centros logísticos. Dos 962 mil m² de condomínios logísticos existentes hoje, 19,4% são empreendimentos que passaram por retrofit, segundo levantamento da Binswanger+SDS, consultoria especializada em ativos industriais e de logística. Até 2025, devem ser entregues outros 509 mil m², 36% deles em empreendimentos retrofitados — geralmente, antigas fábricas remodeladas por investidores para atender a vários ocupantes.

Bairros paulistanos que concentram galpões e armazéns sem uso, como Cambuci (região central), Mooca (zona leste), Ipiranga e Santo Amaro (ambos na zona sul), vêm sendo procurados. “O metro quadrado para locação de um centro logístico que foi retrofitado, passou por várias reformas, renovou o piso, telhados, instalações elétricas e hidráulicas, não sai por menos de R$ 43”, afirma Simone Santos, sócia-diretora da Binswanger+SDS. A empresa transformou um galpão originalmente de 20 mil m², localizado em um terreno de 50 mil m² em Jurubatuba (zona sul), em um condomínio para logística urbana com acesso às principais vias e rodovias do entorno da capital. “Estamos com o espaço praticamente todo ocupado e não alugamos por menos de R$ 40 [o m²]”, afirma Santos.

O retrofit de galpões em antigas áreas industriais tem sido uma alternativa em função da escassez de terrenos bem localizados para construção de centros logísticos, afirma Eduardo Cimino, gerente de desenvolvimento e investimentos do grupo australiano Goodman Brasil. “Esses galpões antigos, depois de revitalizados, ficam mais

DIVULGAÇÃO



Simone Santos: m² acima de R$ 40

próximos do consumidor final, facilitando a logística da última milha [last mile]”, explica. A empresa irá transformar uma antiga fábrica Avon, em uma área de 122,4 mil m² no Jardim Marajoara (zona sul), em um galpão para locação por distribuidores de mercadorias. “Em um tempo de 30 minutos de carro do imóvel, os operadores logísticos poderão alcançar 16,7 milhões de pessoas”, diz Cimino.

Nos últimos três anos, a GoodStorage inaugurou pelo menos cinco espaços para armazenagem e logística dentro da cidade de São Paulo. O último deles, o Park Lapa III, concluído no ano passado, a poucos metros da marginal Tietê (zona oeste), tem rápido acesso às rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Castelo Branco e comporta até oito empresas de grandes operações. Segundo Thiago Cordeiro, CEO e fundador da GoodStorage, hubs de galpões em bairros estratégicos colaboram para que as empresas estejam mais próximas de seus clientes finais. “Isso permite mais agilidade na distribuição, reduz despesas com frete e aproxima o estoque do cliente final”, afirma.

Para Armando Fregoso, presidente da América Latina da Prologis, a estratégia ainda contribui para o desenvolvimento da região. “Pode também trazer uma série de benefícios tangíveis, como a criação de empregos e a melhoria da infraestrutura para a região e para as pessoas que vivem nas proximidades”, diz. A Prologis, que no Brasil tem 1,7 milhão de m² em galpões, comprou a antiga fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (ABC paulista). Fregoso prefere não dar detalhes, mas destaca as ações para atender operadores logísticos que dependem da entrega eficiente.

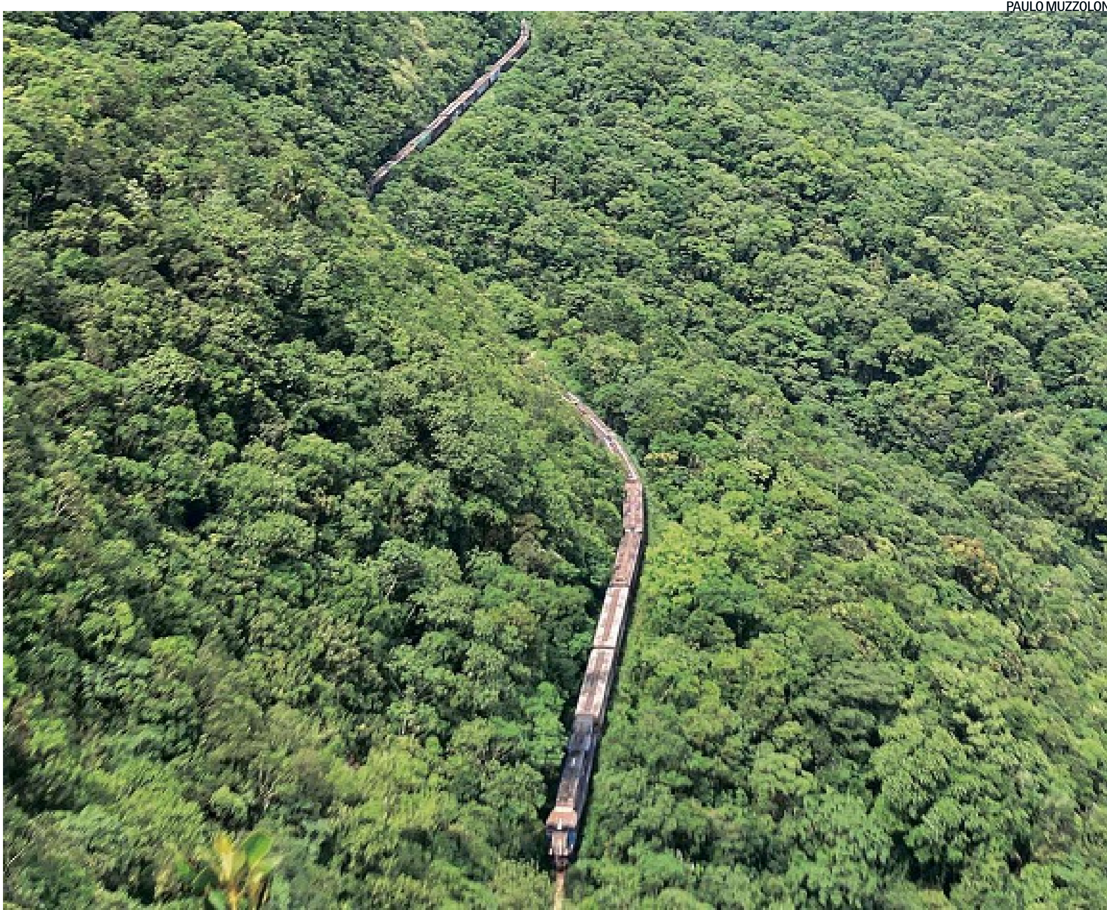
Esse ciclo de requalificação de imóveis para logística, de acordo com Milton Saad Junior, diretor da área industrial e logística do Secovi-SP, atinge muitos galpões de 20 ou 30 anos em um raio de até 30 km da capital paulista. A Form Bens, empresa da qual ele é sócio-diretor, requalificou a antiga sede da Viação Itapemirim na via Dutra, em Guarulhos, além do antigo galpão da McLane e da Gimba e um armazém do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em Barueri, para uso como sorter center (centro de transbordo) para empresas de transporte e logística.

A disputa pelo metro quadrado de terrenos nos centros urbanos com empreendimentos residenciais e corporativos provoca também uma migração das operações para o interior, e até mesmo para outros Estados, como Minas Gerais, atraídas por incentivos fiscais e proximidade com São Paulo. Em Extrema (MG), por exemplo, a Fulwood lançou um condomínio logístico após reformar um antigo galpão de 27 mil m² e mais que dobrar a área total construída. Em média, um empreendimento de 100 mil m² gera faturamento de R$ 33 milhões por ano, diz Gilson Schilis, CEO da empresa, que procura oportunidades em localidades pouco exploradas. “Buscamos boa rentabilidade nos projetos. E apostamos nisso, pois cada vez mais os galpões logísticos estão mais inteligentes e mais eficientes.”

Tecnologia Adoção de novas ferramentas gera economia de tempo e combustível, reduz gastos com hora extra e melhora a análise de dados

IA atua em RH, rota e segurança, mas está só no começo

Marli Lima Iacomini
Para o Valor, de Curitiba


PAULO MUZZOLON

Trem da Rumo no Paraná; empresa usa sensores para conferir trilhos e quer operar sem maquinista em até três anos

Questões comuns em transporte e logística já encontram algumas respostas com o uso de inteligência artificial (IA). Empresas do ramo, seja de trens, ônibus ou caminhões, têm buscado tecnologias para operar com maior segurança, roteirização mais eficiente e gestão de equipes com intervenções que tanto ajudam a reduzir o número de horas extras como definir o perfil adequado do profissional para cada entrega. Mas as empresas admitem que o uso de IA está apenas no começo e, para muitas, um grande desafio a ser vencido é a organização de dados.

Na Rumo Logística, a ênfase da IA está em eficiência e segurança e, segundo o diretor de tecnologia, Marco Andriola, as soluções partem da pergunta "o que queremos resolver com inteligência artificial?". Um dos passos para o uso de novas ferramentas foi o investimento em comunicação, com uma parceria com a Embratel e a Nokia. As locomotivas podem se comunicar com a central de operações por satélite, rádio ou 4G, de acordo com o melhor sinal encontrado em serras, túneis e outros locais.

A empresa administra 14 mil km de ferrovias e, com a migração de sua computação para a nuvem e dados em tempo real, deu outros passos. A malha tem sensores que medem se o trilho está quebrado, se há queda de barreiras e até qual é a temperatura das rodas. "Esses dados alimentam o centro de circulação e o sistema de manutenção para que possamos tomar decisões, por meio de IA, do que devemos atacar, seja parar um trem ou fazer outra intervenção", diz Andriola. A decisão precisa ser tomada com antecedência, porque os trens não param de imediato, sob risco de tombamentos. O que consumia tempo, como traçar cenários manuais para as áreas de cruzamentos dos trens em circulação, hoje é feito em segundos.

Em outra frente, com locomotivas semiautônomas, que usam a tecnologia "trip optimizer", a empresa reduziu em 4% o consumo de combustível, ou 10 milhões de litros por ano. A Rumo ainda caminha para que o trem opere sozinho, sem maquinista, em até três anos. Também fez parceria com a Prefeitura de Curitiba, onde fica sua sede, e o Departamento de Trânsito do Paraná para testes de passagem em nível sensoreada para diminuir riscos de colisão e atropelamento em perímetros urbanos. Novidades estão a caminho e contemplam o uso de dados e de imagens, adianta o diretor.

> "Decidimos ser uma empresa de tecnologia que faz transporte"
> *Antonio Wrobleski*

Da ferrovia para as estradas, a operadora rodoviária de cargas BBM Logística finaliza um projeto que, em 2025, a levará a novo patamar no uso de dados. "Decidimos ser uma empresa de tecnologia que faz transporte", explica o presidente, Antonio Wrobleski. Entre os benefícios do uso de IA, ele cita redução no consumo de combustível, previsibilidade de demanda e roteirização mais rápida e econômica. O roteirizador foi adotado em parte da operação e, com ele, há economia de 8% a 15% no uso da frota. Como a BBM tem 5.000 veículos, entre leves e pesados, se a economia média for de 10%, serão 500 unidades a menos rodando.

A IA indica ainda o melhor condutor para atuar em rotas longas ou curtas, porque detecta fadiga, e poderá reduzir o custo com seguros ao mudar rotas consideradas perigosas. Segundo Wrobleski, é só o começo do uso da tecnologia.

Para o CEO da plataforma de soluções logísticas Cargon, Denny Mews, o segmento ainda está se preparando para usar a IA. "Há muito a ser organizado", diz. Uma das dificuldades em termos de dados, acrescenta, é o fato de que grande parte das empresas no Brasil tem até cinco caminhões. "Não é algo caro, mas modifica processos. A escala de uso será maior a partir do ano que vem", avalia. Na Gritsch Logística, a experiência com IA começou há seis meses, com roteirização das entregas expressas. Os ganhos estão sendo medidos, mas o diretor-executivo, Ricardo Gritsch, diz que a empresa já observou redução em tempo e custo. Por enquanto, optou por manter o modelo tradicional nos transportes de malotes de bancos e Correios.

Empresas de transporte de passageiros também estão usando IA. No Recife, a operadora de sistemas de ônibus MobiBrasil adotou soluções da israelense Optibus para melhorar a eficiência. A empresa passou a fazer combinações de veículos, motoristas e rotas e, ao melhorar as escalas, a empresa reduziu as horas extras de 14,5% para 6,5% — a meta é chegar em 3% —, a ociosidade e o passivo trabalhista. "Passamos por um período de aprendizagem e ainda não usamos todas as ferramentas", conta Ricardo Rios, gerente de planejamento na capital pernambucana.

A Optibus também foi adotada em municípios de Estados como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Os investimentos que as empresas têm feito, porém, nem sempre geram o retorno financeiro esperado, segundo pesquisa da McKinsey Brasil no seguimento de supply chain, que envolve a área logística. Das 34 entrevistadas de diversos setores, 13% avaliam extrair o máximo impacto de tecnologias combinadas nos processos, enquanto 21% responderam que não estão extraindo o potencial total e 66% ainda estão começando a jornada.

Segundo o levantamento, as companhias reconhecem que as tecnologias têm grande potencial de gerar impacto financeiro. "O ponto chave é escalar para o que vai gerar valor, criar processos e desenvolver habilidades", diz Edson Guimarães, sócio associado de supply chain da McKinsey.

A CPOs 2024, pesquisa do Procurement Club, mostra que 26% dos entrevistados planejam priorizar IA para compras e 26% vão investir em ferramentas e métodos de automação. "Isso confirma a visão de que a tecnologia é um dos focos principais para melhorar a performance", diz André Gurgel, CEO do Procurement Club. "Estamos arranhando a superfície da IA, mas muitos ainda não sabem o potencial de evolução", opina.



Logística: pilar econômico impulsionado por IA integrada

Novas tecnologias com vídeo, IA e big data ajudam nas operações físicas, reduzindo custos, melhorando a previsibilidade de entregas e aumentando a segurança


© GETTY IMAGES

Foco na robustez da IA e na união com dados para obter impactos positivos

O mercado de logística brasileiro é um setor de peso para a economia, representando uma fatia importante do PIB nacional — cerca de 15%. E há ainda um grande potencial de crescimento, que passa a se apoiar em tecnologias, especialmente em inteligência artificial, para entregar valor aos clientes.

"Se olharmos para fora, a digitalização e o uso de IA nos processos de logística já estão maduros. Nos Estados Unidos, por exemplo, 70% dos veículos comerciais já têm alguma ferramenta que impulsiona a eficiência operacional, gerando ganhos de até 30%. Aqui no Brasil, o índice de digitalização ainda está perto de 20%", analisa Rodrigo Mourad, presidente e cofundador da Cobli, uma empresa de tecnologia com foco no uso de IA e IoT para melhorar eficiência e segurança de operações de transportes e serviços.

Com sete anos de operação, a empresa já atraiu mais de R$ 350 milhões em investimentos liderados por Softbank, IFC e Fifth Wall, atendendo segmentos como transportes, telecom, e-commerce, energia e construção civil. Para se manter na vanguarda, a Cobli agora concentra seus esforços principalmente em inteligência artificial — a exemplo das tecnologias que varrem imensas quantidades de informação, lendo imagens de vídeo e atualizando os gestores com o que é realmente relevante.

OPERAÇÕES INTELIGENTES

Olhando para as oportunidades do setor, a Cobli construiu soluções que unem IoT, IA e ciência de dados alinhadas com a perspectiva de uma revolução na logística.

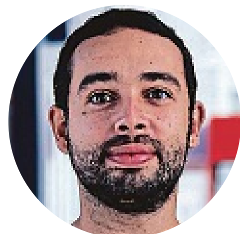
"Nosso principal produto hoje é a Cobli Cam Pro, uma solução de videomonitoramento veicular com IA embarcada que identifica sinais de fadiga, uso indevido de celular e comportamento de direção perigosa que possam colocar o motorista ou operador em situação de risco", explica Mourad. Com o uso de IA, o algoritmo é capaz de perceber situações perigosas e avisar imediatamente o condutor, resultando em uma redução média de 70% a 80% da incidência de eventos de risco.

Os vídeos e os dados de condução ajudam a redefinir as operações com objetivo de tornar processos mais eficientes e otimizar custos. As imagens ficam registradas em uma plataforma, e os gestores podem fazer varreduras em segundos para entender as dores do negócio e tomar medidas para melhorar as operações, como investir em treinamentos e políticas da empresa.

Fenômeno no mundo todo, a IA está no foco das discussões pelo seu papel de encontrar a informação precisa, com respostas rápidas.

"Estamos desenvolvendo uma ferramenta de linguagem natural que fará a leitura dos dados e das imagens por meio de perguntas. Isso permitirá que os executivos tenham uma visão mais completa da operação, e o time se concentre em atividades mais estratégicas", cita Mourad.

Além de dar visibilidade detalhada, a empresa se propõe a ir além do monitoramento veicular. A Cobli também evolui seus algoritmos para conectar operações físicas como um todo, incluindo barcos, empilhadeiras e espaços como fábricas, centros de distribuição e galpões.



> **"Em um cenário onde eficiência e segurança são cruciais, os modelos de linguagem avançados capazes de unir dados extraídos de vídeo levam o setor para uma nova era"**
> **RODRIGO MOURAD**
> Presidente e cofundador da Cobli

"Com os vídeos, estamos criando cópias digitais das operações físicas de nossos clientes. Assim, tudo passa a ser visto, medido e otimizado. Será possível identificar automaticamente alguém que não faz parte da equipe ou um trabalhador sem EPI", diz Mourad.

Acompanhando a rápida evolução tecnológica, a Cobli investe fortemente em desenvolvimento de produto — serão R$ 20 milhões destinados a essa área nos próximos 12 meses.

O foco é na robustez da inteligência artificial e na união com dados para obter impactos positivos nas operações físicas. "Em um cenário onde eficiência e segurança são cruciais, os modelos de linguagem avançados capazes de unir informações extraídas de vídeo levam o setor para uma nova era, estabelecendo diferentes padrões e uma revolução que nos propomos a liderar", conclui Mourad.

INÊS 249

Portos Antaq estima que volume movimentado chegue a 1,415 bilhão de toneladas de 2023 a 2027

Obras prometem ampliar escoamento de cargas pelos terminais marítimos

Inaldo Cristoni
Para o Valor, de Indaiatuba (SP)

A dragagem do berço de atracação, a ampliação da capacidade de recepção rodoviária e ferroviária, a construção de terminais e a extensão do cais acostável compõem o rol de obras estruturantes de adequação dos portos para o esperado incremento da movimentação de cargas nos próximos anos. A Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq) estima que o volume movimentado pode saltar de 1,303 bilhão para 1,415 bilhão de toneladas no período de 2023 a 2027.

No porto de Santos, cuja movimentação no primeiro trimestre (42,3 milhões de toneladas) foi 15,9% superior à do mesmo período de 2023, está prevista a aplicação de R$ 21,28 bilhões até 2028. Uma das obras é o aprofundamento do canal, que permitirá receber navios de maior calado. "Hoje, o maior cargueiro do mundo depende da maré para entrar no porto", afirma Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), fazendo referência ao Panamax.

Intervenções nas vias de acesso também estão no radar da APS. Na margem esquerda do porto, em Guarujá, estão previstos uma nova pista de 3 km, um viaduto e uma rotatória. Já a obra do túnel Santos-Guarujá, de 870 metros de extensão e com início previsto para o primeiro semestre de 2025, diminuirá significativamente o tempo de circulação de caminhões que levam a carga para armazenamento no Guarujá. Atualmente, eles percorrem uma distância de 45 km. As duas obras terão recursos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal.

O porto de Suape, em Pernambuco, tem a expectativa de dobrar para 50 milhões de toneladas a capacidade de movimentação de cargas até 2030 e fazer parte do mapa de exportações brasileiras com a conclusão de projetos de infraestrutura. A expectativa é que a expansão seja impulsionada também com a retomada das obras do trecho Salgueiro-Suape da ferrovia Transnordestina, pelo governo federal, e com a ampliação da refinaria Abreu e Lima, da Petrobras.

O porto tem potencial para escoar parte da produção do agronegócio que atualmente é exportada através dos portos do Itaqui, em São Luís (MA), e de Ilhéus (BA), segundo Márcio Guiot, diretor-presidente do Complexo Industrial Portuário Suape. O aumento da produção da Abreu e Lima, para 260 mil barris/dia até 2028, vai demandar muito do porto, acrescenta. "O óleo cru chega de navio e a tendência é que aumente também a saída de derivados, principalmente de diesel", afirma Guiot.

Em maio foi concluído o aprofundamento do canal externo e até junho deve ser iniciada a dragagem do porto interno, com duração estimada em nove meses. As obras são resultado de investimentos de R$ 243 milhões. Em relação ao cais, os planos são de aumentar a extensão de 2 km para até 10 km. Novos terminais de contêineres também estão sendo construídos, como o da APM Terminals, orçado em R$ 1,6 bilhão e com capacidade inicial para movimentar 400 mil TEUs (unidade que equivale ao volume de um contêiner).



De 2018 a 2023, a movimentação de carga no porto de Paranaguá (PR) cresceu 25%, para 65 milhões de toneladas em dezembro do ano passado — volume previsto inicialmente para 2040. O arrendamento de áreas é a aposta para assegurar uma operação de escoamento mais eficiente; cinco já foram licitadas para a iniciativa privada desde 2019 e outras três deverão ser oferecidas em 2024, resultando em investimentos de R$ 2 bilhões em infraestrutura nos próximos três anos.

Há também projetos voltados à recepção rodoviária e ferroviária com previsão de entrega em até dois anos. Um novo pátio de triagem será construído, dobrando de 900 para 1.800 o número de vagas estáticas para caminhões. Luiz Fernando Garcia, diretor-presidente de Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), destaca ainda o início da construção da nova moega ferroviária, que terá capacidade para descarregar 24 milhões de toneladas de carga por ano. Orçada em R$ 600 milhões, atenderá os 11 terminais do corredor de exportação e eliminará os desvios ferroviários que atrapalham o tráfego urbano.

Mesmo com a expansão e modernização da infraestrutura, o porto paranaense não consegue dar vazão ao crescimento da produção de grãos, afirma Nelson Costa, superintendente da Federação e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar). Além disso, com a paralisação do porto de Itajaí, em Santa Catarina, em decorrência das chuvas do final do ano passado, a exportação de contêineres, principalmente de carne e madeira, está sendo desviada para Paranaguá. "O porto colapsou", diz Costa.

O impacto da fila de espera para o carregamento de navios foi sentido em toda a cadeia. "O tempo de armazenagem aumentou", revela Ezequiel Scopel, gerente executivo de logística integrada da Cocamar, cooperativa agrícola sediada em Maringá (PR) que movimentou 4 milhões de toneladas de grãos no ano passado. A cooperativa precisou recorrer a armazéns que antes não eram utilizados para estocar grãos.

O porto de Paranaguá tem conseguido absorver o volume adicional de movimentação com a mesma infraestrutura, ressalta Garcia, acrescentando que os reflexos dos investimentos em expansão da infraestrutura portuária serão sentidos nos próximos anos. "Posso garantir que não perdemos qualquer volume de carga por conta de ineficiência ou por falta de capacidade", afirma.

As cooperativas, porém, buscaram alternativas para a escoar a produção. No ano passado, algumas desviaram o embarque para Rio Grande (RS), Navegantes (SC) e São Francisco do Sul (SC). Outra opção aventada é a construção de novas instalações portuárias: há o projeto do porto Guará (PR), um terminal privado em Paranaguá, e outra cooperativa paranaense, a Coamo Agroindustrial, está construindo o porto Itapoá (SC).

Leilão de 4 hidrovias deve começar pelo rio Madeira

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

Os primeiros quatro leilões de concessões de hidrovias para a iniciativa privada devem ocorrer no ano que vem. A expectativa da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é concluir neste ano o processo de audiências públicas e obtenção do aval dos órgãos de controle para a concessão da hidrovia do rio Madeira, que liga Porto Velho (RO) a Itacoatiara (AM), e promover o leilão na B3 no primeiro trimestre de 2025. Até o final do próximo ano a agência também planeja bater o martelo de concessão das hidrovias do rio Paraguai (MT e MS), da lagoa Mirim (RS) — que fará a conexão entre o Brasil e o Uruguai — e da hidrovia Barra Norte (AP), na foz do rio Amazonas junto ao oceano Atlântico.

Duas outras hidrovias também estão entre as prioridades da Antaq, mas ainda sem previsão de quando os projetos estarão maduros para leilão: a hidrovia do Tocantins (TO e PA), cujo modelo de concessão já está em estudo, e a hidrovia do Tapajós (PA), que ainda não entrou em fase de estudos.

Os leilões não param aí. O órgão regulador já faz a prospecção de outras hidrovias que poderão fazer parte do programa de outorgas, após a concretização das seis concessões prioritárias. "Estamos avaliando a possibilidade de concessão das hidrovias do São Francisco [MG-BA] e do Parnaíba [no Piauí] e conversando com o governo de São Paulo sobre a inclusão da hidrovia Tietê-Paraná [GO, SP, MS e PR] no programa", afirma Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq.

Cada hidrovia contará com modelagem própria, podendo ser repassada para a iniciativa privada pelo sistema de concessão tradicional ou concessão patrocinada. No segundo caso, existe a possibilidade de o governo federal arcar com parte da tarifa ou, mais provável, realizar parte do investimento necessário nas vias, se responsabilizando pelas intervenções mais custosas, antes de repassar a hidrovia para a gestão privada, que ficaria responsável por intervenções menores e manutenção. "Nosso objetivo é viabilizar o transporte hidroviário com tarifas acessíveis. Para isso, o capex não pode ser demasiadamente elevado", diz Nery. Capex é o investimento em ativos necessários para a operação de um empreendimento.

Um ponto em comum nas modelagens de concessão da Antaq é que apenas as embarcações de transporte de carga serão tarifadas; o transporte de passageiros e a pesca não pagarão tarifas, de acordo com determinação do Ministério de Portos e Aeroportos. Outra determinação do ministério e da agência reguladora é que as tarifas só poderão ser cobradas após a implementação das benfeitorias nas vias, como sinalização, balizamento, obras de dragagem e disponibilização de cartas náuticas digitais.

Hoje, nenhum rio brasileiro conta com as benfeitorias previstas para serem implementadas pelas concessionárias, consideradas básicas do transporte hidroviário. No jargão do mercado, os rios por onde trafegam cargas no Brasil são vias navegáveis, não hidrovias estruturadas. "Há disponibilidade no mercado de pagar um pedágio pelo uso das hidrovias em troca de vias bem sinalizadas, seguras e em boas condições de navegabilidade", avalia Natália Marcassa, CEO da MoveInfra. "A falta de dragagem e sinalização prejudica muito o transporte de grãos por hidrovias no Brasil. A modernização das vias é necessária", diz Elisangela Pereira Lopes, assessora de infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).


WENDERSON ARAUJO/VALOR
Mercado aceita pagar pedágio em troca de hidrovias bem sinalizadas e seguras, diz Natália Marcassa, da MoveInfra

No rio Madeira, importante via de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste e do Norte do país por onde trafegam mais de 12 milhões de toneladas de grãos por ano, a concessão será do tipo patrocinada. Segundo Nery, a ideia é utilizar o dinheiro proveniente da Conta de Desenvolvimento da Navegabilidade, — formada com recursos da Eletrobras a partir da privatização da companhia de energia—, para arcar com os principais investimentos necessários para o aprofundamento do canal, permitindo que as barcaças trafeguem a plena carga o ano inteiro, o que não ocorre atualmente no período de vazão do rio.

O futuro concessionário terá que manter uma draga dedicada à manutenção da hidrovia e também arcará com os demais investimentos de caracterização e de manutenção das instalações portuárias públicas de pequeno porte, as IP-4, dedicadas ao embarque de passageiros. "O pessoal do agronegócio já afirmou que pagaria US$ 1 por tonelada transportada no Madeira. Posso antecipar que a tarifa será bem menor do que isso", conta Nery. A expectativa da Antaq é que a concessão amplie o transporte de carga no rio Madeira para algo entre 19 milhões e 20 milhões de toneladas por ano até 2034.

> "Falta de dragagem e sinalização prejudica muito o transporte de grãos por hidrovias"
> *Elisangela Lopes*

Na lagoa Mirim ainda não há transporte regular de carga. Para conquistar volumes significativos, a hidrovia precisará apresentar tarifas baixas. A ideia é promover uma concessão patrocinada, que permita uma redução do capex da hidrovia. A alternativa em análise é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) arcar com as obras de dragagem e implementação do canal de navegação, a um custo estimado em R$ 30 milhões. Já a do Paraguai deverá ser uma concessão pura, uma vez que conta com tráfego anual na casa de 8 milhões de toneladas, o que viabiliza a operação comercial.

O tempo de concessão das hidrovias será definido caso a caso. No Madeira, a ideia inicial é estabelecer um prazo de 10 ou 12 anos, prorrogável por mais 10 anos. O Brasil conta hoje com 42 mil km de vias navegáveis, mas a extensão utilizada é de apenas 19.200 km, por onde trafegaram 128 milhões de toneladas de mercadorias em 2023. Nos Estados Unidos, apenas o rio Mississippi transporta por volta de 400 milhões de toneladas de carga por ano. "Temos muito potencial de expansão do transporte hidroviário no Brasil", diz Nery.

O transporte hidroviário é atrativo ao gerar economia para o embarcador. A estimativa é que uma barcaça transporte 1.500 toneladas em cargas, volume que exigiria o uso de 60 carretas. Segundo a CNA, o transporte hidroviário propicia uma redução de 30% nos custos quando comparado ao transporte rodoviário. A emissão de dióxido de carbono (CO_2) é estimada em um quarto do que é emitido pelo transporte rodoviário e em dois terços do que é gerado pelo ferroviário.

Pelos rios
Seis hidrovias fazem parte da primeira etapa do plano de concessões



Fonte: Antaq

Ferrovias Queda de braço entre operadoras e governo gera ‘racha’ entre Ministério dos Transportes e a ANTT, afirmam fontes do setor

Valores de outorgas travam a renovação de concessões

Vladimir Goitia
Para o Valor, de São Paulo

A renovação das concessões de três das quatro principais malhas ferroviárias do país entrou numa “queda de braço” entre o governo federal e as concessionárias, e ainda provocou um “racha” entre o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Basicamente, o impasse está nos valores das outorgas adicionais que o governo está tentando “arrancar” das operadoras pelas renovações antecipadas das concessões assinadas em 2021 e 2022 e na contrapartida que o Planalto poderá oferecer às detentoras das malhas ferroviárias.

Observadores do setor informam que a queda de braço entre as partes envolvidas “está duríssima”. Um desses observadores avalia que o racha entre Ministério dos Transportes e ANTT, responsável pela outorga da infraestrutura de ferrovias e rodovias no âmbito federal e também pela prorrogação antecipada dessas concessões na gestão anterior, vem desde o início deste governo, o que não estaria ajudando em nada na solução do impasse.

Segundo essa fonte, as outorgas adicionais que as concessionárias teriam de pagar já haviam sido acertadas, mas agora o governo decidiu que esses valores são irrisórios para a renovação por mais 30 anos. A ANTT entende, ainda segundo esta fonte, que aumentar valores já acertados anteriormente seria como admitir que “fez o trabalho errado”. Outro observador avalia, entretanto, que há, de alguma forma, um certo espaço para cobrar um pouco mais das concessionárias, mas não o que o governo estaria pretendendo, em torno de R$ 40 bilhões. Procurados, tanto o Ministério dos Transportes como a ANTT não responderam.

A Vale, que opera as estradas de ferro Vitória-Minas e de Carajás, e a MRS Logística (Malha Sudeste) preferem não comentar detalhes nem montantes das negociações. Mas uma fonte próxima a essas discussões entende que qualquer valor que as concessionárias venham a ceder trará impactos significativos nas ações das companhias no mercado financeiro. Segundo essa fonte, os investidores não estão apenas atentos, mas vigilantes sobre o andamento das negociações. O temor é que o imbróglio seja judicializado, ou até mesmo que os ativos possam ser relicitados.

A empresa, cobrada quase em R$ 26 bilhões, informa estar em discussões avançadas com o Ministério dos Transportes sobre as condições gerais para otimizar os planos de investimentos nos contratos de concessão, que hoje são regularmente executados pela Vale nos termos estabelecidos e divulgados ao mercado em 16 de dezembro de 2020. A companhia explica ainda que manterá o mercado atualizado sobre qualquer compromisso relevante assumido no âmbito das negociações, em linha com a legislação.

“A Vale segue cumprindo com as obrigações decorrentes da renovação antecipada das ferrovias Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Carajás. A empresa entregou 100% do compromisso cruzado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e adquiriu os equipamentos necessários para expansão da oferta de trem de passageiros. As obras de mobilidade urbana e a obra da Ferrovia Integração Centro-Oeste (Fico) estão em implantação”, informa a empresa em uma nota.

A MRS respondeu no mesmo tom. “A empresa dá continuidade às tratativas, que estão bem avançadas, junto às entidades envolvidas. O acordo, apesar de não estar 100% formalizado, está sendo bem endereçado. Por questões de governança, neste momento, não podemos oferecer mais detalhes”, afirma em nota a empresa, que estaria sendo cobrada em cerca de R$ 4 bilhões.


DIVULGAÇÃO
Mesquita: Oportunidade para substituir contratos por outros mais claros

Independentemente da queda de braço entre as empresas e o governo, além das divergências entre o Ministério dos Transportes e a ANTT, o Demarest Advogados avalia que a possibilidade de um acordo para a manutenção da prorrogação antecipada é vista com bons olhos. “Frustrar a prorrogação antecipada seria desperdiçar um esforço de mais de sete anos para implementar essa política pública”, diz Virginia Mesquita, sócia da área de infraestrutura e financiamento de projetos do Demarest.

Segundo a advogada, a questão já passou por uma lei autorizativa, por uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e por um processo longo de negociação dos novos investimentos e obrigações assumidos pelas concessionárias. “Agora, é uma oportunidade importantíssima de substituir os contratos lacônicos da época da privatização das ferrovias por contratos claros, com obrigações bem detalhadas. Colocar isso a perder nos parece ser um erro grave”, afirma Mesquita.

Até porque, acrescenta, nos últimos anos houve duas iniciativas voltadas a fomentar a expansão da malha ferroviária: as prorrogações antecipadas e o programa de autorizações. O programa, avalia, começou pelo fim ao priorizar a regulamentação das autorizações para trechos greenfiled, ao invés de facilitar a devolução de trechos inoperantes para depois delegar a operação por autorização. “Criou mais ferrovias de papel que investimentos concretos até agora. Nossa chance de vermos investimentos concretos no curto e médio prazo está nas prorrogações. Aliás, o governo federal deveria prosseguir com as prorrogações e aproveitar a oportunidade para facilitar a devolução de trechos inoperantes, que podem ser operados no regime de autorização por outras companhias”, diz Mesquita.

> Setor teme judicialização ou mesmo que contratos ativos sejam relicitados

Rodovias instalam pedágio e balança automáticos

De São Paulo

Conectividade, sustentabilidade e inteligência artificial, além de drones e robôs, são pilares do futuro da infraestrutura rodoviária do país, dizem players do setor. Esses recursos se somarão a tecnologias já em operação, como sensores de velocidade e acústicos, câmeras, semáforos inteligentes, sistemas de supervisão de condições de clima e sinalização digital.

“Teremos uma frota significativa de veículos conectados com centros de controle operacional, enviando e recebendo informações que vão tornar as viagens mais seguras e eficientes”, diz Afrânio Spolador, diretor de tecnologia da EcoRodovias, que administra mais de 4.700 km de rodovias. Estradas também deverão ser preparadas para receber carros autônomos e, antes disso, uma frota cada vez mais eletrificada.

Há testes pelo mundo de painéis fotossensíveis carregados com luz solar para substituir sinalizações e tintas dinâmicas que emitem diferentes cores de acordo com a temperatura ou condições climáticas. Se o asfalto se tornar escorregadio pelo excesso de chuva ou acúmulo de neve, por exemplo, sinais diferentes no asfalto se tornarão visíveis, advertindo para o perigo.

No Brasil, novidade mesmo é o free flow (pedágio sem barreiras), que permite ao usuário ganhar tempo, já que não é necessário parar e nem mesmo reduzir a velocidade para o pagamento da tarifa. O setor avalia que a tecnologia trouxe avanços para a infraestrutura rodoviária nacional. “Tem superado as expectativas relacionadas ao comportamento dos usuários e à taxa de adimplemento das tarifas”, afirma Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

A CCR Rodovias colocou o sistema em três pórticos da rodovia Rio-Santos , no trecho entre Ubatuba (litoral paulista) e o Rio de Janeiro. “O sistema identifica 100% das passagens por meio da tag instalada no veículo ou pela leitura da placa”, explica Eduardo Camargo, presidente da concessionária. A EcoRodovias também implementou o free flow na malha da EcoNoroeste (SP-310, a rodovia Washington Luís, no noroeste de São Paulo). A empresa deve começar a operar ainda neste ano outros dois pórticos na SP-333, também na região noroeste de São Paulo.

No pilar de conectividade, os novos contratos de concessões preveem cobertura total de internet na malha rodoviária. Até o início de 2025, segundo Camargo, a CCR Rodovias implementará o 4G na Rio-Santos e na via Dutra, entre São Paulo e Seropédica (RJ). “O usuário poderá navegar ininterruptamente em todos esses trechos sem zonas de sombra e sem usar seus pacotes de dados”, garante o executivo. De acordo com Camargo, trata-se de um primeiro movimento de rodovia conectada.

A EcoRodovias já iniciou a instalação de antenas para levar o 4G para os 850 km da malha da Ecovias do Araguaia, que opera estradas em Goiás e Tocantins. “A partir do momento que não temos mais pontos cegos, abrimos muitas possibilidades de ofertas de serviços aos usuários, até mesmo do ponto de vista de segurança viária e pública, com um rastreamento de carga mais eficiente”, afirma Spolador. Segundo ele, na EcoNoroeste (SP), a rede está quase 100% implantada. “O próximo contrato a contar com esse benefício será a EcoRioMinas”, diz, sobre a concessão que abarca do Rio de Janeiro a Governador Valadares (MG).

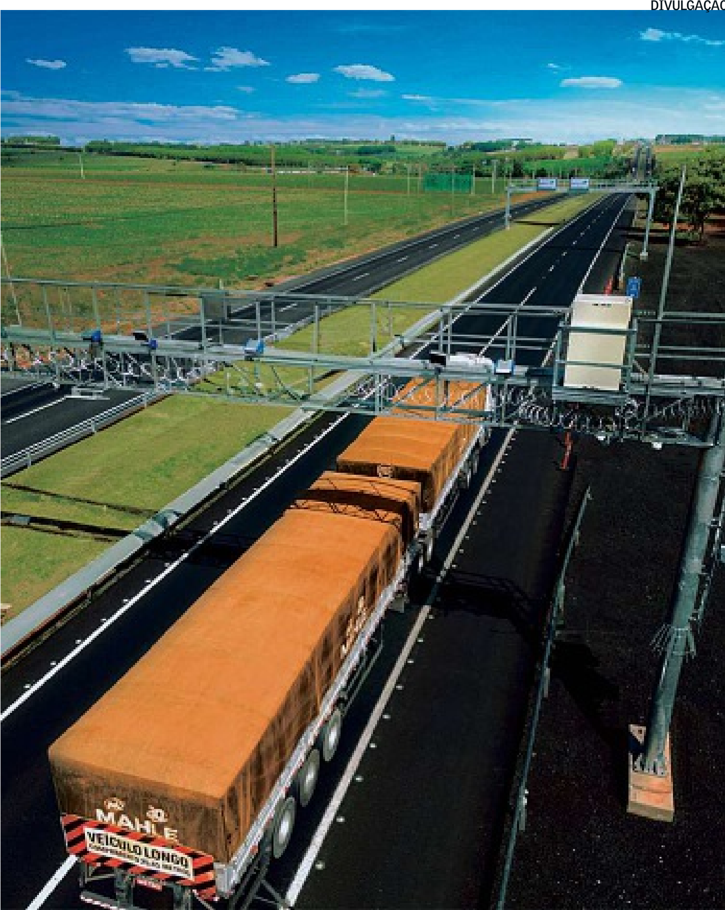
Barcelos, da ABCR, comenta ainda sobre o início, no ano passado, das operações das primeiras balanças de pesagem em movimento (HS-WIM), tecnologia que torna o fluxo mais ágil para o transporte de cargas. Esses equipamentos trabalham em conjunto com software capaz de identificar o tipo de veículo, placa, peso, quantidade de eixos e dimensões, entre outras características.

“Estamos concluindo a parte de homologação dos equipamentos na BR-365 [MG-GO], trecho da concessionária Ecovias do Cerrado” diz o executivo. Os investimentos da EcoRodovias em tecnologia devem ultrapassar os R$ 400 milhões este ano para cumprir compromissos como implantações de 4G, fibra óptica, iluminação inteligente, usinas fotovoltaicas, balanças, HS-WIM, sistemas de rádio e câmeras, entre outros, segundo Spolador.

De acordo com a ABCR, foram investidos R$ 18,9 bilhões em infraestrutura rodoviária no ano passado, recorde da série (desde 2010). “Só em obras, como duplicações, ampliações e melhorias, foram investidos R$ 12 bilhões”, diz Barcelos. O ritmo deve seguir em 2024. “Com novos contratos assinados pelo governo federal e licitações realizadas até agora, como a BR-040/MG e as rodovias do litoral paulista, os contratos somarão quase R$ 29 bilhões em investimentos”, acrescenta.

A CCR Rodovias, por exemplo, desembolsará R$ 1 bilhão para o recapeamento com “asfalto-borracha” de cerca de 2.100 km do sistema Anhanguera-Bandeirante (SP). “O pó de borracha da reciclagem de mais de 1,3 milhão de pneus, misturado à mistura asfáltica, trará maior conforto e segurança, tanto no aspecto de menor vibração quanto de menos ruído”, diz Camargo. *(VG)*

R$ 1 bi
para estrada com asfalto-borracha


DIVULGAÇÃO

Pórticos para pesagem em movimento na BR-365, em Uberlândia (MG)

Custo logístico retira competitividade do agro

Domingos Zaparolli
Para o Valor, de São Paulo

Parte da competitividade da produção agrícola se perde na logística para escoar a safra. Levar soja e milho do Brasil à China pode custar US$ 62,50 a mais por tonelada do que o gasto por seus concorrentes de Illinois, nos Estados Unidos. Estudo da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) com dados de março indica que os agricultores do Mato Grosso gastam em média US$ 103 por tonelada para levar grãos por caminhão até Santos (SP), um trajeto de 2.000 km, e outros US$ 35/ton no frete marítimo até a China, totalizando US$ 138/ton. Se a opção for encaminhar por caminhão e barcaças também por 2.000 km até Barcarena (PA), o custo é de US$ 82, e o frete marítimo, de US$ 40. A conta fica em US$ 122/ton.

Em Illinois, o custo total é de US$ 75,50/ton (US$ 16,50 por 1.360 km terrestres e US$ 59 do navio). Os produtores de Córdoba, na Argentina, utilizam trem e navio para colocar grãos na China gastando, ao todo, US$ 79 por tonelada. “Pagamos um preço caro pela falta de infraestrutura logística adequada”, afirma Elisangela Pereira Lopes, assessora de infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Para a especialista, o produtor agrícola brasileiro precisa de corredores multimodais para escoar sua produção, com ferrovias e hidrovias e trajetos rodoviários de no máximo 500 km.

A infraestrutura do Sul e Sudeste atende as necessidades básicas, mas precisa ser melhorada, diz ela. O problema é maior no Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, nas áreas acima do paralelo 16ºS, que corta o Brasil do sul de Mato Grosso ao sul da Bahia. Acima dessa linha a produção cresce de 9,4% ao ano há mais de uma década. Em 2023, a região respondeu por 69% da produção nacional de grãos.

As reivindicações dos produtores são conhecidas, como a melhoria da navegabilidade das hidrovias dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins por meio de dragagem, sinalização e balizamento das vias e derrocamento de rochas. “O transporte hidroviário reduz em 30% o valor do frete”, diz Lopes. “Mas, por falta de infraestrutura adequada nas hidrovias, durante as vazantes as barcaças trabalham com uma redução de 30% a 50% de sua capacidade, eliminado a vantagem.”

Entre as principais obras ferroviárias para atender a região está a Ferrogrão, projeto polêmico pelo potencial de impacto ambiental que liga Sinop (MT) aos portos fluviais do rio Tapajós em Miritituba (PA). Outras reivindicações são a conclusão da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) ligando a Ferrovia Norte-Sul em Maria Rosa (GO) até Vilhena (RO), e a construção dos trechos 1 e 2 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), de Figueirópolis (TO) a Ilhéus (BA).

Essas obras estão incluídas no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3) — e estavam nas versões anteriores do programa. Para o setor, elas atendem as reivindicações. “A questão é saber se serão de fato executadas”, afirma Lopes. De acordo com levantamento da Inter.B Consultoria, apenas 10% das obras de infraestrutura do PAC 1 e 31,6% das obras do PAC 2 foram concluídas.

“Não há uma perspectiva positiva para novas obras ferroviárias no curto ou médio prazo”, diz Frederico Turolla, sócio da consultoria Pezco Economics. O problema, avalia, é o risco político, que afasta investidores privados. O momento é de desconfiança gerada por incertezas em relação a estabilidade fiscal e intervencionismo, como a decisão do governo Lula em rever contratos de renovação antecipada de concessões ferroviárias assinados na gestão anterior.

A avaliação sobre a viabilidade dos investimentos em hidrovias depende da definição do modelo que será proposto, se concessões das vias ou parcerias público-privadas (PPPs). Outra hipótese é o governo fazer as obras, o que esbarra no limite orçamentário.

Enquanto não avança com as obras estruturantes, o governo amplia os recursos para o plano anual de escoamento da safra. Os desembolsos cresceram 82% em 2023, para R$ 3,6 bilhões. Neste ano, a previsão é investir R$ 4,7 bilhões. “É um programa de obras emergenciais que visa evitar ocorrências graves que afetem o escoamento da safra”, diz Lopes. “Cumpre o propósito, não estamos tendo problemas no escoamento da safra, mas enfrentamos custos elevados”.

> “Não há perspectiva para novas obras ferroviárias no curto ou médio prazo”
> *Frederico Turolla*

Transporte caro
Frete para a China, em US$/tonelada*

Origem	Embarque	Transporte terrestre	Transporte marítimo	Custo total
Sorriso (MT)	Santos (SP)**	103	35	138
Sorriso (MT)	Barcarena (PA)	82	40	122
Córdoba (AR)	Rosário (AR)	17	62	79
Illinois (EUA)	New Orleans (EUA)	16,50	59	75,50

Fontes: Anec e CNA. *Em março de 2024. **A conjunção caminhão e trem reduz o custo em US$ 11 por tonelada

INÊS 249

Futuro Companhias buscam mais segurança e eficiência e agilidade para escoar cargas

Concessões inovam para melhorar serviços aos usuários



DIVULGAÇÃO

Aeroporto de Florianópolis, que tem controle da temperatura ambiente a partir do clima externo e procedimentos que tornam o terminal mais silencioso

Erivelto Tadeu
De São Paulo

As novas concessões para modernizar a infraestrutura dos transportes logísticos do país, além de investimentos da ordem de R$ 150 bilhões no curto prazo, segundo estimativas dos Ministérios dos Transportes e dos Portos e Aeroportos, prometem trazer também novos avanços tecnológicos e inovações aos portos, aeroportos, rodovias e modais metroviários. Como resultado, espera-se uma melhoria dos serviços e bem-estar ao usuário, além de mais eficiência, segurança e agilidade no escoamento de produtos para as várias regiões do Brasil.

Somente neste ano, 16 empreendimentos no modal portuário irão a leilão, com previsão de investimento da ordem de R$ 8 bilhões. Ao todo, o governo vai licitar 35 projetos no segmento de portos, que totalizam investimentos de R$ 14,5 bilhões entre 2024 e 2026. Ao que tudo indica, os novos editais visam recuperar o tempo perdido, já que as concessões de portos foram as que menos avançaram no país nos últimos anos, se comparadas com as rodovias e aeroportos. Para se ter uma ideia da diferença de evolução, o segmento de aeroportos tem hoje 59 terminais administrados por 12 concessionárias privadas. Juntas, elas já investiram cerca de R$ 28,5 bilhões em melhorias de infraestrutura e serviços, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos. A Zurich Airport Brasil, por exemplo, empresa do grupo suíço Zurich Airport, responde por 100% das operações dos aeroportos de Florianópolis, Natal, Vitória e Macaé (RJ), em contratos de concessão de 30 anos. Os terminais de Florianópolis e Vitória foram eleitos os melhores aeroportos do país pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC).

O CEO da Zurich Airport Brasil, Ricardo Gesse, atribui o reconhecimento a uma série fatores, mas principalmente ao foco na chamada experiência do passageiro. Ele cita como parte dessa estratégia desde o conforto acústico e térmico dos terminais até a limpeza. Os terminais, por exemplo, possuem um sistema que controla a temperatura interna analisando também o clima externo, de maneira que haja um equilíbrio entre ambos e o ambiente fique agradável. Também foi adotado o conceito de aeroporto silencioso, com procedimentos que limitam as chamadas para os voos. "Implantamos um speech automático e restringimos o número de vezes que a companhia aérea faz a última chamada ao passageiro. Algumas chamadas automáticas, inclusive, foram substituídas por telas. Isso faz com que o terminal tenha um grande conforto acústico", explica Gesse.

As inovações são empregadas também na execução dos projetos. A Acciona, que venceu a licitação para a construção e a concessão para operar a linha 6-Laranja do metrô de São Paulo, desenvolveu uma plataforma digital chamada Centro de Controle de Tuneladoras para aquisição, processamento, integração, análise e consulta das múltiplas fontes de dados relacionadas às duas tuneladoras (os populares "tatuzões" usados na construção dos túneis) utilizadas na obra. "A plataforma permite que diferentes fontes de dados sejam automaticamente processadas e combinadas, dando mais agilidade e precisão nas tomadas de decisão", afirma o diretor país da Acciona no Brasil, André De Angelo.

> Contratos determinam implantação de tecnologias mais recentes

A linha, com 15,3 km de túnel, terá 15 estações subterrâneas, 18 poços de ventilação e saída de emergência, um pátio de manutenção e estacionamento de trens — serão 22—, ao custo total de aproximadamente R$ 18 bilhões.

Concessões rodoviárias têm incorporado a maior quantidade de inovações. Até por contrato, são obrigadas a implantar as mais modernas tecnologias disponíveis, como o sistema free flow, o pedágio eletrônico sem cancela que calcula a tarifa de acordo com as características de cada veículo por quilômetro rodado, fibra ótica para 5G, pontos de recarga para veículos elétricos, ponto de parada e descanso e pesagem automática de veículos em movimento, entre outros mecanismos.

A Via Appia, que vai administrar a obra e o pedágio do trecho norte do Rodoanel Mario Covas, em São Paulo, terá que implantar o sistema free flow para cobrir os 44 km da rodovia, que cortam a capital, Arujá e Guarulhos, ao lado da serra da Cantareira. A empresa ainda terá de oferecer wi-fi ao longo de toda a via. "Além disso, faremos uma série de adequações às normas mais modernas, como o sistema de defensa metálica, guard rails mais modernos que garantem que, em caso de acidente, o carro se mantenha dentro da rodovia", diz o CEO da Via Appia, Brendon Ramos.

O grupo EPR, que obteve a concessão do trecho federal da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG), vai investir na modernização e manutenção da estrada, bem como nas outras quatro concessões rodoviárias que possui, três em Minas Gerais e uma no Paraná. O contrato da BR-040 tem prazo de 30 anos e previsão de R$ 5,2 bilhões em investimentos num trecho total de 232 quilômetros.

Embora estejam previstas três praças de pedágio no sistema de cabines, o diretor-presidente do grupo, José Carlos Cassaniga, diz que já está em fase de implantação um sandbox (ambiente de testes) para a cobrança eletrônica no sistema free flow. Segundo o executivo, um pedágio sem cancela está sendo implementado na altura da cidade de Monte Sião, em caráter experimental.

A Azevedo & Travassos, que recentemente adquiriu o Polo Periquito como parte do plano da companhia de retomada da exploração de óleo e gás, já se prepara para disputar concessões no setor e nos segmentos de rodovias e saneamento. De acordo com o CEO, Ivan Carvalho Junior, há muita oportunidade para inovação. "Temos avaliado novos produtos para pavimentação, novas técnicas de dessalinização, que podem ser aplicadas no saneamento com água salobra ou água salgada, bem como tecnologias para recuperação secundária de campos de petróleo capazes de dar uma sobrevida para esses campos", afirma.

Desastre revela fragilidade ante mudança climática

Emilio Sant'Anna
Para o Valor, de São Paulo

A maior enchente da história do Rio Grande do Sul, que desde o final de abril afetou mais de 2 milhões de moradores, deixou cerca de 500 mil desalojados e causou a morte de mais de 160 pessoas, tem consequências que vão além dos limites do Estado. A distribuição de produtos industriais e agrícolas foi profundamente afetada, com reflexos em boa parte do país. O golpe no setor de logística foi tão grande que se tornou impossível planejar o futuro dessa atividade sem levar em conta os efeitos presentes das mudanças climáticas — e que já custaram bilhões apenas à infraestrutura das rodovias.

A economia brasileira depende essencialmente de uma rede de transporte rodoviário eficiente para distribuir sua produção. As enchentes interromperam diretamente a cadeia de suprimentos. Produtos perecíveis, como alimentos frescos e medicamentos, foram os mais afetados. Produtores rurais viram plantações inteiras sumirem, enquanto centros de distribuição nas áreas urbanas foram inundados, resultando em perdas de estoque.



RICARDO STUCKERT/PR

Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, inundado e sem previsão de retorno; até a semana passada, 128 trechos em 61 rodovias gaúchas tinham bloqueios

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) estima que 91% das fábricas do Estado foram de alguma forma afetadas e prevê uma década perdida para o Estado. O impacto fez com que empresas de transporte tivessem que ajustar suas operações para enfrentar a crise. Até o último fim de semana, 128 trechos em 61 rodovias gaúchas tinham bloqueios totais ou parciais, segundo a Secretaria de Logística e Transportes do Rio Grande do Sul. Com esse cenário há quase um mês, foi necessário encontrar rotas alternativas, o que aumentou os custos do frete devido aos percursos mais longos.

Para a coordenadora do FGV Clima — centro de estudos da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Eesp) —, Amanda Schutze, esses desafios devem se tornar mais constantes e elevar gastos se medidas de adaptação não forem adotadas. "Serão necessárias rotas alternativas e manutenção frequente [das vias]. Além disso, quando as mercadorias são sensíveis a temperatura, como alimentos e medicamentos, será necessário um sistema de armazenamento de transporte com controle de temperatura mais rigoroso", afirma. "Além das perdas financeiras para as empresas, as consequências vão correr também em nível nacional, porque isso vai afetar a competitividade do país no mercado global", avalia.

Segundo Schutze, mesmo o transporte marítimo pode enfrentar problemas com a necessidade de mudanças de rotas. "Não é possível pensar em expansão do setor de logística sem adaptações às mudanças climáticas. A falta de adaptação vai levar a uma série de consequências negativas", diz. "Todas essas alterações têm um impacto direto nos custos operacionais do setor, fazendo com que seja essencial a adoção de medidas de adaptação e resiliência para garantir a continuidade das operações e a sustentabilidade do setor".

> "Não é possível pensar logística sem adaptações climáticas"
> *Amanda Schutze*

A tragédia é sem precedentes. No entanto, algo assim não estava fora do radar dos cientistas e das autoridades. Tampouco os efeitos das mudanças climáticas eram desconhecidos. De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o padrão de chuvas em Porto Alegre mudou significativamente desde os anos 1990. A comparação dos dados de 2011 a 2020 com o período de 1991 a 2000, aponta o aumento de chuvas intensas: 21 dias a mais com precipitação acima de 50 mm, seis dias a mais acima 80 mm e dois dias a mais com chuvas que ultrapassaram os 100 mm.

Os efeitos das mudanças climáticas nas rodovias brasileiras também já haviam sido mensurados. Dados do projeto Adapta Vias, do Ministério dos Transportes, apontam que, entre 1995 e 2014, o Brasil registrou mais de 8 mil casos de danos a infraestruturas devido a fatores climáticos, com prejuízo de R$ 26,9 bilhões.

Em resposta à tragédia gaúcha, as Forças Armadas foram mobilizadas para ajudar na reconstrução de pontes e estradas, enquanto operações de transporte aéreo foram intensificadas para garantir a entrega de produtos essenciais em áreas isoladas. Ainda assim, alguns dos efeitos sentidos no Estado foram da escassez de alimentos básicos à interrupção no fornecimento de itens da indústria farmacêutica.

O fechamento das rotas de distribuição impediu a chegada de medicamentos essenciais, incluindo os usados no tratamento de doenças crônicas e vacinas. Hospitais e clínicas tiveram que racionar os suprimentos, e muitos pacientes encontraram dificuldades para manter seus tratamentos.

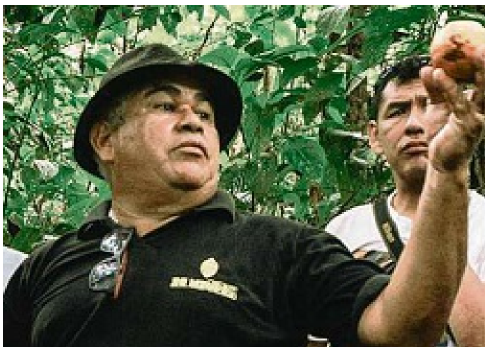
No sentido contrário, os primeiros reflexos fora do Estado foram a interrupção no fornecimento de produtos e insumos e no aumento do preço de alguns deles. A extensão da escassez vai de itens como arroz — o Rio Grande do Sul concentra 70% do cultivo no país —, laticínios, carnes e frutas até o setor de calçados. Estados como São Paulo e Minas Gerais foram os primeiros a sentir esses efeitos. As interrupções forçaram empresas a recorrer ao transporte aéreo, elevando significativamente os custos. No entanto, mesmo os aeroportos foram afetados; o maior exemplo é o Salgado Filho, em Porto Alegre, totalmente inundado e sem previsão de retorno.

A resposta das empresas aéreas, em conjunto com o governo federal, veio com a ampliação da malha aérea para o interior do Estado e para Santa Catarina.

O maior desastre climático da história do Rio Grande do Sul, se não traz pela primeira vez, reforça a compreensão de que qualquer tipo de planejamento das operações logística, independentemente do modal, terá que considerar os efeitos do clima. "Isso inclui avaliações de risco para identificar vulnerabilidades na cadeia de suprimentos, elaborar planos de contingência que sejam eficazes, investir em infraestrutura resiliente modernizando os armazéns dos centros de distribuição. A adoção de práticas sustentáveis com foco na redução das emissões de carbono também é essencial para enfrentar os desafios climáticos e promover a resiliência do setor", afirma a coordenadora do FGV Clima.

INÊS 249

Bioeconomia César De Mendes usa cacau de comunidade Yanomami para fazer chocolate G6

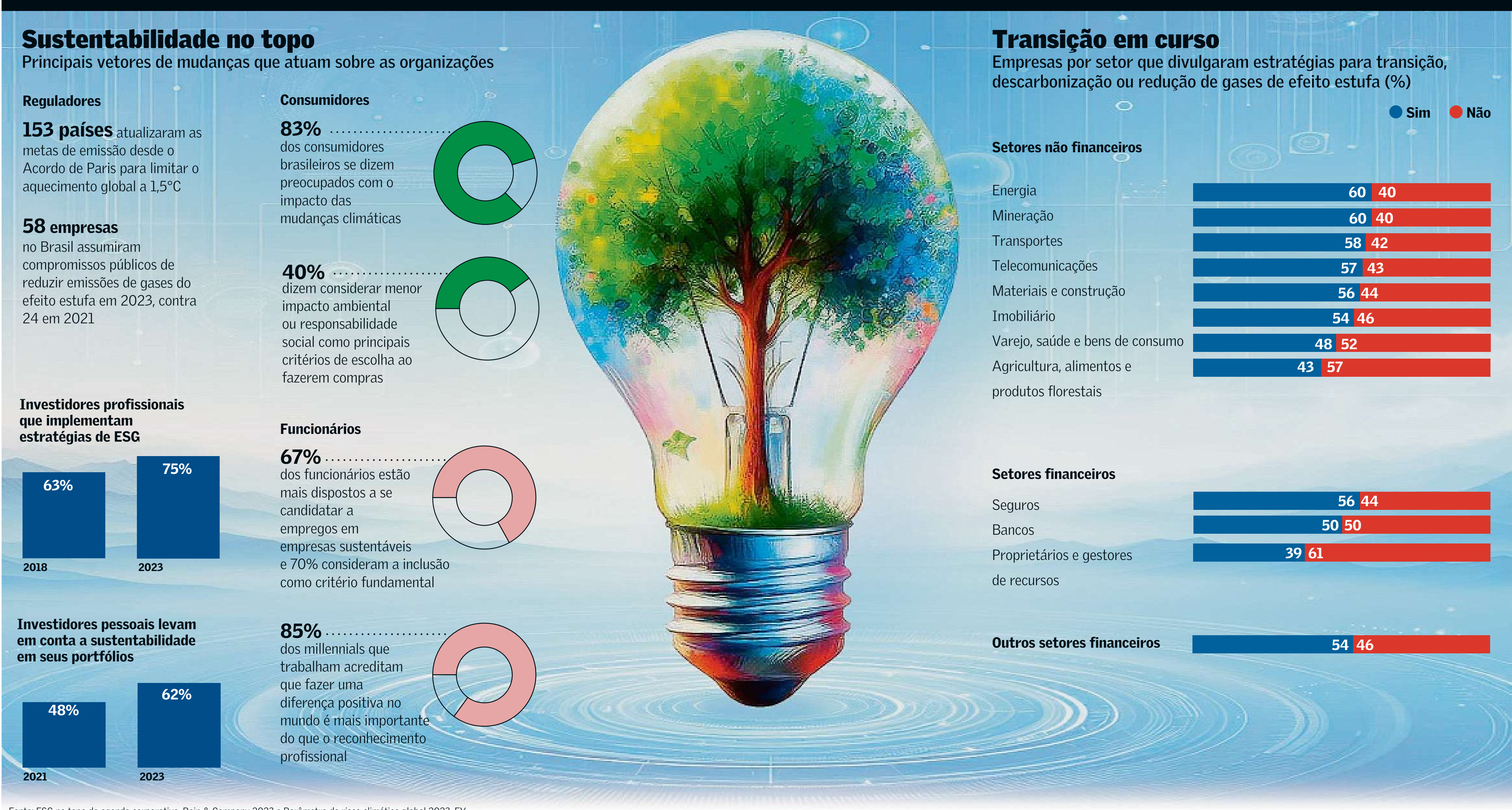


Restauração Negócios que valorizam a floresta em pé começam a ganhar escala G2

Tecnologia Da produção de sementes à gestão, inteligência artificial invade o campo G4

Agricultura Cultivo de alimentos orgânicos quadruplica em dez anos G5

Especial
Negócios sustentáveis



Corte de impacto

Cenário Regulamentação, demandas de consumidores, participação em cadeias de valor e acesso a capital são vetores de uma economia verde, com redução de emissões de carbono, que ganha dinâmicas próprias em diferentes setores

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

O desequilíbrio climático estimula a expansão de empresas verdes, que reduzem os impactos ao meio ambiente e os passivos ambientais, bem como aquelas destinadas a tornar os negócios de seus clientes — ou o planeta — mais sustentáveis. Regulamentação, demandas do consumidor, participação em cadeias de valor, acesso a mercados e capital estão entre os vetores rumo à economia verde, com maturidade e dinâmicas particulares a depender de segmentos e empresas.

“O potencial de negócios e impacto em sustentabilidade varia e depende de inovação tecnológica, demanda e gestão pública”, avalia Marta Camila Carneiro, docente e autora de cursos ESG, na FGV.

A Aço Verde do Brasil (AVB), do grupo Ferroeste, nasceu há oito anos com foco em reduzir ao máximo a emissão de carbono (CO_2). Tem capacidade de produzir 800 mil toneladas ao ano com uso de carvão vegetal de eucalipto, colhido de florestas próprias. Todo o gás de biomassa é usado em alto-forno e responde por um terço da energia consumida. O restante é energia renovável. A perda de água, em circuito fechado, é de 3%.

> “Potencial de negócios em sustentabilidade depende de inovação, demanda e gestão pública”
> *Marta Carneiro*

A construção de uma segunda termoelétrica vai produzir 100% da energia necessária. Resíduos sólidos destinados a aterros serão aglomerados para uso no alto-forno, junto do carvão vegetal. Embora sem preço premium, o aço verde sairá na frente quando a Europa impuser limitação de emissão de CO_2 a partir de 2026, diz Sandro Marques Raposo, diretor de ESG e novos negócios da AVB.

Segundo Daniela Carbinato, sócia e líder de ESG para bens de consumo nas Américas da Bain & Company, pesquisa realizada com 30 CEOs no Brasil indicou insatisfação de quase 80% com a velocidade com que as empresas geram impacto positivo e atingem suas metas de sustentabilidade. Do total, apenas 21% estão muito satisfeitos e 7%, insatisfeitos. “A questão agora é alcançar retorno sobre o investimento”, diz.

Isso requer entender a mitigação de custos ou riscos ocultos, melhor estrutura financeira, papel do Estado ou como gerar receita adicional. Mesmo assim, ela avalia que iniciativas para reciclagem e descarbonização, por exemplo, estão em alta, principalmente em segmentos como plástico ou moda.

Na cadeia química de derivados de petróleo, a brasileira Leaf se dedica ao poliol à base de óleo de mamona. O produto é base para fabricar poliuretano para espumas, como EPS. Com produção mensal em torno de 1,2 mil toneladas, quase 80% são destinadas à exportação. A verificação do ciclo de vida do produto pela consultoria ACV Brasil rendeu declaração da certificadora global SGS relacionada à pegada negativa de CO_2 — para cada tonelada de poliol da Leaf são retirados até 730 kg de CO_2 equivalente. “Estamos pesquisando óleo de mamona para tintas, colas e adesivos”, diz o fundador e CEO, Jesse Mella. Em agosto a empresa chega à Espanha e, no ano que vem, aos Estados Unidos.

Os diversos tipos de plásticos estão entre os principais agressores ambientais. No campo da embalagem, a americana ERT fabrica biopolímeros compostáveis a partir da cana-de-açúcar que, fermentada, se transforma em termoplástico biodegradável para embalagens. Depois do uso, vira adubo em até seis meses em condições de compostagem. A empresa tem clientes como 5àSec e Positivo e, segundo a diretora de estratégia e sustentabilidade, Gabriela Gugelmin, prepara nova planta em Manaus (AM) para dobrar a produção atual, de 3,5 mil toneladas anuais, em Curitiba (PR).

NotPla e Mango atuam no mesmo campo. A britânica NotPla criou de filme plástico à base de algas a papel com produtos recolhidos nos mares. A americana Mango captura gás metano para produzir biorresina e plásticos flexíveis para clientes como Natura e Stella McCartney, de moda. Aliás, o segmento de vestuário é visto por Tereza Cristina Carvalho, coordenadora do Laboratório de Sustentabilidade e do Centro de Descarte e Reúso de Resíduos de Informática (Cedir), da Escola Politécnica da USP, como um dos mais desafiadores do mundo. Outros segmentos desafiadores são o lixo orgânico, praticamente sem uso no Brasil, e equipamentos de informática — o Cedir remanufatura computadores para diversos usos. “O Brasil gera 240 mil toneladas de resíduo informático ao ano e apenas 4% são recicladas”, diz.

Além de tecidos sintéticos à base de petróleo, a indústria da moda emprega produtos químicos, como tintas, e se apoia em ciclos de uso curto. Iniciativas como uso de segunda mão, reciclagem e adoção de materiais biorrenováveis começam a ser avaliadas.

Uma joint venture entre a Suzano e a finlandesa Spinnova, produtora de têxteis sustentáveis, gerou a Woodspin, fábrica de fibra têxtil sustentável, reciclável e biodegradável vinda de árvores. Com mil toneladas anuais e emissão zero, a unidade economiza mais emissões do que gera. Em reúso, o brechó online Enjoei vale R$ 500 milhões na B3. Já a C&A lançou linha de Jeans Circular, com uso de materiais recicláveis e certificação Cradle to Cradle (berço a berço).

O conceito, que batiza a criação de produtos 100% recicláveis, ainda não é popular. Mas tende a ganhar espaço. Um exemplo é o da fabricante de carpetes Desso. Recomprando produtos usados, inclusive de outros fabricantes, a empresa desenvolveu desde fibra mais durável e máquinas especiais até forro de borracha, que pode ser usado em pneus ou asfaltos. Com inovações, os produtos são capazes de eliminar odores ou reduzir a temperatura ambiente.

Ricardo Assumpção, sócio líder de ESG para a América do Sul e CSO da EY Brasil, observa que a única forma de criar valor em empresas verdes é a inovação. “A economia verde ainda depende da marrom, convencional”, diz. Por outro lado, se até hoje o comprometimento ambiental não afetava produção de caixa, agora afeta a capacidade de atrair capital, com custo mais alto, e acesso a mercados, por perda de competitividade.

A americana Brimstone apostou em inovação para descarbonizar cimento. O setor responde por 7,5% das emissões globais de CO_2, com 60% delas provocadas pelo uso do calcário como matéria-prima — o material contém carbonato de cálcio, que ao esquentar evapora o CO_2. Os 40% restantes são da energia necessária para aquecimento a 1.400 graus Celsius. O truque foi trocar o calcário por basaltos, usados geralmente como brita em construções. A empresa já tem 12 patentes, validação da ASTM (correspondente à brasileira ABNT) e recebeu US$ 189 milhões do governo americano para construir planta-piloto, detalha Bruno de Oliveira, vice-presidente de ciência de materiais e geologia.

> “Brasil gera 240 mil toneladas de resíduo informático ao ano e 4% são recicladas”
> *Tereza Carvalho*

A legislação também empurra iniciativas. No Brasil, a partir de 2026, as empresas abertas serão obrigadas a relatar indicadores de sustentabilidade, segundo a instrução 193 da CVM. Outros impulsos são a oportunidade de inovação a partir da natureza, um quesito que tende a favorecer o Brasil, e a necessidade de inserção em cadeias de valor lideradas por empresas com agendas verdes fortalecidas.

Meio ambiente Avanço do mercado voluntário de crédito de carbono estimula segmento

Negócios que valorizam a floresta em pé começam a ganhar escala

RAIMUNDO PACCO/DIVULGAÇÃO



A Mombak mira o sequestro de CO_2 em larga escala com reflorestamento e já plantou 3 milhões de árvores de mais de 100 espécies em Mãe do Rio (PA)

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

A ideia de negócio com base no valor da floresta nasceu no jardim, quando uma paisagista comentou com Gilberto Derze o valor dos pés de mogno plantados ali. Em 2015 ele fundou a Radix, para reflorestamento de áreas degradadas. Depois de teste com mogno africano em 10 hectares da fazenda do sogro em Minas Gerais, a operação ganhou escala com mais 200 hectares em Roraima.

O apoio de "crowdfunding" pela plataforma SMU reuniu R$ 6 milhões, de mais de mil investidores, e está em sua décima rodada, com título tokenizado e mercado secundário. Outros R$ 1,3 milhão do Fundo Vale estimularam a chegada de espécies nativas como ipê, maçaranduba, andiroba, cumaru, paricá, diz Derze.

O potencial financeiro das florestas em pé foi mais recentemente estimulado pelo avanço do mercado voluntário de crédito de carbono (CO_2) nas modalidades REDD+ (conservação de áreas com risco de desmatamento), ARR (plantio onde não havia floresta ou em áreas desmatadas) e ALM (boas práticas em agricultura ou pecuária), explica Janaína Dallan, presidente da Aliança Brasil Nature-based-Solutions (NBS), organização nascida em 2021 para fomentar o setor desenvolvendo projetos e conectando parceiros.

A cadeia da atividade inclui de proprietários de terra e comunidades a estruturadores de projetos, certificadores, financiadores e compradores de créditos para compensar emissões. Uma das pioneiras é a BMV Global, que surgiu em 2007 e definiu 27 serviços ecossistêmicos relacionados à lavoura de conservação, como cobertura do solo para absorver água e evitar erosão ou manutenção de habitat para fauna, diz a fundadora e CEO Maria Tereza Umbelino.

> "O produtor parceiro recebe parte do lucro dos créditos de carbono"
> *Caio Franco*

Com isso, definiu a unidade de crédito de sustentabilidade (UCS), referente a 1 tonelada de CO_2. Hoje são 75,5 milhões de UCS registradas na B3, com valor em torno de R$ 11 bilhões de mais de 1 milhão de hectares distribuídos em vários Estados. Em 2024, o grupo lançou a plataforma Mundi, para distribuir UCS em forma de tokens e NFTs.

A Belterra nasceu em 2019 para recuperação ambiental e produtividade de pequenos e médios produtores. Atua com sistemas agroflorestais e no ano passado criou a Rio Capim Agrossilvipastoril para promover o conceito na pecuária. Com investidores como Vale, Cargill, Amazon e Fundo JBS, hoje seu principal sistema agroflorestal é o cacau na Amazônia. "Buscamos novas cadeias, como palma de óleo no Pará", diz o CEO Valmir Ortega.

Para Vincent Gradt, co-fundador e diretor-gerente da Impact Earth, produtos como cacau e macaúba são candidatos a destaques mundiais. O primeiro pode fazer o país passar de importador para exportador, enquanto a palmeira nativa resiliente a secas tem capacidade de fornecer matéria-prima para combustível renovável de última geração.

A Impact Earth assessora o fundo Amazon Biodiversity Fund Brasil, que tem R$ 250 milhões comprometidos e oito empresas financiadas. Uma delas é a Inocas Amazonia, criada em 2022 para impulsionar modelos agroflorestais e silvopastoris com macaúba. A meta agora é consorciar a palmeira com mandioca e alcançar 5 mil hectares.

O Fundo Vale, por sua vez, já investiu R$ 360 milhões em 340 iniciativas, somando 12,6 mil hectares de áreas recuperadas por sistemas sustentáveis. Inocas e Belterra estão entre as apoiadas.

A estratégia é catalisar recursos de fontes diversas e apoiar programas como a Jornada Amazônica, que já incubou 200 startups e acelerou 21. "O fundo criou a aceleradora AMAZ, com 18 negócios e R$ 25 milhões para os próximos cinco anos", diz a a gerente de Amazônia e parcerias Márcia Soares.

A união de Vale, Itaú, Marfrig, Rabobank, Santander e Suzano deu origem à Biomas, que desenvolve o projeto, produz e vende crédito de CO_2 para financiar a restauração de ecossistemas, diz a diretora de assuntos regulatórios e comunicação Natália Renteria. Já a Mombak mira sequestro de CO_2 em larga escala com reflorestamento da Amazônia — já plantou 3 milhões de árvores de mais de 100 espécies em Mãe do Rio (PA).

A Mombak tem contratos com marcas como McLaren e Microsoft e é gestora do Fundo de Reflorestamento da Amazônia, com R$ 500 milhões. Em 2023, investiu R$ 4,5 milhões em dez viveiros de mudas nativas e responde pela operação. "O produtor parceiro recebe parte do lucro dos créditos de carbono comercializados", afirma o head de políticas públicas Caio Franco.

A ascensão dos negócios de carbono estimulou o surgimento de certificadoras locais. Uma delas é a Tero Carbon, plataforma de certificação, verificação e registro de ativos ambientais em NFTs. Segundo o CEO Francisco Higuchi, até o momento são dois projetos certificados e mais de 2,4 milhões de créditos verificados e gerados.

Climatech prevê eventos extremos

DIVULGAÇÃO



Martina Medina
Para o Valor, de São Paulo

A ocorrência de eventos extremos tem levado empresas a buscar soluções para reduzir o impacto das mudanças climáticas em suas operações. Parte da demanda é atendida pelas climatechs, startups que usam tecnologia, como a inteligência artificial (IA), para prever enchentes, deslizamentos e incêndios com rapidez e precisão, diminuindo os prejuízos socioambientais e econômicos às companhias.

Com o Pantera, software que permite a gestão integrada de incêndios, a BP Bunge reduziu em 90% sua área queimada. Já a Suzano pôde diminuir em 80% o tempo de acionamento de brigadas, enquanto a Ester Agroindustrial viu cair em 100% as multas ambientais. Desenvolvido pela climatech umgrauemeio, o programa utiliza visualização computacional para detectar focos de incêndio em até três minutos. A startup monitora 17,5 milhões de hectares no Brasil, incluindo 7,5 milhões na agricultura e 7,8 milhões em reservas naturais. Câmeras em 137 torres de comunicação captam imagens de alta resolução em um raio de 20 km. Quando a fumaça é detectada, são emitidos alertas e disponibilizados modelos preditivos, além de caminhos para combater o fogo.

O módulo de prevenção inclui mapas de risco, com alertas de risco de incêndios para os próximos dias. "No futuro, nosso sistema será capaz de disparar avisos diretamente a brigadas ou equipamentos autônomos, como drones, para o combate ao fogo", diz o CEO e fundador Rogerio Cavalcante.

A Fractal Energia usa IA para prever a vazão da chuva, gerando dados precisos com até cinco dias de antecedência. O objetivo é prevenir os estragos de eventos como enchentes na operação de hidrelétricas, mineradoras e governos. "Conseguimos demonstrar a diferença do impacto de uma chuva de 150 mm em certa área em relação a uma de 300 mm analisando condição do solo, descrição da topografia, tipo de uso e ocupação e tamanho da bacia hidrográfica", explica o CEO Henrique Lucini Rocha.

Um estudo realizado pela startup para o governo de Santa Catarina resultou em ações preventivas de 2018 a 2022 no Vale do Itajaí. "O resultado foi uma economia de dezenas de milhões de reais e a evacuação de centenas de famílias das áreas de risco de forma antecipada", afirma Rocha.

A iniciativa, que surgiu em 2010, recebe investimentos da KPTL e EDP Ventures há cinco anos. As companhias do setor energético Norte Energia, CPFL e Cemig e a mineradora Vale estão entre os clientes da startup, que planeja ampliar a solução para setores do agronegócio, seguro, saneamento e indústrias, prevendo internacionalizar a operação em cinco anos.

Criada dentro da Defesa Civil do Estado de São Paulo em 2019, a Sipremo usa IA para prever, em tempo real, local e data em que eventos climáticos extremos têm maior probabilidade de acontecer e seu possível impacto para cada cliente. O objetivo é que as empresas possam se antecipar, conduzindo ações mais assertivas para reduzir os riscos.

A solução é aplicada em diversos setores, incluindo financeiro, logístico, florestal, minerador e de seguros, com mais de 80% de acurácia. "Na ArcelorMittal, nossa tecnologia é utilizada para prever infestações de pragas em áreas específicas da operação florestal da empresa", cita Gabriel Savio, CEO da climatech. "Podemos antever o nível de intensidade da infestação com semanas de antecedência. Tudo isso na perspectiva do clima".

Além de cobertura em todo o Brasil, a iniciativa também atua na Flórida (EUA). Com faturamento na faixa dos sete dígitos, após quadruplicar os ganhos de 2022 para 2023, a startup se prepara para a primeira captação de investimento. A projeção para este ano é multiplicar por seis o faturamento passado. "Vemos um cenário bastante promissor do ponto de vista de negócio porque os eventos climáticos vão ficar cada vez mais frequentes e intensos, como vemos agora no Rio Grande do Sul", diz Savio.

Pela relevância global de seus biomas e extensão agrícola, o Brasil tem uma posição estratégica para as climatechs, aponta Dario Oliveira, professor da Escola de Matemática Aplicada da Fundação Getulio Vargas (FGV EMAp). O especialista indica a recente disponibilização pública de modelos de base por big techs, com o processamento de bancos de dados enormes, como uma oportunidade para startups. "Vamos ver uma proliferação imensa de soluções", diz. "É uma revolução que está para acontecer."

> "O sistema será capaz de disparar avisos a brigadas ou drones"
> *Rogerio Cavalcante*

Fábricas de bioplástico crescem com demanda 'verde'

De São Paulo

A demanda por embalagens sustentáveis vem crescendo em todo o mundo. Na América Latina, metade dos consumidores preferem embalagens verdes, de acordo com o relatório "Who Cares, Who Does? Latam 2021", da Kantar. Com base em matérias-primas orgânicas ou recicláveis, esse tipo de produto busca reduzir os impactos ambientais após seu descarte.

"Para tomar um sorvete que vai derreter em menos de 30 minutos não faz o menor sentido usar um pote que demora mais de 400 anos para se decompor", diz Stelvio Mazza, CEO da Já Fui Mandioca!, que transforma biopolímeros da fécula da mandioca em embalagens que viram adubo em até 90 dias. Segundo Mazza, a produção dessas embalagens gasta 1% da água usada pelas plásticas e 0,2% do que é utilizado na fabricação das de papel. O material ainda é carbono negativo, por sequestrar CO_2 da atmosfera em seu processo de fabricação.

A empresa, que dobrou o faturamento em 2023 e recebe mais pedidos do que é capaz de atender, busca novos investidores para escalar a produção. Serviços de alimentos, como deliveries, restaurantes e sorveterias, formam seu principal segmento de atuação. "Eles querem um produto que agregue valor à marca e traga retorno financeiro", diz o CEO da companhia.

Já a Bioelements possui 27 formulações, elaboradas com diferentes composições, como resíduos de milho, cana-de-açúcar, mandioca ou batata e derivados de origem fóssil, para produção de sacolas, papel filme e outras embalagens de bioplástico. Elas se transformam em alimento para microrganismos e fungos em um período de três a 20 meses.

Sobre a inclusão de material fóssil, a empresa afirma trabalhar em pesquisa para reduzir gradativamente o uso, mas pondera que a biodegradabilidade não depende exclusivamente das matérias-primas utilizadas e, sim, da estrutura química do material. "Nossos produtos também se biodegradam em aterros sanitários, ao ar livre e no mar", afirma o CEO Ignacio Parada.

Criada há oito anos, a empresa atua em seis países das Américas, incluindo o Brasil e Estados Unidos, contando com mais de 20 fábricas afiliadas. São 270 clientes na região, incluindo Mercado Livre, Uber, Walmart, Decathlon e iFood. As embalagens podem ser produzidas em uma fábrica de plástico tradicional, desde que sejam ajustados os parâmetros das máquinas. No ano passado, quando produziu 12 mil toneladas do material, a iniciativa recebeu um investimento de private equity do BTG Pactual no valor de US$ 30 milhões para expandir as operações e registrou crescimento de 350% no Brasil, onde atua há dois anos.

90 dias
leva o bioplástico para se decompor

Os bioplásticos, porém, ainda engatinham no mundo. O material representou menos de 1% das embalagens plásticas produzidas em 2022, segundo a associação European Bioplastics (EUBP). Mas a perspectiva é de expansão.

"A disponibilidade de resíduos orgânicos da indústria do agronegócio e a biodiversidade colocam o Brasil em posição de destaque", aponta Luciana Branchini, professora do MBA em ESG da Fundação Getulio Vargas (FGV). Segundo ela, pesquisas de organizações públicas e privadas, como Embrapa, Senai e universidades, são um potencial de inovação para o setor de embalagens verdes no país. *(MM)*

INÊS 249

Produtividade Maioria das atividades rurais já incorporam o uso de GPS, imagens de satélites e drones para aperfeiçoar processos

Alta tecnologia possibilita a agricultura de precisão

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Antecipar em até duas semanas quando e onde uma doença vai eclodir ou definir o período ideal para colher frutas de modo a se obter mais suco. Essas aplicações, que parecem futurísticas, já são adotadas pela Citrosuco, que as desenvolveu a partir da análise de dados colhidos de fontes diversas. A companhia investiu em conectividade, armazenagem, gestão e interfaces (APIs) para conectar diferentes softwares. Depois, definiu formas de consumo dos dados, como modelagem e painéis de visualização.

Cientistas de dados analisam os modelos, alimentados continuamente para maior precisão. A previsão sanitária reúne dados de identificação individual por drones, estações meteorológicas digitais, histórico do talhão e inspeções de campo. Só com leprose, o índice de redução chegou a 66%. “O modelo para colheita ideal elevou a produtividade em 12% com apoio de drone e histórico”, exemplifica o COO Tomás Balistiero.

A coleta e análise de dados chegou ao campo, possibilitando a agricultura de precisão, com tomada de decisões mais assertivas, mais produtividade e melhores resultados financeiros. Nunca houve tantos dados, satélites, drones, estações meteorológicas, sensores de solo e equipamentos, com diversos mapas de área, disponíveis para o campo. Segundo a pesquisa Caminhos da Tecnologia no Agronegócio, parceria da KPMG com a SAE Brasil, quase todas as atividades rurais já usam tecnologias para melhor desempenho, como GPS (91% dos respondentes), imagens de satélites (76%) e drones (61%). Programas como o Agro 4.0, da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, apoiam projetos de demonstração — até agora, cerca de uma centena, afirma a líder do programa, Isabela Gaya.

A Auster, por exemplo, criou um sistema que, a partir de diversas fontes de dados, define a dose para aplicação de fertilizantes nitrogenados na área da lavoura, de acordo com a quantidade já absorvida pelas plantas, potencial produtivo, clima e solo. A startup Solinftec tem uma plataforma de inteligência artificial (IA) que gera recomendações de manejo a partir de dados de computadores de bordo, sensores, imagens de satélite e histórico de eventos em campo.

Bosch e Basf — que desenvolveram plataformas para automatizar a aplicação de sementes e fertilizantes e mapear ervas daninhas, respectivamente — têm uma solução conjunta que associa reconhecimento de imagem, IA e sistemas eletrônicos para uma pulverização precisa, com uso mínimo de defensivos. Há ainda robôs, como um modelo autônomo da Solinftec, movido a energia solar, com câmeras para vistoriar e identificar doenças e que ainda caça insetos. A AGCO tem um modelo semeador com precisão milimétrica.

A Ponta oferece softwares para gerenciar processos e dados da entrada à saída do animal na fazenda. Sensores individuais geram informações genéticas, reprodutivas, de origem, movimentação, consumo e desempenho diário de cada animal. A BovControl, segundo o CEO Danilo Leão, acumulou tal volume de dados com monitoramento animal que tem um sistema capaz de rastrear e mensurar emissões de gases de efeito estufa.

Apesar do crescimento das soluções baseadas em dados, persiste o desafio de usar e integrar informações de diversas fontes para apoiar a tomada de decisões e gerar valor, principalmente em tempo real, diz o vice-diretor científico da Associação Brasileira da Agricultura de Precisão (Asbraap), Christian Bredemeier. “As ofertas são pulverizadas, sem sequer [haver] protocolo de comunicação comum entre sensores de vários fabricantes. Mas já existem plataformas buscando a integração”, diz ele, que também é professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e presidente da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e Digital, do Ministério da Agricultura e Pecuária.

É o caso da Aegro, que permite a integração de dados coletados por máquinas inteligentes, de sistemas governamentais e mesmo de instituições financeiras para auxiliar na gestão. “Funciona como plataforma ‘tudo em um’, como uma espinha dorsal. Módulos adicionais atendem necessidades especializadas”, diz o CEO Pedro Duss. A Jacto Next, derivada da Jacto, criou uma plataforma que se integra a sistemas gerenciais e outras fontes para troca de informações sobre ordens de serviço e configurações. É possível desenhar os talhões da fazenda, customizar operações e criar alarmes e mapas georreferenciados para obter informações sobre as máquinas.

Outros desafios a serem superados são a conexão no campo, para monitorar máquinas e fazer correções em tempo real, e a falta de especialistas em analisar grandes volumes de informação. Paulo Ziccardi, diretor de agronegócios da Accenture Brasil, lembra que ainda é difícil enxergar o que acontece em um talhão para obter correlações e entender fatores de produtividade. A Accenture criou uma plataforma que combina dados de vários sistemas, de planilhas a imagens hiperespectrais. “A questão é traduzir fatores de produtividade em impacto econômico”, diz ele.

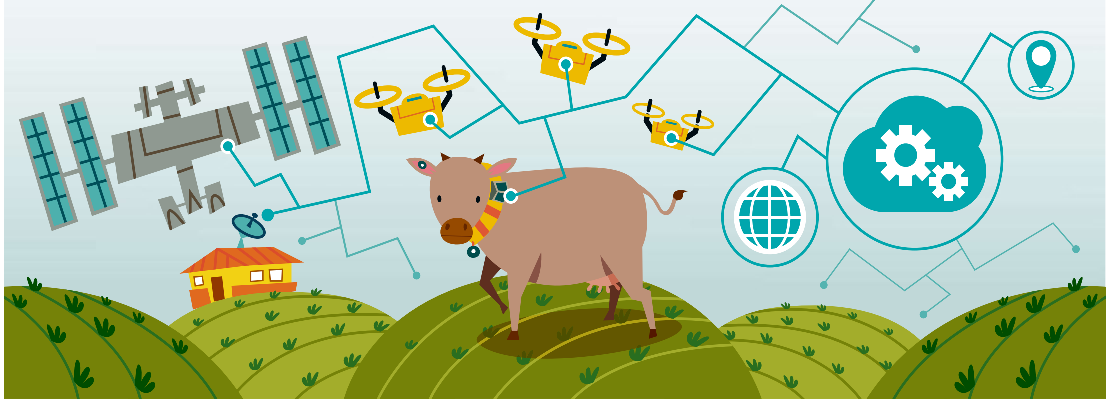
> Apesar dos ganhos, persiste o desafio de usar e integrar informações de diversas fontes

DIVULGAÇÃO



Balistiero: “O modelo para colheita ideal elevou a produtividade em 12%”

Campo moderno
Exemplos de uso de dados na agropecuária



Agricultura

Amostras do solo
- Geração de mapa de fertilidade

Sensores
- Medição de umidade, compactação e condutividade do solo
- Ajuste de dose de sementes
- Otimização de insumos
- Adubação segundo condição nutricional aferida da lavoura

Satélite
- Monitoramento da lavoura

Maquinário

- Automação e economia com piloto automático e GPS
- Monitoramento de desempenho e eficiência e identificação de problemas
- Telemetria para manutenção preditiva e interferências remotas

Drones
- Distribuição georreferenciada da pulverização
- Mapeamento da área

Criação animal

Sensores
- Monitoramento de temperatura corporal e frequência cardíaca
- Coleta de dados sobre ruídos, umidade e iluminação do ambiente para assegurar condições adequadas
- Medição da alimentação diária e ajuste na dieta para garantir consumo

Sistemas automatizados
- Distribuição precisa de ração
- Dieta personalizada
- Limpeza do ambiente

Fontes: Empresas

Plantio evolui com inteligência artificial

DIVULGAÇÃO



> “A agricultura é uma atividade produtiva que remove carbono”
> *Mariana Caetano*

De São Paulo

A inteligência artificial (IA) invadiu o campo, contribuindo para o aprimoramento de sementes, máquinas, planejamento, manejo, monitoramento e gestão. A Syngenta adota IA na descoberta de novos modos de ação e produtos químicos, além de comercializar uma plataforma que usa a tecnologia e o aprendizado de máquina (ML) para dar aos produtores recomendações de manejo relacionadas a solo, sementes, previsões meteorológicas e rendimento.

Sua unidade Crop Protection, voltada a soluções de proteção de cultivos, firmou parceria com a Enko para emprego de IA para otimizar e testar segurança e eficácia de soluções por meio de análises de estrutura molecular. Um dos resultados foi a descoberta de uma nova química para controle de fungos e a extensão do acordo para soluções herbicidas.

A IA embasou o software de combate a pragas em florestas desenvolvido pela dupla ArcelorMittal e Sipremo, primeiro idealizado pelo hub de inovação aberta Açolab. O modelo integra dados climáticos e operacionais para diagnosticar o nível de infestação e antecipar a área afetada, com indicação de praga, data e local. A novidade reduziu deslocamentos, uso de pesticidas e emissão de CO_2, reduzindo em mais de 40% o custo de combate à praga, conta Rodrigo Carazolli, gerente geral de inovação, novos negócios e Açolab Ventures na ArcelorMittal.

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) está desenvolvendo novo sistema com IA para substituir o atual Sistema de Defesa Agropecuária, cujas informações se reduzem a origem e destino da carga, vegetal ou animal. Informações de câmeras em rodovias ajudarão a identificar veículos com produtos agropecuários. Outras novidades serão o mapeamento das estradas estaduais, inclusive de terra, e integração a cadastros rurais e à Plataforma de Gestão Agropecuária, do Ministério da Agricultura e Pecuária, diz Guilherme Negro, diretor técnico do IMA.

A IA gerou startups voltadas ao agronegócio. A Salva, por exemplo, identifica e monitora quesitos como plantas de cobertura, sistemas de plantio direto e convencional, culturas e qualidade de pastagem, entre outros, com modelagens agroclimáticas com IA para mitigar efeitos de eventos extremos e realizar balanço de emissões, entre outros. “A agricultura é uma atividade produtiva que remove carbono”, defende a CEO Mariana Caetano.

O sensoriamento remoto criado pela Agrotools acompanha culturas e mapeia tendências de desmatamento, define talhões e identifica o comportamento em áreas de confinamento de gado. As soluções são apoiadas por biblioteca de dados e abordagem preditiva baseada em IA para identificar padrões e tendências e otimizar processos, mitigar riscos e reduzir custos, segundo o CEO Sergio Rocha. Monitoramento de lavoura com identificação de cultura, estimativa de quebra de safra e dashboards de inteligência estão entre os lançamentos mais recentes com IA.

Um segmento que atrai agtechs é o de processamento de imagens. A Cromai, explica o COO Henrique Del Papa, oferece soluções para identificar e quantificar impurezas vegetais em cana-de-açúcar e soja. Outro do ramo é a BemAgro, que usa IA e visão computacional para processamento de imagens de drones, tratores e satélites. Já a Traive, parte do grupo de finechs voltadas ao agro (agfintechs), usa IA para gerar análise de risco. *(MF)*

Pecuária se defronta com rastreabilidade do animal

Ricardo Ivanov
Para o Valor, de São Paulo

Em dezembro de 2024, os europeus colocarão em vigor o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR), que impede que commodities como a carne, desde o nascimento do bezerro, venham de áreas desflorestadas após 31 de dezembro de 2020. Apesar de não ser o principal importador do produto do Brasil — a China é o primeiro e os Estados Unidos, o segundo —, as regras podem influenciar todo o mercado na região e entorno.

O assunto traz à tona o tema do momento para os pecuaristas: a rastreabilidade individual obrigatória do animal, ideia que já está na mesa do Ministério da Agricultura desde junho de 2023, ainda sem conclusão, e que pode definir os rumos da sustentabilidade da pecuária como negócio. Com ela, todo o ciclo de vida do animal teria um número único, registrado em um sistema nacional, com provável custo para o produtor.

“Eu sou completamente a favor. Trabalho com rastreabilidade desde 2000 e não consigo fazer pecuária sem identificação animal”, diz Mauro Lúcio Costa, proprietário da fazenda Marupiara e que é considerado uma referência em boas práticas ambientais. Você passa a saber quem está produzindo, quem não está, quem está ganhando do peso, quem não. Como ferramenta de gestão é fundamental.”

Para ele, falta conhecimento aos produtores, pois o custo do rastreamento é baixo, perto de R$ 15, somando dois brincos (geralmente um se perde ao longo da vida do animal), mais o chip que possibilita identificar o boi como num sensor de caixa de supermercado, com as informações indo direto para o computador e banco de dados da fazenda.

“Concordo que é ótimo”, diz André Bartocci, pecuarista do Mato Grosso do Sul, diretor da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil e presidente da Câmara Setorial da Carne Bovina. “Mas não quer dizer que não seja complexo implementar a rastreabilidade neste que é o maior rebanho do mundo. Não tem como obrigar milhões de produtores a fazer a rastreabilidade, não vai ter multa ou prisão que consiga isso.”

Entre os grandes produtores que não estão com pressa de adotar a prática está o pecuarista Maurício Fraga Filho, dono de fazendas no Pará, com cerca de 28 mil cabeças de gado: “Eu uso o brinco com mosquicida, para tratamento do animal, ele não identifica nada. Não uso o de rastreamento individual porque não existe essa exigência. Faço gestão de lote”. Ele conta que vende para frigoríficos que exportam para países como China e Oriente Médio “e a rastreabilidade, por enquanto, não me é exigida”.

O produtor reconhece a iniciativa do Pará em ser o primeiro Estado a ter um programa de rastreabilidade obrigatória, que será implementado no final de 2026. Fraga vê como problema o monitoramento dos produtores indiretos, aqueles por onde o animal passou até chegar no frigorífico, já que só esse último, por enquanto, é obrigado a informar de onde vem a carne.

“O índice de irregularidade ambiental no Pará é muito grande. Mais de 40% das propriedades têm algum passivo com o Estado. E regularizar isso é muito difícil, leva anos. Se de repente exigirem que ninguém compre animal de área que tenha alguma irregularidade, você causa um desmanche fundiário enorme. As pessoas têm de ter oportunidade de regularizar sua fazenda antes de ser excluída. Por exemplo: mais de 50% das propriedades de reforma agrária têm passivo. Você se esforça para fazer a reforma e aí exclui todo mundo?”, questiona Fraga.

Um argumento em favor da rastreabilidade muito discutido é o de que seria a salvação ambiental para o setor. “Eu tenho absoluta certeza de que não é. Ela contribui, mas não impede nada. Se o criminoso ambiental consegue burlar a lei para desmatar, não vai conseguir burlar uma lei para o brinco do animal?”, diz Bartocci. O brinco não faria diferença, segundo Costa. “Não é o boi que desmata, é o dono dele. Hoje, se você quiser saber quais são as áreas que foram desmatadas, basta olhar as imagens de satélite. Tendo a coordenada geográfica, o governo tem condição de multar quem quer que seja”, afirma.

R$ 15
é o custo para identificar um boi

Agronegócio Apesar do avanço registrado na última década, setor ainda requer incentivos adicionais

Orgânicos quadruplicam produção em 10 anos

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

Na última década, a produção nacional de alimentos orgânicos — livres de fertilizantes sintéticos, defensivos químicos, sementes transgênicas ou alto volume de mecanização nas atividades — quadruplicou. São cerca de 25 mil agricultores certificados no país, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária, que juntos movimentaram R$ 6,9 bilhões (US$ 1,33 bilhão) em 2022. O mercado global é estimado em US$ 97 bilhões, segundo a Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica.

Apesar do crescimento significativo de produtores — eram apenas 5.106 há 14 anos —, há muito o que expandir, seja pela demanda por uma agricultura mais sustentável, que provoque menos impacto ao meio ambiente, seja pela mudança de comportamento das novas gerações, adeptas da alimentação mais saudável e natural. "O Brasil vem avançando, mas poderia avançar bem mais pelo potencial e pela demanda", avalia Cobi Cruz, diretor executivo da Associação de Promoção dos Orgânicos.

Pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com a Universidade de Tecnologia Federal do Paraná, destaca que apenas 1,28% das áreas de cultivo são ocupadas por orgânicos, com predominância de produção vegetal, com 36,6 mil propriedades, seguida da produção animal, com 17,6 mil. Outras 10,3 mil têm tanto vegetais quanto produção animal orgânica. O país tem bolsões de cultivo importantes, entre eles Bahia (cacau), Amazônia (açaí) e Paraná (erva-mate e hortifrúti). Entre os produtos mais exportados estão açúcar, frutas, castanhas e grãos, que são enviados para mais de 50 países.

"A maioria é tocada por pequenos e médios produtores, que carecem de incentivos, apoio técnico para aumentar a produtividade, capacitação e garantia de compra", diz Cruz. Segundo ele, quando a cadeia de fornecedores funciona, os resultados aparecem. "O Brasil é o maior exportador de acerola orgânica, com produções concentradas no Ceará e em Pernambuco. A liderança na produção de arroz orgânico na América Latina é do MST em seus assentamentos", destaca.

Com uma produção de 30 mil toneladas em 2023, entre soja (a metade), milho, canola, feijão, trigo, aveia, girassol, linhaça, pipoca, gergelim e centeio, a Gebana Brasil, com sede em Capanema (PR), fornece insumos e assistência técnica a 120 produtores do Rio Grande do Sul à Bahia, de quem garante a compra de 100% da produção. As propriedades parceiras têm de áreas de plantio de 2 a 700 hectares, afirma Jonathas Baerle, gerente geral. "Temos na rede agricultores com áreas plantadas entre 5 e 10 hectares que na soja tradicional não se sustentariam. Nós pagamos prêmio mínimo de 30% sobre o valor da tonelada no mercado para que eles continuem a produzir", afirma. Em 2023, a Gebana Brasil faturou R$ 100 milhões. A expectativa é a manter a cifra neste ano.

Romário Khum, dono da fazenda que leva o sobrenome da fazenda, em Tiradentes do Sul (RS), é um dos integrantes da rede Gebana. Entre áreas próprias e arrendadas, cultiva 30 ha de soja, trigo e milho orgânicos. "Gostaria de diversificar, plantando centeio no inverno, mas os bancos não liberam linhas de financiamento para grãos que não têm zoneamento", afirma. Na última safra, a fazenda Khum produziu 35 sacas de soja por ha — a meta é chegar a 55 sacas/ha na próxima colheita.

"As linhas de crédito abertas precisam ser mais divulgadas, as universidades precisam preparar melhor os profissionais para a produção de orgânicos, avançar nas pesquisas", defende Joe Valle, fundador da fazenda Malunga. Ele decidiu investir na agricultura orgânica na década de 1980, quando cursava engenharia florestal na Universidade Federal da Bahia. Segundo ele, faltam políticas públicas para a expansão da atividade. "Há um campo vasto para a agroindústria orgânica, um espaço gigante para o avanço da legislação de reciprocidade com outros países, entre eles, os integrantes do Mercosul", diz.

Localizada a 70 km de Brasília, a Malunga tem 60 ha com 35 variedades de hortaliças, além da produção de 32 itens entre queijos e laticínios provenientes da pecuária orgânica. Em 2023, faturou R$ 30 milhões. O objetivo para 2024 é alcançar R$ 35 milhões. "O mercado de orgânico precisa começar a trabalhar valor. Com esse propósito, lançamos um edital para preparar 14 hortas orgânicas em escolas públicas do Distrito Federal. A escola entra com área e água e a Malunga, com mudas e técnicas", diz. "É a nossa maneira de entregar valor para que mais pessoas possam consumir orgânicos e, com isso, promover a transformação".

DIVULGAÇÃO



Fazenda Malunga tem hortaliças, produção de queijos e de laticínios da pecuária orgânica

Em alta

Produção de orgânicos cresce no país

Unidades produtoras

2019	2020	2021	2022
18.766	20.789	23.723	24.698

Faturamento, em R$ bilhões

2019	2020	2021	2022
4,5	5,8	6,5	6,9

Fonte: Mapa/Organis

Empresas apostam em agricultura regenerativa

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

No combate ao aquecimento global e na busca de novos mercados, a SLC Agrícola e a Amaggi — dois gigantes da produção e exportação de soja, milho e algodão — têm como meta neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2030 e 2050, respectivamente, nos escopos 1 (emissões próprias) e 2 (emissões indiretas, da energia elétrica). No caso da Amaggi, o objetivo inclui também o escopo 3, que engloba o restante da cadeia produtiva; no caso do grupo, cerca de 6 mil fornecedores, que respondem por 95% de suas exportações. Para atingir os objetivos, ambas têm uma estratégia em comum: a agricultura regenerativa.

Neste ano, a SLC Agrícola certificou com o selo Regenagri de agricultura regenerativa 35,9 mil hectares (8% da sua área plantada) em duas fazendas nos municípios de Luziânia (GO) e Costa Rica (MS). Desenvolvido pela britânica Control Union, o programa contempla práticas para saúde do solo, preservação da biodiversidade, uso sustentável da água, utilização de insumos biológicos e sequestro de carbono, entre outras iniciativas. "Até 2028 queremos certificar todas as nossas fazendas", diz Leonardo Celini, diretor de operações de campo da companhia.

O selo pode garantir novas vendas. "Existe demanda pelos produtos certificados na Europa e Ásia", acrescenta o executivo, que também menciona vantagens do lado de dentro da porteira. "O mundo vai passar por conjunturas climáticas cada vez mais complicadas, e a agricultura regenerativa torna o sistema de produção mais resiliente", diz.

A Amaggi deve lançar, nos próximos meses, sua própria certificação, em parceria com empresas especializadas independentes. O selo integrará o programa Amaggi Regenera, que dá assistência técnica com foco no incentivo à biodiversidade e proteção do solo às propriedades de fornecedores. "É importante que os produtores parceiros também tenham boas práticas, com performance que possa ser demonstrada para o mercado", afirma Fabiana Reguero, gerente de sustentabilidade da empresa.

A Amaggi tem um projeto-piloto em uma fazenda de 56 mil ha em Campo Novo do Parecis (MT), onde são postas em prática técnicas de agricultura regenerativa, como a criação de um fertilizante a partir de resíduos de soja e algodão e esterco do gado criado entre as duas safras. "Os resultados são todos mensurados e, se bem sucedidos, os métodos são reproduzidos por outras propriedades do grupo e propriedades parceiras", afirma Reguero.

Embora cada vez mais adotada, não há definição consensual para a agricultura regenerativa. "Mas o objetivo é trabalhar com práticas que levem a uma agricultura mais sustentável", diz Maristela Watthier, professora do Departamento de Agronomia da Universidade Federal de Viçosa (MG) e coordenadora do Laboratório de Agroecologia e Manejo de Agroecossistemas da instituição. Entre os métodos utilizados, ela menciona o revolvimento mínimo do solo, sua proteção com plantas de cobertura, rotação de culturas e utilização de insumos biológicos.

Algumas dessas práticas existem desde os anos 1970, como o plantio direto. Outras são mais recentes, como os biodefensivos. Na safra 2017-2018, as áreas tratadas com eles correspondiam a 9% da produção brasileira de grãos, cana-de-açúcar e café. Na safra 2020-2021, a parcela de biodefensivos nessas culturas havia triplicado, para cerca de 28%, mostra estudo da economista Fernanda Valente, do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio-FGV).

Outro levantamento, da CropLife Brasil em parceria com a S&P Global, estimou o mercado brasileiro de biodefensivos em R$ 3,3 bilhões na safra 21-22, um salto de 154% sobra a anterior.

Na SLC, parte dos insumos à base de fungos e bactérias é produzida internamente, em 17 fazendas. A Amaggi também está construindo sua planta própria, em Cuiabá (MT), com inauguração prevista para o próximo ano. Enquanto isso, a companhia compra os produtos no mercado. "Usamos, por exemplo, um fungo com 84% de efetividade no combate a percevejos", diz Reguero. "O uso de insumos biológicos possibilitou a redução do uso de insumos sintéticos, que em 2020 era cerca de 320% maior do que hoje", afirma Celini, da SLC.

A prática ajuda também no combate ao aquecimento global, já que 29% das emissões da agropecuária vêm do incremento de hidrogênio via utilização de fertilizantes sintéticos hidrogenados e de operações de manejo do solo, segundo o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Em parte por conta disso, a Amaggi e a SLC adotam o plantio direto e plantas de cobertura na área cultivada. "As plantas se transformam em matéria orgânica que, quando retida no solo, fixa o carbono. Também ajudam a arear, possibilitam mais infiltração de água e melhoram outras características químicas e físicas", afirma Watthier. "Já quando o solo é revirado, os gases são liberados para atmosfera", explica.

A partir do ano que vem a Amaggi deixará de comprar soja de produtores que desmatarem, que serão identificados por um sistema automático com utilização de imagens de satélite.

DIVULGAÇÃO



"É importante que os produtores parceiros tenham boas práticas"
Fabiana Reguero

Defensivo com base em componente biológico ganha espaço no mercado

Erivelto Tadeu
Para o Valor, de São Paulo

A procura por sistemas de produção de baixo impacto ambiental e produtos mais sustentáveis tem impulsionado o mercado de bioinsumos no Brasil, particularmente o de defensivos baseados em componentes biológicos, como microrganismos e extratos vegetais, utilizados para o controle de pragas e doenças nas lavouras. Na safra 2022/2023, as vendas da indústria de defensivos biológicos cresceram cerca de 35% sobre a safra anterior, para mais de R$ 800 milhões, segundo a CropLife Brasil. Já a área plantada tratada com biodefensivos cresceu acima de 37%, sendo que o mercado de biológicos superou a casa dos R$ 4 bilhões.

Segundo o diretor-executivo e de sustentabilidade da CropLife Brasil, Arthur Gomes, o uso de biodefensivos cresceu 63% no Brasil entre 2018 e 2022. No mundo, a taxa foi de 12,5%.

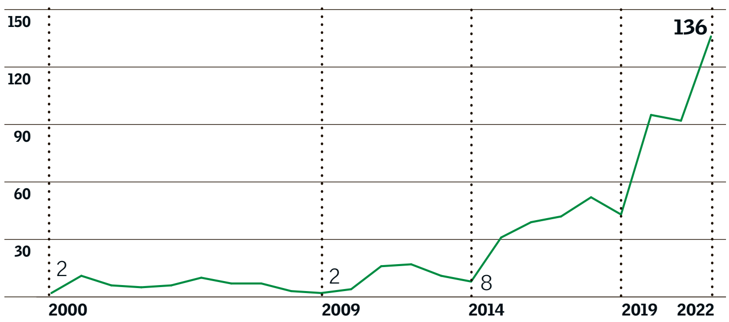
A Sumitomo Chemical, que registrou aumento de 41% nas vendas da linha de bioinsumos para a safra 2023/2024, trabalha com a perspectiva de expansão progressiva do mercado. "A nossa expectativa é manter esse patamar de crescimento pelos próximos anos, com a chegada de grandes inovações que estão em desenvolvimento", afirma o gerente de bioracionais e de cultura da Sumitomo Chemical Brasil, Eduardo Rossini. Segundo ele, o crescimento tem ocorrido mais fortemente nas regiões de Cerrado e no Sul do país, principalmente em cultivos extensivos.

Dados da CropLife Brasil mostram que as culturas extensivas, como soja, cana-de-acúçar, algodão, entre outras, são as que mais tem empregado defensivos biológicos, em alguns casos até como complemento aos químicos. Na outra ponta, a fruticultura e a olericultura são as lavouras com mais tradição no emprego de biodefensivos, segundo o head de bioracionais da Sumitomo, Ronald Weber. Mas ele observa que tem havido um interesse cada vez maior dos produtores de grãos, como o milho, por um manejo fitossanitário mais sustentável e eficiente.

No caso da Corteva Agriscience, o milho é a cultura com maior proeminência, justamente por conta da chegada ao mercado do fixador biológico de nitrogênio desenvolvido pela empresa. A intenção da companhia é ampliar o registro dessa tecnologia para as culturas de café, citrus, batata, soja, cana-de-açúcar, algodão, trigo, tomate, uva, entre outras.

Sem químicos

Registro de biodefensivos* no Brasil



9%
é a participação dos biológicos no mercado de defensivos no Brasil

Soja, milho, cana, algodão e hortifrutis (batata, cebola, cenoura e tomate) representam **94%** do mercado de biológicos

Produtores do **Centro-Oeste concentram 59%** dos defensivos biológicos usados no país

Fonte: Blink Inteligência Aplicada. *Produtos biológicos, microbiológicos, semioquímicos, bioquímicos, extratos vegetais, reguladores de crescimento ou agricultura orgânica

Na opinião do vice-presidente de marketing da divisão de soluções para agricultura da Basf para a América Latina, Ademar De Geroni Jr., soluções biológicas são ferramentas importantes no combate de resistência e oferecem um manejo sustentável ao longo dos anos. Ele diz que a soja, por conta da vasta área de produção e pelo uso de inoculantes biológicos no tratamento de sementes, é a cultura que se destaca no uso desse tipo de defensivo. "Porém, outros cultivos também têm tido uma adesão cada vez maior no uso de biológicos. No caso de frutas e hortaliças, esses produtos facilitam o manejo permitindo uma janela de aplicação mais flexível e próximo da colheita", diz.

O head de biológicos e seedcare da Syngenta para América Latina, Igor Lyra, ressalta que o segmento é o que mais cresce na indústria agrícola de todo o país, com incremento de mais de 20% ano a ano nos últimos anos. "Trabalhamos para manter esse crescimento no médio prazo", afirma. Ele cita que, hoje, todas as grandes regiões produtivas utilizam biológicos como um complemento ao manejo dos mais variados cultivos, especialmente na soja, cana-de-açúcar e milho.

O executivo da Syngenta avalia a perspectiva para o mercado nacional como muito positiva. "Os biológicos estão mudando a forma como os produtores brasileiros produzem alimentos", diz. Segundo ele, espera-se que esse mercado passe dos atuais US$ 1,2 bilhão para US$ 5 bilhões até 2030 apenas no Brasil.

INÊS 249

Biodiversidade Pequenos negócios conseguem se moldar à realidade da região amazônica e aos arranjos na relação com fornecedores de insumo

Startups ampliam cadeias produtivas da bioeconomia

Sérgio Adeodato
Para o Valor, de São Paulo

As cadeias de produtos da floresta são a base da bioeconomia amazônica, setor que movimenta em torno de R$ 12 bilhões por ano e pode atingir R$ 38,6 bilhões em 2050, no compasso da emergência climática global, segundo estimativa do WRI Brasil. A expansão, porém, esbarra em entraves desde a origem no extrativismo até a ponta final no consumo, e as soluções estão abrindo oportunidades para novos negócios que prosperam na lógica de valorizar a biodiversidade para protegê-la.

"Pequenas e médias empresas têm importância cada vez maior neste desafio, com a agilidade em se moldar à realidade da região e arranjos inovadores na relação com comunidades fornecedoras dos insumos", afirma Carlos Koury, diretor de inovação em bioeconomia do Idesam, em Manaus.

Estudo concluído pela instituição, com financiamento do Partnerships for Forests (P4F), ligado ao governo do Reino Unido, mapeou gargalos e apontou quem está inovando para viabilizar os elos de duas das cadeias produtivas de relevância na região — da castanha-do-brasil e do cacau. O objetivo é subsidiar políticas e investimentos.

"É forte a tendência de startups assumirem o papel de otimizar essa nova bioeconomia que agrega valor aos produtos, mas ainda são necessários agentes capazes de integrar e disseminar essas soluções", pontua Koury, também coordenador do Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio). A iniciativa, cofinanciadora do estudo, repassa recursos para startups como contrapartida das indústrias pelos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus.

As distâncias geográficas e a falta de assistência técnica e crédito são obstáculos a uma maior relevância da bioeconomia para o país. Na análise de Koury, já existem soluções validadas e "o momento é favorável a um salto no setor, com mais recursos públicos e privados, como suporte à redução do desmatamento".

Segundo o Idesam, há pelo menos 200 startups de bionegócios na Amazônia. "Elas têm o potencial não apenas de inovar, mas de reformular práticas de mercados convencionais", observa Ingrid Barth, presidente da Associação Brasileira de Startups. Mapeamento indica que a região Norte abriga 4,7% do total desses negócios nos vários setores da economia, com espaço para crescimento.

"A riqueza em recursos naturais e espécies únicas nos biomas oferece às MPEs oportunidades para explorar novos nichos de mercado, com forte enfoque em pesquisa e inovação", analisa Augusto Corrêa, diretor executivo da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), que mapeou 65 organizações de impacto positivo na região. "São crescentes a oferta de programas de aceleração e incubação e o interesse de fundos internacionais em investimentos", diz.

No caso do cacau, fruto nativo da Amazônia, onde 70% da produção está na agricultura familiar, o nicho de chocolates especiais ganha evidência com a pegada dos benefícios à biodiversidade e povos tradicionais. A startup Warabu, em Manaus, recebeu R$ 3 milhões de investidores, além de R$ 900 mil da Finep para importar maquinário italiano de alta tecnologia. "Apostamos na qualidade e na origem amazônica das matérias-primas, com capacitação de pequenos produtores e compra pelo dobro dos preços de mercado", observa Jorge Neves, fundador da empresa.

> "O momento é favorável a salto no setor, com recursos públicos e privados"
> *Carlos Koury*

"Queremos converter o chocolate em crédito de carbono para as comunidades", revela César De Mendes, fabricante em Santa Bárbara do Pará (PA), com a promessa de que cada barra neutraliza a emissão média diária de um brasileiro. Os 13 rótulos destacam as comunidades de origem, como os Yanomami, que começaram a plantar cacau em agrofloresta após oficinas da empresa nas aldeias. Na cosmologia indígena, o cacaueiro é a árvore dada por deus para curar o mundo. Desde 2018, o cultivo da etnia saltou de 3,5 mil para 31 mil pés, com a entrega de 500 quilos por ano para a fabricação na startup De Mendes. No total, são adquiridas 16 toneladas anuais de 71 comunidades na Amazônia.

"Sustentabilidade e inovação são conceitos que não têm mais volta", diz Decio Lima, presidente do Sebrae, que considera o país competitivo pelo território, diversidade e resiliência dos povos. "Quem convive com a biodiversidade são os pequenos, que precisam de renda para sobreviver".

Segundo Lima, não faltam boas ideias na convivência sustentável com a floresta, mas capacidade de gestão dos negócios. A questão inspira o programa Inova Amazônia, que chega à segunda edição, com mais de 1,2 mil empreendedores candidatos — 40% mais que a chamada anterior, em 2021, e principal demanda no setor de alimentos e agricultura. Até o momento, foram investidos R$ 26 milhões pelo Sebrae na iniciativa.

Uma das startups apoiadas, a Mazodan, de Macapá (AP), aproximou a bioeconomia da construção civil ao desenvolver uma argamassa sustentável que utiliza sedimentos do rio Amazonas e rejeitos de mineração. A substituição do cimento reduz a pegada de carbono, além do menor custo da moradia, com impacto social positivo. "Desde a nascente nos Andes, até a foz, na capital amapaense, o maior rio brasileiro carrega grande volume de sedimentos que se depositam à frente da cidade e têm composição similar ao cimento", diz o engenheiro de produção Michael Carvalho, criador do negócio.

DIVULGAÇÃO



César De Mendes, CEO da chocolateria De Mendes, em oficina com comunidade Yanomami para produção de cacau

Látex extraído por indígenas ganha valor em mochila

De São Paulo

A ideia de produzir mochilas com tecido de borracha amazônica e pinturas indígenas vai além do exotismo da moda para a startup Bossapack, do Rio de Janeiro, dedicada a capacitar comunidades a adicionar novos valores a produtos tradicionais da floresta. Produzidas por famílias da etnia Xipaia, na região da Terra do Meio (PA), as peças contribuem com a preservação de 2 mil hectares de floresta — área relativa às 12 estradas de seringa que servem à extração do látex na aldeia. Junto ao benefício ambiental, a renda por litro do insumo aumenta quase 13 vezes quando utilizado no novo produto.

"É uma inovação brasileira que permite produzir tecidos impermeáveis sem uso de petróleo, feitos nas próprias aldeias, unindo conhecimento tradicional e novas tecnologias transferidas para região", revela Cláudio Martins, CEO da empresa.

Após passagem pela antiga Mesbla, lendária loja de departamentos que faliu em 1999, e posterior pesquisas da moda surfwear na Califórnia (EUA), o economista criou um projeto de mochila alternativa às asiáticas que dominavam o mercado nacional. O propósito da marca, lançada em 2016, foi explorar o conceito de brasilidade, com material reciclado e grafismos — até que veio o projeto, apoiado por uma antropóloga, para que o produto fosse pintado à mão diretamente por indígenas com pigmentos nativos.

Com ajuda da empresa, jovens das comunidades aprenderam a tecnologia que aplica látex em tecido de algodão e a produção dos panos das mochilas, com esse material, passou a ser realizada nas aldeias. Em dois anos, o negócio quadruplicou, chegando em 2023, a 500 peças produzidas nas comunidades, por safra (junho a novembro). A perspectiva é dobrar o fornecimento por meio de inovações no método de vulcanização do látex, com ganhos de eficiência e produtividade.

No total, a startup comercializa 50 versões de mochilas no e-commerce e lojas parceiras, com etiqueta de QR code que informa a origem da matéria-prima. A estratégia é expandir a produção em outras comunidades indígenas da região, no modelo de negócio aprimorado pelo empreendedor no programa de aceleração Sinergia, mantido pela Fundação Certi.

A iniciativa, voltada à qualificação de pequenos negócios de bioeconomia em estágios mais avançados, chegou neste ano à segunda edição, com 110 startups candidatas, das quais vinte serão selecionadas para as atividades, com destaque para o setor de alimentos e bebidas, além de cosméticos. "Olhamos para negócios que transformam produtos da biodiversidade e agregam valor, também por meio tecnologias que geram maior competitividade e condições mais favoráveis a essa nova economia", aponta Janice Maciel, gerente de economia verde da Fundação Certi.

A demanda aquecida é termômetro do momento dos bionegócios na Amazônia. "Há grande potencial de talentos, mas o conhecimento não está indo para a sociedade na forma de negócios", avalia Maciel. Para eliminar gaps e aproximar os mundos da indústria e da floresta, a instituição lançou recentemente um programa de corporate venture capital — o Sinergia Investimento. O objetivo é fortalecer a tração de negócios baseados em inovações demandadas pelas empresas investidoras, com potencial de expansão junto a outros clientes no mercado.

"Há grandes empresas interessadas em desenvolver cadeias regenerativas, mas falta confiança diante da atual fragilidade, envolvendo riscos e custos", afirma a gerente. Ela lembra que reduzir esse abismo representa oportunidades para inovações que levam em conta a dinâmica da floresta e questões como a dispersão territorial, o baixo volume de fornecimento, a sazonalidade e a falta de padronização dos produtos. Em paralelo, diz Maciel, há necessidade de investimento nas etapas iniciais dos projetos para garantia de pipeline de negócios no futuro. A meta da Fundação Certi é beneficiar 3 mil talentos de potencial empreendedor na bioeconomia até 2025. *(SA)*

DIVULGAÇÃO



Janice Maciel, da Certi: negócios que transformam produtos da biodiversidade

Castanha-do-brasil vira estrela entre os superalimentos

De São Paulo

Quando os extrativistas processam a castanha-do-brasil para extrair óleo vegetal fornecido à indústria de cosméticos, é gerado um subproduto, chamado "torta", quase sempre jogado fora como resíduo por falta de um uso mais nobre e rentável. Altamente nutritivo, o insumo antes sem valor é hoje estrela de superfoods no crescente mercado da alimentação saudável, com o diferencial da origem amazônica, da valorização dos povos tradicionais e dos benefícios pela manutenção da floresta em pé.

"O mundo precisa aliar ciência moderna e sabedoria ancestral, reaproximando a humanidade da floresta, com nutrição para quem consome, justiça social para quem fornece e minimização de impacto da mudança climática na produção", afirma Max Petrucci, fundador da foodtech Mahta. A startup, especializada em superalimentos substitutos de refeições completas como suporte à rotina no trabalho, estudos, prática de esportes e agitação da vida urbana, ambiciona faturar R$ 300 milhões ao ano ainda nesta década. "Queremos colocar a Amazônia como protagonista de uma nova categoria de alimentos no Brasil", diz o CEO.

São itens como o leite de castanha em pó, um shake de 15 ingredientes e uma bebida funcional e energética contendo o café agroflorestal produzido em Apuí (AM) e o guaraná do povo sateré mawé, no Amazonas, guardião dos saberes tradicionais sobre o fruto. No total, a empresa tem mais de mil fornecedores em comunidades da Amazônia — entre os quais, extrativistas do projeto Reca, em Rondônia, que hoje faturam mais com o maior aproveitamento da castanha. O desafio é processar a "torta" localmente, deixando maior valor na Amazônia — e menos em São Paulo, onde hoje a matéria-prima é beneficiada na forma de pó.

> **R$ 1 mi**
> **é a receita prevista pela Mahta por mês**

A estratégia para viabilizar o negócio tem sido combinar a demanda da empresa com a da indústria de cosmético, que compra o óleo da castanha, gerando o resíduo útil à produção da Mahta. Com o produto plant-based, de baixo carboidrato e alta carga proteica, obtido pelo extrativismo nas áreas nativas ou plantações em sistemas agroflorestais, a empresa integra o mais recente ranking da Endevor entre as startups de destaque no país. "O plano é unir crescimento exponencial e entrega de impacto social positivo", reforça Petrucci.

Oriundo da indústria digital, o empreendedor atuou na Microsoft como responsável pelos mercados da Ásia, Pacífico, Canadá e América Latina. "Eram voos semanais de 18 horas de duração, em situações de extremo estresse, e a saúde acendeu o alerta", conta. Para se livrar dos remédios, ele deixou a companhia e embarcou em período sabático para a cura na nutrição alternativa. Um dia veio o insight de investigar o potencial amazônico e contratar pesquisadores da Universidade de São Paulo em Piracicaba (SP) para obter uma lista de superalimentos da região.

Após um ano de qualificação na Amaz, maior aceleradora de negócios de impacto do Norte do país, a Mahta captou R$ 4,5 milhões de investidores anjos para a etapa inicial e, posteriormente, outros R$ 4 milhões para avançar nas pesquisas e estruturação da cadeia de suprimento, com mentoria, treinamento e garantia de compra, além de forte presença nas redes sociais.

Com nove doses diárias das misturas em pó vendidas a R$ 190, a previsão é atingir faturamento de R$ 1 milhão por mês no curto prazo. Neste ano, o crescimento deverá quadruplicar em relação a 2023, quando as vendas já tinham superado o triplo do ano anterior. "O grande objetivo é isolar a proteína da castanha-do-brasil, substituindo fontes veganas hoje obtidas em monoculturas agrícolas", revela o CEO. Para essas pesquisas, a startup captou R$ 1,4 milhão da Embrapii em parceria com outra startup, a Belterra, no objetivo de capacitar comunidades e valorizar o produto cuja renda depende da floresta bem conservada. *(SA)*